



**ANISTIA
INTERNACIONAL**



O ESTADO DOS

DIREITOS

HUMANOS

NO MUNDO

ABRIL DE 2026

ANISTIA INTERNACIONAL

A Anistia Internacional é um movimento de 10 milhões de pessoas que mobiliza a humanidade em cada um de nós e faz campanhas por mudanças para que possamos todos usufruir de nossos direitos humanos. Nossa visão é de um mundo em que as pessoas no poder cumpram suas promessas, respeitem as leis internacionais e sejam responsabilizadas. Somos independentes de quaisquer governos, ideologias políticas, interesses econômicos ou religiões. O movimento é financiado, sobretudo, por nossos membros e por doações individuais. Acreditamos que agir com solidariedade e compaixão pelas pessoas em todos os lugares pode mudar nossa sociedade para melhor.

A Anistia Internacional é imparcial. Não nos posicionamos sobre questões relacionadas a soberania, disputas territoriais e acordos políticos e jurídicos internacionais que possam ser adotados para implementar o direito à autodeterminação. Este relatório foi organizado de acordo com os países que monitoramos durante o ano. Em geral, são Estados independentes responsáveis pela situação de direitos humanos em seus territórios.

Publicado originalmente em 2026

Amnesty International Ltd, Peter Benenson House, 1 Easton Street, Londres WC1X 0DW, Reino Unido

© Amnesty International 2024

Índice: POL 10/7200/2024

Idioma original: Inglês

A menos que indicado em contrário, o conteúdo deste documento é disponibilizado de acordo com uma licença Creative Commons (Atribuição-

NãoComercial-SemDerivação 4.0

Internacional). <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode>

Para mais informações, visite a página de permissões em nosso site: www.amnesty.org

Este relatório documenta o trabalho e as preocupações da Anistia Internacional no ano de 2025 e faz uma análise global dos desafios mais críticos para os direitos humanos. Inclui países e territórios cuja situação dos direitos humanos foi monitorada pela Anistia Internacional.

A ausência de uma seção sobre algum país ou território neste relatório não significa que nesse local não tenham ocorrido violações de direitos humanos que preocupem a Anistia Internacional. Tampouco a extensão de uma determinada seção deve servir de base para que se compare a dimensão e a gravidade das preocupações da Anistia Internacional em algum país. A identificação de chefes de Estado e chefes de governo em uma seção de país não implica de modo algum afirmação de legitimidade da entidade governante.

ÍNDICE

ANISTIA INTERNACIONAL

Abreviaturas	4
Prefácio	6
Análise Global	12
Panorama regional: África	25
Panorama regional: Américas	34
Panorama regional: Ásia e Pacífico	44
Panorama regional: Europa e Ásia Central	54
Panorama regional: Oriente Médio e Norte da África	64
Países	74
Afganistão	75
África do Sul	79
Angola	83
Argentina	85
Bolívia	88
Brasil	89
Canadá	95
Chile	98
China	101
Colômbia	108
Coreia do Norte	114
Coreia do Sul	116
Cuba	119
El Salvador	121
Equador	125
Estados Unidos	127
Haiti	133
Honduras	134
Índia	136
Irã	142
Israel e o Território Palestino Ocupado	149
México	155
Nicarágua	160
Nigéria	162
Palestina Estado Da	166
Paraguai	168
Peru	171
Porto Rico	174
Portugal	176
Rússia	178
Síria	184
Ucrânia	189
Uruguai	195
Venezuela	198

ABREVIATURAS

IA

Inteligência artificial

ASEAN

Associação das Nações do Sudeste Asiático

CEDAW

Convenção da ONU para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

Comitê CEDAW

Comitê da ONU para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

CERD

Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial

Comitê CERD

Comitê da ONU para a Eliminação da Discriminação Racial

COP30

30ª Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

RDC

República Democrática do Congo

CEDEAO

Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental

Acordo de Escazù

Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe

UE

União Europeia

Comitê Europeu para a Prevenção da Tortura

Comitê Europeu para a Prevenção da Tortura e dos Tratamentos ou Penas Desumanos ou Degradantes

Convenção Europeia de Direitos Humanos

Convenção (Europeia) para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais

PIB

Produto Interno Bruto

TPI

Tribunal Penal Internacional

PIDCP

Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos

PIDESC

Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

CICV

Comitê Internacional da Cruz Vermelha

OIT

Organização Internacional do Trabalho

Convenção internacional contra os desaparecimentos forçados

Convenção Internacional sobre a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados.

ONGI

Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica

LGBTI

Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais

Convenção de Liubliana-Haia

Convenção sobre Cooperação Internacional na Investigação e na Persecução Penal do Crime de Genocídio, Crimes contra a Humanidade, Crimes de Guerra e Outros Crimes Internacionais

OTAN

Organização do Tratado do Atlântico Norte

NDC

Contribuição Nacionalmente Determinada

ONG

Organização não governamental

OEA

Organização dos Estados Americanos

OCHA

Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários da ONU

ACNUDH, o escritório da ONU para os direitos humanos

Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos

OSCE

Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa

Reino Unido

Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte

ONU

Organização das Nações Unidas

Convenção da ONU contra a Tortura

Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes

Convenção da ONU sobre Refugiados

Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados

Relator Especial da ONU sobre mudanças climáticas

Relator Especial da ONU sobre a promoção e a proteção dos direitos humanos no contexto das mudanças climáticas

Relator Especial da ONU sobre execuções extrajudiciais

Relator Especial da ONU sobre execuções sumárias, arbitrárias ou extrajudiciais

Relator Especial da ONU sobre a pobreza extrema

Relator Especial da ONU sobre a pobreza extrema e os direitos humanos

Relator Especial da ONU sobre a liberdade de expressão

Relator Especial da ONU sobre a promoção e a proteção do direito à liberdade de opinião e de expressão

Relator Especial da ONU sobre defensores dos direitos humanos

Relator Especial da ONU sobre a situação dos defensores dos direitos humanos

Relator Especial da ONU sobre o racismo

Relator Especial da ONU sobre formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerâncias relacionadas

Relator Especial da ONU sobre a promoção da verdade, justiça e reparação

Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários da ONU

ACNUDH, o escritório da ONU para os direitos humanos

Relator Especial da ONU sobre a promoção da verdade, justiça, reparação e garantias de não repetição

Relator Especial da ONU sobre a tortura

Relator Especial da ONU sobre a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes

Relator Especial da ONU sobre a violência contra mulheres e meninas

Relator Especial da ONU sobre a violência contra mulheres e meninas, suas causas e consequências

UNESCO

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ACNUR, o órgão da ONU para os refugiados

Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

UNICEF

Fundo das Nações Unidas para a Infância

RPU

Revisão Periódica Universal da ONU

EUA

Estados Unidos da América

USAID

Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

OMS

Organização Mundial da Saúde

PREFÁCIO

Ao longo de 2025, predadores vorazes rondaram os nossos bens comuns globais — caçadores brutais em busca de troféus tomados à força. Líderes políticos como Trump, Putin e Netanyahu, entre muitos outros, avançaram em seus projetos de dominação econômica e política por meio de destruição, repressão e violência em grande escala.

Como a Anistia Internacional vem alertando há muito tempo, um ambiente global propício ao florescimento de uma ferocidade primitiva foi sendo construído ao longo de anos. Em 2025, porém, combustível foi lançado de modo irresponsável sobre a lenha seca, enquanto mudanças abruptas afastaram o mundo da ordem internacional imaginada a partir das cinzas do Holocausto e da destruição total das guerras mundiais — uma ordem construída lenta e dolorosamente, ainda que de forma insuficiente, no decorrer dos últimos 80 anos.

Ainda assim, em 2025, em vez de confrontar os predadores, a maioria dos governos optou pelo apaziguamento — inclusive a maior parte dos Estados europeus. Alguns chegaram a imitar o predador. Outros se abrigaram sob sua sombra. Apenas um punhado teve coragem de enfrentá-los.

Barreiras de contenção foram sendo rompidas, uma após a outra, pela cumplicidade ou pelo silêncio diante de atos de genocídio e crimes contra a humanidade, e pela imposição de sanções paralisantes a pessoas e instituições que atuam para promover a justiça. É assim que 2025 será lembrado: pelos valentões e predadores; por um pragmatismo complacente que só fez inflamar as chamas que consumiram obrigações internacionais; pela capitulação voluntária; por Estados que brincam com um fogo que agora ameaça consumir a todos e carbonizar o futuro por gerações.

NÃO É UMA ILUSÃO

Alguns podem sugerir que, em 2025, pouco havia para ser minado — com um sistema global em declínio que quase nada entregava além de mais poder ao já dominante mundo ocidental. Há quem afirme que 2025 apenas desnudou uma ilusão confortável.

Essas narrativas distorcem a história da ordem construída após a Segunda Guerra Mundial. Elas apagam o trabalho fundamental de gerações de diplomatas e ativistas da sociedade civil em todo o mundo que, muitas vezes contrariando atores bem mais poderosos, ajudaram a imaginar, moldar e defender essa ordem baseada em regras — e jamais deixaram de exigir que ela cumprisse seu propósito declarado.

A adoção, em 1948, da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, assim como os muitos outros instrumentos normativos debatidos e adotados ao longo dos 80 anos seguintes, não são uma ilusão. São manifestações concretas de uma ordem pós-guerra fundada em um sistema multilateral de Estados iguais, enraizada nos direitos humanos universais e dedicada a impedir a repetição de atrocidades.

Foram os Estados mais novos da África, do Caribe, da América Latina e da Ásia que, junto com a sociedade civil global, lideraram o desenvolvimento do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, da Convenção sobre os Direitos da Criança e da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial — contra a vontade dos Estados Unidos.

Todos sabemos que a promessa desse sistema ainda não foi cumprida — **mas não cabe a quem a quebra declarar que ela era uma fantasia.**

Além disso, esse sistema nunca esteve apenas nas mãos dos poderosos. Desde a sua origem, países menores superaram os maiores em habilidade diplomática. Foram eles que garantiram que a Declaração Universal afirmasse direitos humanos para todas as pessoas universalmente, sem distinção e com igualdade entre homens e mulheres. Nos anos seguintes, ondas de lutas anticoloniais e movimentos emancipatórios encontraram nessas afirmações alimento e legitimidade adicionais, muitas vezes contra a vontade da Europa. Foram os Estados mais novos da África, do Caribe, da América Latina e da Ásia que, junto com a sociedade civil global, lideraram o desenvolvimento do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, da Convenção sobre os Direitos da Criança e da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial — contra a vontade dos Estados Unidos.

Foram os Estados mais novos da África, do Caribe, da América Latina e da Ásia que, junto com a sociedade civil global, lideraram o desenvolvimento do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, da Convenção sobre os Direitos da Criança e da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial — contra a vontade dos Estados Unidos.

Sob a influência dos instrumentos internacionais de direitos humanos, os últimos 80 anos testemunharam profundas transformações que contribuíram para um mundo melhor. O arco da história se orientou na direção de uma justiça maior, do enfrentamento aos desequilíbrios de poder entre Estados, do reconhecimento e da proteção dos direitos de pessoas racializadas e povos indígenas, mulheres e pessoas LGBTI — e da incorporação, nas legislações nacionais, de compromissos universais com a igualdade substantiva, com os direitos sexuais e reprodutivos e com os direitos trabalhistas, entre outros.

Não se deixem enganar: as notícias sobre a morte da ordem internacional baseada em regras são enormemente exageradas. Os atestados de óbito são emitidos não porque o sistema seja ineficaz, ineficiente ou lento demais, mas porque não serve aos interesses de quem detém o poder político e econômico — nem aos de seus parceiros. Agora, querem nos fazer crer que tudo não passava de uma miragem, uma ficção conveniente que perdeu sua utilidade.

Contra isso deve haver resistência: ancorada na defesa dos parâmetros normativos, na interrupção dos piores ataques à ordem de 1948 e em sua transformação, para que suas promessas se ampliem e cheguem mais longe.

Essa resistência não implica acobertar a duplicidade de critérios que caracterizaram a implementação do sistema, nem ignorar sua ineficácia ou paralisia. Tampouco significa fechar os olhos para as múltiplas violações de sua promessa universal, que negam proteção a milhões — como os palestinos vítimas do genocídio, do apartheid e da ocupação de Israel; as mulheres afegãs cujo país se tornou uma prisão a céu aberto; ou os manifestantes iranianos submetidos, no início de 2026, ao que pode ter sido o maior massacre recente da história do país.

Resistir aos ataques de Donald Trump ou de Vladimir Putin à ordem baseada em regras também não significa aceitar a visão da China. Essa não é uma alternativa: a China rejeita de forma consistente os direitos humanos universais e o monitoramento do cumprimento de convenções globais. A busca chinesa por hegemonia pode assumir outra forma e empregar instrumentos distintos, mas conduz ao mesmo resultado: desigualdade e repressão.

UMA NOVA ORDEM EM FORMAÇÃO?

Que alternativa está sendo oferecida ao imperfeito experimento global iniciado em 1948? A erosão do direito internacional, os ataques ao Tribunal Penal Internacional, a retirada de convenções internacionais, o abandono de agências das Nações Unidas. Após paralisarem o Conselho de Segurança da ONU com o uso abusivo e inadmissível do poder de veto, os predadores agora proclamam que os mecanismos de paz e segurança não funcionam — e buscam substituí-los por alternativas que servem exclusivamente a seus próprios interesses.

Essa ordem mundial predatória descarta a justiça racial e de gênero, ridiculariza os direitos das mulheres, trata a sociedade civil como inimiga comum e rejeita a solidariedade internacional. Promove um aumento sem precedentes dos gastos militares, viabiliza transferências ilícitas de armas e impõe cortes drásticos nos orçamentos de ajuda internacional — arriscando causar milhões de mortes evitáveis e devastando milhares de organizações que trabalham por direitos humanos, direitos sexuais e reprodutivos e liberdade de imprensa.

Essa alternativa predatória silencia as divergências, reprime protestos, recorre a uma retórica desumanizante e facilita crimes de ódio e a instrumentalização do direito. Não se funda no respeito à nossa humanidade comum, mas na supremacia comercial e na hegemonia tecnológica.

No início de 2026, essa visão foi expressa pelo secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, como uma aliança ocidental de povos cristãos liderada pelos Estados Unidos e baseada em uma herança comum descrita em tons romantizados — ostentada sem remorso e com orgulho. Mas as palavras não escondem os fatos: essa herança é também uma história de dominação, colonialismo, escravidão e genocídio.

Nesse sistema "novo", mas demasiado familiar, predadores e seus aliados repreendem, intimidam e perseguem quem busca igualdade entre os países e dentro deles. A reparação por injustiças passadas é ridicularizada. A guerra, não a diplomacia, dita as regras: o genocídio de Israel contra os palestinos em Gaza prossegue a despeito do suposto cessar-fogo; os crimes contra a humanidade praticados pela Rússia na Ucrânia se intensificam; os EUA recorrem a execuções extrajudiciais extraterritoriais e a ataques ilegais contra a Venezuela e o Irã, além de ameaçarem se apropriar da Groenlândia; crimes reiterados em Mianmar, no Sudão e na República Democrática do Congo seguem sem resposta; e as populações do Oriente Médio voltam a ser mergulhadas em um caos que ameaça engolir cada vez mais países.

Trata-se de uma visão de hegemonia desavergonhada — de um mundo sem bússola moral.

UMA VIRADA EM 2026?

Poucos Estados encontraram coragem para se pronunciar contra o estrondo dos canhões que sufoca a diplomacia. Alguns aderiram ao Grupo de Haia, um bloco comprometido com "medidas jurídicas e diplomáticas coordenadas" em defesa do direito internacional e em solidariedade ao povo palestino. Outros contribuíram para a ação movida pela África do Sul por genocídio contra Israel. O Canadá convocou as potências intermediárias a se unirem e a investirem em resiliência coletiva. Poucos, como a Espanha, denunciaram de forma consistente o desmanche dos parâmetros normativos.

No início de 2026, alguns Estados europeus pareceram avaliar com maior lucidez os riscos, recusando-se a aderir aos ataques dos EUA e de Israel ao Irã e comprometendo-se a proteger sua soberania estratégica. Porém, junto com a União Europeia, ficaram longe de reafirmar a primazia do direito internacional e dos direitos universais.

DETERMINAÇÃO PARA DEFENDER NORMAS GLOBAIS

O temor de retaliação ao se posicionar contra os poderosos é palpável em todo o mundo. Apesar disso, ao longo de 2025 houve muitas evidências de que alguns governos continuaram assentando os alicerces dessa ordem internacional supostamente "ilusória", enquanto a sociedade civil demonstrava ampla determinação para defendê-la e fortalecê-la.

O Conselho da Europa estabeleceu um tribunal especial para o crime de agressão contra a Ucrânia. O TPI emitiu mandados de prisão contra dois líderes do Talibã por perseguição de gênero como crime contra a humanidade, e tornou públicos mandados contra cidadãos líbios acusados de crimes de guerra e crimes contra a humanidade. Um tribunal híbrido na República Centro-Africana condenou seis ex-integrantes de um grupo armado por esses mesmos crimes. O Conselho de Direitos Humanos da ONU criou um mecanismo investigativo independente para o Afeganistão. Rodrigo Duterte, ex-presidente das Filipinas, foi entregue ao TPI em cumprimento a um mandado de prisão pelo crime contra a humanidade de homicídio. Na Primeira Comissão da Assembleia Geral da ONU, 156 Estados votaram a favor de negociações para um instrumento internacional sobre sistemas de armas autônomas. Em julho, a União Europeia ampliou o escopo dos produtos cobertos por seu pioneiro Regulamento Antitortura. Foram dados passos decisivos rumo à criação de uma Convenção Tributária Vinculante da ONU. Na COP30, a pressão da sociedade civil e dos sindicatos contribuiu para a adoção de um Mecanismo de Transição Justa para a proteção de trabalhadores e comunidades na transição para energias limpas e um futuro resiliente ao clima. A Corte Internacional de Justiça e a Corte Interamericana de Direitos Humanos emitiram pareceres consultivos afirmando as obrigações dos Estados em matéria de direitos humanos diante dos danos

climáticos. Colômbia e Países Baixos concordaram em sediar conjuntamente a Primeira Conferência Internacional sobre a Transição para o Abandono dos Combustíveis Fósseis, em abril de 2026. Greves e ações de trabalhadores portuários na França, na Grécia, na Itália, no Marrocos, na Espanha e na Suécia interromperam rotas de envio de armas para Israel. Os governos da África do Sul, da Bélgica, da Bolívia, do Canadá, da Colômbia, de Cuba, da Eslovênia, da Espanha, de Honduras, da Malásia e da Namíbia comprometeram-se em 2025 a modificar ou suspender o comércio de armas com Israel. Mulheres conquistaram a ampliação do direito ao aborto na Dinamarca, nas Ilhas Faroese, em Luxemburgo, no Malawi e na Noruega. No Nepal, um levante liderado por jovens contra a corrupção derrubou o governo.

RESISTIMOS. RESISTIR É PRECISO. RESISTIREMOS.

Este não é apenas mais um período desafiador. É o momento desafiador — que ameaça destruir tudo o que foi construído ao longo dos últimos 80 anos. Nós, as pessoas, estaremos à altura deste momento histórico. Teremos a ambição que estes tempos exigem e a coragem de mudar com eles. Devemos fazê-lo como agentes políticos e diplomáticos; como ativistas e consumidores; como trabalhadores e produtores; como eleitores e como investidores; como pessoas de fé e como pessoas guiadas por suas convicções. Juntos, precisamos construir coalizões multissetoriais sólidas e encorajar os Estados a fazer o mesmo.

Hoje, "ainda assim resistimos" significa concentrar esforços no que deve ser **defendido** como prioridade absoluta — não apenas em nome dos nossos direitos humanos, mas também dos direitos das gerações futuras. Em nossa resistência, precisamos identificar com clareza o que deve ser interrompido com urgência, diante do tsunami de leis, políticas e práticas provocado por atores predatórios estatais e não estatais. Resistir também significa definir o que precisa ser transformado. Diante da velocidade e da magnitude sem precedentes das mudanças em curso, teremos de recorrer novamente ao poder da imaginação e à ousadia da criatividade. Precisamos imaginar uma visão de direitos humanos transformada — e transformadora — **para o mundo que estamos nos tornando**, e não apenas defender direitos humanos nos termos do mundo que já fomos. Juntos, devemos tornar essa nova visão realidade, com toda a nossa criatividade, determinação e resiliência.

A história não é apenas algo que nos acontece. Ela também nos cabe construir. Pelo bem da humanidade, é hora de fazer história em direitos humanos.

Agnès Callamard
Secretária-geral
Abril de 2026

PANORAMAS REGIONAIS

O ESTADO DOS

DIREITOS

HUMANOS

NO MUNDO

ABRIL DE 2026

ANÁLISE GLOBAL

A Anistia Internacional documentou violações generalizadas cometidas por governos e outros atores, falhas na responsabilização e injustiças sistêmicas em 2025, além de registrar avanços pontuais. Muitos desses padrões continuaram a se manifestar em 2026, enquanto a ordem internacional baseada em regras segue sofrendo ataques persistentes.

Crimes previstos no direito internacional foram extensamente cometidos. Entre eles estão o genocídio de Israel contra os palestinos em Gaza, os crimes contra a humanidade cometidos pela Rússia na Ucrânia e os crimes de guerra e outros crimes previstos no direito internacional cometidos em Mianmar, no Sudão e em outros conflitos. Transferências irresponsáveis de armas continuaram a alimentar atrocidades, embora o ativismo e a pressão jurídica tenham levado alguns Estados a restringir ou proibir as exportações de armas para Israel. Em 2025, os governos dos EUA e da Rússia minaram mecanismos internacionais de responsabilização, particularmente o Tribunal Penal Internacional (TPI), enquanto vários outros Estados anunciaram sua retirada do Estatuto de Roma. Ainda assim, o TPI e outros mecanismos garantiram prisões e condenações relevantes, e novos órgãos investigativos, incluindo um tribunal especial sobre o crime de agressão contra a Ucrânia, foram criados.

Práticas autoritárias se intensificaram em todo o mundo. Em 2025, os governos do Afeganistão, da China, do Egito, dos EUA, da Índia, do Irã, do Quênia, do Reino Unido e da Venezuela, entre outros países, reprimiram violentamente protestos, criminalizaram o dissenso por meio de leis antiterrorismo e de segurança, ou recorreram a desaparecimentos forçados, execuções extrajudiciais e táticas abusivas de policiamento. A tortura e outros maus-tratos, inclusive com o uso de armas de eletrochoque, continuaram disseminados, embora tenha crescido a pressão por um Tratado das Nações Unidas para o Comércio Livre de Tortura.

A discriminação foi um tema central. As pessoas refugiadas e migrantes enfrentaram deportações em massa e políticas racialmente discriminatórias, enquanto as pessoas deslocadas através de fronteiras internacionais no contexto das mudanças climáticas permaneceram amplamente desprotegidas. Injustiças raciais ligadas ao colonialismo e às indústrias extrativas persistiram, acompanhadas de demandas por reparações. A violência de gênero e as restrições aos direitos das mulheres foram generalizadas. Embora em 2025 tenham ocorrido avanços legais em alguns países para ampliar o direito ao aborto e proibir o casamento infantil, as barreiras ao acesso ao procedimento e aos cuidados subsequentes permaneceram inalteradas. Ao mesmo tempo, os ataques a diversos direitos das pessoas LGBTI, especialmente as transgênero, se intensificaram em todo o mundo.

Os governos não avançaram na eliminação progressiva dos combustíveis fósseis, e o financiamento climático e o apoio à adaptação ficaram muito abaixo do necessário. Dívidas, cortes na ajuda e estruturas econômicas globais injustas minaram os direitos econômicos e sociais. Os abusos corporativos, incluindo danos ambientais, violações de direitos trabalhistas e o uso de ações judiciais estratégicas, continuaram em 2025, enquanto uma nova e emblemática regulamentação da União Europeia (UE) sobre devida diligência corporativa foi enfraquecida.

Por fim, governos utilizaram a tecnologia para viabilizar e fortalecer práticas autoritárias. Com o apoio de atores corporativos, recorreram à vigilância ilegal para restringir o direito à liberdade de expressão ou reprimir protestos. Embora os danos aos direitos humanos associados às plataformas de mídias sociais e ao número crescente de ferramentas de inteligência artificial generativa tenham sido cada vez mais compreendidos em 2025, a regulação ficou aquém do necessário.

CRIMES PREVISTOS NO DIREITO INTERNACIONAL

CRIMES PREVISTOS NO DIREITO INTERNACIONAL

Israel cometeu genocídio, bem como múltiplos crimes de guerra e crimes contra a humanidade, contra os palestinos em Gaza; o genocídio prosseguiu mesmo após um cessar-fogo com o Hamas em 9 de outubro de 2025. Seu sistema de apartheid contra todos os palestinos também teve um impacto devastador, sobretudo na Cisjordânia ocupada, incluindo Jerusalém Oriental, por meio de operações militares de alta intensidade e do aumento acentuado da violência dos colonos respaldada pelo Estado. Protestos em massa contra o genocídio cometido por Israel se espalharam pelo mundo. Uma ampla gama de organizações, organismos internacionais e Estados reconheceu que Israel estava cometendo genocídio. Ainda assim, de modo geral, os governos mais poderosos do mundo omitiram-se em adotar medidas significativas para interromper o genocídio ou pôr fim à ocupação ilegal e ao apartheid praticados por Israel.

A Rússia cometeu crimes contra a humanidade e crimes de guerra, inclusive por meio da prática generalizada de desaparecimentos forçados e tortura, bem como dos ataques com drones que teriam sido realizados contra civis ucranianos. Além disso, intensificou os ataques aéreos contra infraestruturas civis críticas na Ucrânia. Multiplicaram-se os relatos de execuções extrajudiciais de prisioneiros de guerra ucranianos por forças russas. Nos territórios ocupados, a Rússia também adotou medidas para suprimir identidades não russas. Fora dos conflitos armados, a prática generalizada de desaparecimentos forçados, detenções arbitrárias e tortura por parte da Venezuela contra opositores e outras pessoas também configurou crimes contra a humanidade. Partes em conflitos em muitos outros países cometeram atos que configuram crimes de guerra.

Forças governamentais, milícias aliadas e grupos armados de oposição foram responsáveis pela morte de milhares de civis. Na República Democrática do Congo (RDC), vários grupos armados mataram ilegalmente centenas de civis; um deles também atacou hospitais e sequestrou pacientes e profissionais da saúde. Em Mianmar, o exército utilizou parapentes motorizados para lançar munições explosivas sobre vilarejos e outros locais, matando dezenas de civis, incluindo crianças; também bloqueou o acesso à ajuda humanitária em áreas sob controle da resistência. No Sudão, as Forças Armadas Sudanesas e seus aliados mataram dezenas de civis em represália por suposta colaboração com as Forças de Apoio Rápido, que também realizaram assassinatos ilegais de civis, incluindo massacres durante ataques em Darfur do Norte. Relatos de ataques e homicídios ilegais por forças governamentais e grupos armados continuaram em outros conflitos prolongados na África, incluindo em Burkina Faso, nos Camarões, no Mali, em Moçambique, no Níger, na Nigéria, na República Centro-Africana (RCA), na Somália e no Sudão do Sul. Na Síria, milícias afiliadas ao governo perpetraram uma onda de assassinatos em massa de centenas de civis, incluindo mortes com motivação sectária.

A ONU e outros organismos registraram milhares de casos de violência sexual e de gênero relacionada a conflitos em países como a RCA, a RDC, a Somália, o Sudão e o Sudão do Sul. No Sudão, as Forças de Apoio Rápido utilizaram a violência sexual de forma generalizada e sistemática para humilhar, punir e deslocar mulheres; as Forças Armadas Sudanesas também cometeram violência sexual, incluindo estupro, contra mulheres e homens.

Os governos devem adotar medidas significativas para interromper o genocídio e colaborar em fóruns da ONU e em outros espaços para enfrentar e prevenir todos os crimes previstos no direito internacional.

PRODUÇÃO E TRANSFERÊNCIAS IRRESPONSÁVEIS DE ARMAS

Correndo o risco de cumplicidade, alguns Estados continuaram a realizar e facilitar transferências irresponsáveis de armas, inclusive para atores implicados na prática de crimes previstos no direito internacional. Os EUA lideraram o fornecimento de amplo apoio militar a Israel. Os Emirados Árabes Unidos forneceram armas, incluindo armamentos chineses avançados e veículos blindados de transporte de pessoal, às Forças de Apoio Rápido do Sudão, que os utilizaram em Darfur.

A pressão sobre Estados e empresas de armamentos aumentou e teve algum efeito. Nos anos anteriores a 2025, a Bélgica, o Canadá, a Espanha, a Itália, o Japão, os Países Baixos e o Reino Unido, entre outros Estados, haviam adotado algumas medidas para reduzir o fornecimento de armas a Israel, embora essas ações focassem apenas no bloqueio de novas licenças, sem interromper os envios baseados em autorizações já existentes; em 2025, houve novos avanços. Na Bélgica, um tribunal determinou que a região de Flandres suspendesse todo o trânsito de armas para Israel, após a proibição dessas exportações pela região da Valônia. Na Alemanha, o governo anunciou que não autorizaria novas licenças de exportação para Israel de armas que pudessem ser usadas em Gaza, embora posteriormente tenha levantado a suspensão das exportações de armas para o país. Na Eslovênia, embora haja problemas de implementação, o governo anunciou que proibiria todo o comércio de armas com Israel, incluindo trânsito e importações. Na Espanha, um embargo abrangente de armas a Israel foi consagrado em lei. O Grupo de Haia, um bloco de Estados comprometido com "medidas jurídicas e diplomáticas coordenadas" em defesa do direito internacional e em solidariedade ao povo palestino — composto pela África do Sul, pela Bolívia, pela Colômbia, por Cuba, por Honduras, pela Malásia, pela Namíbia e pelo Senegal — comprometeu-se a interromper todo o comércio de armas com Israel. A mobilização global contra o fluxo de armas para Israel cresceu; greves nacionais na Itália e ações de trabalhadores portuários na Espanha, na França, na Grécia, na Itália, no Marrocos e na Suécia, por exemplo, buscaram interromper rotas de envio de armas para Israel.

No entanto, em 2025, alguns Estados se retiraram, ou sinalizaram a intenção de se retirar, de compromissos relativos a armas proibidas. A Lituânia se retirou da Convenção sobre Munições de Fragmentação, sendo o primeiro Estado a fazê-lo desde sua adoção em 2008. A Estônia, a Finlândia, a Letônia, a Lituânia e a Polônia notificaram a ONU de sua intenção de se retirar da Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoais e sua Destruição (Tratado de Ottawa), citando ameaças da Rússia. As autoridades na Finlândia e na Polônia afirmaram que seus países retomariam a produção doméstica de minas antipessoais. A Ucrânia comunicou à ONU sua intenção de suspender a aplicação do Tratado de Ottawa, contrariando as próprias disposições da convenção. Apesar disso, a maioria dos Estados reconheceu as preocupações humanitárias, jurídicas e éticas relacionadas à inteligência artificial (IA) e à autonomia de sistemas de armas. No Primeiro Comitê da Assembleia Geral da ONU, 156 Estados votaram a favor de uma resolução que solicita a conclusão dos trabalhos sobre os elementos necessários para um instrumento internacional relativo a sistemas de armas autônomas, com vistas a futuras negociações.

Os Estados e as empresas devem cessar todas as transferências irresponsáveis de armas, incluindo todas as transferências para Israel.¹ Os Estados devem renovar seu compromisso com a Convenção sobre Munições de Fragmentação e com o Tratado de Ottawa e negociar um tratado que proíba determinados sistemas de armas autônomas e que imponha controles rigorosos para o uso de sistemas que podem ser utilizados de forma lícita.

IMPUNIDADE

Alguns Estados, incluindo a Rússia e os EUA, atacaram ou enfraqueceram mecanismos internacionais de responsabilização em 2025. De forma especialmente prejudicial, os EUA impuseram sanções contr

promotores e magistrados do TPI, bem como contra a Relatora Especial da ONU sobre o Território Palestino Ocupado e várias organizações palestinas de direitos humanos, com a intenção de dificultar o trabalho do TPI e proteger cidadãos israelenses e estadunidenses de responsabilização. Tribunais domésticos russos emitiram mandados de prisão contra autoridades do TPI. Outros Estados, em grande medida, nada fizeram para proteger essas pessoas, essas organizações ou o próprio TPI. A UE optou por não acionar seu estatuto de bloqueio — um instrumento jurídico destinado a neutralizar a aplicação extraterritorial de leis estrangeiras que afetam entidades da UE — em resposta às sanções impostas pelos EUA. Estados membros do TPI — Burkina Faso, Mali e Níger — anunciaram sua intenção de se retirar do Estatuto de Roma, enquanto a Hungria foi além e apresentou notificação formal para sua retirada do tribunal em 2026. Vários Estados membros do TPI, incluindo a Hungria, a Itália e o Tajiquistão, deixaram de executar mandados de prisão emitidos pela corte.

Ainda assim, os mecanismos internacionais continuaram a desempenhar um trabalho importante para a prestação de contas. O TPI emitiu mandados de prisão contra dois líderes do Talibã pelo crime contra a humanidade de perseguição de gênero contra mulheres, meninas e pessoas LGBTI, desde seu retorno ao poder no Afeganistão em 2021, além de tornar públicos mandados contra cidadãos líbios acusados de crimes de guerra e crimes contra a humanidade. O ex-presidente das Filipinas foi entregue ao TPI após a execução de um mandado de prisão contra ele pelo crime contra a humanidade de assassinato, relacionado à mortes resultantes da "guerra às drogas". Em dezembro, a Câmara de Instrução do TPI confirmou 39 acusações apresentadas pelo Gabinete do Promotor contra Joseph Kony, fundador e líder do Exército de Resistência do Senhor, em Uganda. No mesmo mês, a Alemanha entregou ao TPI Khaled Mohamed Ali El Hishri, membro sênior de uma poderosa milícia líbia e alvo de mandado de prisão por crimes contra a humanidade e crimes de guerra relacionados a abusos na notória prisão de Mitiga, na capital da Líbia, Trípoli. O TPI condenou um líder da milícia Janjaweed por crimes de guerra e crimes contra a humanidade cometidos entre 2003 e 2004 durante ataques brutais em Darfur, no Sudão. O Tribunal Penal Especial, um tribunal híbrido na RCA, condenou seis ex-integrantes de um grupo armado por crimes de guerra e crimes contra a humanidade relacionados à morte de dezenas de pessoas e ao deslocamento de centenas durante um ataque em 2020.

Enquanto isso, novos mecanismos foram estabelecidos. O Conselho da Europa criou o Tribunal Especial para o Crime de Agressão contra a Ucrânia, com o objetivo de investigar e processar altas lideranças governamentais e militares da Rússia e de outros Estados responsáveis por esse crime na Ucrânia. Embora o TPI tenha emitido mandados de prisão contra seis autoridades russas, incluindo Vladimir Putin, por crimes de guerra e crimes contra a humanidade, o tribunal não possui competência para processar o crime de agressão na Ucrânia. O Conselho de Direitos Humanos da ONU estabeleceu um mecanismo investigativo independente para o Afeganistão.

Os governos devem apoiar e proteger o TPI, inclusive por meio da ativação ou adoção de estatutos de bloqueio para proteger autoridades do TPI e outras pessoas envolvidas em trabalhos relacionados ao Tribunal contra ameaças e sanções. Devem assegurar que os mandados de prisão do TPI sejam executados contra autoridades estatais, sem que alegações de imunidade sirvam de escudo para seus crimes.²

PRÁTICAS PUNITIVAS E AUTORITÁRIAS

REPRESSÃO AO DISSENSO

Em todo o mundo, agentes estatais e outros atores poderosos recorreram a uma série de práticas autoritárias para silenciar a sociedade civil e escapar à responsabilização. Em 2025, muitos Estados utilizaram força ilegal para reprimir protestos com reivindicações políticas e socioeconômicas. Na Tanzânia, uma repressão contra os participantes de protestos pós-eleitorais resultou na morte de

centenas de pessoas. No Nepal, a repressão aos protestos liderados por jovens contra a corrupção e uma proibição de redes sociais deixaram 76 pessoas mortas, entre manifestantes e policiais. No Irã, durante os protestos que começaram em 28 de dezembro na capital, Teerã, e rapidamente se espalharam pelo país, forças de segurança utilizaram ilegalmente fuzis e espingardas carregadas com projéteis metálicos contra manifestantes, resultando em mortes e ferimentos. Mortes de manifestantes decorrentes do uso ilegal da força também foram documentadas em países como Angola, Camarões, Equador, Indonésia, Quênia, Madagascar, Paquistão, Peru e Turquia. Em alguns países, a polícia recorreu a armamentos insuficientemente regulamentados, como os dispositivos acústicos de longo alcance na Sérvia; em muitos outros, o gás lacrimogêneo foi usado de modo imprudente.

Alguns Estados, incluindo Afeganistão, Belarus, Burkina Faso, China, Coreia do Norte, Cuba, Mali, Mianmar, Nicarágua, Paquistão, Rússia, Uganda e Venezuela, utilizaram desaparecimentos forçados contra pessoas defensoras dos direitos humanos, ativistas, jornalistas e outras como instrumento para incutir medo. Outros Estados, incluindo a Arábia Saudita e o Irã, recorreram à pena de morte tanto para impor medo quanto para criar uma falsa impressão de segurança e de governo forte.³

Alguns governos abusaram das leis antiterrorismo e de segurança nacional em 2025 para punir opositores, defensores dos direitos humanos e outros ativistas por manifestarem divergência, incluindo atos pacíficos de desobediência civil. No Egito, as autoridades submeteram milhares de pessoas a julgamento por acusações relacionadas ao terrorismo, muitas das quais apenas pelo exercício pacífico de seus direitos humanos. Na Índia e nas regiões administrativas chinesas de Hong Kong e Macau, as autoridades utilizaram amplamente leis de segurança nacional e combate ao terrorismo para deter pessoas defensoras dos direitos humanos e ativistas. Na Venezuela, pelo menos 806 pessoas permaneceram detidas arbitrariamente, muitas delas submetidas a desaparecimento forçado, enquanto o governo mantinha sua política de repressão contra qualquer oposição real ou percebida.

Na Tunísia, as autoridades submeteram opositores políticos a julgamentos coletivos politicamente motivados e a penas punitivas de até 75 anos de prisão com base em leis antiterrorismo ou de crimes cibernéticos. No Reino Unido, as autoridades proscreram o Palestine Action, uma rede de ação direta que se opõe ao envolvimento do país nas operações militares de Israel, com base em leis antiterrorismo vagas; mais de 2.000 pessoas foram presas em todo o país simplesmente por se oporem pacificamente ao banimento da rede. As mesmas autoridades processaram 16 ativistas da Just Stop Oil, uma coalizão ambientalista, por participarem de diversos atos de desobediência civil voltados a interromper a expansão da extração de combustíveis fósseis, resultando em penas de prisão que variaram de cinco meses a cinco anos. Nos EUA, autoridades perseguiram estudantes estrangeiros que expressavam apoio aos palestinos para prendê-los e deportá-los, e prenderam pessoas que protestavam contra a repressão do Serviço de Imigração e Controle de Aduanas (ICE) a migrantes com documentação irregular.

Os governos devem cessar a repressão e a criminalização do dissenso, incluindo atos pacíficos de desobediência civil. Devem assegurar a prestação de contas por todas as violações cometidas no contexto de protestos e garantir reparação efetiva às vítimas.

APLICAÇÃO ABUSIVA DA LEI

Muitos Estados desrespeitaram o direito internacional dos direitos humanos em situações de aplicação da lei durante 2025. Alguns recorreram a homicídios patrocinados pelo Estado. Em setembro, o exército dos EUA passou a bombardear embarcações e a cometer abertamente execuções extrajudiciais na América Latina, no Mar do Caribe e no Oceano Pacífico, com base em alegações de que os alvos eram "narco-terroristas" envolvidos no tráfico de drogas. Em outubro, as polícias civil e militar no Rio de Janeiro, Brasil, realizaram uma operação antidrogas em favelas que deixou mais de 120 pessoas mortas, a maioria negras e em situação de pobreza, com múltiplos relatos de execuções extrajudiciais. Salvaguardas e restrições internacionais ao uso da pena de morte também foram frequentemente desrespeitadas em nome da segurança, inclusive com aumento das execuções por crimes relacionados a drogas.

Em todo o mundo, forças de segurança também utilizaram técnicas que configuram tortura ou outros maus-tratos. Algumas recorreram a armas de eletrochoque de contato direto, incluindo armas de atordoamento e cassetetes elétricos, nas ruas, nas fronteiras, em centros de detenção de pessoas migrantes e refugiadas, em instituições de saúde mental, em delegacias, em prisões e em outros locais de detenção. Esses dispositivos intrinsecamente abusivos, que produzem descargas dolorosas ao simples pressionar de um botão, foram utilizados contra manifestantes, estudantes, opositores políticos, mulheres e meninas (incluindo mulheres grávidas), crianças e pessoas defensoras dos direitos humanos, entre outras. Sobreviventes sofreram queimaduras, dormência, abortos espontâneos, disfunção urinária, insônia, exaustão e traumas psicológicos profundos. Estados e empresas continuaram a fabricar, promover e vender tais equipamentos. Houve também uso abusivo generalizado de armas de eletrochoque com lançamento de projéteis, que podem ter um papel legítimo na aplicação da lei, mas que foram empregadas com frequência em atos de tortura e outros maus-tratos, evidenciando a necessidade de controles comerciais rigorosos e baseados em direitos humanos sobre equipamentos convencionais de segurança pública.⁴

Em meio a esse cenário, a articulação por um tratado da ONU para o comércio livre de tortura avançou de forma encorajadora em 2025. Em junho, os quatro mecanismos da ONU contra a tortura manifestaram apoio às propostas de elaboração do tratado ao defenderem maior responsabilidade e prestação de contas no policiamento de protestos. De forma semelhante, o Comitê de Ministros do Conselho da Europa adotou uma decisão incentivando seus 46 Estados-membros a apoiar a elaboração de um instrumento internacional juridicamente vinculante sobre comércio livre de tortura. Em julho, a União Europeia (UE) ampliou o conjunto de bens abrangidos por seu regulamento pioneiro contra a tortura, fortalecendo as medidas regionais para impedir a transferência de equipamentos de segurança pública a quem os utilizaria para tortura e outros maus-tratos em todo o mundo.⁵

Os governos devem pôr fim aos homicídios patrocinados pelo Estado, inclusive os realizados em nome da segurança. Devem redobrar esforços para proibir equipamentos de aplicação da lei intrinsecamente abusivos e impor controles comerciais baseados em direitos humanos sobre os equipamentos convencionais, apoiando a negociação de um tratado da ONU para o comércio livre de tortura.

DISCRIMINAÇÃO

VIOLAÇÕES DOS DIREITOS DAS PESSOAS REFUGIADAS E MIGRANTES

Governos em todo o mundo adotaram práticas autoritárias relativas ao asilo e à migração. Alguns autorizaram medidas ilegais ou contornaram processos legislativos para instituir políticas migratórias prejudiciais. Em 2025, os EUA e Estados europeus como o Chipre, a Finlândia, a Grécia, a Hungria, a Itália e a Polônia, entre outros países, adotaram ou aplicaram medidas extremas para realizar deportações e outros tipos de retorno e impedir a chegada irregular de pessoas refugiadas e migrantes, em violação de suas obrigações de direitos humanos. Apesar dos abusos contínuos do Talibã, mais de 1,7 milhão de afegãos foram forçados a retornar ou deportados pelo Irã, e 700.000, pelo Paquistão. Entre dezembro de 2024 e fevereiro de 2025, autoridades etíopes devolveram à força mais de 600 eritreus à Eritreia, onde o governo considerava que seus pedidos de asilo eram prova de traição.

Os governos costumam apresentar suas políticas migratórias e sistemas de asilo como ferramentas neutras para afirmar a soberania estatal, promover a segurança nacional e os interesses econômicos ou evitar a sobrecarga dos recursos públicos. Entretanto, os legados do colonialismo e da escravidão continuam a moldar sistemas, leis, políticas e práticas que discriminam, direta ou indiretamente, pessoas racializadas em todo o mundo. Em 2025, a Anistia Internacional denunciou práticas Tunísia, bem como, de forma mais geral, países europeus da área Schengen.⁶ Em alguns casos,

governos utilizaram tecnologias digitais para reforçar regimes de controle de fronteiras que discriminam com base em raça, etnia ou origem nacional.⁷ A discriminação de gênero, por vezes, agravou essas preocupações; na República Dominicana, mulheres haitianas grávidas e em período de amamentação foram deportadas diretamente de hospitais.

Governos de todo o mundo, de modo geral, falharam em proteger pessoas deslocadas através de fronteiras internacionais no contexto das mudanças climáticas. Quase nenhum emitiu vistos específicos para garantir a migração segura de pessoas provenientes das áreas mais afetadas pelas mudanças climáticas. Em vez disso, obrigam essas pessoas a recorrer aos procedimentos e vias existentes, que frequentemente são discriminatórios e restritivos. Entre os mais afetados estão as comunidades racializadas e empobrecidas, as mulheres e outros grupos marginalizados. Pessoas idosas, pessoas com deficiência e pessoas com problemas de saúde muitas vezes acabam ficando para trás por não conseguirem atender aos requisitos de visto, como evidenciado no caso de pessoas que estão deixando as ilhas do Pacífico de Tuvalu e Kiribati rumo a Aotearoa/Nova Zelândia.

Os governos devem abolir ou reformar sistemas de vistos vinculados ao trabalho e permissões de residência precárias, de caráter discriminatório e exploratório, impedir que tecnologias digitais reforcem práticas discriminatórias de controle de fronteiras e estabelecer marcos legais para proteger pessoas deslocadas no contexto das mudanças climáticas.⁸

DISCRIMINAÇÃO RACIAL

Em diferentes regiões, os governos utilizaram retórica racista e discriminatória ao adotarem práticas autoritárias em contextos de asilo e migração, bem como na repressão ao dissenso e na aplicação da lei. Muitos países também registraram aumento dos crimes de ódio. Na tentativa de enfrentar as causas estruturais da discriminação racial, as comunidades afetadas em todo o mundo vêm promovendo campanhas por reparações pelas injustiças históricas herdadas do colonialismo e da escravidão e por seus impactos contemporâneos. Em 2025, designado pela União Africana como o Ano das Reparções, o festival pioneiro Wakati Wetu reuniu centenas de participantes — artistas, músicos, formuladores de políticas, filantropos, ativistas e educadores culturais — para examinar o prolongado legado do tráfico de pessoas escravizadas e do colonialismo e promover o debate sobre justiça reparatória. Ao mesmo tempo, com 2025 marcando também o bicentenário da imposição pela França da "dívida de independência" — que obrigou o Haiti a compensar a antiga potência colonial pela perda de lucros do trabalho escravizado —, ativistas e organizações do Haiti e de sua diáspora instaram a França a conceder reparações e a enfrentar seu passado colonial no país.

Em 2025, os governos da Bolívia, do Canadá e do Equador, entre outros países, expandiram projetos extrativos em territórios de povos indígenas sem consultá-los com base em procedimentos que atendessem às normas internacionais sobre consentimento livre, prévio e informado. Os povos indígenas, que geralmente dependem dos ecossistemas para suas culturas e meios de subsistência, recorreram a vias legais e políticas para exigir reparações pelos danos decorrentes dessa expropriação de terras, bem como da colonização e do extermínio. Em um caso significativo em 2025, o povo indígena Avá Guarani Paranaense obteve — após mais de 40 anos de luta — alguma reparação pela perda e inundação de suas terras. A empresa criada pelos governos do Brasil e do Paraguai para construir e operar a usina hidrelétrica responsável pelos danos foi judicialmente obrigada a financiar a compra de 3.000 hectares de terra para as comunidades afetadas.

Os governos de Estados que se envolveram ou lucraram com injustiças históricas, como o colonialismo, o tráfico de pessoas escravizadas e a escravidão, devem implementar medidas adequadas de justiça reparatória. Essas medidas não devem apenas reparar as injustiças cometidas, mas também dismantelar as estruturas e os sistemas contemporâneos de discriminação racial e desigualdade.

DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA BASEADAS EM GÊNERO

Mulheres e meninas em todo o mundo enfrentaram violência de gênero, bem como barreiras à proteção, à justiça e à reparação, às vezes agravadas por discriminação com base em outros fatores, como a situação migratória, a casta, o trabalho, a classe ou a religião. No Afeganistão, decretos do Talibã proibiram mulheres de acessar a educação e o trabalho e de circular livremente, alimentando a violência de gênero e o casamento infantil. No Nepal, casos de violência de gênero contra mulheres dalits não foram investigados. Na Síria, denúncias de famílias alauítas sobre o sequestro de mulheres e meninas por homens armados não identificados foram ignoradas. Nas Américas, mulheres e meninas continuaram a enfrentar níveis alarmantes de violência, incluindo feminicídios; na Argentina, apesar de um feminicídio ser registrado aproximadamente a cada 35 horas, o governo eliminou 13 programas-chave de prevenção e resposta à violência de gênero. Na Geórgia, a retórica misógina e sexista por parte de autoridades de alto escalão foi acompanhada de abusos de gênero contra mulheres manifestantes, incluindo ameaças de violência sexual e revistas corporais degradantes. Alguns eventos positivos foram as novas leis na Bolívia e em Burkina Faso que proibiram o casamento infantil tanto para meninas quanto para meninos.

Em 2025, assim como em anos anteriores, houve avanços em alguns países para ampliar o direito ao aborto. Na Dinamarca, nas Ilhas Faroé e na Noruega, os parlamentos aprovaram legislação para melhorar o acesso ao aborto, e Luxemburgo consagrou o aborto como liberdade garantida em sua Constituição. No Malawi, o Supremo Tribunal afirmou o direito de meninas sobreviventes de violência sexual de buscar o aborto. No entanto, na República Dominicana, uma nova lei impôs a proibição total do procedimento. Em muitos outros países, as barreiras ao acesso ao aborto e aos cuidados pós-aborto permaneceram inalteradas.

A intensificação dos ataques a diversos direitos das pessoas LGBTI, especialmente pessoas transgênero, aumentou em todo o mundo, frequentemente impulsionada por diferentes atores contrários às questões de gênero. Em Burkina Faso, uma nova lei criminalizou relações sexuais consensuais entre pessoas do mesmo sexo. Na Eslováquia e na Hungria, os parlamentos nacionais aprovaram emendas constitucionais que levariam ao reconhecimento de apenas dois gêneros (masculino e feminino) e consolidariam a discriminação contra casais do mesmo sexo. No Canadá, nos EUA, no Paraguai, no Peru e em Porto Rico, leis ou políticas restritivas sobre os direitos de pessoas transgênero foram implementadas. Na China, diversas plataformas, sites e fóruns de discussão na internet cumpriram diretrizes de censura estatal, silenciando debates individuais e coletivos sobre os direitos de pessoas LGBTI e das mulheres. Em muitos Estados do Oriente Médio e do Norte da África, pessoas foram presas e processadas por sua orientação sexual ou identidade de gênero, e algumas receberam penas severas por relações consensuais entre pessoas do mesmo sexo. No entanto, decisões judiciais no Japão e no México avançaram no reconhecimento legal das pessoas transgênero.

Os governos devem pôr fim à discriminação baseada em gênero e sexualidade e implementar reformas legais e políticas para garantir direitos iguais e plenos a todas as mulheres, meninas e pessoas LGBTI, incluindo seus direitos sexuais e reprodutivos. Devem assegurar que todas as vítimas e sobreviventes de violência de gênero tenham acesso à proteção, à justiça e à reparação de forma oportuna e eficaz.

INJUSTIÇA ECONÔMICA E CLIMÁTICA

INJUSTIÇA ECONÔMICA E CLIMÁTICA

A insegurança alimentar, o deslocamento forçado e a destruição de moradias e meios de subsistência causados por desastres que se tornaram mais prováveis e mais intensos devido às mudanças climáticas — como secas, enchentes, furacões, ondas de calor e incêndios florestais —

se intensificaram em países de todos os níveis de renda. Como de costume, foram as pessoas que menos contribuíram para as mudanças climáticas que geralmente acabaram pagando um preço mais alto.

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente informou, em novembro de 2025, que o mundo está a caminho de atingir cerca de 3°C de aquecimento acima dos níveis pré-industriais até o fim do século, caso os países cumpram as políticas que já estão em vigor — um cenário cada vez mais improvável. Nos últimos anos, os governos fizeram muito pouco para eliminar gradualmente os combustíveis fósseis ou enfrentar outros fatores-chaves das mudanças climáticas. Em 2025, vários governos, incluindo os do Brasil e do Canadá, foram além, adotando medidas significativas para ampliar a produção e as exportações de combustíveis fósseis, muitas vezes com subsídios financiados pelos contribuintes. Os EUA pressionaram os membros da União Europeia a se comprometerem com a importação e o uso de combustíveis fósseis. Apenas cerca de um terço das partes do Acordo de Paris apresentou os planos exigidos para ações climáticas (contribuições nacionalmente determinadas) até o prazo de 2025.

Além de impulsionar as mudanças climáticas, os combustíveis fósseis representam riscos significativos à saúde de pelo menos 2 bilhões de pessoas que vivem a menos de 5 km de cerca de 18.000 instalações operacionais de infraestrutura de combustíveis fósseis, distribuídas em 170 países. Dessas, estima-se que mais de 520 milhões sejam crianças. Pelo menos 463 milhões de pessoas vivem a menos de 1 km dessas instalações, o que as expõe a riscos ambientais e de saúde muito mais elevados.⁹

As lideranças presentes na conferência sobre mudanças climáticas realizada no Brasil em novembro de 2025, a COP30, não avançaram nem mesmo na reafirmação do compromisso de "transição para longe" dos combustíveis fósseis acordado na COP28. Também não conseguiram viabilizar financiamento ampliado baseado em doações, necessário para que países de menor renda possam se adaptar aos impactos das mudanças climáticas.¹⁰ O financiamento climático constitui uma obrigação dos países de alta renda para ajudar países de menor renda a se adaptarem aos impactos devastadores — atuais e futuros — das mudanças climáticas, pelos quais não são responsáveis. Estima-se que as necessidades sejam de pelo menos USD 300 bilhões por ano, valor que governos poderiam mobilizar por meio de tributação justa e da reorientação de subsídios significativos aos combustíveis fósseis.¹¹

Nesse contexto, foi relevante que pareceres consultivos de dois tribunais internacionais — a Corte Internacional de Justiça e a Corte Interamericana de Direitos Humanos — tenham afirmado as obrigações dos Estados de proteger os seres humanos e os ecossistemas dos quais dependem contra os danos climáticos, incluindo a obrigação de eliminar gradualmente os combustíveis fósseis. Além disso, na COP30, os governos da Colômbia e dos Países Baixos anunciaram que sediariam conjuntamente a Primeira Conferência Internacional sobre a Transição para o Abandono dos Combustíveis Fósseis em abril de 2026.

Os governos devem se comprometer com a eliminação rápida, justa e financiada dos combustíveis fósseis e com uma transição justa, inclusive apoiando o Tratado de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis e aderindo à iniciativa multilateral liderada pelos governos da Colômbia e dos Países Baixos.

VIOLAÇÕES DOS DIREITOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

Crises econômicas prolongadas e conflitos globais se somaram a esses danos climáticos crescentes e foram agravados por um sistema injusto de governança econômica global, centrado no Fundo Monetário Internacional e no Banco Mundial — que já não cumprem seus propósitos —, e por cortes massivos na ajuda, decorrentes de decisões evitáveis de Estados de alta renda, que reduziram o financiamento para a realização de direitos econômicos, sociais e culturais.

A inflação continuou a elevar o custo do pagamento de juros da dívida, de modo que muitos países de baixa e média renda enfrentaram níveis insustentáveis de endividamento e não conseguiram investir na realização dos direitos econômicos e sociais, incluindo os direitos à saúde, à educação e à seguridade social. Sistemas tributários injustos e a incapacidade de conter práticas agressivas de evasão e elisão fiscal por parte de empresas e indivíduos ricos também privaram os governos de receitas essenciais para a realização desses direitos.

Cortes caóticos e abruptos na assistência internacional ao desenvolvimento por parte dos EUA resultaram na interrupção ou no encerramento de programas de saúde e no fornecimento irregular de medicamentos que salvam vidas em muitos países de baixa renda, prejudicando gravemente os grupos marginalizados.¹² Esses cortes, que fazem parte de uma tendência mais ampla de redução da ajuda por parte dos países de alta renda, incluindo países europeus, ampliaram ainda mais a lacuna de quase USD 25 bilhões entre os recursos necessários para atender aos apelos da ONU e os valores efetivamente recebidos. As pessoas em necessidade urgente de ajuda humanitária — estimadas em quase 300 milhões, muitas vivendo em zonas de conflito — foram especialmente afetadas por esse déficit, segundo análise publicada em maio de 2025 pelo Comitê Internacional de Resgate (IRC); quase metade da população do Haiti, do Iêmen, do Sudão e do Sudão do Sul sofreu com a fome severa, enquanto muitas outras enfrentaram desnutrição.

Tudo isso se insere em um contexto de avanços insuficientes em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com menos de cinco anos restantes para o cumprimento das metas de 2030. Segundo relatório publicado em julho de 2025 pelo Secretário-Geral da ONU, pouco mais de um terço (35%) das metas está no caminho certo ou apresenta avanço moderado, enquanto quase metade (48%) está parada. Apenas 31% registram progressos mínimos e 17% não apresentam nenhum avanço. Ainda mais preocupante, 18% das metas regrediram, ficando abaixo dos níveis de referência de 2015.

As negociações em curso para uma convenção tributária vinculante da ONU oferecem uma oportunidade para que os Estados corrijam as desigualdades do sistema tributário global, ao acordarem princípios que previnam abusos fiscais, tributem poluidores e garantam receitas adequadas para o financiamento de todos os direitos humanos. Em 2025, houve progresso significativo na definição dos termos de referência, que incluem a necessidade de que o tratado final esteja alinhado com as obrigações existentes dos Estados em matéria de direitos humanos. Um processo e um mecanismo semelhantes para o tratamento da dívida são uma necessidade urgente. Os governos devem comprometer ao menos 0,7% de sua Renda Nacional Bruta com ajuda internacional, de forma não discriminatória, sempre que possuírem condições para tal; devem enfrentar a crise da dívida por meio do alívio oportuno para todos os países em situação ou risco de endividamento excessivo; e devem apoiar a Convenção-Quadro da ONU sobre Cooperação Tributária Internacional.

ABUSOS CORPORATIVOS

Atores corporativos continuam a alimentar e lucrar com as crises globais. Isso inclui os conflitos em Gaza, em Mianmar e no Sudão, a crise climática global e a destruição de habitats críticos, além de inúmeros casos em que empresas violam os direitos de trabalhadores e de pessoas afetadas por suas operações. Estados estão falhando em proteger as vítimas de abusos corporativos de direitos humanos; os Estados Unidos chegaram a reverter regulamentações e enfraquecer agências-chave.

Os EUA têm pressionado pela expansão da indústria de combustíveis fósseis, enquanto a hostilidade ao multilateralismo, a retórica beligerante de líderes mundiais e a competição econômica com a China alimentam uma corrida por minerais estratégicos que são essenciais tanto para a transição energética quanto para usos militares. Essa corrida está ampliando a extração intensiva de recursos naturais, com empresas que ignoram direitos humanos para maximizar lucros. Os custos resultantes — incluindo remoções forçadas, violações de direitos trabalhistas e poluição da água, do solo e do ar com impactos sobre a saúde e a agricultura — têm sido elevados.

A introdução, pela União Europeia, da Diretiva de Devida Diligência em Sustentabilidade Corporativa — uma regulamentação histórica que impõe novas exigências a grandes empresas quanto a direitos humanos, impactos ambientais e clima — trouxe esperança, uma vez que empresas de diversos países também teriam de cumprir essas normas para negociar com a UE. A regulamentação contou com amplo apoio popular: pesquisa encomendada pela Anistia Internacional e pela Global Witness em 2025 constatou que cerca de três quartos de mais de 10.000 pessoas entrevistadas em 10 países europeus apoiavam a diretiva. 13 A iniciativa também inspirou outros Estados, incluindo a Coreia do Sul, a Indonésia e a Tailândia, a considerar regras semelhantes. No entanto, após pressão de corporações multinacionais e de outros Estados, incluindo os EUA, o Parlamento Europeu votou, em novembro de 2025, por limitar severamente seu alcance.¹⁴

Além disso, a proliferação de ações judiciais estratégicas contra a participação pública (SLAPPs) teve efeito inibidor sobre os esforços da sociedade civil para combater a degradação ambiental e outras irregularidades cometidas por grandes empresas. Em um desses casos, um tribunal dos EUA determinou que o Greenpeace pagasse USD 660 milhões à empresa de combustíveis fósseis Energy Transfer, o que representa uma ameaça existencial à ONG internacional. O tribunal acolheu as alegações da empresa contra o Greenpeace por sua oposição ao oleoduto Dakota Access, que transporta petróleo bruto da Dakota do Norte para Illinois, responsabilizando a organização por difamação, invasão de propriedade e danos civis (nuisance), entre outras acusações. A empresa também tentou impedir o Greenpeace de prosseguir com ações nos Países Baixos, onde marcos legais nacionais e da UE oferecem proteção robusta contra o uso de SLAPPs por empresas.¹⁵

Os governos devem introduzir regras rigorosas para impedir que empresas violem direitos humanos, devem responsabilizar as infratoras e garantir reparação efetiva às vítimas.

TECNOLOGIA E DANOS AOS DIREITOS HUMANOS

VIGILÂNCIA ILEGAL E REPRESSÃO DIGITAL

Governos utilizaram tecnologia para viabilizar e fortalecer práticas autoritárias. Novas investigações em 2025 expuseram a dimensão do uso de ferramentas de vigilância e censura. A Anistia Internacional revelou a venda de uma versão comercializada do "Grande Firewall" da China — sistema de censura e filtragem da internet utilizado pelo governo chinês para controlar o acesso à informação on-line no país — ao governo do Paquistão, bem como o uso de ferramentas de vigilância pelo governo dos EUA contra estudantes e migrantes que participavam de protestos. As autoridades de alguns países, como o Afeganistão, o Paquistão, o Sudão do Sul e a Tanzânia, impuseram restrições ao acesso à internet para limitar o direito à liberdade de expressão, sobretudo no contexto de protestos. No Quênia, as autoridades utilizaram sistematicamente táticas de repressão facilitadas pela tecnologia — incluindo intimidação on-line, ameaças, incitação ao ódio e vigilância ilegal — como parte de uma campanha coordenada e sustentada para suprimir protestos liderados por jovens.

Atores corporativos facilitaram essas práticas. Continuaram a surgir evidências de ataques com programas de espionagem altamente invasivos de empresas como Intellexa, NSO e Paragon, demonstrando os riscos persistentes de um mercado não regulamentado de ferramentas avançadas de vigilância.

Os governos devem impor uma proibição imediata do uso ou da transferência de programas de espionagem altamente invasivos e estabelecer uma moratória sobre o uso ou a transferência de todos os programas desse tipo até que existam salvaguardas eficazes capazes de prevenir abusos de direitos humanos na prática.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DANOS AOS DIREITOS HUMANOS

A expansão das ferramentas de inteligência artificial (IA) generativa, amplamente acessíveis ao público, continuou em ritmo acelerado: em 2025, grandes empresas de tecnologia, como Google, Meta e Microsoft, e importantes desenvolvedoras de IA, como Anthropic e OpenAI, lançaram muitos novos modelos. A criação e operação da vasta infraestrutura física necessária para atender às metas do setor — incluindo a construção de centros de dados — intensificaram a exploração de recursos naturais, como minerais para hardware, água para resfriamento e energia para alimentação dos sistemas. Os impactos sobre os direitos humanos incluem a degradação ambiental nas proximidades dos centros de dados e a erosão de direitos trabalhistas. Em resposta, o ativismo local contra a construção acelerada desses centros cresceu em países como o Brasil, os EUA, a Irlanda e o México. Da mesma forma, trabalhadores do setor de tecnologia — desde as sedes empresariais no Vale do Silício até os centros terceirizados de moderação de conteúdo, rotulagem de dados e outras atividades de apoio na África e em outros locais — têm se organizado cada vez mais para reivindicar condições de trabalho mais seguras.

A regulação da IA permanece inadequada. Novos instrumentos de governança publicados em 2025, como as Diretrizes de Governança de IA da Índia, são não vinculantes ou são excessivamente amplos. A União Europeia flexibilizou as exigências regulatórias nas áreas de tecnologia e de prestação de contas das empresas. O esforço foi justificado como uma medida necessária para eliminar entraves burocráticos e fortalecer a competitividade das empresas europeias. No entanto, tais medidas visam enfraquecer as salvaguardas legislativas existentes — como a Lei de IA da UE, concebida para garantir que sistemas de IA sejam seguros, transparentes, não discriminatórios e respeitem direitos fundamentais — e podem afetar diversas outras proteções regulatórias da UE.

Governos continuaram a investir em infraestrutura pública digital. Em 2025, o Reino Unido anunciou um novo sistema de identidade digital, enquanto a UE desenvolveu uma Carteira de Identidade Digital Europeia. Isso se soma a uma tendência de vários anos de implementação de sistemas abrangentes de identificação digital, como o Aadhaar na Índia. Esses sistemas têm acompanhado ou preparado o terreno para o uso de IA na proteção social, contribuindo para o aprofundamento de desigualdades. A integração de sistemas de IA em áreas como policiamento e migração, bem como no setor militar, agravou as violações de direitos humanos, especialmente para comunidades racializadas.

Os governos devem adotar regulações vinculantes, aplicáveis e baseadas em direitos humanos para a governança de sistemas de IA, incluindo a proibição do desenvolvimento e do uso de sistemas incompatíveis com o direito internacional dos direitos humanos.

REDES SOCIAIS E DANOS AOS DIREITOS HUMANOS

Cresceu a compreensão pública sobre a interseção entre os danos causados pelas redes sociais e outras questões sociais. A Anistia Internacional contribuiu para esse debate ao analisar o sistema de recomendação da plataforma X, tomando como exemplo os distúrbios racistas no Reino Unido em 2024, após um ataque em Southport, Inglaterra, que resultou na morte de três crianças.¹⁶ Alegações falsas de que o autor do ataque era um imigrante ou solicitante de asilo muçulmano ganharam ampla circulação na internet. À medida que a plataforma X se tornou um foco de retórica racista, islamofóbica e xenófoba, a violência fora da internet se intensificou, com ataques a mesquitas, abrigos de pessoas refugiadas e comunidades asiáticas, negras e muçulmanas. Ao mesmo tempo, a X e a Meta, responsável pelo Facebook e pelo Instagram, reduziram significativamente suas equipes de segurança e moderação de conteúdo — responsáveis por manter as plataformas seguras, confiáveis e livres de comportamentos nocivos — e enfraqueceram programas de verificação de fatos.

Muitos Estados buscaram formas de proteger as crianças no ambiente on-line. A Austrália aprovou, em 2025, uma lei proibindo menores de 16 anos de utilizar redes sociais, enquanto a Malásia anunciou planos para adotar medida semelhante. Embora essas iniciativas demonstrem compromisso em enfrentar plataformas nocivas, elas restringem o direito dos jovens à expressão e ao acesso à informação, sem abordar a raiz do problema: as plataformas expõem todos os usuários a danos, ao priorizar o engajamento e explorar dados pessoais. A Anistia Internacional destacou em 2025 como crianças e jovens interessados em saúde mental podem ser facilmente atraídos para "espirais" de conteúdo depressivo e suicida em plataformas como o TikTok.¹⁷

Mais organizações e ativistas têm contestado grandes empresas de mídias sociais. Em um caso contra a Meta no Quênia — que levanta importantes questões jurídicas sobre as práticas algorítmicas do Facebook —, houve uma vitória preliminar significativa em 2025. O Supremo Tribunal do Quênia reafirmou sua competência para julgar violações de direitos constitucionais, rejeitando o questionamento apresentado pela empresa. O processo foi movido por dois cidadãos etíopes e pelo Katiba Institute, que alegam que o Facebook promoveu conteúdo perigoso durante o conflito armado na Etiópia entre 2020 e 2022, e contou com o apoio da Anistia Internacional.¹⁸ A decisão representa um passo importante para garantir que comunidades marginalizadas possam acessar a justiça independentemente de sua localização geográfica, e desafia a concepção de que países fora dos EUA e da Europa existem apenas como mercados de extração de lucros.

As empresas de mídias sociais devem reformular seus modelos de negócios para prevenir violações de direitos humanos e remediar esses impactos quando ocorrerem. Os Estados devem estabelecer regulações mais robustas para proteger todos os usuários e aplicar de forma rigorosa as normas existentes.

¹ "Pull the plug on the political economy enabling Israel's crimes", 18 de setembro

² "International Law Commission: Adoption of expanded article on exceptions to 'functional immunity' broadly welcome, but further improvements require continued attention", 23 de maio

³ "Tool of fear: Executions on the rise as death penalty used to show heavy hand of the state", 10 de outubro

⁴ "I Still Can't Sleep at Night': The Global Abuse of Electric Shock Equipment", 6 de março

⁵ "EU: Welcome changes to the EU's Anti-Torture Regulation should inspire more ambitious global efforts against torture", 5 de agosto

⁶ "Closing the Door? How Visa Policies in Europe's Schengen Area Fail Human Rights Defenders", 30 de outubro

⁷ "Why systemic racism has a lot to do with migration and asylum systems", 18 de dezembro

⁸ "Advocacy Briefing for Defending the Rights of Refugees, Asylum Seekers, and Migrants in The Digital Age", 12 de setembro

⁹ "Extraction Extinction: Why the Lifecycle of Fossil Fuels Threatens Life, Nature and Human Rights", 12 de novembro

¹⁰ "COP30: Rights trampled, yet people power demonstrates that humanity will win", 22 de novembro

¹¹ "Plenty to go around: Mobilizing finance for climate justice", 16 January

¹² "USA: Lives at Risk: Chaotic and Abrupt Cuts to Foreign Aid Put Millions of Lives at Risk", 29 de maio

¹³ "EU: New research suggests majority of Europeans favour human rights and environmental protection in face of EU rollback", 2 de outubro

¹⁴ "Disastrous Omnibus proposal erodes EU's corporate accountability commitments and slashes human rights and environmental protections", 10 de março

¹⁵ "USA: Chilling verdict against Greenpeace sets damaging precedent for protection and promotion of human rights and climate justice", 20 de março

¹⁶ "UK: Technical Explainer on X's Recommender System and the 2024 Racist Riots", 6 de agosto

¹⁷ "France: Dragged into the Rabbit Hole: New Evidence of TikTok's Risks to Children's Mental Health", 20 de outubro

¹⁸ "Kenya: Meta can be sued in Kenya for role in Ethiopia conflict", 3 de abril

PANORAMA REGIONAL: ÁFRICA

Os principais conflitos armados na região persistiram, em grande medida, sem trégua, e os esforços diplomáticos para encerrá-los não conseguiram interromper as violações associadas, nem proteger civis ou responsabilizar os perpetradores. Atores externos continuaram a alimentar os conflitos, inclusive por meio do fornecimento de munições e armas às partes envolvidas.

A meta da União Africana (UA), estabelecida em 2014, de "eliminar a fome e a insegurança alimentar até 2025" não foi alcançada. Os já fragilizados sistemas de saúde da região sofreram pressão adicional devido aos cortes de ajuda do governo dos Estados Unidos, resultando na redução, suspensão ou cancelamento de serviços essenciais de saúde.

Os governos trataram os protestos como uma ameaça, dispersando-os violentamente, restringindo-os indevidamente ou proibindo-os. A repressão se intensificou no contexto de eleições, com regimes liderados por militares reprimindo vozes críticas em nome da segurança nacional. Milhões de pessoas continuaram a ser deslocadas por conflitos e desastres agravados pelas mudanças climáticas, permanecendo o Sudão como o cenário da maior e mais rápida crise de deslocamento do mundo.

Os governos e a comunidade internacional falharam em proteger a população da região contra as secas e inundações agravadas pelas mudanças climáticas.

Normas sociais e atores contrários a direitos continuaram a alimentar a discriminação e a violência de gênero contra mulheres e meninas. Ao mesmo tempo, governos instrumentalizaram sistemas jurídicos para perseguir e discriminar pessoas LGBTI.

As autoridades minaram os esforços para combater a impunidade e garantir a prestação de contas, comprometendo o acesso à justiça e a reparações efetivas para vítimas e sobreviventes dos crimes mais graves.

ATAQUES E HOMICÍDIOS ILEGAIS

O conflito no Sudão continuou a se intensificar, com as Forças Armadas Sudanesas (FAS) retomando a capital, Cartum, e o estado de Gezira das Forças de Apoio Rápido (FAR) nos meses de janeiro e fevereiro. À medida que recuperavam o controle, as FAS e seus aliados atacaram civis em represália. No estado de Gezira, tiveram como alvo membros da comunidade Kanabi, acusando-os de colaborar com as FAR. Mataram civis, incendiaram casas e saquearam bens e animais. Em outubro, as FAR assumiram o controle de El Fasher, em Darfur do Norte, após um cerco de 18 meses à cidade. Após a tomada, combatentes das FAR realizaram assassinatos em massa de civis, submeteram mulheres e meninas a estupro e outras formas de violência sexual e fizeram reféns para obter resgate. As FAR também intensificaram os ataques na região de Cordofão, inclusive contra a cidade de Bara, em Cordofão do Norte, onde realizaram execuções sumárias. Enquanto isso, atores externos continuaram a alimentar o conflito, fornecendo armas às partes. Os Emirados Árabes Unidos forneceram armamento avançado de origem chinesa às FAR, que o grupo utilizou em Darfur.

Na República Democrática do Congo (RDC), o conflito no leste se intensificou em janeiro e fevereiro, quando o Movimento 23 de Março (M23), um grupo armado apoiado por Ruanda, capturou as cidades de Goma e Bukavu, nas províncias de Kivu do Norte e Kivu do Sul, respectivamente. O grupo matou civis ilegalmente, submeteu pessoas detidas a tortura e a outros maus-tratos, e a condições desumanas. Seus combatentes atacaram hospitais em Goma e sequestraram pacientes e cuidadores e, em alguns casos, soldados congolezes escondidos nos hospitais. Entre 28 de janeiro e 9 de abril, o M23 matou mais de 200 pessoas em Goma. Também matou pelo menos outras 319 entre 9 e 21 de julho no território de Rutshuru. Os grupos armados que operam na província de Ituri

também foram brutais; a Cooperativa para o Desenvolvimento do Congo/União dos Revolucionários para a Defesa do Povo Congolês matou mais de 150 pessoas em janeiro e fevereiro. Entre julho e agosto, as Forças Democráticas Aliadas (um grupo armado ugandês) mataram mais de 250 civis em Ituri e em Lubero, em Kivu do Norte.

Relatos de ataques e homicídios ilegais por forças governamentais e grupos armados continuaram em outros conflitos de longa data na região, incluindo em Burkina Faso, em Camarões, em Mali, em Moçambique, no Níger, na Nigéria, na República Centro-Africana (RCA), na Somália e no Sudão do Sul. Em Burkina Faso, os militares e sua milícia aliada, os Voluntários para a Defesa da Pátria, mataram pelo menos 58 civis na área de Solenzo, uma cidade na região de Bankui, entre 10 e 11 de março. Imagens em vídeo do massacre circularam amplamente nas redes sociais. Em Mali, os militares, em alguns casos auxiliados por membros do grupo Wagner (um grupo militar privado russo), estiveram implicados em múltiplos casos de execuções sumárias de civis. Em abril, dezenas de homens foram executados a tiros e seus corpos abandonados perto do campo militar de Kwala, na região de Koulikoro. Em maio, soldados degolaram entre 23 e 27 homens, cujos corpos foram enterrados em valas comuns. Enquanto isso, a situação humanitária em Mali se agravou à medida que grupos armados impuseram bloqueios a várias cidades, incluindo a capital, Bamaco. Em fevereiro, cerca de 34 civis foram mortos em um ataque do Estado Islâmico no Sahel contra um comboio civil que era escoltado por forças de segurança malinesas perto da aldeia de Kobé, próxima à cidade de Gao. O conflito em Moçambique entre forças governamentais e o grupo armado Al-Shabaab, na província de Cabo Delgado, se expandiu em novembro para a província de Nampula, resultando em dezenas de mortes de civis, principalmente em Cabo Delgado.

As partes envolvidas em conflitos armados devem proteger os civis, pondo fim aos ataques tanto seletivos quanto indiscriminados contra populações e infraestruturas civis.

VIOLÊNCIA SEXUAL E DE GÊNERO NO CONTEXTO DE CONFLITOS

Os incidentes de violência sexual relacionada a conflitos continuaram em níveis alarmantes, inclusive na República Centro-Africana (RCA), na República Democrática do Congo (RDC), na Somália, no Sudão e no Sudão do Sul. Na RCA, onde a prática permaneceu generalizada e subnotificada, a Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas na República Centro-Africana registrou 295 casos em um período de nove meses, sendo os membros do grupo armado Retorno, Reivindicação e Reabilitação os principais supostos perpetradores, seguidos pelas forças governamentais. No leste da RDC, os incidentes de violência sexual, incluindo a relacionada a conflitos, foram extremamente elevados. Segundo a ONU, entre janeiro e setembro de 2025 houve mais de 81.000 estupros, um aumento de 31,5% em comparação com o mesmo período de 2024. As violações documentadas no leste da RDC incluíram estupros coletivos de mulheres por membros do M23, do exército congolês e dos Wazalendo (uma coalizão de grupos armados, alguns apoiados pelo exército congolês). No Sudão, as FAR utilizaram a violência sexual de forma generalizada e sistemática para humilhar, punir, afirmar controle, provocar medo e deslocar mulheres e suas comunidades, inclusive em Cartum e em cidades e vilarejos nos estados de Gezira e de Darfur do Norte e do Sul. A Missão Internacional Independente de Apuração de Fatos da ONU para o Sudão informou que as FAS também cometeram violência sexual, incluindo estupro, assédio sexual e tortura sexualizada contra mulheres e homens, especialmente durante a detenção, nos estados do Nilo Azul, Nilo Branco, Norte e Cartum.

As partes em conflitos armados devem emitir ordens claras a seus membros ou forças proibindo atos de violência sexual e de gênero, além de assegurar proteção, cuidado, tratamento e apoio psicossocial às pessoas sobreviventes nas áreas sob seu controle.

DIREITOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

DIREITO À ALIMENTAÇÃO

Choques climáticos, econômicos e relacionados a conflitos exacerbaram a crise de fome na região. Em julho, mais de 307 milhões de pessoas — mais de 20% da população da região — eram afetadas pela fome. Em vários países, a escassez de alimentos foi agravada por cortes de ajuda, incluindo os do governo dos Estados Unidos. Em Madagascar, esses cortes aprofundaram a crise de fome provocada por secas severas relacionadas às mudanças climáticas. Em fevereiro, cerca de 8.000 crianças na região de Grand Sud foram internadas em centros de saúde especializados com desnutrição aguda grave. Em Malawi, onde colheitas fracas contribuíram para a insegurança alimentar, as taxas de desnutrição aumentaram acentuadamente de 4,4% para 7,1%.

As pessoas em países devastados por conflitos enfrentaram condições particularmente graves, com pelo menos 50% das populações do Sudão do Sul e do Sudão vivenciando insegurança alimentar aguda. No Sudão do Sul, estima-se que 28.000 pessoas enfrentaram fome catastrófica. No Sudão, condições de fome foram confirmadas em várias áreas, e milhões estavam em risco de morrer de inanição. Em Mali, a segurança alimentar foi prejudicada pelos bloqueios impostos por grupos armados a várias cidades, incluindo Diafarabé, Gossi, Kayes, Léré e Nioro du Sahel.

DIREITO À EDUCAÇÃO

Milhões de crianças em toda a região foram privadas de acesso à educação devido a conflitos e insegurança. Nas regiões Noroeste e Sudoeste de Camarões, 14.829 escolas estavam fechadas, interrompendo a educação de mais de 3 milhões de crianças e aumentando o risco de recrutamento por grupos armados não estatais. No Chade, o UNICEF informou que 849.000 crianças estavam fora da escola na região leste em 31 de março. Em Mali, 2.036 escolas estavam inoperantes, afetando 618.000 crianças. No Sudão do Sul, mais de 70% das crianças estavam fora da escola, segundo o UNICEF.

DIREITO À SAÚDE

Devido aos cortes de ajuda do governo dos Estados Unidos, a prestação de serviços essenciais de saúde para HIV, malária, tuberculose e saúde sexual e reprodutiva foi interrompida ou reduzida em Camarões, em Gana, em Lesoto, em Malawi, na Namíbia, na Nigéria, na República Centro-Africana (RCA), na África do Sul, no Sudão do Sul e na Zâmbia. Na RCA, o Fundo de População das Nações Unidas afirmou, em maio, que os cortes comprometeram serviços de saúde sexual e reprodutiva para quase 70.000 mulheres e meninas, em um contexto de altos índices de estupro, casamento infantil e mutilação genital feminina. Em Lesoto, na Nigéria, em Serra Leoa, na África do Sul e na Zâmbia, os cortes encerraram o financiamento para serviços de tuberculose e HIV, resultando no fechamento de clínicas e em demissões de pessoal. Somente em Lesoto, cerca de 1.500 profissionais de saúde empregados por programas apoiados por doadores teriam perdido seus empregos.

REMOÇÕES FORÇADAS

s governos continuaram a realizar remoções forçadas, deixando muitas pessoas sem moradia e em situação de vulnerabilidade extrema. Na Etiópia, milhares de pessoas foram removidas à força em 60 cidades, incluindo a capital, Adis Abeba, no âmbito do projeto de Desenvolvimento de Corredores, descrito pelas autoridades como um projeto de desenvolvimento urbano para "[melhorar] infraestrutura, habitação e espaços públicos". As autoridades assediaram residentes que contestaram sua remoção e intimidaram quem cobria o tema para os meios de comunicação. Na

Nigéria, pelo menos quatro pessoas foram mortas em fevereiro durante uma remoção forçada violenta realizada pelo governo do estado de Kano em Rimin Auzinawa, na autoridade governamental local de Ungogo. Em março, mais de 10.000 pessoas ficaram sem moradia quando o governo do estado de Lagos realizou uma remoção forçada violenta da comunidade Ilaje-Otumara.

Os governos devem garantir o acesso a direitos econômicos e sociais, incluindo ações rápidas para prevenir a fome, bem como identificar e enfrentar as causas da insegurança alimentar; endossar e implementar a Declaração de Escolas Seguras e intensificar os esforços para garantir o acesso das crianças à educação em zonas de conflito. Devem alocar pelo menos 15% dos orçamentos nacionais ao setor público de saúde, em consonância com a Declaração de Abuja, e assegurar que suas políticas não impeçam o acesso ao direito à saúde. Devem pôr fim às remoções forçadas e proibi-las, além de adotar moratórias sobre remoções em massa, enquanto não houver salvaguardas legais e processuais adequadas que garantam conformidade com as leis e normas internacionais de direitos humanos.

REPRESSÃO ÀS DIVERGÊNCIAS

LIBERDADE DE REUNIÃO

Muitas vidas foram perdidas quando forças de segurança reprimiram protestos com uso de força ilegal, inclusive letal. Na Tanzânia, uma repressão violenta a protestos pós-eleitorais resultou em centenas de mortes entre o final de outubro e o início de novembro. No Quênia, pelo menos 19 pessoas foram mortas em 25 de junho, quando a polícia utilizou força ilegal contra os protestos liderados por jovens que assinalavam o aniversário das manifestações que haviam deixado pelo menos 60 mortos em 2024. Pelo menos outras 38 pessoas foram mortas em 7 de julho, durante protestos nacionais que celebravam o 35º aniversário do Saba Saba, marco das manifestações pró-democracia no país. Em Camarões, segundo uma reportagem da Reuters com base em fontes da ONU, pelo menos 48 pessoas foram mortas em outubro durante os protestos que contestavam a reeleição do presidente para um oitavo mandato. Em Madagascar, pelo menos 22 pessoas foram mortas em setembro e outubro durante protestos contra a má governança. No Togo, organizações da sociedade civil relataram a morte de sete pessoas após a repressão violenta aos protestos ocorridos na capital, Lomé, no final de junho.

Em outros países, incluindo Angola, Botsuana, Burundi, Camarões, Costa do Marfim, Essuatíni e Níger, as autoridades restringiram indevidamente, proibiram ou impuseram proibições generalizadas a protestos ou reuniões, especialmente aqueles organizados pela oposição ou por pessoas críticas ao governo. As pessoas que ainda assim ousaram protestar foram espancadas ou detidas arbitrariamente. Na Costa do Marfim, mais de 1.600 apoiadores da oposição foram presos durante protestos realizados em outubro que haviam sido proibidos ilegalmente pelas autoridades. Até mesmo manifestações que reivindicavam direitos trabalhistas foram tratadas como ameaça, fossem de profissionais de saúde na Etiópia ou de pessoas que participavam de uma vigília organizada pela União Nacional de Fornecedores do Estado na Costa do Marfim. Manifestantes também enfrentaram acusações criminais apenas por exercer seu direito à liberdade de reunião pacífica. Por exemplo, mais de 500 manifestantes no Quênia foram acusados de diversos delitos, inclusive com base em legislação antiterrorismo.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

O direito à liberdade de expressão permaneceu sob ameaça em toda a região, com pessoas críticas ao governo sendo alvo de prisão, detenção arbitrária e perseguição judicial. Em Angola, António Frederico Gonçalves foi detido arbitrariamente por mais de cinco meses sem acusação, depois de ele ter supostamente publicado um vídeo na internet conclamando os angolanos a demonstrar unidade com Ibrahim Traoré, presidente interino de Burkina Faso. Na Guiné, no Senegal, em Serra Leoa e no Zimbábue, várias pessoas foram presas por "insultar o presidente".

No Quênia, Albert Ojwang morreu sob custódia policial em circunstâncias suspeitas após ter sido preso por uma publicação on-line que pedia responsabilização do governo. Em Mali, o ex-primeiro-ministro Moussa Mara foi condenado a um ano de prisão por uma publicação na plataforma X na qual afirmou que "lutaria por todos os meios" pelos direitos de pessoas presas por expressarem suas opiniões. Em Lesoto, o ativista de redes sociais Tšolo Thakeli foi acusado de sedição por publicar um vídeo criticando o desempenho econômico do governo, acusação que teve um efeito intimidador sobre outros ativistas e usuários de redes sociais. Na Tanzânia, o processo contra o líder da oposição, Tundu Lissu, por traição, simplesmente por instar seus apoiadores a boicotarem as eleições gerais de 29 de outubro, representou a repressão mais ampla às vozes divergentes no país.

O assédio a jornalistas persistiu, com casos de prisão e detenção arbitrárias registrados em diversos países, incluindo Benim, Burkina Faso, Burundi, Etiópia, Moçambique, Níger, Nigéria, República Centro-Africana (RCA), Somália, Uganda e Zimbábue. Em Burkina Faso, as autoridades foram ainda mais longe, utilizando o recrutamento compulsório seletivo para silenciar jornalistas e outras vozes divergentes. Na Etiópia, muitos jornalistas foram detidos por homens mascarados e mantidos incomunicáveis. Em Uganda, forças de segurança atacaram dezenas de jornalistas que cobriam as eleições parlamentares em Kawempe, na capital, Kampala.

Em toda a região, foi comum que as autoridades sancionassem meios de comunicação independentes, inclusive no Benim, em Burkina Faso, na Eritreia, na Guiné, no Quênia, em Moçambique, no Níger, no Senegal, no Togo e em Uganda. Veículos locais e internacionais foram alvo, variando desde a suspensão por 48 horas das rádios Vida e Encontro em Moçambique até a suspensão do jornal *Le Patriote*, no Benim, por cerca de cinco meses. No Quênia, reguladores emitiram uma diretriz ordenando que estações de rádio e televisão cessassem as transmissões ao vivo dos protestos de 25 de junho, alegando que violariam a Constituição. Na Nigéria, reguladores proibiram a transmissão da música 'Tell Your Papa', do cantor Eedris Abdulkareem, por ser crítica ao governo. Em Uganda, jornalistas da NTV Uganda e do jornal *Daily Monitor* foram proibidos de cobrir a presidência e os trabalhos parlamentares em março e outubro, respectivamente.

Restrições ao acesso à internet também foram impostas com frequência. No Sudão do Sul, autoridades ordenaram a provedores de serviços de internet que bloqueassem plataformas de redes sociais por períodos entre 30 e 90 dias. No Togo, o acesso a plataformas de redes sociais, especialmente o Facebook e o TikTok, foi interrompido entre o final de junho e setembro. Na Tanzânia, a internet foi frequentemente bloqueada para silenciar vozes divergentes, inclusive após as eleições de outubro.

Em outros contextos, como na República Centro-Africana, no Quênia e em Serra Leoa, governos aprovaram leis que ameaçavam restringir ainda mais o direito à liberdade de expressão.

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

A repressão ao direito à liberdade de associação se intensificou em vários países. Em Burkina Faso, em Camarões, no Níger e na República Centro-Africana, ONGs, sindicatos e outras associações foram suspensos, dissolvidos ou proibidos de exercer suas atividades. Em Burkina Faso, a International NGO Safety Organisation foi suspensa por três meses. Oito de seus funcionários foram acusados de traição e espionagem simplesmente por exercerem seu direito à liberdade de associação. Em Camarões, as autoridades suspenderam arbitrariamente as atividades da Rede de Pessoas Defensoras dos Direitos Humanos da África Central e acusaram seu presidente do conselho e seu diretor executivo de diversos delitos, incluindo "financiamento do terrorismo".

A organização política sofreu severas restrições em diversos países. Na Guiné, três dos principais partidos de oposição foram suspensos por três meses, enquanto em Mali todos os partidos políticos foram dissolvidos. Em Uganda, forças de segurança cercaram e invadiram os escritórios do partido de oposição National Unity Party, em Kampala, em quatro ocasiões entre fevereiro e junho. Em outros contextos, incluindo em Burkina Faso, na Etiópia e no Zimbábue, os governos adotaram ou propuseram novas leis que suscitaram preocupações por preverem restrições adicionais ao direito à liberdade de associação.

DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

Os desaparecimentos forçados permaneceram endêmicos na região. Em países como Burkina Faso, Burundi, Guiné, Mali, Moçambique, Níger, Quênia, República Democrática do Congo, Tanzânia e Uganda, a prática foi generalizada. Observou-se uma tendência crescente de desaparecimentos forçados de caráter transnacional, especialmente na África Oriental. Em março, a ativista tanzaniana Maria Sarungi Tsehai foi sequestrada em Nairóbi, no Quênia, por homens mascarados em um veículo sem identificação. Durante as várias horas em que esteve em poder dos agressores, a ativista sofreu estrangulamento e graves intimidações, sendo posteriormente abandonada em uma área remota. Em maio, a defensora dos direitos humanos ugandesa Agather Atuhaire e o ativista queniano Boniface Mwangi foram presos arbitrariamente por agentes de segurança em Dar es Salaam, na Tanzânia, onde haviam chegado para acompanhar o julgamento de Tundu Lissu. Ambos foram mantidos incomunicáveis em locais não divulgados e torturados por quatro dias, antes de serem deportados à força para seus respectivos países. Em 1º de outubro, homens armados e mascarados, trajando uniformes militares, sequestraram os ativistas quenianos de direitos humanos Bob Njagi e Nicholas Oyoo em Kampala, Uganda, após terem participado de um comício de campanha do líder da oposição, Robert Kyagulanyi. Seu paradeiro permaneceu desconhecido até 8 de novembro, quando o presidente de Uganda, Yoweri Museveni, confirmou que haviam sido presos pelas forças de segurança por serem "especialistas em distúrbios". Os dois foram libertados no mesmo dia do anúncio presidencial e entregues às autoridades quenianas.

Os governos devem assegurar que a aplicação da lei esteja em conformidade com o direito e as normas internacionais de direitos humanos, inclusive quanto ao uso da força, e pôr fim a todas as formas de assédio contra quem exerce os direitos à liberdade de expressão, de associação e de reunião pacífica. Devem abster-se de desligar ou interromper a internet, plataformas digitais ou serviços de telecomunicações e garantir o respeito à liberdade de imprensa, permitindo que os meios de comunicação operem de forma independente. Devem ainda pôr fim ao uso de desaparecimentos forçados, divulgar imediatamente o destino e/ou paradeiro das pessoas desaparecidas e assegurar um ambiente seguro e propício à atuação de pessoas defensoras dos direitos humanos, da sociedade civil e de membros da oposição.

DIREITOS DAS PESSOAS DESLOCADAS

INTERNAMENTE, REFUGIADAS E MIGRANTES

Os direitos das pessoas refugiadas, migrantes e deslocadas internamente continuaram a ser violados em toda a região. Entre dezembro de 2024 e fevereiro de 2025, mais de 600 eritreus que haviam buscado refúgio na Etiópia foram devolvidos à força para a Eritreia, onde o governo local considerou seus pedidos de asilo como prova de traição. Em fevereiro, o M23 fechou vários campos de pessoas deslocadas internamente perto de Goma, na RDC, deslocando outras dezenas de milhares de pessoas. Em abril, as FAR atacaram o campo de Zamzam para pessoas deslocadas internamente em Darfur do Norte, no Sudão, supostamente matando entre 300 e 1.500 pessoas, a maioria mulheres e crianças. Ainda em abril, vários camaroneses foram expulsos da Guiné Equatorial sem notificação

prévia à embaixada de Camarões. Na África do Sul, o grupo vigilante xenófobo Operação Dudula assediou migrantes e lhes negou acesso a hospitais e centros de saúde, o que levou, em julho, à morte de um bebê de um ano em Joanesburgo.

Em vários países, as condições de vida já precárias nos campos de pessoas refugiadas e deslocadas internamente pioraram devido aos cortes de ajuda do governo dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, Essuatíni, Guiné Equatorial, Ruanda, Sudão do Sul e Uganda, entre outros, consideraram ou celebraram acordos bilaterais com os Estados Unidos para aceitar cidadãos de terceiros países deportados dos EUA. No âmbito desses acordos, Essuatíni e Sudão do Sul receberam 15 e oito pessoas, respectivamente, a maioria das quais permanecia em detenção arbitrária até o final do ano. A Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos (CADHP) manifestou preocupação com a falta de transparência desses acordos e com a ausência de proteções adequadas para pessoas deportadas nos países de destino.

Os governos devem proteger pessoas refugiadas e migrantes contra a devolução forçada (*refoulement*) e as expulsões coletivas. Devem divulgar o paradeiro e a situação jurídica de cidadãos de terceiros países recebidos no âmbito de acordos bilaterais com os Estados Unidos, garantir seus direitos e assegurar que qualquer retorno seja voluntário e em conformidade com os direitos humanos.

DISCRIMINAÇÃO E MARGINALIZAÇÃO

A violência de gênero, incluindo o feminicídio, persistiu em toda a região. Uma pesquisa do Afrobarometer, em janeiro, mostrou que 41% das pessoas em Essuatíni identificaram a violência de gênero como o principal problema de direitos das mulheres no país. No Quênia, 129 casos de feminicídio foram registrados entre janeiro e março. O governo estabeleceu um grupo de trabalho para coordenar respostas a esses crimes, embora sua visibilidade e impacto permanecessem incertos. Na Costa do Marfim, na África do Sul e na Zâmbia, entre outros contextos, centenas de mulheres realizaram protestos exigindo medidas urgentes para enfrentar a violência contra mulheres e meninas. Na África do Sul, onde os protestos em novembro coincidiram com a Cúpula do G20 em Joanesburgo, o governo declarou estado de desastre nacional em razão dos níveis críticos de violência de gênero no país.

Em Burkina Faso, o novo Código das Pessoas e da Família harmonizou a idade legal de casamento em 18 anos para homens e mulheres, além de fortalecer o reconhecimento dos casamentos consuetudinários e religiosos. No Chade, foi adotada uma nova lei para a prevenção da violência contra mulheres e meninas, enquanto em Serra Leoa entrou em vigor uma legislação sobre os direitos da criança que proíbe o casamento infantil precoce e forçado. A Convenção da UA para Eliminar a Violência contra Mulheres e Meninas foi adotada em fevereiro, criando um marco jurídico continental, embora setores da sociedade civil tenham criticado suas disposições aparentemente frágeis.

Os governos continuaram a instrumentalizar sistemas jurídicos para perseguir e discriminar pessoas LGBTI. Em Burkina Faso, o novo Código das Pessoas e da Família criminalizou relações sexuais consensuais entre pessoas do mesmo sexo. Em Gana, parlamentares reapresentaram um projeto de lei que criminaliza ainda mais pessoas LGBTI. Na África do Sul, o assassinato de Muhsin Hendricks — o primeiro imã abertamente gay e uma pessoa defensora dos direitos humanos LGBTI — enquanto se dirigia para celebrar dois casamentos, ilustrou os riscos enfrentados por pessoas LGBTI no país. Na Zâmbia, a Corte Constitucional manteve a validade das Seções 155(a) e (c) do Código Penal, rejeitando o argumento de que a criminalização de atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo seria inconstitucional por promover a discriminação de gênero.

Os governos devem combater todas as formas de discriminação e violência de gênero contra mulheres e meninas e pessoas LGBTI, inclusive enfrentando suas causas estruturais e intensificando esforços para eliminar práticas nocivas. Devem revogar as legislações anti-LGBTI e abster-se de iniciativas para criminalizar relações sexuais consensuais entre pessoas do mesmo sexo.

DIREITO A UM MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL

Os impactos das mudanças climáticas continuaram a agravar secas e inundações em toda a região, sem resposta adequada dos governos ou da comunidade internacional. Na Somália, as secas comprometeram os direitos à alimentação e à água e contribuíram para deslocamentos internos e transfronteiriços. Os esforços do governo para destinar recursos à adaptação climática foram prejudicados pela insuficiência do financiamento climático por parte dos países de alta renda com grandes emissões. Em Madagascar, onde a seca severa continuou a deslocar milhares de pessoas, as estratégias do governo careciam de mecanismos eficazes para identificar e atender às necessidades das populações deslocadas. Secas severas também continuaram a atingir amplas áreas da Namíbia, prejudicando a produção agrícola e os meios de subsistência rurais. Apesar desses impactos persistentes, as autoridades namibianas encerraram o programa de assistência à seca para aproximadamente 1,4 milhão de pessoas. Na África do Sul, algumas áreas de KwaZulu-Natal e das províncias do Cabo Oriental e do Cabo Ocidental sofreram inundações extremas, resultando em perda de vidas e destruição de moradias, especialmente em assentamentos informais. Em um passo positivo, o presidente do Togo promulgou uma lei para regular de forma mais eficaz os efeitos das mudanças climáticas.

Em outros países, a degradação ambiental prosseguiu de forma acelerada. No Congo, o governo aprovou a expansão das atividades de exploração petrolífera no Parque Nacional Conkouati-Douli, ignorando alertas de ONGs de que a medida colocava em risco habitats críticos e ameaçava os meios de subsistência de milhares de pessoas que residem na unidade de conservação. Na Zâmbia, 176 residentes de Chambishi, na província de Copperbelt, processaram a mineradora Sino-Metals Leach Ltd após o colapso de sua barragem de rejeitos em fevereiro. A ação alega a liberação de resíduos tóxicos nos rios Mwambashi e Kafue, embora a controladora chinesa sustente que a acusação é “claramente infundada”. Segundo a ação, aproximadamente 300.000 famílias que dependiam da pesca foram afetadas, enquanto o governo reconheceu apenas 449.

Os governos devem adotar medidas imediatas para proteger suas populações dos impactos das mudanças climáticas e fortalecer sua preparação para eventos climáticos extremos, inclusive buscando assistência internacional e financiamento climático de países de maior renda, especialmente os mais responsáveis pelas mudanças climáticas, e abstendo-se de construir novas infraestruturas de combustíveis fósseis.

DIREITO À VERDADE, À JUSTIÇA E À REPARAÇÃO

As vítimas e sobreviventes de graves violações de direitos humanos e de crimes previstos no direito internacional continuaram a ser privadas do direito à verdade, à justiça e à reparação. Na RDC, vítimas da guerra de seis dias em Kisangani, em junho de 2000, ainda aguardavam justiça. Em Essuatíni, não houve avanços na investigação sobre o assassinato, em janeiro de 2023, do advogado de direitos humanos Thulani Maseko.

Os esforços de justiça e responsabilização foram frequentemente minados pelas autoridades. Em março, o ex-chefe de Estado da Guiné, Moussa Dadis Camara, condenado por crimes contra a humanidade em 2024, recebeu um indulto presidencial, comprometendo o acesso à justiça para vítimas do massacre do estádio de Conacri em 2009. Em setembro, Burkina Faso, Mali e Níger anunciaram sua intenção de se retirar do Tribunal Penal Internacional (TPI). Enquanto isso, o processo de criação do Tribunal Híbrido para o Sudão do Sul, apoiado pela UA, permaneceu parado.

Alguns avanços positivos foram registrados. Em junho, o Tribunal Penal Especial na República Centro-Africana condenou seis ex-membros do grupo armado Frente Popular para o Renascimento da República Centro-Africana por crimes contra a humanidade e crimes de guerra, embora quatro tenham sido julgados à revelia. Em julho, o TPI condenou os ex-líderes Anti-Balaka Alfred Yékatom e Patrice-Edouard Ngaïssona a 15 e 12 anos de prisão, respectivamente, por crimes de guerra e crimes contra a humanidade cometidos em 2013 e 2014 na RCA. Em setembro, no contexto do Sudão, a Missão de Apuração de Fatos publicou seu segundo relatório. Em outubro, foi publicado o primeiro relatório da missão conjunta de apuração de fatos da CADHP sobre a situação no Sudão. Ainda em outubro, o TPI condenou Ali Muhammad Ali Abd-Al-Rahman, também conhecido como 'Ali Kushayb', líder proeminente da milícia Janjaweed, por crimes de guerra e crimes contra a humanidade cometidos em Darfur entre agosto de 2003 e março de 2004. No mesmo mês, a CADHP responsabilizou a RDC por atos generalizados de violência sexual, incluindo estupro, cometidos em 2011 por membros das forças governamentais contra mais de 50 mulheres no território de Fizi, em Kivu do Sul.

Os governos devem fortalecer os esforços para combater a impunidade, realizando investigações rápidas, completas, independentes, imparciais, eficazes e transparentes sobre crimes previstos no direito internacional e outras violações graves dos direitos humanos, levando suspeitos à justiça e garantindo às vítimas acesso a reparação efetiva.

PANORAMA REGIONAL: AMÉRICAS

Os governos da região das Américas intensificaram seus esforços para sufocar o dissenso. Protestos foram reprimidos e manifestantes foram criminalizados. Também foram registradas agressões contra jornalistas, além da aplicação de medidas de censura contra a imprensa.

Pessoas defensoras dos direitos humanos continuaram sendo alvo de hostilidades, ataques e criminalização, e suas organizações enfrentaram obstáculos ao funcionamento, inclusive por meio de controles arbitrários sobre seu financiamento.

As autoridades recorreram ao uso ilegal da força, resultando em violações de direitos humanos.

Persistiram as detenções arbitrárias e os julgamentos injustos, evidenciando que o exercício do poder punitivo do Estado não estava sujeito a controles adequados e frequentemente atendia a interesses políticos.

Pessoas privadas de liberdade enfrentavam condições de detenção desumanas. Foram registrados casos de tortura e outros maus-tratos, especialmente em contextos de repressão política.

O desaparecimento forçado de pessoas continuou sendo um problema em toda a região, sem que os governos adotassem medidas preventivas eficazes, o que contribuiu para a manutenção da impunidade.

A impunidade por violações de direitos humanos e crimes previstos no direito internacional também persistiu, embora tenham sido observados alguns avanços em casos antigos.

A ausência de garantias dos Estados quanto aos direitos econômicos e sociais afetava de forma desproporcional os grupos sujeitos à discriminação. Muitas pessoas enfrentavam dificuldades para acessar serviços públicos essenciais, como educação, saúde e água potável.

A 30ª Conferência da ONU sobre Mudança do Clima (COP30) teve alcance limitado e não reafirmou o compromisso de eliminar gradualmente o uso de combustíveis fósseis. Os Estados não adotaram medidas suficientes para enfrentar a crise climática.

Foram registrados casos de violência de gênero, incluindo feminicídios e violência sexual, em que a impunidade continuou a prevalecer. O acesso ao aborto foi restringido tanto na lei quanto na prática, e os serviços de saúde sexual e reprodutiva não estavam adequadamente garantidos.

Os Estados também continuaram a não assegurar o direito dos povos indígenas a seus territórios, terras e recursos, nem implementaram processos genuínos de consulta e consentimento livre, prévio e informado em questões que os afetavam.

As pessoas LGBTI continuaram a sofrer violência e discriminação, sem receber proteção adequada dos governos. A população trans encontrava-se em situação de especial vulnerabilidade; em vários países, foram aprovadas leis e políticas que enfraqueciam seus direitos.

Pessoas migrantes, refugiadas e solicitantes de asilo também foram expostas a níveis alarmantes de violência e discriminação, em um contexto de crescente retórica racista e xenófoba em toda a região. Muitas enfrentaram obstáculos para acessar seus direitos.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DE ASSOCIAÇÃO E DE REUNIÃO

O espaço cívico continuou a se deteriorar na região em decorrência de violações dos direitos à liberdade de expressão, associação e reunião pacífica.

Ao longo do ano, foram registradas restrições indevidas a protestos na Argentina, no Canadá, no Chile, em Cuba, no Equador, em El Salvador, nos Estados Unidos, no México, no Paraguai, em Porto Rico e na Venezuela. Em diversas ocasiões, as autoridades fizeram uso ilegal da força para dispersar manifestações pacíficas e reprimir seus participantes. Violações semelhantes ocorridas em anos anteriores permaneceram impunes. Durante e após os protestos, ocorreram detenções arbitrárias e investigações criminais, evidenciando o uso do poder punitivo do Estado para restringir a liberdade de expressão e de reunião pacífica.

Em vários países da região, manteve-se a tendência de reformar ou criar leis voltadas a limitar indevidamente o direito à liberdade de associação. As legislações adotadas no Equador, em El Salvador, no Paraguai, no Peru e na Venezuela geraram preocupação devido aos seus impactos negativos sobre a existência e o funcionamento de organizações da sociedade civil, incluindo meios de comunicação. A Lei de Criação da Agência Peruana de Cooperação Internacional (Lei APCI), por exemplo, foi alterada para estabelecer controles arbitrários e desproporcionais sobre essas organizações.

Foram registrados casos de assédio, censura e agressões contra profissionais da imprensa na Argentina, no Brasil, em Cuba, na Colômbia, em El Salvador, nos Estados Unidos, na Guatemala, em Honduras, no México, no Paraguai, no Peru, no Uruguai e na Venezuela. As agressões colocaram em risco a vida e a integridade física de pessoas que exerciam o jornalismo, e foram documentados assassinatos de profissionais da imprensa ao menos na Colômbia, no Equador, em Honduras, no México e no Peru. Ao mesmo tempo, persistiram práticas de criminalização e assédio judicial: na Argentina, o presidente Javier Milei apresentou denúncias contra pelo menos oito jornalistas por calúnia e difamação; na Guatemala, um juiz ordenou o retorno do jornalista Jose Rubén Zamora à prisão, apesar de os processos contra ele terem sido marcados por graves irregularidades.

A vigilância digital ilegal e outras formas de interferência nas comunicações e na vida privada se intensificaram. Na Argentina, o Ministério da Segurança Nacional autorizou a polícia federal a monitorar pessoas nas redes sociais sem ordem judicial. No México, foi aprovada uma reforma legal que estabeleceu a criação de um documento de identidade com dados biométricos, criando riscos à privacidade.

Os Estados devem revogar as leis e práticas que dificultam o exercício dos direitos à liberdade de expressão, associação e reunião pacífica e garantir a participação da sociedade civil nos assuntos públicos.

PESSOAS DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS

Pessoas defensoras dos direitos humanos enfrentaram contextos marcados por violência e criminalização. Foram registrados atos de hostilidade, ataques e assassinatos em quase todos os países da região.

Pessoas defensoras do meio ambiente e do território estiveram expostas a riscos particularmente elevados de sofrer criminalização e violência. Na Bolívia, 12 pessoas que protegiam a Reserva Nacional de Flora e Fauna Tariquía foram acusadas criminalmente; no Canadá, três pessoas indígenas foram condenadas a prestar serviços comunitários por defender o território Wet'suwet'en; no Chile, a defensora María Ignacia González desapareceu; e, no Peru, os defensores ambientais Hipólito Quispe Huamán Conde e Isai Shuk Shawit foram assassinados. Na Colômbia, estimava-se que 2025 superaria os dois anos anteriores em nível de violência contra pessoas defensoras dos direitos humanos.

Em alguns países, persistiram tentativas de enfraquecer a capacidade de atuação das organizações de direitos humanos. Em El Salvador, por exemplo, foi aprovada a Lei de Agentes Estrangeiros, que instituiu um imposto de 30% sobre o financiamento internacional recebido pelas organizações e conferiu ao Executivo poderes para aplicar multas ou cancelar o registro de pessoas jurídicas. Na Nicarágua, o Ministério do Interior publicou, em março, uma norma que, na prática, facilitava o cancelamento arbitrário de pessoas jurídicas e aumentava o risco de encerramento das atividades das organizações.

Pessoas e organizações defensoras dos direitos humanos também foram alvo de hostilidades. Na República Dominicana, pessoas que atuavam em temas relacionados à justiça racial, gênero e migração denunciaram assédio digital e exposição indevida de dados pessoais. No Paraguai, uma comissão parlamentar moveu ação judicial contra cinco organizações para obter acesso a informações sensíveis sobre suas atividades e o uso de recursos financeiros.

Os Estados devem garantir que pessoas defensoras dos direitos humanos possam exercer seu trabalho sem obstáculos e sem temor de represálias.

USO ILEGAL DA FORÇA

Na região das Américas, autoridades fizeram uso excessivo e desnecessário da força, resultando em violações de direitos humanos durante operações que afetaram principalmente manifestantes e pessoas sujeitas a múltiplas formas de discriminação.

No Brasil, uma operação policial no Rio de Janeiro, conduzida em desacordo com as normas internacionais aplicáveis à atuação policial, mobilizou milhares de agentes civis e militares e resultou na morte de mais de 120 pessoas.

Nos Estados Unidos, a polícia matou 1.143 pessoas a tiros em 2025, e a população negra foi afetada de maneira desproporcional pelo uso de força letal. Em junho, autoridades locais utilizaram ilegalmente armas de menor potencial letal para reprimir protestos pacíficos próximo a um edifício federal em Los Angeles onde pessoas migrantes estavam detidas, ferindo seis pessoas. Durante operações de combate ao tráfico de drogas no mar do Caribe e no oceano Pacífico, os Estados Unidos mataram ao menos 123 pessoas, em circunstâncias que aparentaram ser execuções extrajudiciais.

Em Honduras, organizações da sociedade civil denunciaram violações de direitos humanos cometidas pelas forças de segurança durante o estado de exceção, especialmente detenções arbitrárias, uso excessivo da força, tortura e outros maus-tratos.

No Peru, a polícia fez uso desnecessário e desproporcional da força durante protestos, causando a morte do manifestante Eduardo Mauricio Ruiz Sanz por disparo de arma de fogo e ferindo dezenas de pessoas.

Os Estados devem assegurar que o uso da força esteja em conformidade com as leis e normas internacionais de direitos humanos, especialmente no que diz respeito ao princípio da não discriminação.

DETENÇÕES ARBITRÁRIAS E JULGAMENTOS INJUSTOS

A detenção arbitrária por motivos políticos foi praticada em vários países da região e afetou sobretudo as pessoas consideradas contrárias ao governo, que, em geral, eram submetidas a julgamentos sem as devidas garantias processuais.

Em Cuba, a detenção arbitrária foi utilizada para reprimir pessoas consideradas dissidentes. Em janeiro, pelo menos 211 pessoas presas por razões políticas foram libertadas, mas as autoridades impuseram restrições arbitrárias aos seus direitos; além disso, a liberdade condicional de algumas delas foi revogada como represália por manterem seu ativismo político e a defesa dos direitos humanos.

Em El Salvador, as detenções arbitrárias continuaram e, ao final do ano, mais de 90.000 pessoas permaneciam privadas de liberdade sem provas suficientes. A Assembleia Legislativa ampliou de forma desproporcional os prazos de detenção provisória e abriu a possibilidade de realização de julgamentos em massa sem atribuição individualizada de responsabilidade penal.

Na Nicarágua, continuaram as detenções arbitrárias por motivos políticos, e organizações locais documentaram pelo menos 60 casos ao longo do ano.

Na Venezuela, foram registradas novas detenções arbitrárias por razões políticas e, ao final do ano, pelo menos 806 pessoas permaneciam detidas por esse motivo, segundo organizações sociais. Às pessoas acusadas foram designados defensores públicos que não as defendiam de forma adequada; elas também foram privadas de acesso às acusações e julgadas por tribunais sem independência.

Na Bolívia, no Equador, nos Estados Unidos, na Guatemala, no México, no Paraguai e na Venezuela, intensificou-se a tendência de enfraquecimento da independência judicial.

As autoridades devem deixar de utilizar o poder judiciário para atacar vozes divergentes e adotar todas as medidas necessárias para evitar detenções arbitrárias e garantir o direito a um julgamento justo.

DIREITOS DAS PESSOAS DETIDAS

As pessoas privadas de liberdade foram submetidas a condições de detenção desumanas, e a superlotação era um problema estrutural e recorrente.

Na Bolívia, a Defensoria do Povo alertou para a superlotação extrema do sistema prisional, com mais de 33.000 pessoas presas em um sistema com capacidade para apenas 16.000. No Equador e em El Salvador, as pessoas privadas de liberdade continuaram sofrendo com a superlotação, a falta de atendimento médico e de alimentação adequada, bem como com mortes violentas. No Haiti, o sistema de internação juvenil apresentava superlotação, e crianças e adolescentes eram mantidos junto com adultos em pelo menos um centro de detenção. No Uruguai, persistiram a deterioração e a insalubridade das condições de detenção, incluindo a superlotação.

Pessoas privadas de liberdade, assim como pessoas defensoras de seus direitos, denunciaram atos de tortura em vários países da região, entre eles, Chile, Cuba, El Salvador, Estados Unidos, Honduras, México, Nicarágua e Venezuela.

Em El Salvador, a tortura e outros maus-tratos continuaram ocorrendo nas prisões, sob a forma de espancamentos, humilhação sexual, privação do sono e punições coletivas, entre outras práticas. Além disso, as mortes sob custódia estatal desde o início do estado de exceção chegaram a 470.

Em Cuba, na Nicarágua e na Venezuela, pessoas percebidas como opositoras do governo corriam maior risco de sofrer tortura e outros maus-tratos. A Nicarágua revogou o artigo 36 de sua Constituição, que proibia expressamente a tortura.

Os Estados devem garantir às pessoas privadas de liberdade o respeito a seus direitos e à sua dignidade.

DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

Os desaparecimentos forçados continuaram ocorrendo de forma impune em toda a região. Em alguns países, estavam claramente vinculados à repressão ao dissenso; em outros, resultavam da implementação de políticas de segurança.

Em Cuba, o desaparecimento forçado foi utilizado como estratégia repressiva contra pessoas defensoras dos direitos humanos, ativistas, artistas e jornalistas. Na Nicarágua, várias pessoas privadas de liberdade por motivos políticos estavam em situação de desaparecimento forçado devido à ocultação de seu paradeiro e à negação de visitas. Na Venezuela, continuou a prática do desaparecimento forçado, que costumava começar com uma detenção arbitrária realizada por agentes do Estado, seguida da falta de informações, da recusa em reconhecer a detenção e, especialmente, da ocultação deliberada da situação e da localização da pessoa detida.

No Equador, a Procuradoria-Geral abriu investigações sobre o possível desaparecimento forçado de 43 pessoas após operações de segurança conduzidas pelas Forças Armadas em 2024. Em El Salvador, um grupo de pessoas migrantes e solicitantes de asilo expulsas ilegalmente dos Estados Unidos e transferidas para o Centro de Confinamento do Terrorismo, em março, foi submetido a desaparecimento forçado.

Na Colômbia, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha documentou, entre janeiro e maio, 136 novos casos de pessoas desaparecidas relacionados aos conflitos armados, entre elas 26 crianças e adolescentes.

Diante da crise de pessoas desaparecidas no México, o Comitê da ONU contra o Desaparecimento Forçado acionou, pela primeira vez, o procedimento previsto no artigo 34 da Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados, com o objetivo de analisar se os desaparecimentos no país eram praticados de forma sistemática ou generalizada.

Os Estados devem abandonar completamente a prática do desaparecimento forçado e adotar todas as medidas necessárias para prevenir também os desaparecimentos cometidos por agentes não estatais.

DIREITO À VERDADE, À JUSTIÇA E À REPARAÇÃO

Foram proferidas sentenças em casos de graves violações de direitos humanos. No Chile, três integrantes da força policial Carabineros foram condenados pelo ataque sofrido por Moisés Órdenes enquanto ele se manifestava pacificamente em 2019. Na Colômbia, a Jurisdição Especial para a

Paz emitiu suas primeiras sentenças por crimes de guerra e crimes contra a humanidade. No México, um tribunal civil condenou quatro militares pela execução extrajudicial de cinco jovens em 2023. No Uruguai, foram proferidas 15 condenações contra membros das forças armadas e da polícia por crimes contra a humanidade cometidos durante o regime cívico-militar das décadas de 1970 e 1980.

Na Argentina, foi autorizado o julgamento à revelia de dez pessoas acusadas do atentado de 1994 contra a Associação Mutual Israelita Argentina. Na Guatemala, um suspeito que estava foragido há anos foi detido e levado a julgamento por possível participação no assassinato do arcebispo Juan José Gerardi, em 1998. Em Honduras, um tribunal decidiu levar a julgamento três homens acusados do assassinato do ambientalista Juan López em 2024.

Também houve retrocessos e reveses em outros casos. Na Bolívia, foram anulados os processos instaurados contra policiais e militares no contexto de vários massacres ocorridos em 2019. No Chile, o Ministério Público decidiu não prosseguir com 1.509 investigações relacionadas a violações de direitos humanos cometidas durante o levante social de 2019. Na Colômbia, seguiram ocorrendo conflitos de competência entre a justiça penal militar e a justiça comum na apuração de possíveis violações de direitos humanos envolvendo integrantes das forças militares e policiais. Na Guatemala, uma decisão judicial contrária às normas internacionais de direitos humanos concedeu prisão domiciliar a um militar condenado no caso Molina Theissen. No Peru, entrou em vigor uma lei que concedia anistia a integrantes das forças armadas, da polícia nacional e de comitês de autodefesa investigados, processados ou condenados por graves violações de direitos humanos — inclusive crimes contra a humanidade — cometidas entre 1980 e 2000.

A investigação Venezuela I perante o Tribunal Penal Internacional pouco avançou e, em dezembro, a Promotoria do TPI decidiu fechar seus escritórios em Caracas.

Os Estados devem garantir a verdade, a justiça e a reparação por violações de direitos humanos e por crimes previstos no direito internacional, levando à justiça pessoas suspeitas de responsabilidade penal e assegurando-lhes julgamentos justos.

DIREITOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

Os Estados da região não garantiram os direitos econômicos e sociais, e os grupos que sofriam discriminação foram especialmente afetados.

O direito à saúde não estava assegurado para todas as pessoas. O corte repentino, no início do ano, da ajuda externa dos Estados Unidos prejudicou o acesso a serviços de saúde no Haiti e na Guatemala. Em julho, autoridades cubanas reconheceram que o país dispunha de apenas 30% dos medicamentos essenciais. No Paraguai, a crise do sistema de saúde persistiu devido à falta de investimento público, que era inferior ao mínimo de 6% do produto interno bruto recomendado pela OMS. No Uruguai, o acesso a serviços de saúde mental era insuficiente, e a elevada taxa de suicídio continuou a gerar preocupação.

O direito à educação foi impactado por cortes orçamentários e pela violência. Em El Salvador, houve redução de 25.000 matrículas nas escolas públicas nos primeiros meses do ano. No Haiti, a violência dificultou o acesso à educação.

Na Argentina, a aposentadoria mínima não cobria as necessidades básicas, e mais de três milhões de pessoas idosas viviam em situação de pobreza.

Os obstáculos ao acesso a serviços públicos essenciais persistiram em 2025. Em Cuba, o fornecimento de energia elétrica esteve em crise constante ao longo do ano, com frequentes apagões em grande escala que afetaram milhões de pessoas. Na Guatemala, o acesso à água potável e ao saneamento adequado continuou profundamente desigual. No Haiti, a crise humanitária seguiu comprometendo o acesso à alimentação, à saúde e à água potável, entre outros direitos. Na Venezuela continuaram sendo registradas falhas no fornecimento de água e eletricidade, bem como protestos relacionados aos serviços básicos.

Os Estados devem assegurar que todas as pessoas tenham acesso aos direitos econômicos e sociais em condições de igualdade e sem discriminação.

DIREITO A UM MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL

A COP30, realizada em novembro no Brasil, teve alcance limitado e não reafirmou o compromisso de promover a transição para o abandono dos combustíveis fósseis. Tampouco foi assumido um compromisso firme para que os países de alta renda ampliassem o financiamento, na forma de subsídios, de que os países de menor renda necessitam para a adaptação climática.

Antes mesmo da COP30, os Estados da região já não adotavam medidas suficientes para enfrentar a crise climática, cujos impactos sobre os direitos humanos continuaram a ser registrados ao longo do ano. As autoridades de alguns países, como a Argentina e os Estados Unidos, mantiveram posturas negacionistas em relação à crise climática.

A Argentina continuou com objetivos e políticas climáticas insuficientes. O Canadá concedeu subsídios, financiamento e isenções fiscais para projetos petroquímicos e de combustíveis fósseis. O Equador seguiu permitindo a queima de gás em tochas instaladas na Amazônia, apesar de decisão judicial de 2021 que determinava sua eliminação. Nos Estados Unidos, um decreto do Executivo declarou o "domínio energético" como emergência nacional e pretendia reativar a indústria mineradora de carvão, apesar de seus efeitos ambientais. Honduras apresentava atrasos na formulação e na adoção de medidas de adaptação à mudança climática.

Na Bolívia, a crise climática agravou o desmatamento, os incêndios e as alterações nos regimes de chuva, intensificando a escassez hídrica e afetando os direitos à água e à segurança alimentar. No Brasil, escassez de água e de chuvas, deslizamentos de terra, tempestades, inundações, ondas de calor e secas afetaram desproporcionalmente as populações vulneráveis, com impactos particularmente severos sobre comunidades negras, indígenas e de menor renda. O Paraguai enfrentou riscos crescentes relacionados à mudança do clima, incluindo secas, inundações e elevação das temperaturas.

As autoridades devem enfrentar, prevenir e mitigar os impactos da crise climática sobre os direitos humanos por meio de ações em nível local e regional.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

No Chile, foi aprovado um novo regulamento sobre o aborto com o objetivo de garantir atendimento oportuno. No México, quatro estados adotaram legislação que descriminalizou o aborto.

Apesar desses avanços concretos, persistiram obstáculos ao acesso ao aborto — tanto na lei quanto na prática — pelo menos na Argentina, no Brasil, na Colômbia, no Equador, em El Salvador, nos Estados Unidos, na Guatemala, no Haiti, em Honduras, no Peru, em Porto Rico, na República Dominicana e na Venezuela.

Nos Estados Unidos, o governo federal revogou políticas que ampliavam e protegiam o acesso à atenção reprodutiva e reduziu o financiamento a centros e programas especializados. Em Porto Rico, foi aprovada uma lei que passou a exigir o consentimento por escrito de um responsável legal para que meninas menores de 16 anos pudessem ter acesso ao aborto. Na República Dominicana, foi aprovado um novo Código Penal que estabeleceu a proibição total do aborto. O aborto permaneceu criminalizado em todas as circunstâncias em El Salvador, no Haiti, em Honduras e na Nicarágua.

Continuaram sendo registrados casos de gravidez entre meninas e adolescentes, sem que as autoridades adotassem medidas adequadas para enfrentar o problema. Na Argentina, foi extinto um programa oficial que havia reduzido em 49% a taxa de fecundidade entre adolescentes nos quatro anos anteriores. No Peru, 992 meninas foram forçadas a levar a termo sua gravidez.

As autoridades devem garantir o acesso ao aborto seguro, bem como a outros direitos sexuais e reprodutivos.

DIREITOS DAS MULHERES E DAS MENINAS

Mulheres e meninas continuaram enfrentando níveis alarmantes de violência, incluindo feminicídios, com registros de casos na Argentina, na Bolívia, no Brasil, no Chile, na Colômbia, em Cuba, em Honduras, no México, no Paraguai, no Peru, em Porto Rico e no Uruguai. Em vários Estados da região, as estatísticas sobre esse tipo de crime eram inadequadas e pouco confiáveis.

Em Cuba, o feminicídio continuou a não ser considerado crime específico. Em Porto Rico, o Tribunal de Apelações declarou inconstitucional um artigo do Código Penal relativo a esse crime, sob o argumento de que violava o devido processo legal e a presunção de inocência.

Também foram registrados casos de outras formas de violência contra mulheres e meninas, incluindo violência sexual, na Argentina, na Bolívia, no Chile, em Cuba, nos Estados Unidos, no México, no Peru, na República Dominicana e no Uruguai, entre outros países. Na República Dominicana, o novo Código Penal continha uma tipificação regressiva do crime de violência sexual no âmbito conjugal, em desacordo com as normas internacionais.

Ao longo do ano, houve alguns avanços, como a entrada em vigor, na Bolívia, da Lei 1.639, que proibiu o casamento precoce e infantil de pessoas menores de 18 anos, e a aprovação, em janeiro, de uma lei na Colômbia que passou a permitir o divórcio por iniciativa unilateral de um dos cônjuges.

Os Estados devem adotar medidas eficazes para pôr fim à violência de gênero e garantir que mulheres e meninas exerçam seus direitos sem discriminação.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Os povos indígenas continuaram sofrendo discriminação e violência, além dos impactos da crise climática, em um contexto de desrespeito persistente aos seus direitos por parte dos Estados. Na Bolívia, no Canadá e no Equador, entre outros países, continuou a expansão de projetos extrativistas em territórios indígenas sem a realização de consultas que observassem as normas internacionais sobre consentimento livre, prévio e informado.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Equador por violar o direito à propriedade coletiva dos povos indígenas da Amazônia ao autorizar projetos de mineração em seus territórios.

No Canadá, diversos projetos de lei ameaçavam o direito dos povos indígenas à autodeterminação, inclusive ao acelerar a aprovação de grandes projetos de infraestrutura.

No Brasil, líderes e integrantes de comunidades indígenas foram assassinados em contextos de retomada territorial e conflitos fundiários. O povo indígena Avá Guarani Paranaense continuava aguardando a restituição — tanto no Brasil quanto no Paraguai — de seu território ancestral, do qual havia sido deslocado em decorrência da construção da usina hidrelétrica Itaipu Binacional. Na Colômbia, povos indígenas e comunidades afrodescendentes continuaram sendo desproporcionalmente afetados por deslocamentos forçados recorrentes e em massa, além de confinamentos e restrições à mobilidade.

Na Venezuela, povos indígenas da etnia yekuana denunciaram a situação de conflito em seus territórios, no estado do Amazonas, em consequência de atividade extrativista ilegal.

Os Estados devem respeitar e proteger a posse, a propriedade e o controle dos povos indígenas sobre suas terras e recursos.

DIREITOS DAS PESSOAS LGBTI

Pessoas LGBTI foram vítimas de crimes em toda a região, e os discursos estigmatizantes — especialmente contra pessoas trans — se intensificaram. Segundo organizações locais, até o final do ano, ao menos 29 pessoas LGBTI haviam sido assassinadas na Guatemala e 35 em Honduras, enquanto no México foram registrados ao menos 17 transfeminicídios. Na maioria dos países, os governos não produziam estatísticas confiáveis sobre esses crimes. No Canadá, nos Estados Unidos, no Paraguai, no Peru e em Porto Rico foram implementadas leis ou políticas que restringiram direitos de pessoas trans.

A violência e a discriminação afetaram de forma ainda mais intensa as pessoas que estavam sujeitas a formas sobrepostas de discriminação, como no Brasil, onde foram registrados casos de violência racista contra pessoas LGBTI negras; nos Estados Unidos, onde foram aprovadas leis que restringiram serviços de saúde destinados a jovens trans; e no Paraguai, onde autoridades negaram a duas pessoas trans migrantes a emissão de documentos compatíveis com sua identidade de gênero. eram restritivas, e o crime de sedição, usado para suprimir críticos do governo, foi mantido. O governo chinês introduziu novas medidas para impedir que usuários da internet no continente usassem gírias e "expressões obscuras" para burlar a censura on-line. Em Hong Kong, as autoridades aprovaram a Portaria de Salvaguarda da Segurança Nacional, que introduziu deûnições amplas de "segurança nacional" e "segredos de Estado" já aplicadas na China continental, junto com poderes reforçados para cumprimento e penalidades mais severas.

As autoridades não adotaram medidas suficientes para enfrentar essas formas de violência. Em alguns Estados, mecanismos de atendimento às vítimas foram enfraquecidos ou eliminados. Nos Estados Unidos, por exemplo, o governo federal encerrou uma linha telefônica nacional de prevenção ao suicídio voltada a jovens LGBTI.

Os Estados devem reconhecer os direitos das pessoas LGBTI — em especial das pessoas trans — e adotar medidas para protegê-las contra todas as formas de discriminação e violência.

DIREITOS DAS PESSOAS REFUGIADAS E MIGRANTES

Pessoas migrantes, refugiadas e solicitantes de asilo enfrentaram níveis alarmantes de violência e discriminação na região. A dinâmica da mobilidade humana tornou-se mais complexa em razão das políticas e da retórica adotadas por diversos países, sobretudo os Estados Unidos, que afetaram os fluxos migratórios no continente. Autoridades da Colômbia, da Costa Rica e do Panamá indicaram que o trânsito irregular de pessoas rumo ao norte havia diminuído significativamente, enquanto aumentava em direção ao sul.

Autoridades de vários países difundiram discursos estigmatizantes, hostis e discriminatórios. No Chile e nos Estados Unidos, as narrativas racistas e xenófobas se intensificaram no contexto dos processos eleitorais.

Nos Estados Unidos, também foi promovida uma agenda racista e anti-imigração: agentes com o rosto encoberto realizaram detenções sem considerar a situação migratória das pessoas, e veículos blindados patrulharam as ruas, especialmente em áreas próximas a escolas, centros religiosos, hospitais e outros locais anteriormente protegidos de operações de controle migratório.

Na República Dominicana, persistiram o uso de perfilamento racial, as detenções arbitrárias, o uso excessivo da força e os tratamentos cruéis e desumanos durante as operações migratórias e nos centros de detenção, bem como expulsões coletivas contrárias ao direito internacional. Além disso, foi aplicado um protocolo hospitalar que resultava na expulsão e deportação de pessoas sem a documentação exigida, afetando principalmente pessoas haitianas ou de ascendência haitiana.

Os Estados não garantiram às pessoas migrantes e refugiadas o pleno exercício de seus direitos sem discriminação, em muitos casos buscando restringi-los ainda mais. No Canadá, o Programa de Trabalhadores Estrangeiros Temporários continuou vinculando obrigatoriamente trabalhadores migrantes a seus empregadores, apesar dos abusos generalizados e dos riscos de exploração laboral e discriminação, além da imposição de novas restrições que agravaram sua precarização. No Chile, o Congresso continuou debatendo projetos de lei que propunham a criminalização de pessoas refugiadas e migrantes. A Colômbia e o México continuaram sem dispor de sistemas de asilo eficientes.

Os Estados devem combater o racismo e a xenofobia, bem como proteger pessoas refugiadas, solicitantes de asilo e migrantes, e garantir plenamente seus direitos.

PANORAMA REGIONAL: ÁSIA E PACÍFICO

Em toda a região, a repressão, a desigualdade e a impunidade convergiram, impulsionadas por práticas autoritárias, discriminação sistêmica e uma falta de responsabilização profundamente enraizada. As autoridades impuseram restrições cada vez mais excessivas aos direitos à liberdade de expressão, de associação e de reunião pacífica, consolidando seu controle por meio de legislação, policiamento e vigilância digital. Essas medidas se reforçaram mutuamente, reduzindo o espaço cívico e corroendo liberdades fundamentais. Estados normalizaram a supressão das divergências: por meio de repressões letais no Nepal e na Indonésia, do uso de leis antiterrorismo na Índia, de uma onda de detenções arbitrárias antes da votação imposta pelos militares em Mianmar, em dezembro, e de prisões de ativistas em Hong Kong.

No plano internacional, houve vitórias nos esforços de responsabilização, incluindo a prisão e a transferência ao TPI de Rodrigo Duterte, ex-presidente das Filipinas, e mandados do TPI contra dois líderes do Talibã por crimes contra a humanidade de perseguição de gênero. De modo geral, porém, a impunidade permaneceu arraigada, sem progressos adicionais na execução de mandados do TPI contra autoridades responsáveis por crimes internacionais contra pessoas rohingya e sem ações estatais significativas para enfrentar os crimes contra a humanidade cometidos em Xinjiang, na China. No Afeganistão, os mecanismos nacionais de responsabilização foram ainda mais desmantelados, e no Sri Lanka, continuaram amplamente ineficazes para lidar com abusos em tempos de guerra.

Os Estados ampliaram a repressão transnacional. A Tailândia deportou uigures para a China e extraditou defensores montagnard para o Vietnã, apesar dos riscos de violações de direitos. A Malásia colaborou com autoridades tailandesas para perseguir um jornalista, enquanto Hong Kong e a China utilizaram leis para perseguir ativistas no exterior, assediando familiares e amigos que permaneciam em Hong Kong.

A discriminação ampliou os danos causados a grupos marginalizados e em situação de vulnerabilidade. Pessoas rohingya foram submetidas a trabalho forçado em Mianmar e foram desproporcionalmente afetadas por cortes na ajuda humanitária nos campos de refugiados em Bangladesh. Minorias religiosas foram perseguidas de forma sistemática no Afeganistão, na China continental e no Paquistão, enquanto povos indígenas na Austrália e na Indonésia continuaram a sofrer desapropriação de terras. Dalits em todo o Sul da Ásia continuaram restritos a trabalhos perigosos.

A violência baseada em gênero persistiu em toda a região, e os abusos facilitados pela tecnologia ganharam destaque na Coreia do Sul, na Tailândia e no Vietnã.

O tráfico de pessoas e o trabalho forçado aumentaram no Sudeste Asiático, onde complexos de aplicação de fraudes em locais como o Camboja e Mianmar escravizavam e torturavam as pessoas.

A crise climática, a vulnerabilidade a outros desastres e as fragilidades econômicas intensificaram a privação de direitos. No Afeganistão, milhões dependiam de ajuda humanitária em meio às deportações do Irã e do Paquistão e aos terremotos na região. Na Indonésia, nas Filipinas, no Paquistão, no Sri Lanka e no Vietnã, enchentes causaram mortes e deslocamentos em massa, devastaram colheitas e aprofundaram a pobreza. Mudanças climáticas e desastres em Bangladesh, em Kiribati, no Paquistão e em Tuvalu continuaram a deslocar comunidades, reforçando as desigualdades estruturais. A escassez crônica de itens básicos na Coreia do Norte e os cortes na assistência social devido às medidas de austeridade no Sri Lanka evidenciaram como as políticas econômicas podem agravar vulnerabilidades.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Os governos de toda a região continuaram a aplicar leis e práticas restritivas que limitaram o direito à liberdade de expressão, acompanhadas de censura, vigilância e represálias contra defensores dos direitos humanos, jornalistas, ativistas e acadêmicos. Diversos países introduziram ou mantiveram leis que concedem amplos poderes para controlar conteúdos on-line e silenciar as divergências. O governo de Fiji rejeitou os apelos da ONU para reformar leis restritivas sobre ordem pública. A Lei de Cibersegurança de Mianmar criminalizou o dissenso com disposições vagas, e a Lei Eleitoral impôs penalidades severas, incluindo prisão perpétua e até pena de morte, para violência eleitoral. No Nepal, foi apresentado um projeto de lei sobre redes sociais que permitiria ao Executivo ordenar a remoção de conteúdo e o acesso a dados sem supervisão judicial, criminalizando "informações falsas" e assédio virtual (trolagem). Alterações na Lei de Prevenção de Crimes Eletrônicos pelas autoridades do Paquistão ampliaram os poderes de censura e criminalização das manifestações na internet. No Sri Lanka, as autoridades continuaram a usar a draconiana Lei de Prevenção ao Terrorismo. Na Índia, foi promulgada a Lei Especial de Segurança Pública de Maharashtra para criminalizar o dissenso. Na Malásia, as autoridades continuaram a usar leis abrangentes, como a Lei de Comunicações e Multimídia, para restringir a liberdade de expressão; alterações no Código Penal que restringem o espaço cívico foram introduzidas na Mongólia; autoridades cambojanas usaram a revogação de cidadania para punir seus críticos; e nas Maldivas foi proposto um projeto de lei punitivo sobre meios de comunicação, que concede amplos poderes sobre os jornalistas. No Vietnã, alterações à Lei de Segurança Cibernética passaram a permitir que a polícia solicitasse os endereços de protocolo de internet (IP) de usuários e a exigir que provedores removessero conteúdo em até 24 horas, ao mesmo tempo em que foi apresentado um projeto de Lei de Imprensa que exigiria a revelação de fontes por parte de jornalistas, suscitando preocupações em relação à privacidade e à vigilância na internet.

Os governos passaram a visar cada vez mais os espaços digitais para silenciar divergências. Em Singapura, as autoridades usaram a Lei de Proteção contra Falsidades e Manipulação On-line para emitir ordens judiciais contra ativistas, veículos de imprensa e opositores políticos. As autoridades chinesas e de Hong Kong ampliaram leis de segurança nacional para atingir um espectro ainda maior de atividades pacíficas. Em Hong Kong, legisladores expandiram essas leis à área da educação, restringindo a liberdade de expressão, enquanto os tribunais endossaram leis que criminalizam apelos ao abstencionismo eleitoral. No Nepal, as autoridades bloquearam o Telegram e outras 26 plataformas de mídias sociais; no Paquistão, canais do YouTube e contas de redes sociais críticas ao governo foram banidos. Na Índia, as autoridades ordenaram o bloqueio de milhares de contas no X e no Instagram, restringiram sátiras e proibiram 25 livros em Jammu e Caxemira. Na Coreia do Norte, as autoridades mantiveram controle quase total, bloqueando transmissões, inspecionando residências e impondo penalidades severas — incluindo execução — por distribuição de conteúdo estrangeiro.

As represálias pelo exercício da liberdade de expressão foram generalizadas. No Afeganistão, o Talibã prendeu jornalistas, fechou a Rádio Nasim e proibiu nas universidades livros escritos por mulheres e poesias críticas de suas políticas, além de cortar o acesso à internet. Na China, a jornalista Zhang Zhan recebeu uma segunda pena de prisão, e, em Hong Kong, o defensor da democracia Joshua Wong enfrentou nova acusação com base em leis de segurança nacional.

Na Índia, o assédio a jornalistas se intensificou, por meio de registros policiais e prisões, além da revogação do status de cidadania estrangeira da acadêmica Nitasha Kaul.

No Camboja, jornalistas e ativistas enfrentaram prisões e penas prolongadas. A Malásia colaborou com autoridades tailandesas para prender um escritor, e, na Mongólia, a polícia invadiu um veículo

de imprensa independente. Na Tailândia, um acadêmico enfrentou acusações por seu trabalho sobre as relações entre civis e militares. No Vietnã, um ativista dos direitos fundiários foi condenado a 21 anos de prisão por "se opor ao governo".

Os governos devem revogar ou alterar leis repressivas, assegurar que haja supervisão judicial efetiva sobre a regulação de conteúdo e proteger jornalistas e ativistas contra assédio e violência.

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E DE REUNIÃO

O direito à liberdade de reunião pacífica permaneceu sob forte pressão, com governos recorrendo à repressão, a detenções preventivas e a marcos legais restritivos. Repressões violentas a protestos ocorreram ao longo do ano. No Afeganistão, forças do Talibã mataram pelo menos 10 pessoas e feriram 40 durante protestos contra a erradicação da papoula em Badakhshan. Na Indonésia, houve prisões em massa, com 4.000 pessoas detidas, 900 feridas e pelo menos 10 mortes durante manifestações em todo o país. No Nepal, os protestos liderados por jovens da "geração Z" contra a corrupção e o bloqueio de redes sociais deixaram 76 mortos, entre manifestantes e policiais. No Paquistão, as autoridades usaram bloqueios de internet e força letal contra manifestantes no Baluchistão e na área de Jammu e Caxemira administrada pelo Paquistão. As autoridades da Malásia empregaram policiamento intenso e prisões para reprimir vozes divergentes. Nas Filipinas, centenas de pessoas, em sua maioria jovens, foram presas em protestos contra a corrupção. Em Hong Kong, as autoridades impediram reuniões e prenderam possíveis manifestantes; eventos do Orgulho Gay foram cancelados. O desfile Viet Pride na Cidade de Ho Chi Minh foi cancelado pela primeira vez em 13 anos, enquanto outros eventos do Orgulho no Vietnã enfrentaram censura ou cancelamento devido ao assédio de autoridades locais.

Detenções, negação de autorizações e ações judiciais foram comuns em toda a região. As autoridades indianas detiveram estudantes de Jamia, líderes da oposição, incluindo Rahul Gandhi, e trabalhadores de saneamento após negar autorizações para comícios. Nas Maldivas, mulheres foram presas por protestos pacíficos em frente a embaixadas. Tribunais sul-coreanos condenaram ativistas pelos direitos das pessoas com deficiência por participar de protestos pacíficos. Autoridades em Singapura e na Índia continuaram a invocar leis restritivas para declarar certas reuniões ilegais.

Marcos legais restritivos aprofundaram o controle sobre os direitos à reunião pacífica e à associação. Em Taiwan, as autoridades impuseram restrições arbitrárias em zonas sensíveis, e em Hong Kong foram estabelecidas novas zonas "proibidas", limitando não apenas os protestos, mas qualquer presença não autorizada. Na Malásia, persistiram o policiamento intenso, o assédio, as prisões e as investigações, apesar das reformas propostas à Lei de Reunião Pacífica. Na Coreia do Sul, porém, os tribunais flexibilizaram as restrições às reuniões. Os controles sobre organizações cívicas e políticas também se intensificaram. O Sri Lanka continuou a exigir o registro de ONGs junto ao Ministério da Defesa, intensificando a supervisão da sociedade civil. Em Bangladesh, a Liga Awami foi proibida com base em leis antiterrorismo, comprometendo gravemente os direitos à liberdade de reunião e à participação política.

Os governos devem parar com a repressão, libertar as pessoas detidas por participar de reuniões pacíficas, revogar ou alterar leis restritivas ou repressivas e garantir espaços seguros e acessíveis para protestos, em conformidade com as normas internacionais.

DISCRIMINAÇÃO

A discriminação persistiu em múltiplas formas — religiosa, étnica, baseada em descendência, relacionada à deficiência e contra povos indígenas — frequentemente reforçada por políticas estatais, desigualdades sistêmicas e hostilidades sociais.

A discriminação religiosa patrocinada pelo Estado permaneceu generalizada. No Afeganistão, autoridades do Talibã perseguiram minorias xiitas, forçando ismaelitas a se converter ao islamismo sunita, restringindo rituais xiitas-hazaras e discriminando na distribuição de ajuda humanitária. Famílias hazaras também foram removidas à força e enfrentaram discriminação no emprego. No Paquistão, a violência e as restrições por parte de atores privados e estatais contra pessoas ahmadias aumentaram, e a responsabilização pelo ataque a cristãos em 2023 por atores privados continuou pendente. Na Índia, leis discriminatórias criminalizaram casamentos inter-religiosos, enquanto crimes de ódio praticados por atores privados e estatais contra pessoas muçulmanas e caxemires foram documentados. Na Indonésia, a intolerância contra as comunidades ahmadi e cristã persistiu, com restrições ao culto e ataques a locais de oração. O governo chinês interferiu em assuntos do budismo tibetano e deteve líderes cristãos. Em Fiji, templos hindus foram vandalizados.

A discriminação étnica persistiu em vários países. No Japão, a retórica xenófoba foi flagrante durante as campanhas eleitorais, enquanto na Coreia do Sul aconteceram manifestações contra chineses. No Estado de Rakhine, no norte de Mianmar, o Exército Arakan forçou pessoas rohingya deslocadas internamente a trabalhar, com relatos de maus-tratos contra quem se recusava.

A discriminação contra os povos indígenas foi grave e sistêmica. Na China, uigures e tibetanos continuaram a enfrentar discriminação sistemática, incluindo restrições à expressão cultural, linguística e religiosa. Na Austrália, povos aborígenes e das Ilhas do Estreito de Torres enfrentaram agravamento das desigualdades, altas taxas de encarceramento e mortes sob custódia. Na Índia, proteções ambientais foram enfraquecidas, aumentando os riscos de deslocamento das comunidades indígenas. Na Indonésia, projetos de grande escala e a mineração de níquel devastaram terras indígenas, provocando protestos e a criminalização de ativistas. O Comitê CERD alertou o governo japonês sobre o impacto da construção de uma base militar estadunidense em Okinawa, enquanto lideranças indígenas protestaram contra o financiamento japonês de projetos prejudiciais no exterior. O governo da Malásia avaliou a possibilidade de emendas para ampliar os direitos dos povos Orang Asli, enquanto, no Nepal, ocorreram confrontos violentos relacionados a disputas por terras ancestrais e à falta de transparência em projetos de desenvolvimento. Autoridades de Bangladesh continuaram a deter mais de 62 dos 100 indígenas do povo Bawm presos em 2024, em meio a relatos de mortes sob custódia. O parlamento da Nova Zelândia aprovou leis que prejudicam os direitos consuetudinários dos Maoris. Em Taiwan, comunidades indígenas Pingpu obtiveram proteções limitadas para direitos culturais, mas permaneceram preocupadas com a falta de reconhecimento legal, e a discriminação sistêmica na educação continuou. Na Tailândia, projetos que ameaçam os meios de vida de povos indígenas avançaram, e foi aprovada uma lei que não reconhece o estatuto indígena.

A discriminação baseada em descendência continuou a afetar comunidades marginalizadas. Na Índia, os planos para um censo de castas não avançaram, perpetuando desigualdades estruturais. No Nepal, comunidades dalits continuaram a enfrentar intensa exclusão social e barreiras de acesso à justiça. No Paquistão, a discriminação estrutural por casta e religião continuou a confinar trabalhadores de saneamento — em sua maioria cristãos dalits — a empregos perigosos e precários, sem proteção legal.

A discriminação baseada em deficiência permaneceu generalizada. Na Coreia do Norte, pessoas com deficiência enfrentaram exclusão sistêmica da educação, dos serviços de saúde e do emprego, com relatos de institucionalização forçada. Taiwan ainda carecia de uma lei abrangente contra a discriminação, resultando em proteções fragmentadas e frágeis. No Japão, a adoção de uma lei de indenização para vítimas de esterilização forçada representou um avanço, mas barreiras sistêmicas e a baixa conscientização continuaram a dificultar o acesso à justiça.

Os governos devem proteger as terras indígenas, abster-se de discursos discriminatórios, combater estereótipos, adotar e aplicar leis eficazes contra a discriminação e garantir acesso igualitário à educação, ao emprego e a mecanismos de justiça e responsabilização.

DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

Os direitos econômicos, sociais e culturais permaneceram sob forte pressão devido a crises econômicas, choques climáticos e políticas discriminatórias. A insegurança alimentar foi aguda. No Afeganistão, 22,9 milhões de pessoas dependiam de ajuda, depois de serem forçadas a retornar ao país — em sua maioria do Irã e do Paquistão — em meio a terremotos e cortes de financiamento; 90% das crianças viviam em situação de pobreza alimentar e 4 milhões estavam desnutridas. Na Coreia do Norte, as pessoas enfrentaram escassez crônica de alimentos, apesar das condições climáticas favoráveis aos cultivos, devido à escassez de fertilizantes e aos choques climáticos, enquanto falhas na distribuição estatal agravaram as dificuldades no meio rural. No Paquistão, 44,7% da população vivia abaixo da linha da pobreza, as restrições do FMI reduziram os gastos sociais, e as enchentes — agravadas pelas mudanças climáticas — destruíram colheitas importantes. No Sri Lanka, os níveis de pobreza permaneceram acima dos registrados antes da crise de 2022, apesar da concessão de benefícios de assistência social.

Os sistemas de saúde permaneceram frágeis. No Afeganistão, o acesso à saúde era limitado no meio rural, e as restrições impostas pelo Talibã atrasaram o resgate de mulheres durante terremotos. Na Coreia do Norte, hospitais tinham graves carências de medicamentos e equipamentos básicos. O UNICEF vacinou 2 milhões de crianças, embora o monitoramento permanecesse severamente restrito.

O direito à educação foi debilitado: proibições do Talibã excluíram 78% das meninas e mulheres afegãs da educação e do trabalho. Na Coreia do Norte, escolas careciam de aquecimento e livros didáticos; em Mianmar, estudantes enfrentaram grandes interrupções após o congelamento de ajuda; e políticas de educação bilíngue da China no Tibete ameaçaram os direitos linguísticos de minorias.

A insegurança habitacional e territorial persistiu. No Camboja, autoridades suspenderam as remoções forçadas no sítio do Patrimônio Mundial da UNESCO de Angkor após pressão internacional, mas não ofereceram reparação às famílias deslocadas. Na Mongólia, comunidades rurais e urbanas afetadas por projetos de desenvolvimento careciam de mecanismos para contestar consultas falhas e a subavaliação de propriedades e bens. Na Índia, operações de despejo em Assam deslocaram cerca de 3.800 famílias, afetando desproporcionalmente muçulmanos.

Abusos e violações de direitos trabalhistas também permaneceram generalizados, afetando desproporcionalmente comunidades marginalizadas e discriminadas. No Paquistão, trabalhadores de saneamento de castas inferiores enfrentaram discriminação sistêmica. No Sri Lanka, os tâmeis malaiyaha continuaram marginalizados apesar de concessões orçamentárias, enquanto trabalhadores do setor têxtil enfrentaram repressão sindical e violência de gênero. Em Bangladesh, houve agitação no setor têxtil e prisões de lideranças sindicais. Nas Filipinas, trabalhadores enfrentaram condições inseguras durante desastres, e, em Hong Kong, trabalhadoras domésticas migrantes foram privadas de proteções mais robustas.

Os governos devem garantir os direitos à alimentação, à saúde, à moradia, à educação e ao trabalho, pondo fim às remoções forçadas, combatendo a pobreza, fortalecendo a proteção social, protegendo trabalhadores e assegurando acesso igualitário a serviços essenciais, sem discriminação.

PRISÕES ARBITRÁRIAS, TORTURA, DESAPARECIMENTOS FORÇADOS E MORTES SOB CUSTÓDIA

As autoridades continuaram a usar leis de segurança e práticas discriminatórias para suprimir divergências, atingindo desproporcionalmente ativistas, minorias e opositores políticos. Prisões e detenções arbitrárias ocorreram de forma generalizada. No Afeganistão, o Talibã deteve pessoas por infrações menores, como cortes de cabelo ou por tocar música, aplicou decretos severos por meio de "inspetores de moralidade" e continuou a perseguir ex-funcionários, jornalistas, defensores dos direitos humanos e vozes críticas por meio de detenções arbitrárias, desaparecimentos forçados e tortura. Mais de 100 casos de execuções extrajudiciais foram documentados. Em Mianmar, houve detenções sistemáticas após o golpe e mortes sob custódia relacionadas à negação de cuidados de saúde e a ferimentos decorrentes de interrogatórios abusivos. Na Coreia do Norte, a detenção arbitrária permaneceu central para o controle do regime, tendo como alvo pessoas acusadas de delitos políticos, sem permitir julgamentos justos. Em Hong Kong e em Macau, leis de segurança nacional foram usadas de forma ampla para suprimir a expressão política e prender ativistas.

No Paquistão, mudanças nas leis antiterrorismo permitiram detenções sem acusação formal por três meses, enquanto jornalistas e ativistas balúquis enfrentaram prisões. Na Índia, o uso indevido de leis antiterrorismo para deter pessoas defensoras dos direitos humanos e ativistas muçulmanos continuou, com prolongadas detenções provisórias.

A tortura e outros maus-tratos persistiram, apesar das proibições legais. No Afeganistão, pessoas detidas sofreram choques elétricos, asfixia com água, extração de dentes e unhas, e abuso sexual. Em Mianmar, as autoridades empregaram espancamentos, choques elétricos, agressão sexual e extração de unhas durante interrogatórios. Na Coreia do Norte, espancamentos, privação de sono e trabalho forçado foram usados para extrair "confissões", com campos de prisão política impondo punições severas e alimentação inadequada. No Vietnã, ativistas foram submetidos a isolamento prolongado, restrição física com algemas e privação de atendimento à saúde, além de mortes suspeitas sob custódia. Na Índia, a tortura policial levou à morte de uma pessoa de 25 anos em Jammu e Caxemira. No Sri Lanka, foram documentados pelo menos 13 casos de mortes sob custódia e denúncias de tortura. Tribunais da Tailândia proferiram as primeiras condenações sob a lei antitortura pelo assassinato de um recruta, sinalizando um raro avanço rumo à responsabilização.

Desaparecimentos forçados continuaram a ser usados como ferramenta de repressão. Na Coreia do Norte, famílias foram impedidas de obter informações sobre pessoas detidas, o que equivale a desaparecimento forçado. Na China, autoridades continuaram a usar a "Vigilância Residencial em Local Designado" — uma forma de detenção secreta equivalente a desaparecimento forçado —, especialmente contra defensores dos direitos humanos e advogados. Um tribunal da Malásia confirmou o envolvimento do Estado em desaparecimentos passados. Em Mianmar, registraram-se padrões de desaparecimentos e mortes após torturas. No Paquistão, 125 novos casos de desaparecimento forçado foram registrados no início de 2025. Em Bangladesh, a Comissão de Inquérito sobre Desaparecimentos Forçados, nomeada pelo governo, informou que 1.772 queixas foram registradas no período de 2009 a 2024, com 67% vinculadas a agências estatais. Essas práticas aprofundaram a impunidade e a discriminação contra grupos vulneráveis.

Os governos devem pôr fim a prisões arbitrárias, à tortura e aos desaparecimentos forçados, proteger os direitos de pessoas sob custódia e garantir responsabilização e salvaguardas contra abusos.

DIREITOS DAS PESSOAS REFUGIADAS E MIGRANTES E TRÁFICO DE PESSOAS

Os governos intensificaram políticas migratórias restritivas, minando ainda mais as proteções a pessoas refugiadas e migrantes e expondo grupos vulneráveis à discriminação e a abusos. Deportações em massa e devoluções forçadas persistiram, apesar das obrigações internacionais. O Paquistão intensificou seu "Plano de Repatriação de Estrangeiros em Situação Irregular", devolvendo mais de 990.000 afegãos. O Irã devolveu 1,8 milhão de afegãos, enquanto a Alemanha, o Tajiquistão e a Turquia continuaram a retornar afegãos à força, apesar dos abusos do Talibã. Mulheres e meninas enfrentaram privação sistêmica de direitos ao retornar ao Afeganistão, e opositores corriam o risco de prisão e tortura. Ao longo do ano, pessoas refugiadas rohingya em Bangladesh temeram ser levadas à força de volta a Mianmar por milícias para lutar no conflito. Na Índia, a hostilidade se aprofundou com a deportação forçada de pessoas refugiadas rohingya para Bangladesh — junto com 300 muçulmanos suspeitos de serem estrangeiros —, enquanto novas leis reclassificaram solicitantes de asilo como migrantes irregulares, corroendo o princípio de non-refoulement. Autoridades da Malásia detiveram pessoas refugiadas rohingya e interceptaram embarcações que as transportavam. O Japão lançou seu "Plano Zero" para reduzir à metade o número de estrangeiros em situação irregular por meio de deportações aceleradas, sendo criticado por colocar em risco solicitantes de asilo. O governo da Tailândia devolveu à força 40 uigures à China, apesar dos riscos de tortura.

A detenção arbitrária e por tempo indeterminado também persistiu em toda a região. Autoridades da Malásia mantiveram mais de 20.000 pessoas em instalações de imigração, incluindo mais de 2.000 crianças. O governo australiano manteve o "processamento offshore" de solicitantes de asilo, com 90 pessoas ainda aguardando processamento em Nauru e 36 em Papua Nova Guiné após 11 anos, enquanto novas leis retiraram direitos processuais de solicitantes de asilo. No Sri Lanka, 116 pessoas refugiadas rohingya, incluindo crianças, foram detidas em instalações militares sem acesso do ACNUR. No Japão e em Taiwan, os governos continuaram a permitir a detenção migratória indefinida sob sistemas opacos, criticados pelas más condições e pela falta de salvaguardas legais. As condições em Bangladesh pioraram drasticamente. Cox's Bazar — o maior campo de refugiados do mundo, abrigando mais de 1 milhão de rohingyas — enfrentou cortes severos de ajuda e 150.000 novos ingressos, elevando o risco de colapso de serviços essenciais, dadas as contribuições limitadas de doadores, apesar dos apelos urgentes da ONU.

O tráfico de pessoas e o trabalho forçado cresceram em toda a região. No Camboja, mais de 50 complexos de fraudes digitais mantiveram estrangeiros em situação de tráfico para exploração em golpes virtuais, em um cenário onde as ações de repressão estatal foram marcadas pela falta de transparência. Mianmar continuou sendo um polo de tráfico humano, com complexos de fraudes mantendo 100 mil pessoas em cativeiro, enquanto grupos armados recorreram ao trabalho forçado e ao recrutamento compulsório. Apesar das sanções contra os responsáveis, os abusos persistiram.

Os governos devem pôr fim às devoluções forçadas de pessoas, à detenção arbitrária e ao tráfico de pessoas, garantir procedimentos seguros de asilo, libertar pessoas detidas ilegalmente e assegurar proteção e dignidade a pessoas refugiadas e migrantes, em conformidade com as normas internacionais.

DIREITO A UM MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL

A mudança climática aprofundou as desigualdades sociais. Em Bangladesh, eventos climáticos extremos agravaram a discriminação de gênero e de casta, mantendo trabalhadores de saneamento

em condições de vulnerabilidade. A elevação do nível do mar em Tuvalu e em Kiribati continuou a forçar deslocamentos, ameaçando os direitos à moradia, à saúde e à identidade cultural. No Paquistão, enchentes catastróficas mataram mais de 1.000 pessoas e deslocaram milhões, enquanto ondas de calor chegaram a 49°C, expondo as dificuldades das respostas a desastres. Na Índia, na Indonésia, no Nepal e no Sri Lanka, as pessoas também enfrentaram enchentes e deslizamentos mortais causados por ciclones, que afetaram desproporcionalmente comunidades rurais com acesso limitado a socorro e suscitaram questionamentos sobre a preparação para desastres climáticos. De acordo com dados oficiais, em outubro e novembro, a capital indiana, Nova Délhi, foi classificada como a cidade mais poluída do mundo.

A implementação de políticas de expansão de combustíveis fósseis e projetos de transição energética continuou a violar os direitos indígenas. Autoridades indonésias prenderam 27 ativistas indígenas que se opunham à mineração de níquel em Halmahera Oriental, evidenciando a vulnerabilidade das terras de uso consuetudinário. O governo do Japão promoveu projetos de gás natural liquefeito no exterior, incluindo acordos com os EUA e o Canadá, sendo criticado por prejudicar as nações indígenas Gwich'in e Wet'suwet'en. Na Austrália, o arquivamento do caso climático dos Ilhéus do Estreito de Torres prejudicou os esforços de busca de justiça para comunidades que enfrentam ameaças existenciais.

Uma governança fraca perpetuou vulnerabilidades. As Maldivas lançaram um ambicioso plano climático, mas deixaram de incluir salvaguardas robustas de direitos humanos e bloquearam litígios climáticos, comprometendo os direitos culturais e os meios de vida. Legisladores da Malásia adiaram um projeto de lei climática para priorizar as consultas ao setor privado, enquanto o governo sul-coreano manteve metas de emissões insuficientes e não apresentou um plano de transição justa. Na China, as rígidas restrições à participação pública nos processos de tomada de decisão ambiental foram mantidas, limitando a prestação de contas.

Políticas de migração discriminatórias agravaram a injustiça climática. O governo da Nova Zelândia não assegurou canais migratórios adequados para as pessoas deslocadas pelo clima no Pacífico, o que reforçou desigualdades, separou famílias, violou direitos de crianças e aumentou a vulnerabilidade dos migrantes.

Os governos devem defender a justiça climática, pôr fim à expansão dos combustíveis fósseis, proteger comunidades indígenas e marginalizadas, garantir políticas climáticas baseadas em direitos e assegurar vias seguras de migração para pessoas deslocadas pelos impactos climáticos.

PENA DE MORTE

A pena de morte permaneceu enraizada na maioria dos países da região e foi frequentemente aplicada em violação às leis e normas internacionais de direitos humanos.

Dois países realizaram suas primeiras execuções após um período de suspensão. No Japão, o enforcamento de Takahiro Shiraishi — a primeira execução em três anos — foi criticado pela falta de transparência, o que prejudicou os esforços pela abolição da pena de morte. Em Taiwan, Huang Lin-kai foi executado em janeiro, no primeiro enforcamento desde 2020, apesar de recursos pendentes e das preocupações com seu estado de saúde mental.

No Afeganistão, o Talibã realizou execuções públicas. Relatórios indicaram que o governo norte-coreano continuou executando pessoas por atos que não configuram crimes reconhecíveis internacionalmente, como compartilhar conteúdos estrangeiros, e por delitos muito abaixo do patamar de "crimes mais graves" estabelecido pelo direito e pelos padrões internacionais, utilizando execuções públicas como instrumento de controle.

Autoridades chinesas continuaram a aplicar a pena de morte a pessoas condenadas por crimes de corrupção, fraude e tráfico; pelo menos um caso de condenação em massa suscitou preocupações com violações do direito a um julgamento justo. Em Bangladesh, entre outras condenações à morte, a ex-primeira-ministra Sheikh Hasina e outros funcionários do governo foram condenados à forca por um tribunal especial em julgamento à revelia, na sequência da repressão aos protestos de 2024. O governo das Maldivas ampliou o escopo da pena de morte para incluir delitos relacionados a drogas, eliminou a possibilidade de comutação dessas penas por indulto e vedou acordos de delação nesses casos.

As execuções relacionadas a drogas prosseguiram em Singapura, onde, entre outros, o cidadão malaio Pannir Selvam foi executado apesar do clamor internacional. Reformas positivas surgiram no Vietnã, com a abolição da pena de morte para oito crimes, incluindo o transporte de drogas. No entanto, a ausência de garantias para o devido processo legal em casos de pena de morte, bem como o sigilo em torno de sua aplicação, continuaram a gerar preocupações. Na Malásia, o governo anunciou um estudo sobre a pena de morte e sua abolição, após a revogação da pena de morte obrigatória em 2023.

Em geral, esses desenvolvimentos refletiram contrastes marcantes: reformas graduais em alguns Estados e práticas arraigadas marcadas pelo sigilo, pela discriminação e pela instrumentalização política em outros.

Os governos que mantêm a pena de morte devem tomar medidas urgentes para aboli-la e, até lá, estabelecer uma moratória oficial das execuções.

IMPUNIDADE E DIREITO À JUSTIÇA, À VERDADE E À REPARAÇÃO

Fragilidades sistêmicas em instituições jurídicas e de supervisão continuaram a obstruir a justiça para vítimas de graves violações de direitos humanos. No Afeganistão, o Talibã desmantelou estruturas judiciais e aplicou a sharia de forma discriminatória, tornando julgamentos justos praticamente impossíveis. Órgãos de supervisão, como a instituição nacional de direitos humanos, permaneceram inoperantes. No Nepal, nomeações para comissões de justiça de transição foram criticadas por falta de transparência e por influência política, levando grupos de vítimas a boicotá-las. No Sri Lanka, persistiram obstáculos estruturais, incluindo a percebida falta de independência do Procurador-Geral e processos falhos de exumação de valas comuns que permaneceram insuficientemente investigadas, apesar de descobertas recentes. Em Bangladesh, promotores obtiveram as primeiras acusações contra militares por desaparecimentos forçados, embora persistissem preocupações com o devido processo, inclusive no julgamento de Sheikh Hasina que resultou em condenação à morte.

Esforços internacionais de responsabilização avançaram em alguns casos. O TPI emitiu mandados de prisão contra líderes do Talibã por perseguição de gênero, e a ONU criou um mecanismo de investigação para o Afeganistão. O ex-presidente das Filipinas, Rodrigo Duterte, foi preso e transferido ao TPI pelo crime contra a humanidade de assassinato, marcando um passo histórico.

A busca pela verdade e as reparações permaneceram insuficientes. O Sri Lanka anunciou uma Comissão de Verdade e Reconciliação e ampliou o Escritório para Pessoas Desaparecidas, mas o progresso foi lento. Enquanto isso, assassinatos relacionados a drogas e o assédio a ativistas nas Filipinas e a vigilância de comunidades tâmeis no Sri Lanka sublinharam a persistência da impunidade.

Os governos devem intensificar os esforços de combate à impunidade, realizando investigações prontas, independentes, imparciais e efetivas sobre crimes previstos no direito internacional e outras violações graves de direitos humanos, levando suspeitos a julgamentos justos e garantindo reparação efetiva às vítimas.

DIREITOS DAS MULHERES E DAS MENINAS

Os direitos de gênero e os direitos sexuais sofreram retrocessos sistêmicos em toda a região. No Afeganistão, decretos do Talibã proibiram mulheres de acessar a educação e o trabalho, restringiram sua liberdade de circulação, impuseram regras de mahram (acompanhante masculino) e contribuíram para o aumento da violência de gênero e do casamento infantil. Em Bangladesh, houve protestos em massa contra as reformas que previam igualdade na herança e a criminalização do estupro conjugal. Em Fiji, no Nepal e no Paquistão, foi relatado aumento da violência contra mulheres, incluindo — no Nepal e no Paquistão — acordos coercitivos em processos judiciais contra agressores. Práticas nocivas como o chhaupadi — costume que obriga mulheres menstruadas ao isolamento, frequentemente em cabanas inseguras — persistiram no Nepal. A violência de gênero facilitada pela tecnologia — como o assédio on-line, o compartilhamento não consensual de imagens íntimas e conteúdo sexual deepfake — persistiu na Coreia do Sul, apesar das reformas legais. O progresso institucional foi desigual: o governo do Sri Lanka anunciou a criação de uma Comissão da Mulher, enquanto a reforma do aborto estagnou na Coreia do Sul.

DIREITOS DAS PESSOAS LGBTI

Os direitos das pessoas LGBTI foram alvo de crescente hostilidade: no Japão, decisões judiciais avançaram de forma desigual no reconhecimento da igualdade no casamento; no Paquistão, foram registrados assassinatos de pessoas transgênero; a pressão estatal levou ao cancelamento do desfile do Orgulho no Vietnã; a China continental intensificou a censura de conteúdos LGBTI; e legisladores de Hong Kong deixaram de aprovar leis de parceria que teriam garantido algum reconhecimento legal e proteção a casais do mesmo sexo.

Os governos devem pôr fim à discriminação baseada em gênero, orientação sexual, identidade e expressão de gênero. Devem aplicar proteções efetivas e garantir igualdade substantiva na lei, nas políticas e na vida cotidiana.

VIOLAÇÕES DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

A população civil enfrentou graves riscos decorrentes de ataques ilegais. No Afeganistão, atentados suicidas, artefatos explosivos de grupos armados e bombardeios transfronteiriços do Paquistão mataram e feriram civis. Em Mianmar, os ataques aéreos aumentaram, visando escolas e aldeias; os ataques com parapentes motorizados mataram dezenas de pessoas, incluindo crianças; e a ajuda humanitária foi bloqueada em áreas controladas pela resistência. No conflito entre o Camboja e a Tailândia, confrontos fronteiriços danificaram hospitais, residências e pagodes, com ataques indiscriminados relatados por ambos os lados. O deslocamento e as crises humanitárias se agravaram à medida que a desinformação alimentou tensões, e as violações de cessar-fogo prosseguiram.

Os governos devem cessar os ataques ilegais, proteger civis, permitir a entrada de ajuda humanitária e respeitar o direito internacional humanitário.

PANORAMA REGIONAL: EUROPA E ÁSIA CENTRAL

EUROPA ORIENTAL E ÁSIA CENTRAL

A região permaneceu na linha de frente de uma erosão global do respeito aos direitos humanos universais e aos marcos de justiça internacional. A Rússia continuou a liderar essa tendência, prosseguindo com sua agressão contra a Ucrânia e cometendo ali outros crimes previstos no direito internacional, inclusive por meio de ataques indiscriminados contra civis e do direcionamento de ataques a infraestruturas críticas. A população civil suportou o peso do sofrimento.

Nesse contexto, os direitos humanos tornaram-se cada vez mais objeto de transação. Belarus obteve alívio de sanções dos Estados Unidos por meio da libertação de pessoas presas, e a busca por minerais raros e recursos energéticos prevaleceu sobre a preocupação com vidas humanas na Ucrânia e em outros locais. A primeira cúpula União Europeia-Ásia Central foi realizada em um contexto de constante incapacidade, em toda a Ásia Central, de cumprir compromissos internacionais de direitos humanos. Apesar do histórico extremamente precário do Azerbaijão em matéria de direitos humanos, a União Europeia e outros atores internacionais aprofundaram a cooperação energética com o país como alternativa ao fornecimento de petróleo bruto e gás russos.

A sociedade civil enfrentou pressão incessante. Um número crescente de ativistas, jornalistas e organizações foi rotulado como "terrorista", "extremista", "agente estrangeiro" ou "indesejável" e forçado ao exílio ou ao encerramento de suas atividades. Um clima de medo, aliado à retração do apoio internacional aos direitos humanos — marcada por uma retirada sem precedentes da ajuda externa dos Estados Unidos —, devastou organizações da sociedade civil e reduziu significativamente a produção de informações sobre direitos humanos.

Outras quedas dramáticas no respeito aos direitos humanos incluíram a tentativa do Quirguistão de reintroduzir a pena de morte, apesar de proibições constitucionais e internacionais. A Geórgia entrou em um caminho de práticas autoritárias, com repressões sistêmicas ao dissenso.

A liberdade de religião e crença, o Estado de Direito e os direitos das pessoas refugiadas e migrantes não foram exceção em um cenário de deterioração geral dos direitos humanos, já que todos sofreram retrocessos em toda a região. A tortura e outros maus-tratos permaneceram endêmicos. A violência baseada em gênero persistiu. A produção e o consumo de combustíveis fósseis se expandiram, demonstrando o desrespeito dos governos às obrigações climáticas.

VIOLAÇÕES DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

A agressão da Rússia contra a Ucrânia, já no quarto ano, prosseguiu de forma implacável, e seus ataques aéreos contra infraestruturas civis críticas se intensificaram. Sua prática disseminada de desaparecimentos forçados e tortura, bem como os relatos de uso de drones contra civis, configuraram crimes contra a humanidade. A Rússia atacou infraestruturas energéticas quase diariamente durante os meses de inverno, deixando milhões de pessoas sem aquecimento e eletricidade em temperaturas abaixo de zero. Ataques ucranianos contra instalações energéticas russas provocaram apagões. Vários ataques da Ucrânia contra alvos dentro da Rússia resultaram em vítimas e danos a infraestruturas civis.

Nos territórios que ocupavam, as autoridades russas foram responsáveis por desaparecimentos forçados e tortura sistemáticos de civis. A Rússia também adotou medidas para apagar a identidade ucraniana, inclusive por meio de seu currículo escolar obrigatório. Em violação manifesta das leis da guerra, avançou com legislação para privar residentes dos territórios ilegalmente anexados em 2022 de suas propriedades e outros direitos caso se recusassem a obter a cidadania russa.

A Armênia e o Azerbaijão não avançaram na responsabilização por alegadas violações cometidas durante o conflito por Nagorno-Karabakh.

Todas as denúncias de crimes de guerra e crimes contra a humanidade devem ser investigadas de modo imparcial e independente, inclusive por meio do princípio da jurisdição universal.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

O direito à liberdade de expressão enfrentou crescentes ataques em toda a região, com vozes críticas rotuladas de forma sistemática como "extremistas", "traidoras" e "agentes estrangeiras", forçadas ao exílio, presas com base em acusações politicamente motivadas e submetidas à tortura e a outros maus-tratos, além de proibições de viagem.

No Azerbaijão, mais de 300 pessoas críticas estavam presas sob acusações infundadas, dezenas enfrentavam proibições de viagem e as organizações de mídia independentes remanescentes foram fechadas. Na Geórgia, veículos de imprensa independentes enfrentaram um amplo espectro de repressão, incluindo campanhas de difamação, multas e investigações criminais.

A "Lista de pessoas envolvidas em atividades extremistas" de Belarus chegou a pelo menos 6.127 nomes, e organizações conectadas de alguma forma às pessoas listadas foram proibidas. O Quirguistão classificou importantes veículos de comunicação independentes como "extremistas", o que significa que qualquer promoção ou compartilhamento de seus conteúdos poderia levar à perseguição penal. A Moldávia continuou a retirar licenças de canais de televisão favoráveis à Rússia sem supervisão judicial.

Na Rússia, pessoas que se opunham à guerra contra a Ucrânia ou expressavam outras opiniões divergentes sofreram penalidades severas, incluindo longas penas de prisão. A censura permeou a vida pública, levando à proibição de músicas, livros e filmes de autores rotulados como "agentes estrangeiros" ou "terroristas e extremistas".

LIBERDADE DE REUNIÃO PACÍFICA

O direito à reunião pacífica foi ainda mais reprimido, com pessoas que tentavam exercê-lo sendo processadas, presas e submetidas à tortura e a outros maus-tratos.

As manifestações públicas continuaram a ser reprimidas e, conseqüentemente, foram raras na maioria dos países da região. Em Belarus, no Tajiquistão e no Turcomenistão, as manifestações eram praticamente inexistentes, e manifestantes pacíficos enfrentavam punições severas. As autoridades belarussas buscaram penalizar pessoas que participaram de protestos no exterior.

As autoridades georgianas reagiram às manifestações diárias que ocorriam desde o final de 2024 criminalizando atos pacíficos como usar máscaras ou permanecer nas calçadas. Manifestantes foram confrontados com uso ilegal da força, inclusive espancamentos por policiais, gás lacrimogêneo, balas de borracha e canhões de água, supostamente misturados com substâncias químicas tóxicas. Ativistas, jornalistas e apoiadores da oposição foram alvo sistemático de buscas, detenções e penas de prisão apenas por exercerem seus direitos humanos.

Na Rússia, onde protestos eram rigorosamente reprimidos, ocorreram pequenas manifestações sobre questões locais. Na Ucrânia, os protestos em massa contra a corrupção persistiram, apesar das restrições da lei marcial adicionadas.

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

Os governos restringiram ainda mais e colocaram em risco o ambiente operacional da sociedade civil por meio de legislações repressivas, criminalizando a participação pública e impondo restrições financeiras extremamente rigorosas. Cortes severos na assistência externa agravaram a situação, forçando dezenas de ONGs a encerrar ou reduzir drasticamente suas atividades.

O Azerbaijão reabriu um caso de 2014 contra ONGs, realizou operações de busca e apreensão e teve como alvo sindicatos e grupos de base. Belarus criminalizou a participação em ONGs que foram fechadas à força, suspensas ou não registradas. A Geórgia adotou legislação de "agente estrangeiro" e congelou as contas bancárias de sete ONGs, alegando que haviam se envolvido em "sabotagem" ao fornecer suprimentos médicos e outros apoios a manifestantes em 2024.

O presidente do Cazaquistão acusou "[supostas] organizações de direitos humanos, blogueiros e jornalistas" de receberem financiamento do exterior para identificar pontos críticos e culpar as autoridades. A Rússia continuou a instrumentalizar a legislação sobre "agentes estrangeiros" e "organizações indesejáveis" para sufocar a sociedade civil, estigmatizando e encarcerando ativistas. Outras 95 organizações, incluindo a Anistia Internacional e a Human Rights Watch, foram designadas como "indesejáveis".

Os governos devem revogar leis e pôr fim a práticas que dificultem os direitos à liberdade de expressão, associação e reunião pacífica, e deixar de usar pretextos para reprimir o dissenso e silenciar o debate sobre seu histórico de direitos humanos.

JULGAMENTOS INJUSTOS

foram instrumentalizados para a perseguição penal do dissenso. O número de pessoas condenadas à revelia, inclusive por suposto "terrorismo" e "extremismo", aumentou.

O Azerbaijão prendeu dezenas de jornalistas e ativistas com base em acusações infundadas e após julgamentos injustos, com quase 30 profissionais da imprensa presos ou em detenção provisória prolongada no final do ano. O número de pessoas presas em Belarus por acusações politicamente motivadas aumentou, apesar de algumas libertações iniciais em troca do alívio de sanções.

A detenção arbitrária e o encarceramento de manifestantes, jornalistas e figuras da oposição após julgamentos injustos tornaram-se comuns na Geórgia, como parte dos esforços para suprimir o dissenso. As acusações forjadas contra jornalistas independentes de destaque, incluindo de veículos como Kloop e Temirov Live, foram um duro golpe contra a imprensa independente do Quirguistão. Vozes divergentes foram encarceradas no Cazaquistão e no Turcomenistão.

O Judiciário russo continuou a impor sentenças severas sob acusações politicamente motivadas, muitas vezes manifestamente absurdas. O Tajiquistão aplicou longas penas de prisão a políticos da oposição e ex-autoridades em julgamentos a portas fechadas, e um apelo de 12 organizações internacionais de direitos humanos para libertar o advogado de direitos humanos Buzurghmehr Yorov, preso arbitrariamente desde 2015, permaneceu sem resposta oficial.

As autoridades devem garantir o direito a um julgamento justo e abster-se de abusar do sistema judiciário para perseguir pessoas divergentes.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

A tortura e outros maus-tratos permaneceram endêmicos em toda a região. A impunidade por esses crimes também permaneceu generalizada, e as investigações sobre violência policial foram raras e ineficazes.

Surgiram numerosos relatos de execuções extrajudiciais e tortura de prisioneiros de guerra ucranianos por forças russas. Nas prisões russas, os abusos incluíram a colocação frequente em celas disciplinares, além da negação de cuidados de saúde e de contato com o mundo exterior.

No Azerbaijão, a tortura e outros maus-tratos sob custódia eram rotineiros, envolvendo regime de isolamento, negação de cuidados médicos, violência, transferências punitivas e uso prolongado de algemas. Pelo menos duas vítimas de perseguição politicamente motivada morreram sob custódia em Belarus, e pelo menos sete no Tajiquistão, incluindo cinco ativistas pamiis.

Na Geórgia, agentes mascarados espancavam rotineiramente as pessoas detidas, tanto no ato de prisão quanto durante a custódia. O Cazaquistão não tratou das inúmeras denúncias de tortura após os protestos em massa de 2022, e o Quirguistão desmantelou seu órgão de prevenção da tortura, apesar dos alertas da ONU contra a medida.

Persistiram as preocupações sobre tortura e outros maus-tratos no Uzbequistão. O isolamento e a detenção em regime de incomunicabilidade continuaram sendo práticas comuns em Belarus e no Turcomenistão, muitas vezes equivalendo a desaparecimentos forçados.

Os governos devem agir com urgência para acabar com a tortura e outros maus-tratos, levando todos os suspeitos de responsabilidade criminal à justiça em julgamentos justos.

DIREITOS DAS PESSOAS LGBTI

Houve constante declínio do respeito pelos direitos das pessoas LGBTI, com ataques diretos e frequentes a esses direitos. Em toda a região, a falta de legislação abrangente contra a discriminação se somou ao fortalecimento das narrativas oficiais de que os direitos de pessoas LGBTI contrariam “valores tradicionais”.

Em um passo positivo, a Ucrânia teve o primeiro reconhecimento judicial de um casal do mesmo sexo como “família de fato”, enquanto o apoio popular à igualdade de direitos para pessoas LGBTI parecia crescer de forma constante.

Na Moldávia, as autoridades de fato na Transnístria, ocupada pela Rússia, adotaram disposições contra a “propaganda” LGBTI, e o Cazaquistão aprovou legislação semelhante. O Uzbequistão e o Turcomenistão mantiveram a criminalização de relações sexuais consensuais entre homens.

Os governos devem revogar leis, políticas e práticas que discriminem pessoas LGBTI, inclusive descriminalizando as relações sexuais consensuais entre pessoas do mesmo sexo e removendo os obstáculos legais ao casamento entre pessoas do mesmo sexo.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A violência baseada em gênero permaneceu generalizada. Na Geórgia, a contínua retórica misógina e sexista de autoridades do alto escalão foi acompanhada de abusos de gênero contra mulheres manifestantes, incluindo ameaças de violência sexual e revistas corporais degradantes com nudez completa. O parlamento russo não deu andamento à legislação sobre violência doméstica, apesar do apoio público. No Tajiquistão, os casos de violência doméstica aumentaram 15% em comparação com o ano anterior.

Os governos devem combater com urgência todas as formas de violência de gênero e enfrentar suas causas estruturais.

LIBERDADE DE RELIGIÃO E DE CRENÇA

Táticas repressivas contra a liberdade de religião e crença foram registradas em toda a região, incluindo exigências restritivas de registro e o uso abusivo de legislação antiextremismo contra minorias religiosas.

Belarus promoveu um processo opaco de recadastramento de organizações religiosas e proibiu atividades religiosas não registradas, e membros do clero não alinhados às autoridades enfrentaram perseguição contínua. O Quirguistão promulgou uma lei restritiva que limita atividades religiosas não registradas, proibiu certas vestimentas religiosas e declarou uma igreja adventista como "extremista". A Rússia continuou a processar e prender arbitrariamente Testemunhas de Jeová e a perseguir outras comunidades religiosas. Medidas recentes da Ucrânia para dissolver a Igreja Ortodoxa Ucraniana, acusada de vínculos com a Rússia, foram criticadas por especialistas da ONU por "equiparar afiliação religiosa a ameaças à segurança nacional".

Os governos devem adotar medidas eficazes para implementar reformas legais e políticas que protejam, promovam e garantam plenamente a liberdade de religião e crença, sem discriminação ou perseguição.

DIREITOS DAS PESSOAS REFUGIADAS, MIGRANTES E DESLOCADAS INTERNAMENTE

Milhões de pessoas continuaram em situação de deslocamento forçado, especialmente na Ucrânia. A Armênia enfrentou dificuldades para fornecer moradia e meios de subsistência a mais de 100.000 pessoas deslocadas de Nagorno-Karabakh. Belarus continuou a forçar pessoas refugiadas e migrantes a atravessar fronteiras da União Europeia, supostamente submetendo-as à violência física. A Rússia introduziu testes obrigatórios de idioma e comprovação de entrada legal para matrícula escolar de crianças migrantes, excluindo a maioria. As autoridades do Tadjiquistão passaram a expulsar refugiados afegãos do país.

Os governos devem garantir que todas as pessoas que fogem de perseguições e violações dos direitos humanos tenham acesso à segurança e à proteção internacional, e que ninguém seja devolvido a situações em que corra um risco real de graves abusos dos direitos humanos.

DIREITO A UM MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL

A guerra da Rússia resultou em graves danos ambientais, tanto dentro quanto fora de suas fronteiras, enquanto sua agressão contra a Ucrânia continuou a impor um enorme custo ambiental e seus ataques militares ameaçaram a segurança nuclear. A repressão à sociedade civil tanto na Rússia quanto em Belarus forçou ativistas climáticos independentes ao exílio.

Compromissos climáticos falharam ou foram ainda mais enfraquecidos, à medida que os países ampliavam tanto a dependência quanto a extração de combustíveis fósseis. O Cazaquistão aumentou sua dependência do carvão e pareceu recuar de compromissos com uma transição verde. Seu presidente atacou publicamente a agenda ambiental e afirmou que a mudança climática "parecia ser uma grande fraude". As ambições climáticas da Moldávia enfrentaram barreiras de financiamento. O Uzbequistão declarou um "ano da economia verde", mas os níveis severos de poluição do ar persistiram no país, assim como em Belarus e outros locais.

A água continuou sendo um recurso escasso para muitas pessoas, especialmente na Ásia Central. O acesso à água potável foi um grave desafio no Tadjiquistão, onde, segundo dados oficiais, 85% da

população — incluindo praticamente toda a população rural — não dispunha de sistemas de esgoto. No Turcomenistão, a má gestão dos recursos hídricos comprometeu a segurança alimentar. Na região de Donetsk, na Ucrânia ocupada pela Rússia, as autoridades de fato foram incapazes de enfrentar a crise hídrica.

Países da Europa Oriental e da Ásia Central com altas emissões devem liderar os esforços de mitigação climática, inclusive pondo fim à expansão da produção de combustíveis fósseis. Os governos devem adotar medidas imediatas para proteger pessoas e comunidades contra os riscos e impactos da mudança climática.

EUROPA OCIDENTAL, EUROPA CENTRAL E SUDESTE DA EUROPA

A discrepância entre os compromissos públicos de muitos governos de respeitar o direito internacional e suas ações foi evidente; alguns recusaram-se abertamente a cooperar com o Tribunal Penal Internacional (TPI). Vários Estados continuaram a transferir armas para Israel. A grande maioria dos governos recorreu à punição da solidariedade com pessoas palestinas por meio da criminalização do dissenso e do uso ilegal da força, em vez de cumprir suas obrigações legais de pôr fim ao genocídio de Israel na Faixa de Gaza ocupada. Alguns Estados intensificaram seus ataques à ordem jurídica internacional, inclusive aos direitos de pessoas solicitantes de asilo e refugiadas. Tanto no plano nacional quanto no regional, alguns Estados lideraram tentativas de esvaziar as proteções previstas nos tratados regionais de direitos humanos. Diversos Estados adotaram deliberadamente medidas para externalizar suas responsabilidades na gestão da migração.

Embora alguns Estados tenham ampliado o acesso ao aborto, em outros as barreiras permaneceram, e pessoas defensoras dos direitos ao aborto enfrentaram perseguição e criminalização. A discriminação e a violência contra pessoas LGBTI se intensificaram como resultado de campanhas bem financiadas por atores e governos contrários a direitos e a questões de gênero. Milhões de pessoas permaneceram na pobreza ou passaram a essa condição. Em alguns casos, os governos introduziram medidas regressivas com probabilidade de aumentar o número de pessoas sem teto e dificultar o acesso à saúde e a outros serviços essenciais. Milhares de pessoas perderam seus benefícios de seguridade social em consequência de ferramentas decisórias inerentemente discriminatórias. Aumentaram os relatos de crimes de ódio contra pessoas racializadas, ciganas e percebidas como muçulmanas ou judias. Desastres agravados pelas mudanças climáticas causaram estragos, principalmente nos países do sul da Europa. Embora alguns Estados tenham adotado medidas proativas para prevenir a mudança climática, outros não cumpriram suas obrigações. Pessoas defensoras de direitos humanos enfrentaram assédio e prisão.

TRANSFERÊNCIAS IRRESPONSÁVEIS DE ARMAS

Vários Estados continuaram a transferir armas para Israel, apesar dos apelos de especialistas da ONU para que essas transferências cessassem imediatamente. A Alemanha restabeleceu a possibilidade de transferências de armas; a França continuou a licenciar exportações de material bélico; a República Tcheca e o Reino Unido mantiveram as exportações de armas; e a Sérvia chegou a aumentar essas transferências. Muitos Estados, incluindo a Irlanda, Portugal e a Eslovênia, não impediram que transferências de armas para Israel transitassem por seu espaço aéreo ou portos.

Os governos devem interromper as transferências de armas para países onde há risco substancial de que sejam usadas para cometer ou facilitar graves violações dos direitos humanos.

IMPUNIDADE

Em um ataque direto ao TPI, a Hungria e a Polônia recusaram-se abertamente a cumprir os mandados de prisão contra o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, e o ex-ministro da Defesa israelense, Yoav Gallant. A Itália não cumpriu suas obrigações de entregar ao TPI Osama Elmasry Njeem, membro de uma milícia líbia acusado de graves violações de direitos humanos.

Na Turquia, vítimas de violações de direitos humanos, inclusive em casos de denúncias de tortura e outros maus-tratos praticados por agentes de segurança contra manifestantes pacíficos, continuaram a enfrentar uma cultura de impunidade.

Os governos devem adotar todas as medidas ao seu alcance para combater a impunidade e responsabilizar os autores de violações, inclusive mediante o cumprimento de mandados de prisão expedidos por tribunais internacionais.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DE ASSOCIAÇÃO E DE REUNIÃO

A repressão prosseguiu de forma preocupante, com vigilância ilegal, criminalização de atividades pacíficas e diversas formas de intimidação, em um esforço para sufocar a sociedade civil.

Leis de "agente estrangeiro" e legislações similares, propostas ou já adotadas, representaram uma ameaça à sociedade civil na Bósnia e Herzegovina, na Bulgária, na Eslováquia e na Hungria. Ações judiciais estratégicas contra a participação pública (SLAPPs) continuaram a exercer um efeito inibidor sobre a liberdade de imprensa e as vozes divergentes em toda a região, inclusive na Croácia e na Polônia. Na Sérvia, relatores especiais da ONU expressaram preocupação com o que pareceu ser "uma campanha sistemática" destinada a desacreditar defensores dos direitos humanos, observadores eleitorais e jornalistas.

Governos continuaram a impor restrições ilegais aos direitos à liberdade de reunião pacífica e de expressão, sancionando discursos protegidos e atos de desobediência civil. Alguns Estados instrumentalizaram disposições de terrorismo já excessivamente amplas para punir e estigmatizar pessoas que expressavam divergências, especialmente aquelas que protestavam diante da inação governamental frente ao agravamento da crise climática e em relação ao genocídio de Israel contra os palestinos na Faixa de Gaza ocupada. Por exemplo, a classificação, em julho, pelo governo do Reino Unido, do grupo de ação direta Palestine Action como "organização terrorista" desencadeou uma forte campanha de desobediência civil pacífica. Até o final do ano, as autoridades do Reino Unido haviam realizado pelo menos 2.700 prisões no contexto de uma série de grandes manifestações pacíficas. Uma revisão judicial dessa classificação estava em curso no final do ano.

Os governos devem revogar leis e pôr fim a práticas que restrinjam os direitos à liberdade de expressão, associação e reunião pacífica, e deixar de recorrer a pretextos para silenciar divergências.

DIREITOS DAS PESSOAS REFUGIADAS E MIGRANTES

A construção de um sistema de segunda categoria para pessoas refugiadas e migrantes, com proteções reduzidas de direitos humanos, ganhou força em muitos países europeus, tanto no plano nacional quanto no institucional, em um contexto marcado por xenofobia e racismo, especialmente anti-negro, anti-muçulmano e antiárabe. Nesse contexto, princípios fundamentais e consolidados do direito internacional — incluindo o princípio de não devolução (non-refoulement), a universalidade dos direitos humanos, a proibição da tortura e o direito à vida privada — foram sistematicamente atacados ao longo do ano, inclusive por meio de ameaças de retirada de tratados e de propostas e discursos voltados a enfraquecer as obrigações dos Estados. Esses esforços ficaram evidentes no âmbito da União Europeia, onde Estados-membros enfraqueceram regras de asilo e negociaram medidas punitivas de deportação, enquanto, no Conselho da Europa, 27 Estados-membros

defenderam a redução das proteções a pessoas migrantes no âmbito da Convenção Europeia de Direitos Humanos (CEDH). Tais iniciativas também se refletiram no plano interno. No Reino Unido, mudanças legais e discursos de altas autoridades buscaram enfraquecer e transformar a CEDH em bode expiatório. Na Áustria e na Alemanha, autoridades realizaram deportações forçadas para a Síria, apesar de o país não ser seguro para retornos forçados, enquanto uma coalizão mais ampla de países buscou iniciar retornos forçados ao Afeganistão. A Grécia deteve centenas de pessoas após uma suspensão temporária e ilegal do direito de solicitar asilo. Embora muitas tenham sido libertadas quando a medida expirou, outras pessoas, prejudicadas por essas disposições, permaneceram detidas em condições inadequadas ao final do ano. A Polônia também suspendeu, de forma ilegal, o direito de solicitar asilo na fronteira com Belarus. O Conselho Federal da Suíça identificou áreas da Ucrânia consideradas seguras para retorno, limitando o acesso à proteção temporária para novos solicitantes, embora nenhuma região da Ucrânia estivesse segura de ataques russos.

Com o objetivo de restringir o acesso à proteção na Europa para pessoas que fogem de perseguição ou buscam melhores condições de vida, e de possibilitar sua remoção forçada apesar dos riscos potenciais a seus direitos, sua vida e sua segurança, vários Estados adotaram deliberadamente medidas para externalizar suas responsabilidades na gestão da migração.

Alguns Estados tentaram estabelecer acordos de cooperação com outros países para viabilizar a detenção e o retorno de pessoas migrantes, o que tornaria mais difícil monitorar violações contra aquelas que tentam chegar à Europa — frequentemente pessoas negras, muçulmanas e outras pessoas racializadas. A Itália liderou essas iniciativas prejudiciais e regressivas, ampliando o uso de seus centros de detenção migratória na Albânia, apesar de contestações judiciais.

Diversos governos continuaram a usar pessoas migrantes e refugiadas como bodes expiatórios para problemas econômicos mais amplos, recorrendo a uma retórica perigosa e prejudicial. Em países como a Grécia, a Itália e Malta, autoridades aumentaram deliberadamente os riscos de travessias marítimas e terrestres, inclusive ao atrasar operações de resgate e ao impedir ou criminalizar pessoas e organizações humanitárias envolvidas em resgates.

Os governos devem proteger os direitos das pessoas refugiadas, migrantes e solicitantes de asilo, dando plena efetividade aos direitos garantidos internacionalmente e pondo fim às detenções arbitrárias.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

As lideranças da Dinamarca e da Groenlândia divulgaram um pedido conjunto de desculpas a milhares de mulheres inuítes que tiveram dispositivos intrauterinos implantados sem consentimento entre 1966 e a década de 1990. Organizações da sociedade civil acolheram a medida, ao mesmo tempo em que demandaram compensação financeira para essas mulheres.

A Dinamarca, as Ilhas Faroé, a Noruega e o Reino Unido aprovaram legislações para ampliar o acesso ao aborto. Luxemburgo consagrou o aborto como uma liberdade garantida em sua Constituição, e o Parlamento Europeu votou a favor de um mecanismo de solidariedade para melhorar o acesso ao aborto seguro em toda a União Europeia. No entanto, vários obstáculos para dificultar e impedir o acesso ao aborto persistiram em toda a região, incluindo a sua criminalização. Diversos Estados, como a Croácia, a Espanha, a Itália e Portugal, não garantiram o acesso a serviços de aborto em razão das altas taxas de objeção de consciência por parte de profissionais, colocando em risco os direitos e a saúde das pessoas.

Os governos têm a obrigação de garantir os direitos sexuais e reprodutivos para todas as pessoas, sem discriminação, incluindo acesso oportuno e sem barreiras ao aborto seguro.

DIREITOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

Milhões de pessoas permaneceram na pobreza ou passaram a essa condição, uma vez que os governos não conseguiram mitigar os efeitos prejudiciais do aumento do custo de vida. O Reino Unido e a Finlândia estiveram entre vários países que adotaram medidas regressivas que podem levar ao aumento do número de pessoas sem teto e dificultar o acesso à saúde e a outros serviços essenciais, afetando especialmente os grupos que já estão em situação de maior vulnerabilidade, como pessoas racializadas — incluindo pessoas refugiadas e migrantes — e aquelas com doenças crônicas.

Diversos governos, incluindo os do Reino Unido e da Sérvia, introduziram ou continuaram a utilizar algoritmos e tecnologias inerentemente discriminatórios para tomar decisões sobre seguridade social e outros auxílios sociais. Como resultado, milhares de pessoas — de forma desproporcional pessoas racializadas, estrangeiras, ciganas e mães em famílias monoparentais — perderam seus benefícios.

Os governos devem adotar medidas imediatas para destinar recursos suficientes para garantir que todas as pessoas possam usufruir de seus direitos econômicos e sociais sem discriminação. Devem eliminar sistemas de decisão algorítmica inerentemente discriminatórios na definição de elegibilidade para benefícios sociais e assegurar proteção social universal e abrangente.

DISCRIMINAÇÃO

Redes contrárias a direitos e a questões de gênero, bem financiadas e cada vez mais ativas, promoveram narrativas prejudiciais e retrocessos nos direitos sexuais e reprodutivos e nos direitos de mulheres e pessoas LGBTI, especialmente pessoas trans. A Eslováquia alterou sua Constituição para enfraquecer ainda mais os direitos das pessoas LGBTI, enquanto autoridades turcas propuseram emendas legais que poderiam criminalizar pessoas LGBTI e quem defende seus direitos. A Hungria e a Turquia proibiram aglomerações LGBTI.

A segregação de crianças ciganas em escolas tchecas e eslovacas persistiu, ainda que, em novembro, a República Tcheca tenha introduzido novas medidas de dessegregação para evitar a transferência dessas crianças para escolas especiais apenas por desvantagens sociais. O governo esloveno aprovou às pressas legislação emergencial de segurança que ampliou os poderes do Executivo e da polícia, aumentou a vigilância e impôs sanções que limitam o acesso a benefícios sociais, afetando de forma desproporcional as comunidades ciganas.

Em toda a região, houve um aumento preocupante nos relatos de ataques físicos e verbais contra pessoas racializadas, ciganas e LGBTI, bem como contra aquelas percebidas como muçulmanas ou judias. Foram relatados vários ataques a locais de culto. No Reino Unido, duas pessoas foram mortas durante um ataque a uma sinagoga, e 27 mesquitas foram alvo de ataques entre julho e outubro — período que coincidiu com campanhas associadas a grupos contrários a direitos e com protestos em frente a locais suspeitos de abrigar pessoas solicitantes de asilo. Observou-se aumento dos ataques contra pessoas LGBTI na Áustria, na Croácia, na Alemanha, na Polônia e na Sérvia.

A discriminação contra mulheres e meninas muçulmanas persistiu nos esportes e na educação. Na França, um projeto de lei para proibir vestimentas religiosas em todas as competições esportivas estava em discussão, enquanto o parlamento austríaco aprovou uma lei que proibiu o uso de hijab nas escolas por meninas com menos de 14 anos. O parlamento de Portugal começou a debater a proibição de coberturas faciais, o que poderia limitar as liberdades de algumas mulheres muçulmanas.

Os governos devem respeitar, proteger, promover e garantir o direito de todas as pessoas a viverem livres de discriminação e violência, inclusive por meio de medidas eficazes para a implementação de reformas legislativas e de políticas públicas.

DIREITO A UM MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL

A mudança climática continuou a causar prejuízos em toda a região. Agravou as ondas de calor, os incêndios florestais e as inundações em países como a Grécia, Espanha e Portugal, resultando em números recordes de mortes e danos a terras e propriedades.

Os Estados europeus responderam de forma desigual à prevenção da mudança climática: alguns governos adotaram políticas robustas de mitigação, enquanto outros ficaram aquém das metas internacionais de emissões. A transição para energias renováveis e tecnologias "mais verdes" nem sempre foi compatível com os direitos humanos. Na Finlândia, na Noruega e na Suécia, a falta de salvaguardas e de consultas significativas antes da implementação de projetos sobre o uso da terra ameaçou significativamente os meios de subsistência e a cultura do povo indígena Sámi. O Regulamento de Matérias-Primas Críticas da União Europeia permitiu a intensificação da mineração em terras tradicionais Sámi, ameaçando ainda mais os seus direitos.

Os governos devem proteger pessoas e comunidades contra os riscos e impactos da mudança climática e de eventos climáticos extremos, inclusive cumprindo as metas internacionais para conter a crise climática.

PESSOAS DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS

Pessoas defensoras dos direitos humanos — especialmente mulheres defensoras e pessoas que defendem os direitos de pessoas refugiadas e migrantes forçadas a usar rotas inseguras para chegar à Europa — foram particularmente visadas ao longo do ano. Na Polônia, a ativista Justyna Wydrzyńska enfrentou novo julgamento por ajudar uma mulher grávida a acessar pílulas abortivas. Na Grécia, 24 voluntários de ajuda humanitária que haviam auxiliado pessoas refugiadas e migrantes respondiam a processo por acusações que previam até 20 anos de prisão.

A Turquia intensificou investigações, processos e condenações infundadas contra pessoas defensoras dos direitos humanos e continuou a descumprir decisões vinculantes do Tribunal Constitucional e do Tribunal Europeu de Direitos Humanos que determinavam a libertação de prisioneiros de consciência.

Os governos devem proteger pessoas defensoras dos direitos humanos e assegurar que possam desempenhar seu papel essencial, em vez de estigmatizar e criminalizar suas atividades.

PANORAMA REGIONAL: ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA

Os conflitos armados, o uso crescente de práticas autoritárias, as crises econômicas, sociais e climáticas e o genocídio de Israel contra os palestinos na Faixa de Gaza ocupada foram devastadores para milhões de pessoas em toda a região em 2025, particularmente para as comunidades marginalizadas.

Israel cometeu múltiplos crimes de guerra e crimes contra a humanidade, incluindo genocídio, contra os palestinos em Gaza. Após o cessar-fogo de 9 de outubro, o genocídio prosseguiu. Israel destruiu ou deixou em estado crítico praticamente todas as moradias, edifícios históricos e infraestruturas civis de Gaza, infligindo deliberadamente condições de vida calculadas para destruir fisicamente os palestinos em Gaza. Essas condições incluíram a continuidade e o endurecimento de seu bloqueio ilegal de 18 anos, utilizado para negar sistematicamente aos palestinos o acesso à ajuda humanitária e a outros suprimentos e serviços essenciais, além de provocar uma catástrofe humanitária. A grande maioria dos 2 milhões de palestinos em Gaza foi deslocada à força de forma ilegal, submetida à fome e privada de acesso adequado a cuidados de saúde e abrigo.

Israel também lançou ataques militares contra o Catar, o Iêmen, o Irã, o Líbano e a Síria, alguns dos quais mataram ou feriram civis. No sul do Líbano, Israel destruiu extensivamente propriedades civis. O sistema de apartheid de Israel contra todos os palestinos teve um impacto devastador, especialmente na Cisjordânia ocupada, incluindo Jerusalém Oriental, por meio de operações militares de alta intensidade e de um forte aumento da violência dos colonos apoiados pelo Estado.

Protestos em massa contra o genocídio de Israel se espalharam pelo mundo. Uma ampla gama de organizações, organismos internacionais e Estados reconheceu que Israel estava cometendo genocídio. Ainda assim, os governos ao redor do mundo não tomaram medidas significativas para deter o genocídio nem para pôr fim à ocupação ilegal por Israel.

Em toda a região, governos e grupos armados não estatais reprimiram o dissenso, e os governos recorreram cada vez mais a práticas autoritárias. Autoridades detiveram, torturaram e processaram injustamente seus críticos e opositores, punindo-os com penas severas, incluindo a pena de morte. Entre as pessoas mais visadas estavam jornalistas, opositores, defensores dos direitos humanos, ativistas dos direitos das mulheres e sindicalistas.

Na Síria, a queda do governo Assad no final de 2024 abriu espaço para o fortalecimento do espaço cívico e para processos de justiça de transição. Desafios substanciais, porém, persistiram, incluindo garantir justiça para os homicídios de base sectária e criar um ambiente propício para o florescimento da sociedade civil.

A discriminação continuou a afetar a vida de milhões de pessoas em toda a região com base no gênero, na raça, na nacionalidade, na etnia, na religião, na orientação sexual, na identidade ou expressão de gênero e na classe social. Vários países intensificaram as violações de direitos humanos contra pessoas refugiadas, solicitantes de refúgio e migrantes.

Apesar das consequências cada vez mais catastróficas da crise climática, os principais Estados produtores de combustíveis fósseis da região mantiveram ou aumentaram os níveis de produção.

GENOCÍDIO

O genocídio de Israel contra os palestinos na Faixa de Gaza continuou ao longo de 2025, com a persistente negação de acesso à assistência humanitária adequada, em meio ao deslocamento forçado contínuo de quase toda a população, a bombardeios militares devastadores e à extensa destruição de propriedades e infraestruturas civis.

Em março, Israel encerrou unilateralmente uma trégua acordada em 19 de janeiro e imediatamente intensificou os ataques militares de grande escala contra Gaza. Um cessar-fogo acordado em outubro levou à libertação de todos os 20 reféns vivos mantidos por grupos armados palestinos e de quase 2.000 prisioneiros e detidos palestinos mantidos por Israel. No entanto, os ataques militares israelenses continuaram, matando mais 413 palestinos entre o cessar-fogo e o fim do ano.

Durante 2025, Israel matou 26.791 palestinos em Gaza e feriu 64.065, dos quais 60% eram crianças, mulheres e pessoas idosas. Israel continuou a atacar locais civis superlotados, incluindo cafés, mercados movimentados e escolas que abrigavam pessoas deslocadas à força em decorrência de suas operações militares.

Um dia particularmente letal foi 18 de março, quando uma série de ataques israelenses em toda a Faixa de Gaza matou pelo menos 414 palestinos, incluindo 174 crianças. Em 23 de março, forças israelenses atacaram veículos humanitários identificados, incluindo cinco ambulâncias, matando 15 trabalhadores humanitários, entre eles paramédicos do Crescente Vermelho. Em 30 de junho, em um ataque indiscriminado, o exército israelense atingiu o popular café al-Baqa, matando 32 pessoas, a maioria civis.

O deslocamento em massa causado por ordens israelenses ou pela destruição de bairros inteiros provocou graves danos físicos e mentais. Em maio, sem necessidade militar imperativa, Israel destruiu deliberadamente a cidade de Khuza'a, no sul, lar de 11.000 palestinos. Em 5 de setembro, Israel lançou uma campanha para demolir edifícios residenciais e comerciais de maior altura em toda a Cidade de Gaza, derrubando pelo menos 16 torres em 10 dias e destruindo acampamentos improvisados nas proximidades, o que resultou no deslocamento adicional de milhares de famílias.

O genocídio perpetrado por Israel incluiu a orquestração deliberada de uma crise humanitária em Gaza. Em meados de agosto, mais de meio milhão de palestinos no território enfrentavam a fome, atingindo o nível mais elevado de inanição catastrófica. Adicionalmente, outros 1,4 milhão de pessoas encontravam-se nos segundo e terceiro níveis críticos de insegurança alimentar. O OCHA informou que, apenas em julho, houve quase 13.000 novas internações hospitalares de crianças com desnutrição aguda. Pelo terceiro ano consecutivo, Israel proibiu todas as evacuações médicas de Gaza para a Cisjordânia e para Israel, apesar de ações judiciais, e restringiu severamente as evacuações médicas para o exterior, causando mortes evitáveis.

Entre 2 de março e 19 de maio, Israel impôs um cerco total a Gaza. O relaxamento temporário após 19 de maio ainda não permitiu a entrada de alguns suprimentos críticos, incluindo combustível e gás de cozinha. Em 9 de março, autoridades israelenses cortaram o fornecimento de eletricidade para a última usina de dessalinização em Gaza. Sem combustível, os geradores elétricos não conseguiam alimentar os equipamentos hospitalares. Além disso, entre o final de maio e agosto, pelo menos 859 palestinos foram mortos por forças israelenses e seus agentes de segurança privada enquanto buscavam assistência, de forma desesperada, por meio do sistema militarizado de distribuição de ajuda gerido pela Gaza Humanitarian Foundation.

Israel causou destruição extensa a instalações culturais, religiosas, médicas e educacionais palestinas. O exército israelense destruiu todas as universidades e faculdades de Gaza, centenas de mesquitas e três igrejas. A maioria das escolas foi transformada em abrigos para pessoas deslocadas e, posteriormente, atacada por bombardeios aéreos israelenses e 'robôs' de demolição não tripulados. Forças israelenses destruíram instalações de saúde voltadas às mulheres e à saúde reprodutiva e bloquearam ajuda destinada a esse tipo de atendimento.

Ao final de 2025, as forças israelenses permaneciam totalmente mobilizadas em mais de 58% do território da Faixa de Gaza. A Anistia Internacional alertou que era uma "ilusão perigosa pensar que a vida em Gaza está voltando ao normal" após o cessar-fogo de outubro e que "o mundo não deve se deixar enganar. O genocídio de Israel não acabou".

Israel deve pôr fim ao seu genocídio contra os palestinos em Gaza, inclusive respeitando suas obrigações legais de permitir acesso irrestrito à ajuda, suspendendo totalmente seu bloqueio ilegal e retirando sua presença militar ilegal, conforme indicado pela Corte Internacional de Justiça em seus Pareceres Consultivos.

APARTHEID

Israel continuou a impor um sistema de apartheid baseado em opressão e dominação contra todos os palestinos cujos direitos controla. Leis, políticas e práticas israelenses deixaram os palestinos fragmentados geográfica e politicamente, frequentemente empobrecidos e em um estado constante de medo e insegurança. Em 2025, o OCHA contabilizou 849 bloqueios rodoviários e postos de controle na Cisjordânia, impedindo a circulação entre vilarejos e cidades palestinas e atrasando o acesso dos serviços de emergência.

As autoridades israelenses continuaram a demolir construções, deslocando permanentemente os palestinos, com o OCHA registrando os maiores números anuais tanto de demolições quanto de deslocamentos desde 2009. Foram estabelecidos 86 novos postos avançados, além dos cerca de 371 assentamentos e postos já existentes, e as autoridades israelenses autorizaram formalmente a criação de 41 assentamentos, segundo a organização israelense antiocupação Peace Now.

Autoridades militares e governamentais israelenses passaram cada vez mais a permitir ou incentivar os colonos a atacar e aterrorizar os palestinos com impunidade, por vezes com soldados participando da violência gratuita e protegendo os colonos. Tais ataques expulsaram cerca de 220 famílias de 19 vilarejos na Cisjordânia, segundo a organização israelense de direitos humanos B'Tselem. Jinba e Shi'b al-Butum, nas Colinas do Sul de Hebron, foram alvos constantes. O OCHA registrou mais de 1.600 ataques violentos de colonos nos primeiros 10 meses de 2025.

Ao longo do ano, o exército israelense realizou ataques de alta intensidade, incluindo bombardeios aéreos, no norte da Cisjordânia, resultando em mortes, destruição extensa de casas e infraestruturas e no deslocamento de dezenas de milhares de palestinos, especialmente aqueles que já viviam em campos de refugiados. No final de novembro, imagens mostraram soldados israelenses executando sumariamente dois homens palestinos que aparentavam estar se rendendo em Jenin.

Membros proeminentes do governo israelense continuaram a elogiar e glorificar a violência contra os palestinos, incluindo detenções arbitrárias, tortura e outros maus-tratos de pessoas sob custódia israelense, inclusive estupros e violência sexual, além da negação de direitos básicos como alimentação e cuidados de saúde. Pelo menos 94 palestinos morreram sob custódia israelense entre outubro de 2023 e novembro de 2025, segundo a organização Médicos pelos Direitos Humanos-Israel.

Em vilarejos beduínos no Negev/Naqab, no sul de Israel, autoridades israelenses demoliram cerca de 5.000 casas para expandir comunidades judaicas. A polícia israelense demoliu mais de 60 casas e estruturas no vilarejo beduíno palestino de Al-Sir, desalojando cerca de 1.500 moradores. Em novembro, a Suprema Corte aprovou a expulsão de mais de 500 residentes do vilarejo beduíno palestino não reconhecido de Ras Jrabah.

A Anistia Internacional conclama os Estados, a comunidade internacional e as empresas a intensificarem a pressão sobre Israel para que o país cumpra suas obrigações internacionais, extinga seu sistema de apartheid contra todos os palestinos cujos direitos controla e ponha fim à sua ocupação ilegal do Território Palestino Ocupado.

VIOLAÇÕES DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

Além de suas operações militares no Território Palestino Ocupado, Israel lançou ataques contra o Catar, o Iêmen, o Irã, o Líbano e a Síria, alguns dos quais mataram ou feriram civis.

Em 13 de junho, Israel iniciou uma ofensiva de 12 dias contra o Irã, danificando infraestruturas civis e matando mais de 1.100 pessoas, entre as quais, 45 crianças. Em 23 de junho, forças israelenses atingiram a prisão de Evin, na capital, Teerã, matando pelo menos 80 civis e causando grandes danos ao complexo prisional. O ataque constituiu uma grave violação do direito internacional humanitário que exige investigação como crime de guerra. O Irã lançou mísseis e drones de retaliação contra Israel, utilizando ilegalmente munições de fragmentação e matando pelo menos 29 pessoas, incluindo crianças.

Em 9 de setembro, bombardeios israelenses em Doha, capital do Catar, durante negociações de cessar-fogo, atingiram um complexo residencial e mataram seis pessoas.

Apesar de um cessar-fogo acordado em novembro de 2024 entre Israel e o grupo armado Hezbollah, Israel continuou a realizar regularmente ataques militares e a causar destruição extensa no Líbano. Entre novembro de 2024 e setembro de 2025, o ACNUDH confirmou 103 civis mortos no Líbano desde o cessar-fogo.

Pesquisas da Anistia Internacional mostraram como o exército israelense destruiu ou danificou extensivamente mais de 10.000 estruturas civis, além de terras agrícolas no sul do Líbano, entre outubro de 2024 e janeiro de 2025, tanto antes quanto depois da entrada em vigor do cessar-fogo. Em 18 de março, o grupo armado Houthi no Iêmen retomou os ataques com mísseis e drones contra Israel. Entre maio e setembro, Israel realizou ataques contra infraestruturas importantes no norte do Iêmen, supostamente matando e ferindo centenas de civis.

No Iêmen, conflitos em curso continuaram a agravar crises econômicas e humanitárias devastadoras. A Anistia Internacional documentou um ataque aéreo dos EUA — que deve ser investigado como crime de guerra — contra um centro de detenção de migrantes em Saada, no noroeste do Iêmen, que matou e feriu dezenas de migrantes africanos detidos pelas autoridades houthi de fato.

Na Síria, combates intensos eclodiram de forma esporádica ao longo de 2025. Em 6 de março, grupos armados afiliados ao antigo governo atacaram instalações de segurança e militares nos governados costeiros predominantemente alauítas. Em resposta, o governo, apoiado por milícias, lançou uma contraofensiva, provocando massacres em que cerca de 1.400 pessoas — principalmente civis — foram mortas, entre as quais, vítimas de assassinatos com motivação sectária da comunidade alauíta, perpetrados por forças pró-governo.

Em julho, confrontos entre combatentes drusos e beduínos eclodiram no sul da Síria. Após a intervenção do governo na província de Suwayda, a Anistia Internacional documentou a execução extrajudicial de 46 homens e mulheres drusos por forças governamentais e afiliadas ao longo de dois dias em julho. Israel também realizou ataques em Suwayda no mesmo período, e a Anistia Internacional recebeu relatos confiáveis de violações cometidas por outros grupos envolvidos nos combates, incluindo o sequestro de um trabalhador humanitário por grupos armados drusos. Na Líbia, confrontos armados eclodiram em Trípoli, em 12 de maio, entre milícias rivais em áreas residenciais densamente povoadas, envolvendo o uso de armas de grande calibre, incluindo canhões antiaéreos, de forma inadequada e imprecisa. Uma ONG com sede em Trípoli informou que 53 civis morreram nos confrontos.

Todas as partes em conflitos armados devem respeitar o direito internacional humanitário, em particular cessando ataques diretos contra civis e infraestruturas civis, bem como ataques indiscriminados e desproporcionais. Os governos estrangeiros devem interromper transferências de armas quando houver risco preponderante de seu uso para cometer ou facilitar genocídio e outras graves violações do direito internacional dos direitos humanos ou do direito internacional humanitário.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DE ASSOCIAÇÃO E DE REUNIÃO

Diversos Estados da região recorreram cada vez mais a práticas autoritárias ao longo de 2025, restringindo uma ampla gama de direitos humanos e ampliando a repressão ao dissenso, inclusive na internet.

Na Tunísia, as autoridades intensificaram a repressão às divergências, inclusive ao visar organizações e pessoas defensoras dos direitos humanos e equipes de ONGs. Opositores do governo foram condenados a penas punitivas após julgamentos coletivos com motivação política, com base em leis antiterrorismo ou de crimes cibernéticos. Em novembro, um tribunal de apelação tunisiano confirmou sentenças de até 75 anos de prisão contra políticos de oposição de diferentes espectros ideológicos, defensores dos direitos humanos e ativistas no notório "Caso da Conspiração", após um julgamento problemático. O Decreto-Lei 54 foi utilizado para silenciar jornalistas divergentes, usuários de redes sociais, advogados, artistas e ativistas. No Egito, as autoridades continuaram a sufocar associações independentes da sociedade civil e a imprensa, além de punir críticas ao governo. Forças de segurança detiveram arbitrariamente jornalistas, pesquisadores e opositores, submetendo-os a desaparecimento forçado, detenção incomunicável e tortura e outros maus-tratos.

A repressão generalizada e severa ao dissenso prosseguiu nos Estados do Golfo. A Arábia Saudita restringiu severamente os direitos à liberdade de expressão e de associação, com pessoas críticas ao governo e pessoas defensoras dos direitos humanos enfrentando longas penas de prisão, julgamentos flagrantemente injustos, proibições arbitrárias de viagem e aumento do uso da pena de morte. O vizinho Omã introduziu uma nova lei de cidadania que permite às autoridades revogar a cidadania de pessoas que "ofendam" Omã ou o sultão, ou que pertençam a grupos, partidos ou organizações que adotem princípios que "prejudiquem os interesses" do país. A liberdade de imprensa também foi ainda mais restringida.

No Iraque, autoridades utilizaram disposições legais vagas que criminalizam "conteúdo indecente" e violações à "moral pública" para perseguir pessoas críticas, ativistas e meios de comunicação independentes. Em maio, a Comissão de Mídia da Jordânia bloqueou 12 sites jornalísticos locais e estrangeiros por "propagar veneno midiático e atacar a Jordânia e seus símbolos nacionais". Segundo o Centro Palestino para o Desenvolvimento e as Liberdades de Mídia, 12 jornalistas foram detidos pela polícia palestina por períodos que variaram de algumas horas a duas semanas, durante os quais foram interrogados sobre seu trabalho.

Em toda a região, as autoridades reprimiram protestos pacíficos ao proibi-los ou dispersá-los à força.

Na Argélia, a polícia prendeu arbitrariamente manifestantes pacíficos em janeiro e fevereiro, durante greves e protestos por direitos trabalhistas. Durante os protestos que começaram em 28 de dezembro em Teerã e se espalharam rapidamente por todo o país, as forças de segurança utilizaram ilegalmente fuzis, espingardas com munição metálica, gás lacrimogêneo e espancamentos para dispersar manifestantes em grande parte pacíficos que pediam a queda do sistema da República Islâmica, resultando em mortes e ferimentos: até o fim do ano, pelo menos 35 pessoas haviam sido mortas em decorrência dos protestos. Na Palestina, forças de segurança administradas pelo Hamas detiveram arbitrariamente e torturaram manifestantes que organizaram protestos pacíficos em Beit Lahia em março e abril.

Os governos devem respeitar os direitos à liberdade de expressão, associação e reunião pacífica, inclusive garantindo que jornalistas, pessoas defensoras dos direitos humanos e ativistas possam exercer esses direitos sem sofrer processos ou assédio, e libertando as pessoas detidas por exercerem esses direitos.

JULGAMENTOS INJUSTOS

Julgamentos injustos e outras violações de direitos humanos marcaram os sistemas de justiça criminal em toda a região. No Egito e na Líbia, apesar de algumas libertações tardias, milhares de pessoas permaneceram arbitrariamente detidas sem base legal ou após julgamentos injustos, em meio a desaparecimentos forçados contínuos, tortura e outros maus-tratos, e detenção incomunicável. No Irã, o Judiciário carecia de independência e era cúmplice de desaparecimentos forçados e tortura.

Na Tunísia, o Judiciário também carecia de independência, e tribunais proferiram sentenças severas após julgamentos coletivos injustos. Em fevereiro, o Tribunal de Primeira Instância de Túnis decidiu que futuros julgamentos por "terrorismo" ocorreriam com os réus participando remotamente a partir da prisão. Advogados que representavam membros de grupos de oposição política e vítimas de violações foram alvo de investigações criminais com base em acusações forjadas, como "divulgação de informações falsas".

Na Região do Curdistão do Iraque, o proeminente jornalista Sherwan Sherwani foi condenado em agosto a uma nova pena de quatro anos e meio de prisão por acusações falsas. A sentença foi proferida poucos dias antes de sua libertação programada. Sua recondenação fez parte de um padrão documentado de extensão da detenção de jornalistas, ativistas e pessoas críticas por meio de acusações sucessivas.

No Egito, as autoridades continuaram a submeter jornalistas, advogados, defensores dos direitos humanos e outros — muitos mantidos em prisão preventiva prolongada — a julgamentos perante câmaras especiais antiterrorismo. Tais instâncias, vinculadas aos tribunais criminais, baseavam suas acusações muitas vezes apenas no exercício de direitos fundamentais e desrespeitavam sistematicamente as garantias de um julgamento justo.

Na Jordânia, milhares de pessoas permaneceram em detenção administrativa após governadores locais considerá-las "um perigo para a população". Essas pessoas eram mantidas sem acusação formal ou acesso a um órgão judicial para contestar a legalidade da detenção.

Autoridades judiciais na Argélia violaram repetidamente o direito a um julgamento justo, inclusive ao impor desnecessariamente a prisão preventiva, levar réus ao tribunal sem informar seus advogados e submetê-los a audiências aceleradas.

No Irã, os julgamentos eram sistematicamente injustos, o que tornava arbitrárias tanto as detenções quanto as execuções. A nova Lei de Espionagem enfraqueceu ainda mais os direitos a um julgamento justo.

As autoridades devem garantir o direito a um julgamento justo, respeitar a independência do Judiciário e abster-se de usar o sistema de justiça para perseguir pessoas divergentes.

PENA DE MORTE

A maioria dos Estados da região impôs sentenças de morte em 2025.

O Irã realizou o maior número de execuções em décadas. A escalada foi impulsionada pelo aumento do uso da pena de morte como ferramenta de repressão política e por políticas antidrogas letais. Execuções em massa desencadearam protestos pacíficos em prisões e greves de fome. O “adultério” continuou sendo punível com morte por apedrejamento. As minorias étnicas continuaram a ser afetadas de forma desproporcional pela pena de morte.

A Arábia Saudita executou centenas de pessoas por uma ampla gama de crimes, incluindo delitos relacionados a drogas e ao “terrorismo”. A maioria das pessoas executadas por crimes relacionados a drogas era composta por estrangeiros, que enfrentavam obstáculos adicionais para obter um julgamento justo. Pessoas xiitas representaram uma proporção muito significativa das pessoas executadas por “terrorismo”. Muitas execuções ocorreram por crimes de ta’zir (discricionários), para os quais a lei não prevê uma penalidade específica. Em um episódio alarmante, a Arábia Saudita executou pelo menos dois jovens por crimes cometidos quando ainda eram crianças.

Execuções também ocorreram no Egito, nos Emirados Árabes Unidos, no Iraque e no Kuwait. A Argélia e o Kuwait ampliaram o escopo da pena capital para incluir crimes relacionados a drogas.

Os governos devem determinar imediatamente uma moratória oficial das execuções, com vistas a abolir a pena de morte.

DIREITOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

Crises econômicas e sociais severas afetaram as pessoas de toda a região, que foi marcada por conflitos, pressões financeiras e mudanças climáticas, e carecia de um sistema universal de proteção social. As comunidades mais afetadas já eram historicamente negligenciadas, vivendo em condições que comprometiam seus direitos econômicos e sociais, incluindo a saúde, a água, a moradia e um padrão de vida adequado. As pessoas que protestavam por seus direitos socioeconômicos frequentemente enfrentavam repressão.

Os milhões de pessoas que viviam na pobreza no Egito enfrentaram novas dificuldades. Em agosto, as autoridades egípcias legislaram para encerrar contratos de aluguel de longa duração e decretaram outras medidas que ameaçaram a acessibilidade da moradia para pessoas de baixa renda. Trabalhadores do setor têxtil que entraram em greve em janeiro foram presos e posteriormente demitidos.

Os governos de vários países, incluindo os Estados do Golfo, omitiram-se em proteger trabalhadores migrantes de baixa remuneração contra a exploração laboral extrema e outros abusos, além de negar-lhes o direito de formar sindicatos independentes.

A interrupção abrupta e irresponsável da assistência externa pelo governo dos Estados Unidos no início do ano colocou em risco a saúde e os direitos humanos de milhões de pessoas na região que dependiam de ajuda humanitária. No Iêmen, trabalhadores humanitários relataram à Anistia

Internacional que a decisão dos EUA de cortar financiamento levou ao encerramento de serviços vitais, incluindo tratamento de desnutrição para crianças, gestantes e lactantes, abrigos seguros para sobreviventes de violência de gênero e cuidados de saúde para crianças com cólera e outras doenças.

Os governos devem garantir os direitos econômicos e sociais das pessoas, inclusive por meio da criação de sistemas universais de proteção social que permitam a todos, incluindo os grupos marginalizados, acessar um padrão de vida adequado, com alimentação, água e moradia, bem como serviços essenciais como saúde e educação. Devem também respeitar os direitos dos trabalhadores de se filiar a sindicatos independentes e de realizar greves, além de estender as proteções da legislação trabalhista a todos os trabalhadores migrantes.

DIREITO A UM MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL

A região continuou a sofrer as consequências prejudiciais, muitas vezes ameaçadoras à vida, das mudanças climáticas, incluindo eventos climáticos extremos e escassez de água, agravadas pela má gestão ambiental. A Jordânia, o Líbano, o Marrocos e a Síria estavam entre os países que enfrentavam graves crises hídricas, comprometendo os direitos à água, à saúde e a um padrão de vida adequado, e afetando desproporcionalmente comunidades rurais, refugiados e famílias de baixa renda.

No Irã, as autoridades não enfrentaram a degradação ambiental, que impactava desproporcionalmente as comunidades marginalizadas. A crise foi marcada por perda de ecossistemas; esgotamento de águas subterrâneas; poluição hídrica; desmatamento; subsidência do solo; redução das reservas hídricas e da qualidade do solo; e poluição do ar, que contribuiu para milhares de mortes.

Enquanto isso, governos de Estados ricos em petróleo e gás da região não adotaram medidas adequadas para conter as mudanças climáticas, mitigar seus impactos ou apoiar adequadamente as pessoas mais afetadas. O Bahrein expandiu sua produção de petróleo e gás; o Kuwait permaneceu entre os maiores emissores per capita de gases de efeito estufa do mundo; o Catar continuou como um dos principais exportadores mundiais de gás natural liquefeito; e a Arábia Saudita permaneceu entre os dez maiores emissores per capita de carbono do mundo.

A destruição causada por Israel em Gaza liberou materiais tóxicos nos sistemas hídricos, provocando poluição permanente.

Os governos devem tomar medidas urgentes para mitigar a crise climática, inclusive reduzindo as emissões de carbono e encerrando a extração e o uso de combustíveis fósseis.

DIREITOS DAS PESSOAS DESLOCADAS INTERNAMENTE, REFUGIADAS E MIGRANTES

As devastadoras crises políticas, humanitárias e econômicas em 2025 aumentaram o número de pessoas que deixaram suas casas em busca de segurança, muitas enfrentando violações de direitos humanos nesse processo. Milhões já estavam ou foram deslocadas internamente no Iêmen, no Iraque, em Israel, no Líbano, na Líbia, na Palestina e na Síria. Em vários países, atores estatais e não estatais violaram rotineiramente os direitos dessas pessoas. Forças de segurança, milícias, grupos armados e outros atores não estatais em toda a Líbia continuaram a cometer violações e abusos generalizados e sistemáticos de direitos humanos contra pessoas refugiadas e migrantes com impunidade. Durante o ano, guardas costeiras no oeste da Líbia apoiadas pela União Europeia — juntamente com as Forças Navais Especiais Líbias, afiliadas às Forças Armadas Árabes Líbias (LAAF), e o grupo armado Tarik Ben Zeyad, no leste do país — interceptaram mais de 25.000 pessoas, devolvendo-as à força para a Líbia. Esse número representa um aumento em relação ao ano anterior.

Mais de 1 milhão de pessoas deslocadas internamente no Iraque continuaram a enfrentar condições cada vez piores, com muitas tendo dificuldade para acessar serviços essenciais como saúde, água e moradia. As condições de vida também se deterioraram em campos de pessoas deslocadas na Região do Curdistão do Iraque.

Mais de 1,7 milhão de afegãos, incluindo crianças desacompanhadas e separadas, foram expulsos ilegalmente ou forçados a retornar ao Afeganistão. A campanha de expulsão em massa incluiu invasões violentas a residências, bem como abordagens com revistas e prisões arbitrárias. Os afegãos que permaneceram no Irã enfrentaram violência generalizada e discriminação.

Na Tunísia, as políticas de migração e asilo se caracterizaram por violações generalizadas de direitos humanos, afetando predominantemente refugiados, solicitantes de refúgio e migrantes negros. Declarações públicas de parlamentares e autoridades governamentais agravaram a violência racista contra migrantes negros. As autoridades realizaram rotineiramente expulsões coletivas ilegais e perigosas para a Líbia e para a Argélia, frequentemente após interceptações marítimas imprudentes ou prisões com base em perfil racial, muitas vezes acompanhadas de tortura e outros maus-tratos, incluindo violência sexual desumanizante. A suspensão contínua do acesso ao sistema de asilo pelo governo agravou as violações dos direitos das pessoas refugiadas e solicitantes de refúgio.

A partir de abril, as forças de segurança argelinas intensificaram as prisões em massa e as expulsões coletivas de pessoas migrantes, solicitantes de refúgio e refugiadas negras e racializadas. Centenas foram presas arbitrariamente na Líbia após serem expulsas à força por autoridades tunisianas e argelinas. Essas pessoas, assim como outros milhares de pessoas refugiadas e migrantes na Líbia, foram detidas por tempo indefinido em condições cruéis e desumanas e submetidas à tortura e a outros maus-tratos.

As autoridades devem pôr fim às detenções e deportações ilegais de pessoas refugiadas, solicitantes de refúgio e migrantes, respeitar os princípios de não devolução (non-refoulement) e não discriminação e facilitar o retorno voluntário e seguro das pessoas deslocadas internamente às suas casas.

DISCRIMINAÇÃO

Mulheres e meninas

Mulheres e meninas continuaram a enfrentar discriminação na lei e na prática, inclusive no que diz respeito aos direitos à liberdade de circulação, expressão e autonomia corporal, bem como em herança, divórcio, cargos políticos e oportunidades de emprego. A violência de gênero, incluindo o feminicídio, permaneceu disseminada, e as autoridades omitiam-se sistematicamente em combater a impunidade por esses crimes.

O parlamento do Iraque concedeu a uma seita religiosa maior autoridade sobre o direito de família, incluindo casamento e divórcio, aprofundando divisões sectárias e aumentando os riscos aos direitos das mulheres. Além disso, não criminalizou a violência doméstica nem revogou artigos problemáticos e discriminatórios do Código Penal, como aqueles que atenuam os chamados crimes “em nome da honra” e punições corporais. A violência doméstica e outras formas de violência de gênero permaneceram generalizadas.

No Irã, as autoridades continuaram a tratar mulheres e meninas como cidadãs de segunda classe, negando direitos iguais em casamento, divórcio, nacionalidade e guarda dos filhos, emprego, herança e cargos políticos. A idade legal para casamento de meninas permaneceu 13 anos. A resistência generalizada ao uso obrigatório do véu levou as autoridades a cessar as violentas prisões públicas em massa e a suspender a implementação de uma nova lei sobre o tema. Ainda assim, as

Pessoas LGBTI

Em muitos Estados da região, as pessoas continuaram a ser presas e processadas por sua orientação sexual ou identidade de gênero, e algumas receberam penas severas por relações sexuais consensuais entre pessoas do mesmo sexo.

O código penal do Iêmen criminaliza relações sexuais consensuais entre pessoas do mesmo sexo e o sexo anal, com penas que incluem prisão e morte por apedrejamento. Na Argélia e no Marrocos, as autoridades continuaram a processar adultos por relações sexuais consensuais entre pessoas do mesmo sexo; na Tunísia, esses processos aumentaram.

Minorias étnicas e religiosas

Em toda a região, integrantes de comunidades e minorias nacionais, étnicas e religiosas enfrentaram discriminação arraigada na lei e na prática, inclusive quanto ao direito de culto e de viver livres de perseguição e outras graves violações de direitos humanos.

No Irã, minorias étnicas continuaram a enfrentar discriminação no acesso à educação, ao emprego, à moradia adequada e a cargos políticos, além de outras violações de direitos humanos. Minorias religiosas foram submetidas a detenções arbitrárias, processos injustos, tortura e outros maus-tratos por professar ou praticar sua fé.

Na Líbia, entre agosto e outubro, o Batalhão Subul al-Salam, um grupo armado sob comando do LAAF, e a polícia afiliada ao LAAF cometeram homicídios ilegais, prisões arbitrárias e desaparecimentos forçados contra membros da comunidade Tebu no distrito de Kufra, com base em sua origem étnica.

Os governos devem acabar com a discriminação baseada em raça, origem nacional, etnia, religião, gênero, orientação sexual e identidade/expressão de gênero. Devem implementar reformas legais e políticas para conceder direitos iguais a todas as pessoas, sem discriminação, e proteger, promover e garantir o direito à liberdade de pensamento, consciência, religião e crença.

PAÍSES

O ESTADO DOS

DIREITOS

HUMANOS

NO MUNDO

ABRIL DE 2026

AFEGANISTÃO

República Islâmica do Afeganistão

O Talibã intensificou os ataques sistemáticos e generalizados contra os direitos das mulheres e das meninas. O grupo discriminou comunidades etnorreligiosas, inclusive forçando seguidores do ismaelismo (xiita) a se converter ao islamismo sunita. O Talibã sufocou a mídia independente e toda crítica às suas políticas, inclusive por meio de prisões e detenções arbitrárias de jornalistas e de ex-funcionários do governo anterior. Pessoas detidas ou que criticaram o regime foram submetidas a execuções extrajudiciais, tortura e outros maus-tratos; protestos foram sistematicamente reprimidos. O acesso a um julgamento justo continuou sendo essencialmente impossível. O Tribunal Penal Internacional (TPI) emitiu mandados de prisão contra o líder do Talibã e o presidente do Supremo Tribunal. O Afeganistão enfrentou instabilidade econômica e uma crise humanitária cada vez mais profunda. A falta de financiamento colocou em risco serviços essenciais de saúde apoiados pela Organização Mundial da Saúde (OMS). A discriminação restringiu o acesso à assistência humanitária para grupos étnicos e religiosos marginalizados. Remoções forçadas impactaram desproporcionalmente a população hazara, especialmente mulheres e meninas.

INFORMAÇÕES GERAIS

O Talibã permaneceu como autoridade de fato do país após o colapso do governo anterior em agosto de 2021. As sanções do Conselho de Segurança da ONU contra o Talibã continuaram, com muitos de seus líderes submetidos a proibições de viagem.

DIREITOS DAS MULHERES E DAS MENINAS

Mulheres e meninas foram privadas de quase todos os seus direitos fundamentais. As mulheres hazaras e de minorias religiosas enfrentaram discriminação interseccional.¹ Os decretos e políticas do Talibã voltados contra mulheres e meninas se intensificaram, impedindo-as de acessar a educação após os 12 anos de idade, trabalhar com agências da ONU, ONGs e instituições estatais e exercer seus direitos à liberdade de circulação, expressão e participação política. Em junho, segundo a imprensa, o Talibã intimidou e ameaçou mulheres que trabalhavam para agências da ONU e seus familiares na capital, Cabul. Em setembro, forças de segurança do Talibã impediram mulheres afegãs que trabalhavam para agências da ONU e para empresas contratadas pela organização de entrar em complexos das Nações Unidas.

A exigência do Talibã de que mulheres estejam acompanhadas por um mahram (acompanhante masculino) ao viajar restringiu o acesso das mulheres ao trabalho no sistema de saúde, bem como sua busca por assistência médica. Segundo a ONU, o Talibã instruiu empresas privadas e centros de saúde a não atenderem mulheres sem a presença de um mahram. De acordo com a Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (UNAMA), a “Lei de Promoção da Virtude e Prevenção do Vício”, imposta pelo Talibã, aprofundou as restrições ao já severamente limitado acesso das mulheres a oportunidades econômicas.

Em março, a UNAMA informou que o Talibã impediu mulheres de participar das orações em mesquitas durante o Ramadã nas províncias de Badghis e Herat. Em julho, o Talibã prendeu dezenas de mulheres em Cabul por violarem seu rígido código de vestimenta. Em novembro, o regime impôs uma nova restrição na província de Herat exigindo que todas as pacientes, cuidadoras, visitantes e funcionárias usem burca — vestimenta que cobre totalmente o rosto e o corpo — para ter acesso às instalações de saúde.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Mulheres e meninas enfrentaram níveis crescentes de violência baseada em gênero em casa e em espaços públicos. A ONU relatou um aumento de 40% no risco de violência contra mulheres e meninas sob o regime do Talibã e estimou que 14,2 milhões de mulheres necessitavam de proteção e assistência. Mulheres e meninas que sofreram violência baseada em gênero continuavam tendo que depender das políticas e práticas opressivas do Talibã ou de mecanismos tradicionais de resolução de disputas, pois o Talibã desmontou completamente a estrutura institucional de apoio, incluindo tribunais e promotorias de justiça.

Os casamentos forçados, precoces e infantis aumentaram. O Talibã apoiou e participou de casamentos forçados, apesar de ter introduzido um decreto proibindo essa prática.

LIBERDADE DE RELIGIÃO E DE CRENÇA

Decretos, políticas e práticas do Talibã discriminaram minorias etnorreligiosas. Segundo a UNAMA, em janeiro, na província de Badakhshan, o regime forçou pelo menos 50 homens da comunidade ismaelita (xiita) a se converter ao islamismo sunita. Aqueles que se recusaram sofreram agressões físicas, intimidações e ameaças de morte. A organização local de direitos humanos Rawadari informou que o Talibã forçou pelo menos 203 pessoas a se converter ao islamismo sunita. O grupo também obrigou comunidades ismaelitas a enviar seus filhos para centros de educação religiosa sunita.

A Rawadari e a imprensa relataram que, nas províncias de Bamiyan, Cabul, Ghazni, Ghor Herat e Nimruz, o Talibã impôs restrições à realização de rituais religiosos por xiitas hazaras, especialmente durante o mês de Muharram. Nas províncias de Badghis e Ghazni, pessoas xiitas foram forçadas a quebrar o jejum e a rezar de acordo com o anúncio do Eid feito pelo Talibã.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

O Talibã continuou a atacar e a oprimir a mídia independente e crítica, perseguindo jornalistas que criticavam suas políticas repressivas. Segundo o Sindicato Nacional dos Jornalistas, em julho, o regime prendeu sete jornalistas por acusações que incluíam “corrupção moral” e “espionagem”.

Em julho, a UNAMA relatou que, em pelo menos metade das províncias do país, o Talibã proibiu que fotos ou quaisquer imagens de seres vivos fossem tiradas ou transmitidas pela televisão. Em agosto, o regime prendeu três funcionários da Rádio Nasim, uma estação local. Após 13 anos de transmissão, a emissora encerrou suas operações nas províncias de Daikundi e Bamiyan. No final de novembro, um veículo de imprensa local informou que a rádio em Bamiyan havia sido reativada após ficar fora do ar por mais de três meses.

O Talibã restringiu ainda mais a liberdade de expressão e o direito à educação ao proibir nas universidades livros escritos por mulheres e o ensino de disciplinas consideradas incompatíveis com sua interpretação da Sharia (lei islâmica). O grupo também proibiu poemas críticos às suas políticas, decisões e práticas, bem como poesia romântica. Pessoas que criticaram publicamente o Talibã, inclusive nas redes sociais, foram submetidas a prisões e encarceramentos arbitrários.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

O Talibã prendeu de forma arbitrária pessoas que criticaram suas regras draconianas, incluindo jornalistas e ativistas de direitos humanos. "Inspetores de moralidade" do Talibã também prenderam e detiveram pessoas arbitrariamente por não cumprirem o "decreto de vício e virtude", inclusive pelo comprimento e estilo do cabelo, por não comparecer à oração congregacional, por tocar música ou por tirar fotografias.

A imprensa e a ONU relataram casos de opositores, como ex-funcionários do governo, que foram forçados a retornar ao Afeganistão e submetidos a prisões e detenções arbitrárias. Até março, a UNAMA havia registrado pelo menos 23 prisões e detenções arbitrárias de ex-funcionários do governo. O Talibã também submeteu ao desaparecimento forçado pessoas que haviam trabalhado para o antigo governo e pessoas acusadas de colaborar com opositores do grupo.

EXECUÇÕES EXTRAJUDICIAIS

De acordo com a organização de direitos humanos Rawadari, 251 pessoas — incluindo manifestantes, figuras influentes e funcionários do antigo governo — foram executadas extrajudicialmente, mortas em circunstâncias misteriosas ou feridas em ataques atribuídos ao Talibã e a autores desconhecidos. Entre abril e junho, sete ex-funcionários do governo teriam sido mortos ilegalmente.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Pessoas detidas foram submetidas à tortura e a outros maus-tratos. Organizações de direitos humanos locais e internacionais, como HRD+, Rawadari, Organização Mundial Contra a Tortura e outras, destacaram o uso de tortura pelo Talibã, incluindo "extração de dentes e unhas", "choques elétricos", "asfixia com água" e "ameaças de morte contra familiares das vítimas". O Talibã também teria cometido agressões e abusos sexuais contra pessoas detidas, tanto mulheres quanto homens. A UNAMA documentou cinco casos de tortura e maus-tratos contra ex-funcionários do governo entre janeiro e março. Os relatórios também destacaram que pessoas detidas pertencentes a minorias étnorreligiosas — em especial hazaras e xiitas — sofreram assédio adicional, incluindo insultos verbais e negação do direito de praticar sua religião.

O Talibã impôs punições corporais — que configuravam tortura e outros maus-tratos — por acusações como “adultério”, “consumo de álcool”, “homossexualidade” e “pederastia”. Essas punições foram aplicadas adicionalmente às penas de prisão. A UNAMA informou que pelo menos 231 pessoas foram submetidas a punições corporais entre abril e junho.

LIBERDADE DE REUNIÃO PACÍFICA

Qualquer forma de reunião pacífica que apresentasse caráter crítico ou independência em relação ao Talibã continuou sendo duramente reprimida. O Talibã teria matado pelo menos 10 manifestantes e ferido outros 40 nos distritos de Argo, Jurm e Khash, na província de Badakhshan, durante protestos provocados pelo programa de erradicação de papoula, conduzido pelo Talibã. A UNAMA também relatou a prisão de pelo menos 48 homens e crianças uzbeques que protestavam contra a prisão de integrantes de sua comunidade após um confronto com pashtuns locais no distrito de Dawlat Abad, província de Faryab, em junho.

Por temor de prisões e detenções arbitrárias, os protestos contra as políticas e práticas repressivas do Talibã passaram a ocorrer principalmente em plataformas on-line.

DIREITO À VERDADE, À JUSTIÇA E À REPARAÇÃO

O desmantelamento completo do sistema legal e das instituições jurídicas pelo Talibã inviabilizou, na prática, qualquer acesso a um julgamento justo. A interpretação restritiva da Sharia adotada pelo Talibã passou a prevalecer sobre a legislação anterior, desconsiderando a diversidade religiosa, os direitos das mulheres e das meninas e as obrigações internacionais do país. Instituições de supervisão, como a Comissão Independente de Direitos Humanos do Afeganistão, o parlamento e os conselhos provinciais, permaneceram extintas.

Em outubro, o Conselho de Direitos Humanos da ONU tomou uma decisão histórica para enfrentar a impunidade por crimes passados e presentes: estabeleceu um mecanismo investigativo independente para o Afeganistão, encarregado de coletar, consolidar, preservar e analisar evidências de crimes previstos no direito internacional e de violações e abusos de direitos humanos.²

Em julho, o TPI emitiu mandados de prisão contra o líder do Talibã e o presidente do Supremo Tribunal, acusando-os do crime contra a humanidade de “perseguição com base em gênero”.³ Mulheres e ativistas de direitos humanos do Afeganistão descreveram os ataques contínuos do Talibã contra os direitos das mulheres e das meninas como “apartheid de gênero”. A Anistia Internacional defendeu o reconhecimento do apartheid de gênero como um crime sob o direito internacional.

DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

O Afeganistão continuou a enfrentar instabilidade econômica e uma crise humanitária cada vez mais profunda, com 22,9 milhões de pessoas — quase metade da população — dependentes de assistência. Essa crise foi agravada por desastres como terremotos, por devoluções forçadas de pessoas em escala sem precedentes a partir do Irã e do Paquistão, e pelos impactos da crise climática. Em agosto, milhares de famílias foram afetadas por um terremoto no leste do país que deixou 1.992 pessoas mortas e 3.631 feridas.

A situação humanitária deteriorou-se ainda mais com o corte no financiamento de ajuda por parte dos Estados Unidos — o maior doador do país — e pela redução da assistência global de outros países. Ao mesmo tempo, o Afeganistão permaneceu amplamente desconectado da economia global, reflexo do retorno do Talibã ao poder e do congelamento de seus ativos no exterior.

Embora o Banco Mundial tenha relatado sinais de recuperação econômica gradual, o Talibã exacerbou a crise humanitária, particularmente para as mulheres. Devido às políticas restritivas do Talibã — incluindo a proibição de mulheres trabalharem com ONGs e agências da ONU — o acesso das mulheres à assistência humanitária tornou-se cada vez mais difícil.

Em agosto, a ONU estimou que mais de 78% das mulheres afegãs estavam fora da educação, do emprego ou de programas de formação. Em junho, o UNICEF informou que 90% das crianças viviam em situação de pobreza alimentar, sendo que metade enfrentava pobreza alimentar severa. Cerca de 4 milhões de crianças menores de cinco anos e de mulheres grávidas ou em período de amamentação sofriam de desnutrição aguda.

O acesso à saúde permaneceu limitado, especialmente em áreas rurais, pois o sistema de saúde do país continuou frágil e dependente de assistência internacional. Durante as operações de resgate após o terremoto, vítimas e sobreviventes mulheres foram privadas de apoio imediato devido às políticas discriminatórias do Talibã.

DISCRIMINAÇÃO

As comunidades bayat, hazara, ismaelita (xiita) e tadjique foram discriminadas na distribuição de assistência humanitária, inclusive nas províncias de Badakhshan, Ghazni, Ghor e Nimruz, devido à pressão para direcionar a ajuda a áreas designadas pelo Talibã. ONGs relataram discriminação no emprego contra grupos étnicos marginalizados e minorias religiosas. A imprensa também relatou desigualdade e favorecimento envolvendo autoridades judiciais e não judiciais do Talibã.

Em julho, o Talibã expulsou à força famílias hazaras da aldeia de Rashak, no distrito de Panjab, província de Bamiyan, depois que um tribunal talibã decidiu uma disputa de terras a favor de comunidades nômades de etnia pashtun. Inicialmente, os residentes

hazara tiveram 15 dias de prazo para deixar a aldeia. Quando resistiram, o Talibã invadiu a localidade e os removeu à força, deixando as famílias sem moradia alternativa ou compensação.

Também em julho, o Talibã removeu à força centenas de famílias no distrito de Dawlatyar, província de Ghor, devido a uma longa disputa de terras entre duas tribos. Segundo a imprensa, as remoções tiveram motivação política, pois muitas das pessoas afetadas apoiavam o governo anterior. Não foram oferecidas acomodações alternativas ou compensação.

DIREITOS DAS PESSOAS REFUGIADAS E MIGRANTES

Mesmo diante das violações e abusos generalizados dos direitos humanos cometidos pelo Talibã e do agravamento da crise humanitária, vários países forçaram pessoas afegãs a retornar ao Afeganistão, violando o princípio de não devolução (*non-refoulement*). Alemanha e Áustria começaram a deportar afegãos de volta a situações de perigo no país. Irã, Paquistão,

Turquia e Tadjiquistão realizaram expulsões em massa de refugiados e solicitantes de asilo afegãos. Até dezembro, Irã e Paquistão devolveram 2,8 milhões de pessoas.⁴ Ao retornarem, mulheres e meninas foram privadas de quase todos os seus direitos, enquanto opositores e ex-funcionários do governo continuaram expostos a graves riscos de represálias e violações de direitos humanos pelo Talibã.

ATAQUES E HOMICÍDIOS ILEGAIS

Segundo a ONU e organizações afegãs de direitos humanos, civis foram mortos e feridos em ataques suicidas e explosões atribuídos a grupos que se opõem ao Talibã, a autores desconhecidos e à detonação de remanescentes de munições de conflitos anteriores. Ataques transfronteiriços entre o Talibã e o Paquistão, bem como bombardeios da força aérea paquistanesa, também causaram muitas vítimas civis.

¹ *Afghanistan: Submission to the UN Committee on Elimination of Discrimination against Women, 91st session, 16 June-July 2025, 21 de maio*

² *“Afghanistan: Open letter on Afghanistan to the permanent representatives of member and observer states of the United Nations Human Rights Council”, 28 de agosto*

³ *“Afghanistan: ICC Prosecutor’s application for arrest warrants against Taliban leaders is an important step towards justice for Afghan women, girls and LGBTQI persons”, 24 de janeiro*

⁴ *“Afghanistan: Forced returns to Taliban rule must end as latest figures reveal millions unlawfully deported in 2025”, 16 de dezembro*

ÁFRICA DO SUL

República da África do Sul

A violência de gênero permaneceu em níveis elevados. A taxa de homicídios manteve-se alta, ao passo que o governo dissolveu a força-tarefa policial sobre assassinatos políticos. Ameaças e assassinatos contra pessoas defensoras dos direitos humanos continuaram ocorrendo com impunidade. O Departamento de Educação Básica não cumpriu a promessa de erradicar as latrinas de fossa nas escolas. As contestações judiciais à Lei do Seguro Nacional de Saúde continuaram. As interrupções no abastecimento de água persistiram em todo o país. Migrantes foram assediados por um grupo vigilante xenófobo, que bloqueou seu acesso a serviços de saúde e educação. Prosseguiu o processo judicial contra oito agentes da unidade de proteção VIP acusados de agressão. As pessoas que vivem em assentamentos informais foram desproporcionalmente afetadas por enchentes.

INFORMAÇÕES GERAIS

A África do Sul assumiu a presidência do G20 entre dezembro de 2024 e novembro de 2025.

As relações diplomáticas com os Estados Unidos permaneceram tensas após a campanha de desinformação do governo estadunidense sobre um suposto “genocídio branco” na África do Sul e seu programa especial de reassentamento de refugiados

para afrikaners, bem como a imposição de tarifas específicas pelos EUA e a não renovação da Lei de Crescimento e Oportunidades para a África.

De acordo com as estatísticas oficiais de desemprego, 31,9% da população em idade ativa estava desempregada, enquanto o desemprego entre jovens de 15 a 24 anos era de 58,5%.

Em agosto, o presidente Cyril Ramaphosa deu início a um processo de Diálogo Nacional, concebido como um espaço para que os sul-africanos refletissem sobre a situação do país e seu futuro, e lançassem as bases para o próximo Plano Nacional de Desenvolvimento voltado ao combate à pobreza e à desigualdade. Diante das preocupações manifestadas pela sociedade civil quanto à dotação orçamentária inicial do Diálogo Nacional, de ZAR 700 milhões (cerca de USD 40,8 milhões), relacionadas à falta de transparência e ao risco de má gestão dos recursos, o governo reduziu o orçamento estimado para ZAR 485 milhões (cerca de USD 28,2 milhões).

VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Os altos níveis de violência baseada em gênero persistiram. Segundo as estatísticas criminais mais recentes disponíveis, foram registrados 12.787 crimes sexuais, incluindo 10.154 casos de estupro, entre julho e setembro.

A questão do acúmulo de exames forenses de DNA voltou à tona em março, quando o Laboratório de Ciências Forenses da polícia confirmou que o volume pendente ultrapassava 140.000 casos. O atraso na análise de provas de DNA comprometia o andamento das investigações e a possibilidade de responsabilização judicial em casos de violência de gênero e outros crimes.

Em maio, três pessoas foram condenadas pelo sequestro e tráfico da menina Joshlin Smith, de seis anos. Desde seu desaparecimento, em fevereiro de 2024, seu paradeiro seguia desconhecido. Sua mãe estava entre as pessoas condenadas.

Oito anos após os assassinatos de Popi Qwabe e Bongeka Phungula, ninguém havia sido levado à Justiça. O inquérito sobre suas mortes, instaurado em 2023, permanecia parado. Antes da abertura do inquérito, a Autoridade Nacional de Promotoria (Ministério Público) não havia conseguido apresentar denúncia por insuficiência de provas, e o caso foi transferido ao Departamento de Justiça, que iniciou o procedimento investigativo. As mulheres foram mortas a tiros durante uma saída noturna, e seus corpos foram abandonados à beira de uma estrada em Joanesburgo.

Em fevereiro, um vídeo divulgado nas redes sociais mostrou duas policiais agredindo uma mulher que havia denunciado violência doméstica. Ainda naquele mês, as agentes foram presas, compareceram ao tribunal de Bloemfontein, na província de Free State, e foram libertadas sob fiança enquanto aguardavam julgamento.

DIREITO À VIDA E À SEGURANÇA PESSOAL

A taxa de homicídios permaneceu alta. A polícia registrou 5.794 casos entre julho e setembro.

As ameaças e assassinatos de pessoas defensoras dos direitos humanos e denunciante continuaram, assim como a impunidade dos responsáveis. Não houve novos avanços por parte do Departamento de Justiça e Desenvolvimento Constitucional para fortalecer a legislação de proteção a denunciante, após uma consulta pública realizada em 2023 sobre um documento de discussão.

A investigação sobre quem ordenou o assassinato da denunciante Babita Deokaran prosseguia quatro anos após sua morte.

O Serviço de Polícia da África do Sul (SAPS) não conseguiu oferecer proteção nem conduzir investigações eficazes e completas sobre os assassinatos, entre 2018 e 2022, de integrantes do Abahlali

baseMjondolo, uma associação de moradores de favelas. Embora oito membros do grupo tenham sido mortos nesse período devido ao seu ativismo, apenas um dos casos resultou em condenação. Não foram divulgadas atualizações públicas sobre as investigações dos sete casos restantes.

Em fevereiro, Muhsin Hendricks, o primeiro imã assumidamente gay e defensor dos direitos humanos LGBTI, foi morto enquanto estava a caminho de celebrar dois casamentos. Em março, a denunciante Pamela Mabini, que fazia campanha contra a violência de gênero e apoiava testemunhas no julgamento por estupro do televangelista Timothy Omotso, foi morta em frente a sua casa. Em setembro, Bouwer Van Niekerk, advogado especializado em insolvência, foi assassinado em seu escritório dias após receber ameaças de morte relacionadas a sua atuação num caso de insolvência vinculado a um suposto esquema de pirâmide. Em nenhum desses casos os responsáveis foram levados à Justiça.

Em julho, o comissário de polícia da província de KwaZulu-Natal (KZN) afirmou haver interferência política e corrupção no sistema de justiça criminal, incluindo conluio das forças de segurança com organizações criminosas, interferência governamental em investigações policiais e abuso de poder por parte do ministro da Polícia em relação à dissolução da Força-Tarefa sobre Crimes Políticos sem consulta ou explicação. O Presidente Ramaphosa respondeu anunciando a criação de uma comissão de inquérito para investigar as denúncias e o afastamento imediato do ministro da Polícia.

DIREITO À EDUCAÇÃO

Não houve justiça para a família de Unecebo Mboteni, de três anos, mais de um ano após sua morte ao cair em uma latrina de fossa em sua pré-escola, na província do Cabo Oriental. Em abril, o Departamento de Educação Básica afirmou ter erradicado 96% das latrinas de fossa nas escolas que faziam parte de sua iniciativa Saneamento

Adequado para a Educação (SAFE). Segundo um relatório do Sistema de Gestão de Instalações Educacionais, cerca de 448 escolas (apenas parte delas incluída na iniciativa SAFE) ainda utilizavam latrinas desse tipo. A ministra da Educação Básica afirmou que seu departamento realizaria uma nova auditoria sanitária.

DIREITO À SAÚDE

Os cortes na ajuda externa dos EUA encerraram o financiamento de muitas organizações que prestavam serviços relacionados ao HIV em todo o país e interromperam financiamentos significativos para pesquisas sobre HIV e tuberculose em universidades sul-africanas. Antes dos cortes, o Plano de Emergência do Presidente dos EUA para o Alívio da AIDS fornecia 18% do orçamento dos serviços de HIV da África do Sul. Aproximadamente 17% das pessoas entre 15 e 49 anos viviam com HIV no país, que enfrenta a maior epidemia de HIV do mundo.

Diversas contestações judiciais à Lei do Seguro Nacional de Saúde seguiam em tramitação no Tribunal Constitucional e em outras instâncias. Entre os argumentos apresentados estava o de que a lei seria inconstitucional e poderia dificultar ainda mais o acesso a serviços de saúde de qualidade.

DIREITO À ÁGUA

As interrupções no abastecimento de água continuaram em todo o país, com agravamento da crise nas províncias de Gauteng e KwaZulu-Natal. Moradores da região de West Rand, em Gauteng, protestaram após ficarem sem água por mais de um mês. O Departamento de Água e Saneamento continuou a perder bilhões de rands sul-africanos devido à má gestão e ao planejamento deficiente, além de atrasos na implementação de projetos. No relatório anual divulgado em setembro, o departamento apontou um acúmulo significativo e crescente de obras de manutenção e reabilitação ainda não realizadas na infraestrutura nacional de

recursos hídricos. Em seu discurso sobre o Estado da Nação, em fevereiro, o Presidente Ramaphosa reconheceu que a situação hídrica da África do Sul havia se tornado uma “crise”.

DIREITOS DAS PESSOAS REFUGIADAS E MIGRANTES

O grupo vigilante xenófobo Operação Dudula assediou migrantes e impediu sua entrada em hospitais e centros de saúde. Em consequência, um bebê de um ano morreu depois de ser impedido de receber atendimento na Clínica Alexandra, em Joanesburgo, em julho. O grupo Operação Dudula posteriormente advertiu as escolas para que não admittissem crianças estrangeiras sem documentação – o que viola a Seção 29 da Constituição, que garante o direito à educação básica para todos. Em novembro, o Tribunal Superior de Gauteng Sul emitiu uma ordem judicial proibindo o grupo de assediar ou intimidar migrantes que estivessem acessando serviços.

Em maio, o Tribunal Superior do Cabo Ocidental considerou inconstitucionais as seções da Lei de Refugiados que negavam aos novos requerentes de asilo o acesso ao sistema de asilo. O caso estava no Tribunal Constitucional aguardando confirmação. O governo continuou a promover o Documento Estratégico sobre Cidadania, Imigração e Proteção de Refugiados, adotado pelo gabinete em 2024.

Organizações da sociedade civil manifestaram preocupações quanto à representação negativa da migração no documento, ao uso de pesquisas incorretas para justificar restrições migratórias e à proposta de retirada da África do Sul da Convenção das Nações Unidas sobre Refugiados, com reingresso condicionado a reservas que reduziriam significativamente os direitos constitucionais das pessoas refugiadas, em violação às obrigações internacionais do país.

USO ILEGAL DA FORÇA

Oito agentes da equipe de proteção VIP do vice-presidente foram absolvidos em um processo disciplinar interno do SAPS, conduzido em maio. Eles haviam sido filmados agredindo três membros da Força Nacional de Defesa Sul-Africana em 2023. Os agentes ainda respondiam a 12 acusações em um processo judicial em andamento, incluindo agressão com intenção de causar lesões corporais graves, agressão por ameaça e obstrução da justiça. O julgamento foi marcado para março de 2026.

DIREITO A UM MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL

As províncias de KwaZulu-Natal, Cabo Oriental e Cabo Ocidental foram atingidas por inundações extremas em algumas áreas, com centenas de mortes e milhares de casas destruídas.

As pessoas que vivem em assentamentos informais foram desproporcionalmente afetadas pelas enchentes, cuja frequência e intensidade tendem a aumentar devido à mudança climática.

Serviços básicos — incluindo água potável, saneamento, coleta de lixo e eletricidade — permaneceram fora do alcance de milhões de pessoas que vivem nesses assentamentos.

A África do Sul caiu três posições no Índice de Desempenho para a Mudança Climática, passando para o 41º lugar, o que a classifica como um país de “baixo desempenho climático”. Após a retirada do apoio dos EUA, em março, ao programa de Transição Energética Justa (JET) da África do Sul, a União Europeia prometeu um pacote de investimentos Gateway Global de EUR 4,7 bilhões — uma combinação de subsídios e empréstimos — dos quais EUR 4,5 bilhões seriam destinados ao JET.

ANGOLA

República de Angola

Sindicalistas, membros da oposição, jornalistas, defensores dos direitos humanos e ativistas foram submetidos a prisões e detenções arbitrárias, em alguns casos sendo privados de acesso a representação legal. As forças de segurança fizeram uso ilegal da força, comprometendo gravemente o exercício do direito à liberdade de reunião pacífica. O direito à liberdade de expressão, incluindo a liberdade de imprensa, foi violado. Não houve qualquer indicação de que a morte de um homem por agentes da Polícia de Intervenção Rápida estivesse sendo investigada.

INFORMAÇÕES GERAIS

Muitos angolanos, particularmente jovens, enfrentaram pobreza e fome devido aos baixos salários e ao alto índice de desemprego. Essas dificuldades foram agravadas no dia 4 de julho, quando o governo aumentou os preços dos combustíveis, levando as tarifas do transporte público a dobrarem de valor. Em protesto contra os aumentos, ativistas da sociedade civil convocaram manifestações com início previsto para 12 de julho, enquanto associações de motoristas de táxi convocaram uma greve de três dias, entre 28 e 30 de julho. Durante os protestos, eclodiram confrontos violentos e houve relatos de atos de vandalismo e saques na capital, Luanda. Mais de 30 pessoas morreram, mais de 200 ficaram feridas e pelo menos 1.214 foram presas.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Sindicalistas, membros da oposição, jornalistas, defensores dos direitos humanos e ativistas da sociedade civil foram presos e detidos arbitrariamente.

Durante uma manifestação pacífica em 16 de fevereiro na cidade de Ndalatando, a Polícia Nacional de Angola (PNA) prendeu os parlamentares Francisco Fernandes Falua e João Quipipa Dias, do partido de oposição União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), junto com vários outros manifestantes. António Domingos, jornalista que cobria os protestos, também foi preso. Os manifestantes exigiam uma investigação sobre vários assassinatos de mulheres ocorridos na província de Cuanza Norte. De acordo com o jornal Diário Independente, não foram realizadas investigações sobre os assassinatos de cerca de 16 mulheres entre fevereiro de 2024 e janeiro de 2025. Dias antes de sua prisão, os parlamentares haviam se reunido com o governador de Cuanza Norte e com a promotora pública para exigir investigações que levassem os suspeitos à justiça. Algumas horas depois, todos os detidos foram liberados sem acusações.

Em 4 de maio, António Frederico Gonçalves foi preso em sua casa em Luanda pelo Serviço de Investigação Criminal (SIC). Ele permaneceu detido sem acusação formal e sem ser levado à presença de um juiz, tendo sido privado de acesso a advogado e familiares. A detenção estava relacionada a alegações de que ele teria criado e publicado nas redes sociais um vídeo conclamando angolanos a demonstrar solidariedade a Ibrahim Traoré, presidente interino de Burkina Faso. No vídeo, ele afirmava que o governo de Angola apoiava um plano do governo dos Estados Unidos para matar o Presidente Traoré e pedia que a embaixada dos EUA em Luanda fosse atacada e incendiada. António Frederico Gonçalves foi libertado em 11 de outubro sob condições que exigiam sua apresentação semanal perante a Procuradoria-Geral da República. Ele também foi proibido de deixar a província de Luanda.

Em 28 de julho, André Miranda, ativista político e defensor dos direitos humanos, foi preso por agentes do SIC enquanto filmava o primeiro dia dos protestos relacionados à greve de três dias em Luanda (ver *Informações gerais, acima*). Ele foi levado para a 19ª Delegacia de Polícia em Mayanga e transferido em 7 de setembro para a prisão da Comarca de Viana, onde aguardava julgamento por acusações de vandalismo e associação criminosa.

Também em 28 de julho, indivíduos suspeitos de serem membros do SIC atiraram na perna do ativista Serrote José de Oliveira enquanto ele fazia uma transmissão ao vivo do protesto durante a greve. Eles o prenderam e o mantiveram incomunicável até 1º de agosto, quando Serrote foi apresentado a um tribunal em Luanda, mas não foi acusado formalmente. Em 6 de agosto, sem que seus advogados fossem informados, ele foi levado para a prisão da Comarca Central de Luanda, onde ficou detido por várias horas; em seguida, foi devolvido à custódia do SIC. Posteriormente, foi transferido para a prisão de Calomboloca, na província de Ícolo e Bengo, onde ainda permanecia no final do ano. Apesar do ferimento e da deterioração de seu estado de saúde, ele foi privado de acesso a tratamento médico.

Após os protestos, em 31 de julho o SIC prendeu e deteve Rodrigo Luciano Catimba, vice-presidente da Associação Nacional dos Taxistas de Angola, e em 8 de agosto, Francisco Paciente, seu presidente. No dia 11 de agosto, o SIC prendeu quatro homens — Francisco Eduardo, presidente da Associação dos Taxistas de Angola; Rafael Ginga Inácio, presidente da Cooperativa dos Taxistas Comunitários de Angola; António Alexandre Freitas, presidente da Cooperativa dos Mototaxistas de Angola; e Pedro Fernandes, presidente da Cooperativa 2 PN. Em 13 de agosto, Leonardo Lopes, presidente da Associação dos Taxistas e Operadores de Minibus de Angola, também foi preso. No final do ano, cinco desses homens permaneciam detidos por

acusações de incitação à violência, terrorismo, associação criminosa e vandalismo. Pedro Fernandes foi libertado no dia 20 de agosto por falta de provas.

LIBERDADE DE REUNIÃO PACÍFICA

Em 29 de março, a PNA, equipada com armas de fogo e cassetetes, utilizou força desnecessária e excessiva para reprimir um protesto pacífico contra a violência de gênero organizado pelo movimento Unidas Somos Mais Fortes em Luanda. Pelo menos 10 homens e mulheres foram presos arbitrariamente sob a alegação de que o protesto não estava autorizado. A polícia obrigou manifestantes a retirar suas camisetas estampadas com frases de condenação à violência de gênero e confiscou seus telefones celulares. Entre as pessoas presas estavam algumas das organizadoras — Leonela Massocolo, Marisa Sofá, Marcela Mateus e Sávio Gongá. Elas foram liberadas e tiveram seus celulares devolvidos por volta das 17h do mesmo dia, após a intervenção de seus advogados.

No dia 15 de abril, a PNA proibiu um protesto pacífico organizado por agricultores e mototaxistas contra a decisão do governo provincial do Uíge de proibir mototáxis e ônibus na rota Uíge-Quitexe, entre outras. O governo provincial alegou que a proibição visava a prevenir a ocorrência de acidentes frequentes nessa rota. Apesar da proibição, os manifestantes realizaram o protesto, e dezenas de pessoas teriam ficado feridas quando a PNA disparou balas de borracha e gás lacrimogêneo.

Em 26 de abril, a PNA prendeu cerca de 162 pessoas durante um protesto estudantil em Luanda, organizado por lideranças do Movimento de Estudantes de Angola (MEA), que exigia melhorias na educação pública, especialmente a contratação de professores mais bem qualificados. Entre as pessoas detidas estavam pelo menos quatro jornalistas que cobriam o evento, cerca de 150 estudantes e oito lideranças do MEA. A

maioria foi liberada no mesmo dia sem acusação. Os líderes do MEA, incluindo Joaquim Lutambi, vice-presidente; Jones Sebastião Damião, secretário provincial de Luanda; Simão Formiga, secretário provincial de Ícolo e Bengo; e Nsimba Matamba, secretário nacional para o ensino primário, permaneceram detidos até 28 de abril, quando o Tribunal de Luanda os absolveu das acusações de desobediência por insuficiência de provas.

As forças de segurança responderam aos protestos de julho contra o aumento dos preços dos combustíveis (ver acima) com uso excessivo da força e prisões. A polícia utilizou gás lacrimogêneo, cães e cassetetes para dispersar o protesto em 12 de julho. Pelo menos 17 manifestantes foram presos, incluindo Osvaldo Caholo, defensor dos direitos humanos. Um deles foi afetado pelo gás lacrimogêneo. Em 19 de julho, nove manifestantes foram feridos pelas forças de segurança; outros 17 foram presos e acusados de incitação à rebelião. Todos, exceto um, foram liberados sem acusação no mesmo dia.

As forças de segurança detiveram pelo menos 10 ativistas e um advogado antes dos protestos planejados para 11 de novembro contra o desemprego e a pobreza. Nesse dia, as forças de segurança cercaram o cemitério Santa Ana, em Luanda, onde o protesto teria início. Dezoito ativistas foram detidos, dos quais 16 foram liberados sem acusação algumas horas depois, enquanto dois — Sebastião Neto e Armando Alberto — permaneceram detidos.

HOMICÍDIOS ILEGAIS

Em 17 de maio, a Polícia de Intervenção Rápida matou Pedro Sebastião Mukengo quando os agentes tentavam dispersar uma multidão que havia se reunido para uma festa ao ar livre na Rua B, no bairro de Vila Flor, em Luanda. Os policiais chegaram ao local e dispararam gás lacrimogêneo, provocando pânico entre os participantes. Como a multidão não se dispersou, eles

atiraram com munição real, atingindo Pedro Sebastião Mukengo, que morreu no local. Uma autópsia confirmou que ele morreu em decorrência de um ferimento por arma de fogo, contradizendo a declaração das autoridades de que teria sido esfaqueado. Não foi divulgada qualquer informação que indicasse que sua morte estivesse sendo investigada.

ARGENTINA

República da Argentina

As barreiras para acessar o aborto aumentaram de forma alarmante. Persistiram elevados índices de feminicídio e violência de gênero, e foram reduzidos os serviços de apoio a mulheres em situação de violência. Pessoas que exerciam o jornalismo sofreram violência em um contexto de redução do espaço cívico. A repressão violenta continuou sendo a resposta das autoridades às manifestações. O governo impôs medidas severas de austeridade que afetaram especialmente as pessoas idosas e as pessoas com deficiência. As políticas voltadas às ações climáticas foram consideradas “criticamente insuficientes”.

INFORMAÇÕES GERAIS

A Argentina permanecia imersa em uma crise econômica e social. Segundo informações do Instituto Nacional de Estatística e Censos, em junho, 31,6% da população vivia em situação de pobreza e, em setembro, a taxa de desemprego alcançava 6,6%.

O governo retirou a candidatura do país ao Conselho de Direitos Humanos da ONU para o período 2026-2028.

O Congresso Nacional não nomeava uma pessoa titular da Defensoria do Povo da Nação desde 2009. A Corte Suprema de Justiça da Nação continuava sendo composta exclusivamente por homens, e duas vagas permaneciam abertas no final do ano.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Segundo informações oficiais publicadas em 2025, em 2023 cinco meninas ou jovens com menos de 20 anos deram à luz a cada hora no país.

Em março, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos denunciou o desmantelamento, por parte do governo, do Plano Nacional de Prevenção da Gravidez Não Intencional na Adolescência. Depois de o plano ter reduzido com êxito as taxas de gravidez na adolescência em 49% nos quatro anos anteriores, seu orçamento foi reduzido em 86% em termos reais (considerando a inflação) em 2025 em comparação com 2023, e mais de 30% dos recursos disponíveis não foram executados.

A compra e a distribuição pelo Estado de insumos essenciais para garantir o acesso ao aborto permaneciam interrompidas desde dezembro de 2023. Além disso, a quantidade de contraceptivos — incluindo os hormonais de emergência — e testes de gravidez distribuídos às províncias foi reduzida em 81% entre 2023 e 2024. Em 2025, a Anistia Internacional recebeu quase quatro vezes mais denúncias de impedimentos ao aborto do que em 2024, o que pode indicar um agravamento das barreiras ao acesso.

VIOLÊNCIA SEXUAL E DE GÊNERO

Segundo a Defensoria do Povo da Nação, foi registrado um feminicídio a cada 35 horas no primeiro semestre do ano. Apesar da persistência da violência de gênero, 13 programas essenciais de combate a esses crimes foram extintos em maio, incluindo aqueles que ofereciam apoio imediato a mulheres em situações extremas de violência.

Em março, o sistema de justiça do Brasil confirmou a sentença de seis anos de prisão imposta ao ator Juan Darthés por violência sexual contra a atriz argentina Thelma Fardín quando ela tinha 16 anos. O tribunal considerou que toda relação sexual sem consentimento constitui estupro ou abuso.

Em 11 de junho, o Tribunal de Cassação Penal da Província de Buenos Aires manteve a condenação de Luis Alberto Ramos por “homicídio qualificado motivado por ódio à identidade de gênero” do homem trans Tehuel de la Torre, que tinha 21 anos quando foi visto pela última vez em 11 de março de 2021.

Em julho, ocorreu o julgamento criminal de um ataque incendiário contra quatro mulheres lésbicas em 2024, que causou a morte de três dessas mulheres. Na acusação, a promotoria alegou preconceito em razão da orientação sexual e do gênero das vítimas.

Segundo o Observatório Nacional de Crimes de Ódio LGBT, esses crimes aumentaram 70% no primeiro semestre de 2025 em comparação com o mesmo período de 2024. Em discurso no Fórum Econômico Mundial, em janeiro, o presidente Javier Milei associou a homossexualidade à pedofilia.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Em maio, nove titulares de mandatos da ONU alertaram para a deterioração das liberdades e do espaço cívico na Argentina desde dezembro de 2023.

Até o fim do ano, o Presidente Milei havia processado pelo menos oito jornalistas por difamação e injúria. Desde o início de seu mandato, em 2023, mais de 60 profissionais da imprensa enfrentaram assédio e violações por parte do presidente e de outras autoridades de alto escalão, tanto na imprensa quanto nas redes sociais.

Em agosto, um promotor abriu investigação contra o presidente e três agentes públicos por, entre outras acusações, ameaças e atos de intimidação pública contra a jornalista Julia Mengolini, que havia sofrido assédio digital mediante o uso de imagens manipuladas por inteligência artificial.

VIGILÂNCIA ILEGAL

Por meio do Decreto 383/2025 e sem participação do Congresso, o Ministério da Segurança Nacional autorizou a polícia federal a monitorar pessoas nas redes sociais, acessar bases de dados estatais, realizar buscas e deter pessoas para identificação por até 10 horas — todas essas ações sem necessidade de ordem judicial.

O Decreto de Necessidade e Urgência (DNU) 941/2025, que não foi debatido no Congresso, alterou o sistema de inteligência e concentrou mais poder na Secretaria de Inteligência do Estado. A medida ampliou a capacidade do órgão de acessar e cruzar dados pessoais da população, operar sem supervisão judicial e permitir detenções sem ordem judicial por agentes de inteligência. A mudança aumentou o risco de vigilância ilícita e uso discricionário de informações, colocando em risco direitos como liberdade pessoal, privacidade, liberdade de expressão e liberdade de associação e reunião pacífica.

LIBERDADE DE REUNIÃO PACÍFICA

As restrições e a repressão a protestos pacíficos — inclusive com uso ilegal da força — continuaram a aumentar após a entrada em vigor da Resolução 943/2023 do Ministério da Segurança Nacional. Entre dezembro de 2024 e novembro de 2025, houve pelo menos 1.341 casos de pessoas supostamente feridas por agentes do Estado, das quais 155 eram idosas e 184 trabalhavam na imprensa. Pelo menos duas foram atingidas por balas de borracha na cabeça e no rosto.

Em 12 de março, o fotojornalista Pablo Grillo ficou gravemente ferido ao ser atingido na cabeça por um cartucho de gás lacrimogêneo disparado ilegalmente por um agente da Gendarmaria Nacional durante uma marcha em apoio aos aposentados. Na mesma manifestação, Jonathan Navarro perdeu o olho esquerdo após ser atingido por uma arma de impacto cinético disparada por um agente da Prefeitura Naval Argentina.

IMPUNIDADE

O Congresso aprovou uma lei que incorporou ao Código Penal o julgamento à revelia. A justiça federal autorizou sua aplicação contra dez pessoas acusadas do atentado de 18 de julho de 1994 contra o centro comunitário da Associação Mutual Israelita Argentina.

A Argentina ainda não havia ratificado a Convenção de Liubliana-Haia, assinada em 2023.

DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

Em setembro, o Alto Comissário da ONU para os Direitos Humanos alertou que as medidas de austeridade afetavam principalmente as pessoas idosas e as pessoas com deficiência.

Em 2025, a aposentadoria mínima não cobria as necessidades básicas, enquanto mais de três milhões de pessoas idosas viviam em situação de pobreza. Pela segunda vez, o presidente vetou leis destinadas a aumentar o poder de compra dos aposentados e permitir que pessoas sem os 30 anos necessários de contribuição acessassem uma aposentadoria, enfraquecendo os direitos econômicos e sociais da população idosa.

O orçamento destinado às universidades em 2025 foi 6% menor em termos reais do que em 2024, acumulando uma queda de 29% desde 2023. Em outubro, o Congresso rejeitou o veto do Presidente Milei à lei que aprovava o aumento do financiamento para as universidades e atualizava os salários docentes para recuperar parcialmente seu poder aquisitivo. No entanto, o Executivo confirmou que não aplicaria a lei, agravando os cortes orçamentários impostos às universidades.

A política fiscal argentina continuou favorecendo uma estrutura tributária regressiva, com cortes em áreas como

saúde, educação e previdência social, e aumento das isenções fiscais para grandes empresas. A perda de receita tributária decorrente de benefícios fiscais — que isentavam certos setores do pagamento de determinados impostos — representou cerca de 4% do PIB.

O peso estrutural do serviço da dívida pública manteve-se constante mesmo em meio a severos ajustes fiscais: em 2025, os pagamentos de juros da dívida quase igualaram o orçamento nacional destinado a saúde, educação e cultura.

DIREITO A UM MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL

A negação das mudanças climáticas por parte do governo continuou gerando preocupação. O Climate Action Tracker classificou as políticas e objetivos climáticos da Argentina como “criticamente insuficientes” e incompatíveis com a necessidade de limitação do aumento da temperatura média global a 1,5°C, conforme estabelecido pelo Acordo de Paris.

Os subsídios às empresas de combustíveis fósseis foram 93 vezes superiores aos recursos destinados à promoção da eficiência energética e das energias renováveis.

BOLÍVIA

Estado Plurinacional da Bolívia

Pessoas defensoras dos direitos humanos em questões ambientais foram alvo de ataques, perseguição e criminalização. Desmatamento, incêndios e mineração causaram contaminação e ameaçaram direitos humanos, especialmente os dos povos indígenas. Pessoas detidas enfrentaram superlotação e insegurança. Havia risco de impunidade em relação a massacres. Foram registrados feminicídios e infanticídios.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em outubro, Rodrigo Paz foi eleito presidente. A violência pré-eleitoral causou a morte de oito pessoas, quatro delas policiais.

Em dezembro, o ex-presidente Luis Arce foi detido em decorrência de uma investigação de corrupção.

O país atravessava uma grave crise econômica, com a inflação anual mais alta desde 2008 e uma escalada descontrolada nos preços dos alimentos e dos produtos básicos.

Em sua quarta Revisão Periódica Universal, a Bolívia rejeitou recomendações relativas a normas que restringiam o espaço cívico.

PESSOAS DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS

As autoridades continuaram sem oferecer proteção às pessoas defensoras dos direitos humanos — especialmente indígenas e camponeses que defendiam o território, a terra e o meio ambiente contra os impactos negativos das atividades de mineração e de exploração de hidrocarbonetos. Essas pessoas continuaram sofrendo ameaças, perseguições e ataques.

A criminalização da defesa do meio ambiente se intensificou. Doze pessoas que atuavam na proteção da Reserva Nacional de Flora e Fauna Tariquía foram denunciadas e, segundo a Defensoria do Povo, também eram alvo de intimidação judicial, hostilização e ameaças.

DIREITO A UM MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL

As mudanças climáticas agravaram o desmatamento, os incêndios e as alterações nos regimes de chuva, o que intensificou a escassez hídrica e afetou o direito à água, a segurança alimentar e os ecossistemas.

Organizações da sociedade civil também denunciaram que atividades extrativistas contaminaram a água e violaram direitos humanos. Um estudo realizado pelo Centro de Documentação e Informação Bolívia, em colaboração com outras instituições, revelou níveis elevados de mercúrio em mulheres indígenas amazônicas, atribuídos ao consumo de peixes contaminados pela mineração: nove em cada dez pessoas avaliadas apresentavam níveis acima do limite de segurança, e três em cada quatro apresentavam risco cardiovascular.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

A expansão de projetos extrativistas nos territórios de povos indígenas prosseguiu sem consulta prévia ou por meio de processos que não atendiam às normas relativas ao consentimento livre, prévio e informado.

DIREITOS DAS PESSOAS DETIDAS

A Defensoria do Povo alertou para a superlotação extrema do sistema prisional do país, que abrigava mais de 33.000 pessoas, apesar de ter capacidade para apenas 15.598. Também foram denunciadas deficiências na alimentação, na segurança e no atendimento à saúde da população carcerária (nove em cada dez mortes registradas em prisões estavam relacionadas a doenças). Até setembro, haviam sido registradas 15 mortes violentas em centros penitenciários.

DIREITO A UM JULGAMENTO JUSTO

A independência judicial continuou sendo motivo de preocupação. A Procuradoria-Geral do Estado apresentou acusações contra diversos juízes, servidores e advogados por corrupção, tráfico de influência e formação de organização criminosa, em razão de suposta tentativa de substituição irregular de uma magistrada do Poder Judiciário. Ao menos quatro pessoas, incluindo um ex-ministro, haviam sido detidas no final do ano.

IMPUNIDADE

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos e o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos alertaram para o risco de impunidade nos casos dos massacres de Senkata e Sacaba. Com relação às graves violações de direitos humanos cometidas no contexto desses massacres em 2019, os processos instaurados contra policiais e militares acusados foram declarados nulos em setembro. A Bolívia seguia sem assinar ou ratificar a Convenção de Liubliana-Haia.

DIREITOS DAS MULHERES E DAS MENINAS

O Ministério Público documentou 81 casos de feminicídio e 29 de infanticídio no país. Em setembro, entrou em vigor a Lei 1.639, que proibiu o casamento precoce e infantil de menores de 18 anos, prática que continuava expondo meninas — especialmente de comunidades rurais e indígenas — à violência, à gravidez precoce e à evasão escolar.

BRASIL

República Federativa do Brasil

Os índices de pobreza tiveram redução significativa, principalmente em razão das políticas de transferência de renda. As desigualdades estruturais, porém, persistiam, e barreiras ao acesso pleno e efetivo aos direitos humanos continuaram a ser erguidas. As populações em situação de vulnerabilidade, especialmente as pessoas negras e as de baixa renda, foram afetadas de forma desproporcional por eventos climáticos extremos. A aprovação de uma nova lei de licenciamento ambiental e outras medidas legislativas acentuaram os retrocessos nas políticas socioambientais e nos direitos territoriais dos povos indígenas e das comunidades tradicionais. A violência contra pessoas defensoras dos direitos

humanos, em particular ambientalistas, indígenas e quilombolas, intensificou-se. As operações policiais atingiram principalmente a população negra. A violência contra pessoas LGBTI e a violência baseada em gênero, especialmente os feminicídios de mulheres negras, continuaram sendo motivo de grave preocupação. Dificuldades de acesso à justiça, sobretudo em casos de violência policial, seguiram prejudicando a prestação de contas por parte do Estado.

INFORMAÇÕES GERAIS

O ex-presidente Jair Bolsonaro foi condenado a 27 anos e três meses de prisão por tentativa de golpe de Estado, em um contexto de crescente apoio ao autoritarismo, expresso em campanhas coordenadas nas redes sociais. Em novembro, após uma decisão do Supremo Tribunal Federal que declarou o trânsito em julgado da sentença, Bolsonaro começou a cumprir a pena, em regime fechado, inicialmente na Superintendência da Polícia Federal em Brasília. A Câmara dos Deputados logo tornou-se foco de tensão: em 9 de dezembro, agentes da Polícia Legislativa expulsaram jornalistas e agrediram parlamentares durante uma sessão. Simultaneamente, avançavam iniciativas legislativas que visavam reduzir a pena imposta ao ex-presidente e a reavaliá-la sua responsabilidade nos fatos, apesar das intensas mobilizações sociais em defesa de sua condenação.

No Congresso Nacional, houve uma série de ataques misóginos, racistas e transfóbicos contra mulheres, indígenas e parlamentares trans, evidenciando a fragilidade dos mecanismos institucionais frente à violência política motivada por gênero, raça e orientação sexual.

A realização da 30ª Conferência da ONU sobre Mudança do Clima (COP30) em Belém, no Pará, colocou a cidade no centro da agenda climática mundial e deu grande visibilidade às mobilizações sociais em favor da justiça climática, da transição energética justa e da reparação pelo racismo ambiental. A intensidade dessas

demandas, porém, contrastou com os avanços escassos nas negociações formais para assegurar a eliminação gradual dos combustíveis fósseis. Embora a contribuição das pessoas afrodescendentes para a ação climática e para soluções voltadas a uma transição justa tenha sido reconhecida pela primeira vez, esse reconhecimento não se traduziu em compromissos concretos. Ao final, não houve ampliação suficiente do financiamento para perdas e danos, nem compromissos claros para encerrar o uso de combustíveis fósseis.

DIREITOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

O Brasil registrou os menores índices de pobreza e desigualdade em 30 anos, graças à consolidação de políticas distributivas e programas de transferência de renda. Apesar disso, restrições orçamentárias significativas impostas às políticas públicas e aos ministérios responsáveis pela área social afetaram mais severamente as pessoas que vivem em favelas e comunidades urbanas marginalizadas.

Na área da educação, persistiram profundas desigualdades relacionadas ao acesso, à permanência e à qualidade do ensino. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, publicados em setembro de 2025, apenas 50% das pessoas adultas afrodescendentes haviam concluído a educação básica obrigatória em 2024, em comparação com 63,4% das pessoas brancas. Além disso, um estudo publicado em janeiro de 2025 pelo UNICEF revelou que ao menos 1,17 milhão de crianças brasileiras tiveram seus estudos interrompidos por eventos climáticos extremos em 2024. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública registrou ainda que as interrupções no calendário escolar provocadas por episódios de violência extrema — especialmente tiroteios, ameaças de ataques e operações policiais — aumentaram cerca de 245% entre 2021 e 2023.

O acesso à água potável continuou sendo um desafio fundamental em várias regiões do país. De acordo com um relatório do

Instituto Trata Brasil sobre o acesso à água tratada e ao saneamento, as maiores carências concentravam-se nas regiões Norte e Nordeste, onde a cobertura desses serviços era significativamente inferior do que nas regiões Sudeste e Sul.

DIREITO A UM MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL

Em determinadas regiões, foram estabelecidos mecanismos de monitoramento ambiental e implementadas políticas de conservação, refletindo os esforços do Estado para responder à crise climática. Uma das principais medidas foi a aprovação de um Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil para enfrentar eventos climáticos extremos.

Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o desmatamento na Amazônia registrou em 2025 uma das menores taxas da série histórica recente e voltou a diminuir, assim como no Cerrado, onde houve redução pelo segundo ano consecutivo. Os níveis de degradação, contudo, permaneciam elevados em ambos os biomas, e a pressão sobre outros ecossistemas — como a Caatinga e as regiões de transição — ainda era intensa. Além disso, foram registrados crimes ambientais graves e incêndios destrutivos, que evidenciaram a persistência de um modelo de ocupação baseado na expansão da fronteira agropecuária e na devastação ambiental. Segundo o INPE e organizações especializadas, as taxas de desmatamento e o grande número de focos de incêndio continuaram a colocar em risco ecossistemas essenciais para a regulação climática global.

Ao longo do ano, em todas as regiões do país, ocorreram desastres relacionados à mudança do clima que afetaram de maneira desproporcional populações periféricas e em situação de vulnerabilidade, agravando desigualdades sociais preexistentes e expondo formas recorrentes de racismo ambiental, especialmente contra comunidades negras, indígenas e de baixa

renda. Foram registrados déficits hídricos, estiagens, deslizamentos de terra, tempestades, inundações, ondas de calor e secas. Análises publicadas em 2025 pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) indicaram aumento da frequência e da severidade de eventos climáticos extremos relacionados a chuvas intensas e secas prolongadas, com 3.620 alertas de desastres e cerca de 1.690 incidentes em 2024. A Organização Meteorológica Mundial alertou que o aquecimento global estava intensificando os eventos climáticos extremos em todo o planeta, enquanto as análises do Cemaden afirmaram que a “era dos extremos” já havia chegado ao Brasil, trazendo um risco crescente de perdas humanas, econômicas e sociais concentradas nos territórios historicamente marginalizados.

Um ano após as enchentes no Rio Grande do Sul — o maior desastre hidrológico da história do país — haviam sido concluídas menos de 25% das ações previstas no Plano Rio Grande, o programa estadual de reconstrução, adaptação e resiliência climática criado em 2024. A resposta governamental priorizou sobretudo a reconstrução de infraestruturas, deixando comunidades vulneráveis e expostas a novos eventos climáticos extremos.

A aprovação da Lei Geral de Licenciamento Ambiental (Lei nº 15.190/2025) exacerbou as ameaças aos direitos humanos — especialmente o direito a um meio ambiente saudável — ao flexibilizar a concessão de licenças ambientais, isentar de licenciamento ou submeter a procedimentos simplificados uma série de projetos potencialmente poluidores e reduzir, na prática, as salvaguardas para os povos indígenas e as comunidades tradicionais. Dos 63 vetos presidenciais à lei, o Congresso derrubou 52, ampliando as hipóteses de isenção, encurtando prazos de análise e restringindo a participação social e a possibilidade de intervenção dos órgãos de proteção ambiental.

Em dezembro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva emitiu instruções para a elaboração de um roteiro nacional de transição rumo à eliminação gradual dos combustíveis fósseis; ainda assim, o governo continuou a autorizar novos projetos em ecossistemas cruciais. Ao mesmo tempo, projetos que facilitavam a mineração em terras indígenas avançavam no Congresso, e foi autorizada a perfuração de um poço exploratório de petróleo na bacia da Foz do Amazonas, em uma área conhecida como Margem Equatorial. Essa autorização, somada ao histórico de danos sociais e ambientais relacionados à exploração petrolífera na Baía de Guanabara (estado do Rio de Janeiro), evidencia a persistência de um modelo extrativista baseado na queima de combustíveis fósseis — contrário a uma transição energética justa e centrada nos direitos humanos — e contribui para a criação de “zonas de sacrifício” nos territórios explorados.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Durante a COP30, o governo federal concluiu a etapa final do processo de reconhecimento oficial de quatro territórios indígenas — sua homologação — e emitiu 10 portarias declaratórias para novas terras. Ao todo, 20 processos de demarcação foram destravados.

Ao mesmo tempo, prosseguiam as invasões e os episódios de violência territorial relacionados a conflitos por terras, bem como os ataques armados em regiões de rápida expansão do agronegócio, afetando principalmente as comunidades Guarani Kaiowá (Mato Grosso do Sul), Avá-Guarani Paranaense (oeste do Paraná) e Pataxó e Pataxó Hã-hã-hãe (sul da Bahia). Também foram registradas invasões, apropriação ilegal de terras (grilagem) e mineração ilegal em terras indígenas já demarcadas, especialmente na Amazônia (povos Yanomami, Kayapó, Munduruku e Sararé).

As ameaças e agressões contra líderes indígenas aumentaram significativamente. Entre os casos de violência extrema registrados em 2025 estavam o assassinato

e a decapitação do jovem avá-guarani paranaense Everton Lopes Rodrigues, no município de Guaíra, no oeste do Paraná, e o assassinato do líder guarani kaiowá Vicente Fernandes Vilhalva durante um ataque efetuado por pistoleiros contra o território retomado Pyelito Kue, no município de Iguatemi, Mato Grosso do Sul. Esses fatos se inserem em um padrão recorrente de violência associado à retomada de territórios indígenas nos estados do Paraná, Mato Grosso do Sul e Bahia, entre outros, que se caracteriza por ameaças, ataques noturnos, incêndios criminosos e perseguição a lideranças comunitárias.

Em março, formalizou-se um acordo entre o Estado, a empresa Itaipu Binacional e o povo Avá-Guarani Paranaense, estabelecendo medidas de reparação e destinação de recursos para a aquisição de terras, após décadas de violações de direitos humanos ligadas à construção da usina hidrelétrica. Meses depois, o Estado brasileiro e a empresa ofereceram um pedido de desculpas tardio pelos atos de violência cometidos. Apesar desse avanço simbólico e material, os povos indígenas continuaram a denunciar que as medidas adotadas eram insuficientes diante do agravamento das perdas territoriais e da persistência de invasões, ameaças e pressões sobre suas terras nessa região.

COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Houve reconhecimento jurídico parcial dos direitos das comunidades quilombolas, com decisões judiciais que reafirmaram a obrigação do Estado de avançar nos processos de identificação, delimitação e titulação de seus territórios. Em março, a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Brasil por violar os direitos territoriais de 171 comunidades quilombolas no município de Alcântara, no Maranhão, e determinou a titulação de aproximadamente 78 mil hectares, além de outras medidas de reparação coletiva.

Apesar disso, as comunidades quilombolas enfrentaram a intensificação da violência

física, simbólica e estrutural. A ausência de políticas eficazes de demarcação e proteção territorial contribuiu para perpetuar vulnerabilidades históricas e inviabilizar avanços em matéria de justiça restaurativa. Nesse contexto, lideranças quilombolas passaram a ser alvo de mais ameaças, frequentemente associadas a conflitos agrários e tentativas de apropriação ilegal de terras.

PESSOAS DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS

Foi aprovado um novo Plano Nacional de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, que reforça a obrigação do Estado de adotar medidas integrais de proteção física, psicossocial e jurídica para pessoas e comunidades ameaçadas. Apesar desses avanços, persistiram os ataques, as ameaças e os episódios graves de violência contra pessoas defensoras dos direitos humanos, em especial ambientalistas, quilombolas e lideranças indígenas e comunitárias em contextos de conflitos territoriais, com registros de assassinatos, atentados, ameaças de morte e casos de criminalização. Em novembro, as defensoras Antônia Ferreira dos Santos e Marly Viana Barroso — de 53 e 71 anos, respectivamente —, quebradeiras de coco babaçu, foram assassinadas no município de Novo Repartimento, no sudeste do Pará, em um contexto de disputa territorial e de defesa de modos de vida tradicionais. Em meio a esse cenário, em novembro de 2025, a Câmara dos Deputados aprovou a adesão do Brasil ao Acordo de Escazú, que seguia sem ratificação ao final do ano, por não ter sido aprovado no Senado.

No Pará, organizações de direitos humanos denunciaram que o governo estadual havia utilizado indevidamente a estrutura do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH) para fins de vigilância e espionagem de lideranças indígenas e comunitárias, inclusive de parlamentares.

Os processos judiciais de casos emblemáticos de violência contra pessoas defensoras dos direitos humanos — como os assassinatos de Marielle Franco e Anderson Gomes, de Maria Bernadete Pacífico (Mãe Bernadete) e de Bruno Pereira e Dom Phillips — encontravam-se em diferentes fases de investigação, análise judicial e julgamento, e continuavam sem conclusão definitiva. No caso de Marielle Franco e Anderson Gomes, o processo contra os supostos autores intelectuais chegou à fase final, e o julgamento na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal foi marcado para fevereiro de 2026, quase oito anos após o crime. No caso de Maria Bernadete Pacífico, o Tribunal de Justiça do estado da Bahia também marcou para fevereiro de 2026 a sessão do Tribunal do Júri em que deverão ser julgados os acusados pelo assassinato, dois anos após o crime.

USO EXCESSIVO DA FORÇA

A violência policial continuou caracterizando as políticas de segurança pública. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública e as análises de organizações como o Instituto Democracia em Xequê, a polícia matou em 2024 uma média de 17 pessoas por dia, totalizando mais de 6.200 mortes decorrentes de intervenções policiais e mantendo o Brasil entre os países com as maiores taxas de letalidade policial do mundo.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado em julho, indicou que a população negra continuava a representar a maioria das vítimas de letalidade policial em termos absolutos. Em 2024, cerca de 82% das pessoas mortas em intervenções policiais eram negras, embora esse grupo constituísse aproximadamente 55,5% da população total.

No âmbito institucional, diversas decisões judiciais relacionadas à proteção dos valores essenciais da Constituição Federal frente a atos do poder público — como as Arguições de Descumprimento de Preceito

Fundamental (ADPF) 635 (“ADPF das Favelas”) e 709 — reforçaram a responsabilidade do Estado pela violência cometida por agentes de segurança e pela proteção de populações em situação de vulnerabilidade. Tais decisões judiciais, porém, não foram aplicadas. Em janeiro, uma operação realizada no Complexo do Alemão e no Complexo da Penha, no Rio de Janeiro, deixou dezenas de pessoas mortas e paralisou a vida cotidiana nessas favelas. Também foram relatados casos de execuções extrajudiciais e impedimento da circulação de ambulâncias. Em São Paulo, as mortes causadas por policiais militares em serviço aumentaram em 2025, chegando a 672 vítimas, com crescimento mais acentuado no segundo semestre, após a adoção pela polícia de um novo modelo de câmaras corporais com menor campo de visão.

Em maio, uma operação da Polícia Militar no bairro Pantanal, na cidade de Macapá, no Amapá, resultou na morte de sete jovens que voltavam de uma partida de futebol, entre eles um adolescente de 14 anos, quando o veículo em que estavam foi atingido por dezenas de disparos.

Em outubro, a Operação Contenção, realizada nos complexos de favelas da Penha e do Alemão, mobilizou 2.500 agentes civis e militares e provocou a morte de 121 pessoas, incluindo quatro policiais. A operação, considerada a mais letal da história do estado do Rio de Janeiro, suscitou denúncias de execuções extrajudiciais, invasões de domicílio, violação dos protocolos de preservação da cena do crime e uso desproporcional da força em uma área densamente povoada.

Foram registrados avanços pontuais em matéria de responsabilização do Estado, com a aplicação de condenações em alguns casos paradigmáticos de violência policial. Em Fortaleza, oito policiais militares foram condenados a longas penas de prisão por homicídios, tentativas de homicídio e torturas cometidos em 2015 na chamada “Chacina do Curió”, contra moradores da

periferia; em outro julgamento relacionado ao mesmo caso, vários agentes foram absolvidos. No caso de João Pedro Matos Pinto, adolescente negro de 14 anos, assassinado em 2020 dentro de sua casa durante uma operação policial no Rio de Janeiro, uma decisão judicial determinou que os agentes envolvidos deveriam ser julgados por homicídio qualificado perante júri popular, após terem sido absolvidos por um tribunal em 2024. No caso de Johnatha de Oliveira Lima, jovem negro morto durante uma intervenção policial em uma favela do Rio de Janeiro, uma série de decisões judiciais permitiu a reabertura das investigações. Apesar disso, esses exemplos continuaram sendo raros num contexto em que cerca de 98% das investigações contra policiais são arquivadas, e menos de 2% dos casos de mortes causadas pela polícia chegam efetivamente a julgamento.

DIREITOS DAS PESSOAS LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNERO E INTERSEXUAIS

Houve avanços na visibilidade das questões LGBTI e em decisões judiciais que ampliaram o reconhecimento de seus direitos, com entendimentos de tribunais superiores que reforçaram a igualdade em matéria de filiação, licenças parentais e reconhecimento registral de identidades de gênero não binárias. Ao mesmo tempo, a violência contra a população LGBTI aumentou. O Observatório do Grupo Gay da Bahia registrou 291 mortes violentas de pessoas LGBTI+ em 2024 — cerca de 9% a mais que em 2023. Já a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) contabilizou mais de uma centena de assassinatos de pessoas trans no mesmo período, fazendo com que o Brasil se mantivesse entre os países mais letais do mundo para esse setor da população. Os crimes de ódio motivados por orientação sexual e identidade de gênero continuaram se caracterizando por baixos índices de investigação e responsabilização.

VIOLÊNCIA SEXUAL E DE GÊNERO

Foram registrados avanços na criação de mecanismos institucionais de proteção e prestação de contas com relação à violência de gênero. Entre eles, o aumento gradual do número de delegacias especializadas, a ampliação de redes de atendimento e a realização de campanhas de conscientização, indicando certo reconhecimento oficial da gravidade do problema. Ainda assim, os feminicídios atingiram um nível recorde, com ao menos 1.470 casos registrados – o que equivale a aproximadamente quatro mulheres assassinadas por dia e representa um leve aumento em relação a 2024. Em um contexto de desigualdade racial persistente, mulheres negras continuaram sobrerrepresentadas entre as vítimas, e vários casos sucessivos de grande repercussão midiática provocaram protestos massivos e demandas por uma resposta mais firme das autoridades.

O Congresso Nacional avançou na implementação de iniciativas voltadas a restringir o acesso ao aborto legal. A tramitação do Projeto de Lei 1904/2024, que pretendia equiparar o aborto realizado após a 22ª semana de gestação ao crime de homicídio simples — inclusive em casos de estupro —, gerou amplas mobilizações do movimento feminista e de organizações de direitos humanos. No fim do ano, o projeto ainda não havia se convertido em lei.

IMPUNIDADE

Apesar de alguns avanços pontuais em matéria de prestação de contas, o relatório do relator especial da ONU sobre verdade, justiça e reparação apontou a persistência de impunidade estrutural e de sérios obstáculos ao acesso à justiça, especialmente em casos de execuções extrajudiciais, tortura e desaparecimentos forçados.

Alguns mecanismos de justiça de transição continuaram enfrentando bloqueios legislativos e resistências no campo

político, com tentativas de limitar as políticas de memória histórica e impedir a revisão da Lei de Anistia, que colocavam em risco o direito coletivo à verdade, à justiça e à reparação.

O acesso à justiça permaneceu profundamente desigual. Dados do Conselho Nacional de Justiça mostraram que pessoas negras e grupos em situação de vulnerabilidade seguiam sobrerrepresentados na população prisional e sub-representados no acesso à defesa técnica adequada, apesar de iniciativas como a implementação de protocolos de julgamento com perspectiva racial e de direitos humanos.

CANADÁ

Canadá

O racismo sistêmico e a discriminação contra pessoas negras e racializadas persistiram. Os direitos de pessoas migrantes e refugiadas foram violados por meio de leis restritivas e de devoluções aos Estados Unidos, no âmbito do Acordo de Terceiro País Seguro, que limita seu acesso à proteção como refugiadas no Canadá. Pessoas bispirituais, lésbicas, gays, bissexuais, trans, queer, em questionamento, intersexuais e assexuais (2SLGBTQIA+) enfrentaram discriminação e violência. Novas leis ameaçaram o direito dos povos indígenas à autodeterminação. O Canadá continuou a financiar projetos de combustíveis fósseis.

DISCRIMINAÇÃO

Pessoas negras enfrentaram discriminação no sistema de justiça criminal, onde eram sobrerrepresentadas e avaliadas injustificadamente como tendo baixo potencial de reintegração para fins de concessão de liberdade, apesar de apresentarem menores taxas de reincidência. Em fevereiro e março, respectivamente, o Canadá lançou um Plano de Implementação da Estratégia de Justiça para Pessoas Negras e uma

Estratégia de Justiça Indígena para enfrentar a discriminação sistêmica, o racismo antinegros e a sobrerrepresentação de pessoas negras e indígenas no sistema de justiça criminal, inclusive como vítimas de crimes. O plano de implementação da Estratégia de Justiça Indígena permanecia em desenvolvimento. As taxas de encarceramento de pessoas indígenas — particularmente mulheres — continuaram desproporcionalmente altas. O governo de Quebec continuou a negar a existência de racismo sistêmico na província.

Em julho, a Suprema Corte manteve leis restritivas relativas ao trabalho sexual. A criminalização constante do trabalho sexual e de atividades associadas expôs profissionais do sexo a abusos, violência, operações de deportação e outros danos. Uma contestação constitucional liderada por profissionais do sexo continuava pendente perante o Tribunal de Apelação de Ontário.

A “cláusula de exceção” (notwithstanding clause) da Carta Canadense de Direitos e Liberdades — que impede os tribunais de invalidar leis que violem disposições da Carta — passou a ser cada vez mais ameaçada ou utilizada em legislações direcionadas a pessoas transgênero, minorias religiosas e pessoas em situação de rua.

O governo de Quebec apresentou um projeto de lei proibindo funcionários e voluntários de todas as escolas e creches públicas de usar símbolos religiosos, e invocou preventivamente cláusulas de exceção, tanto provinciais quanto federais, para anular questionamentos constitucionais.

DIREITOS DAS PESSOAS REFUGIADAS E MIGRANTES

O Canadá continuou a devolver pessoas refugiadas aos Estados Unidos, onde enfrentavam violações de direitos, com base no Acordo de Terceiro País Seguro,

que impede a maioria das pessoas que chegam ao Canadá pela fronteira terrestre com os EUA de solicitar proteção como refugiadas. Uma contestação judicial argumentou que a implementação canadense do acordo era inconstitucional, pois violava os direitos das pessoas refugiadas e ignorava uma decisão da Suprema Corte de 2023 ao permitir que pessoas em risco fossem devolvidas a situações de perigo nos EUA. Outras contestações constitucionais ao acordo estavam em curso.

Em junho, o Canadá apresentou o Projeto de Lei C-2, que prejudicaria o direito das pessoas em processo de solicitação de asilo a uma avaliação justa de seus pedidos de proteção, permitiria ao governo cancelar documentos migratórios sem o devido processo legal e ampliaria os poderes policiais para obter informações pessoais sem mandado judicial. Em outubro, o governo apresentou o Projeto de Lei C-12 para acelerar aspectos preocupantes do Projeto de Lei C-2.

Em julho, o governo passou a usar uma prisão federal para a detenção de imigrantes; em setembro, encerrou o uso de prisões provinciais para esse fim.¹

O programa de medidas especiais para concessão de vistos temporários a familiares de pessoas provenientes de Gaza foi encerrado em março. Persistiram as preocupações sobre atrasos no processamento, complexidade da solicitação e outras barreiras à evacuação. Apesar do recebimento de 5.000 solicitações, menos de 1.000 palestinos entraram no Canadá. Muitos enfrentaram dificuldades para acessar serviços essenciais como assistência médica (que ainda era negada em Quebec), moradia, educação e serviços de saúde mental.

Apesar dos abusos generalizados e do risco inerente de exploração laboral e discriminação contra trabalhadores migrantes racializados no âmbito do

do Programa de Trabalhadores Estrangeiros Temporários, as autoridades não aboliram as permissões de trabalho fechadas que vinculam trabalhadores a seus empregadores. O governo introduziu restrições para reduzir o número de trabalhadores migrantes e encurtar a duração dos vistos, tornando sua situação ainda mais precária.

O Canadá continuou a negar assistência médica essencial a pessoas com situação migratória irregular, contrariando uma decisão do Comitê de Direitos Humanos da ONU. Uma contestação judicial contra essa negativa estava em andamento.

O governo de Quebec prosseguiu com sua disputa judicial (analisada pela Suprema Corte em maio) para retirar de requerentes de refúgio o acesso a serviços subsidiados de creche.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO

O Projeto de Lei C-63 (Lei sobre Danos Online) não chegou a ser aprovado, pois sua tramitação foi interrompida com a dissolução do Parlamento em janeiro. O projeto criminalizava condutas nocivas, mas se apoiava fortemente no aparato policial-penal, sem prever mecanismos alternativos de reparação. O governo federal planejava revisar a legislação proposta. Enquanto isso, a violência de gênero facilitada pela tecnologia contra mulheres negras, indígenas e outras mulheres racializadas, bem como contra pessoas 2SLGBTQIA+, continuou a crescer.

DIREITOS DAS PESSOAS LGBTI

A violência contra pessoas 2SLGBTQIA+, especialmente jovens transgênero, persistiu. A província de Alberta continuou a restringir a participação dessas pessoas em esportes, o uso de nomes e pronomes escolhidos e o acesso a tratamentos médicos para afirmação de gênero, embora uma decisão liminar temporária tenha protegido esse acesso. Na província de Saskatchewan, as leis continuaram a limitar

o uso de nomes e pronomes escolhidos por estudantes na escola. Em Ontário, protestos contrários aos tratamentos de afirmação de gênero foram confrontados por contraprotostos em defesa dos direitos das pessoas trans.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Novos projetos de lei que aceleravam a aprovação de grandes projetos de infraestrutura ameaçaram o direito dos povos indígenas à autodeterminação. Em junho, o governo federal aprovou o Projeto de Lei C-5 para agilizar projetos nacionais. Em maio, a Colúmbia Britânica aprovou os Projetos de Lei 14 e 15 para acelerar projetos de infraestrutura, e Ontário aprovou o Projeto de Lei 5, que confere poderes para que a província aprove projetos sobre recursos considerados críticos para sua economia. Organizações da sociedade civil e organizações indígenas se opuseram a essas medidas.

Em fevereiro, um tribunal da Colúmbia Britânica concluiu que a polícia havia violado os direitos humanos de três pessoas indígenas defensoras do território durante suas prisões em 2021. Em outubro, essas mesmas pessoas foram condenadas à prestação de serviços comunitários por se oporem ao gasoduto Coastal GasLink no território Wet'suwet'en.

O Canadá concluiu as negociações de um acordo de livre comércio com o Equador sem o consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas afetados.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE REUNIÃO

Propostas legislativas previam a criação de novos crimes de ódio e o estabelecimento de zonas de exclusão de protestos em torno de instalações de saúde, locais de culto, escolas e espaços culturais e esportivos. Esses projetos de lei e regulamentos municipais poderiam levar à criminalização da liberdade de expressão e de reunião pacífica, ao preverem penalidades

excessivas, imporem rótulos estigmatizantes e reduzirem a supervisão policial. Persistiam as preocupações de que essas iniciativas fossem direcionadas principalmente a manifestantes pró-Palestina.

TRANSFERÊNCIAS IRRESPONSÁVEIS DE ARMAS

A suspensão da autorização de novas licenças de exportação de material militar para Israel se manteve, embora nenhum "aviso aos exportadores" oficial tenha sido emitido. Cerca de 30 licenças de exportação permaneceram suspensas, e pelo menos 180 continuaram ativas. As exportações de material militar para Israel via EUA prosseguiram.

DIREITO A UM MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL

O Canadá perdeu mais de 8,9 milhões de hectares em consequência de incêndios florestais. Devido à fumaça causada, alertas graves sobre a qualidade do ar foram emitidos para milhões de pessoas. Até agosto, as emissões de carbono provenientes dos incêndios florestais no Canadá haviam alcançado 180 milhões de toneladas. Duas pessoas morreram em decorrência dos incêndios e quase 50.000 foram evacuadas.

Apesar dos impactos devastadores da mudança climática, o Canadá destinou bilhões para projetos de combustíveis fósseis e petroquímicos por meio de financiamento direto, subsídios, incentivos fiscais e outros mecanismos de apoio financeiro e regulatório. O país também comprometeu recursos para tecnologia de captura de carbono, apesar de seu impacto mínimo sobre as emissões. Em julho, entrou em operação a primeira instalação canadense de exportação de gás natural liquefeito (GNL) em grande escala; outros cinco projetos de GNL estavam em desenvolvimento.

Um tribunal de Quebec condenou ativistas climáticos por protestarem contra a ausência de ações para enfrentar a mudança climática.

¹ "Human rights win: Immigration detention ends in provincial jails across Canada", 19 de setembro

CHILE

República do Chile

A impunidade pelas violações de direitos humanos cometidas durante a onda de protestos sociais de 2019 persistiu. A tão exigida reforma policial não foi implementada. A política migratória continuou sem uma perspectiva de direitos humanos. A violência contra crianças, adolescentes, mulheres e pessoas que defendem os direitos humanos persistiu. O estado de emergência foi mantido no sul do país, com mais de 60 prorogações.

DIREITO À VERDADE, À JUSTIÇA E À REPARAÇÃO

Em março, o Ministério Público decidiu não dar prosseguimento a 1.509 processos relacionados às violações de direitos humanos cometidas durante o levante social de 2019. Entre os que continuaram em andamento, menos de 2% resultaram em sentença condenatória, e alguns estavam prestes a prescrever ou já haviam prescrito no final do ano. Os processos pendentes incluíam o julgamento do alto comando dos Carabineros (força policial).

Em maio, a Rede Nacional de Sobreviventes do Levante Social retirou-se da mesa de diálogo com o governo e denunciou descumprimentos na elaboração de uma lei de reparação integral e na criação de uma comissão permanente para a qualificação de vítimas de violações de direitos humanos.

Em agosto, foi divulgada a condenação imposta a três integrantes dos Carabineros pelos crimes de "coerção ilegal", "obstrução de investigação" e "falsificação de documento público", em relação ao ataque sofrido por Moisés Órdenes em

2019, enquanto ele se manifestava de forma pacífica. A sentença foi criticada por diferentes setores por ser excessivamente leniente¹.

David Gómez, vítima e sobrevivente de violência institucional, suicidou-se em setembro. Desde a eclosão dos protestos sociais de 2019, pelo menos seis pessoas vítimas de violações de direitos humanos tiraram a própria vida.

Em outubro, foram denunciadas falhas persistentes no acesso e na qualidade do atendimento prestado às pessoas usuárias do Plano de Acompanhamento e Cuidado a Pessoas Vítimas de Trauma Ocular (PACTO), bem como a falta de transparência e de prestação de contas e os problemas de coordenação entre serviços.

O Plano Nacional de Busca por pessoas vítimas de desaparecimento forçado durante o regime militar de Augusto Pinochet (1973–1990) avançou, mas enfrentou sérias críticas. As associações de familiares exigiram, entre outras coisas, que medidas de verdade e reparação fossem priorizadas e que nenhuma decisão fosse tomada com pressa ou de modo que comprometesse a confiança das famílias.

Desde 2022, foram declarados 29 locais de memória em todo o país, o que corresponde a 41% do total de locais reconhecidos desde o fim do regime militar de Augusto Pinochet. Contudo, os problemas de financiamento persistiram em 2025 e o Poder Executivo apresentou um projeto de lei em setembro com o objetivo de garantir seu funcionamento permanente.

USO EXCESSIVO E DESNECESSÁRIO DA FORÇA

A reforma dos Carabineros, amplamente reivindicada, não teve qualquer progresso².

A compra e o uso de armas menos letais continuaram sem regulamentação adequada e com graves deficiências de transparência quanto à seleção das armas a serem utilizadas e aos processos correlatos de aquisição, controle e avaliação.

Realizaram-se compras em massa sem procedimentos transparentes — entre elas, a aquisição de mais de 10.000 dispositivos de contenção remota 'BolaWrap'. A implementação do plano piloto do governo para o uso de pistolas de descarga elétrica também estava pendente.

Um projeto de lei sobre o uso da força continuou em tramitação legislativa, apesar dos questionamentos relativos à falta de precisão normativa, à ausência de um enfoque integral de direitos humanos e à proteção insuficiente de grupos em situação de vulnerabilidade.

DIREITOS DAS PESSOAS REFUGIADAS E MIGRANTES

O país continuou sem dispor de uma política migratória com enfoque de direitos humanos. Ao mesmo tempo, os discursos hostis contra pessoas migrantes e refugiadas se intensificaram no contexto da campanha presidencial realizada no segundo semestre, e o Congresso continuou debatendo diversos projetos de lei que propunham a criminalização dessas pessoas. Uma proposta que visava restringir o acesso da população em situação migratória irregular a benefícios sociais gerou especial preocupação.

DIREITOS DAS CRIANÇAS

O Serviço de Proteção Especializada a Crianças e Adolescentes (Mejor Niñez) apresentou problemas de funcionamento, principalmente relacionados à superlotação, à falta de centros de acolhimento especializados e às listas de espera.

Ao longo do ano, foram registrados diversos casos de exploração infantil, incluindo situações envolvendo crianças migrantes e refugiadas. Em janeiro, informou-se que a Comissão Presidencial para a Verdade, Justiça, Reparação e Garantias de Não Repetição, recomendada em 2018 pelo Comitê dos Direitos da Criança, havia sido criada no final de 2024.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Em maio, foi aprovado um novo regulamento sobre o aborto que visava a evitar transferências forçadas de pessoas entre prestadores de serviços de saúde e a garantir atendimento oportuno. Também em maio, o governo apresentou ao Congresso um projeto de lei que propunha a legalização do aborto em todos os casos até a 14ª semana de gestação.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

A violência contra mulheres e meninas continuou a ser motivo de preocupação. Foram denunciados 444 feminicídios consumados, tentados ou frustrados. Além disso, ao longo do ano, a polícia registrou 118.234 denúncias de violência intrafamiliar e 18.776 de crimes sexuais; 79% das vítimas eram mulheres. No total, foram registrados 14.734 crimes contra a vida ou a integridade física de meninas, dos quais 41% correspondiam a estupro ou abuso sexual, e 3.644 correspondiam a casos de violência intrafamiliar.

CONDIÇÕES DE DETENÇÃO DESUMANAS

O sistema prisional continuou a enfrentar uma grave crise estrutural, caracterizada por superlotação extrema — que atingiu 143% em vários estabelecimentos penitenciários —, falta de preparo para enfrentar o crime organizado, muitas fugas e diversos erros de gestão. Também houve denúncias de abusos, atos de tortura e negligência grave contra pessoas privadas de liberdade, segundo o Comitê para a Prevenção da Tortura.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Em abril e maio, duas pessoas indígenas foram detidas como parte de um padrão de criminalização e detenções arbitrárias direcionado ao povo mapuche-huilliche que defendia seu território contra o projeto hidrelétrico Los Lagos.

Um relatório da Gendarmería (polícia penitenciária) que classificava a população carcerária foi criticado por conter diversas afirmações de caráter criminalizante e discriminatório em relação a uma liderança mapuche privada de liberdade.

O estado de exceção na Macrozona Sul atingiu 1.505 dias de vigência, resultado de mais de 64 prorrogações aprovadas desde maio de 2022. Essa medida constitucional excepcional perpetuou restrições contínuas aos direitos humanos — em especial às liberdades de reunião e circulação —, sem avaliação substantiva de sua eficácia ou proporcionalidade, em uma região com expressiva população indígena.

PESSOAS DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS

A falta de proteção adequada às pessoas defensoras dos direitos humanos persistiu. Entre os fatos mais relevantes estavam a ausência de avanços na investigação do desaparecimento da defensora dos direitos humanos Julia Chuñil, em 2024; o desaparecimento da defensora María Ignacia González, em junho; ameaças de morte contra o líder huilliche Miguel Raín; o assédio sofrido pela machi (autoridade espiritual ancestral) Miriam Mariñan por parte de uma empresa florestal; e uma operação policial na residência da machi Millaray Huichalaf, relacionada à investigação de um conflito com uma usina hidrelétrica.

DIREITO À ÁGUA

O Chile continuou registrando níveis elevados de estresse hídrico, segundo o Atlas de Riscos Hídricos da Aqueduct, e enfrentou uma crise associada à redução prolongada das chuvas e à escassez de água nas bacias hidrográficas.

¹ Amnistía Internacional: sentencia contra carabineros por golpiza a Moisés Órdenes es justicia incompleta, 9 de setembro

² Amnistía Internacional envía carta al Presidente Gabriel Boric y alerta de problemas en el funcionamiento de la Unidad Consultiva para la Reforma a Carabineros y las graves consecuencias de un potencial uso irresponsable de las taser, 31 de março

CHINA

República Popular da China

As autoridades chinesas intensificaram o controle sobre a informação e o debate público e continuaram a reprimir as divergências e as reuniões pacíficas. Participantes de atividades religiosas foram perseguidos por meio de vigilância, ações policiais e leis de segurança. Defensores dos direitos humanos, escritores, artistas e outros atores da sociedade civil continuaram a ser detidos e processados com base em disposições vagas de segurança nacional; na internet, a censura e a vigilância desses grupos persistiram. As autoridades reprimiram o ativismo voltado à promoção da igualdade de gênero e impuseram restrições à liberdade de expressão de mulheres e de pessoas LGBTI, especialmente nos espaços digitais. A China continuou a aplicar a pena de morte. A capacidade de energia renovável aumentou significativamente, mas o consumo de combustíveis fósseis também continuou a crescer. Grupos étnicos, incluindo uigures e tibetanos, permaneceram sob rígido controle político e cultural. Nas Regiões Administrativas Especiais de Hong Kong e Macau, a legislação nacional continuou a enfraquecer os direitos humanos.

INFORMAÇÕES GERAIS

Nove líderes militares foram destituídos de seus cargos, em medida apresentada como parte da agenda “anticorrupção” do Presidente e secretário do Partido Comunista Chinês (PCC), Xi Jinping. Em setembro, Xi Jinping lançou a Iniciativa de Governança Global, a mais recente de uma série de planos de desenvolvimento e cooperação que fundamentam sua intenção de liderança de um “multilateralismo genuíno”. Empresas chinesas, frequentemente com estreitos vínculos governamentais, foram associadas à sustentação de conflitos em diversas partes do mundo, incluindo em Myanmar e no Sudão, além de facilitar violações cometidas por outros Estados, como o Paquistão.

Diversos incidentes indicaram o aumento da repressão transnacional por parte das autoridades chinesas, incluindo vigilância, censura, assédio, ações judiciais e pressão sobre outros Estados para forçar o retorno de indivíduos à China. Esses episódios tiveram como alvo pessoas defensoras dos direitos humanos, ativistas, artistas e integrantes das diásporas uigur e tibetana¹. Também houve relatos de pesquisadores ou defensores de direitos em outros países enfrentando cortes de financiamento relacionados ao seu trabalho, bem como acusações infundadas de difamação por parte de empresas chinesas por publicarem material crítico às suas práticas comerciais.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE ASSOCIAÇÃO

As autoridades intensificaram o controle sobre a informação, o debate público e a liberdade de associação por meio de novas regulamentações, censura e intimidação.

Em 5 de fevereiro, a Administração Nacional de Rádio e Televisão introduziu um novo sistema de licenciamento para todos os microdramas on-line (vídeos roteirizados de curta duração), exigindo aprovação prévia antes da publicação. A medida se estendeu a conteúdos publicados nas principais plataformas de mídia social, incluindo WeChat, Douyin e RedNote. Em 8 de fevereiro, a Administração do Ciberespaço da China, juntamente com outras 11 agências — incluindo o Ministério da Segurança Pública e o Ministério da Segurança do Estado — emitiu as Medidas de Gestão da Disseminação de Informações Militares na Internet, proibindo a produção ou o compartilhamento on-line de qualquer informação não divulgada sobre defesa nacional ou forças armadas.

Jornalistas e veículos de comunicação continuaram a enfrentar censura. Em junho, o portal de notícias *Caixin* e o jornal semanal *Southern Weekly* publicaram

reportagens investigativas sobre uma suposta morte sob custódia policial; ambos os conteúdos foram rapidamente removidos de sites oficiais e plataformas de mídia social.

Em 22 de setembro, a Administração do Ciberespaço da China lançou uma campanha nacional de dois meses visando conteúdos em mídias sociais e plataformas de vídeos curtos que “incitassem hostilidade” ou “difundissem pessimismo”. As plataformas foram advertidas a excluir esse tipo de material e qualquer outro conteúdo considerado prejudicial à reputação das instituições públicas. Em outro exemplo de controle mais rígido, após a morte do ator Yu Menglong, as postagens de fãs expressando luto e críticas à censura on-line foram rapidamente removidas das redes sociais.

Trabalhadores e suas organizações continuaram impedidos de exercer a liberdade de associação. Em 10 de fevereiro, o relatório anual de 2025 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) registrou preocupações com a contínua proibição de sindicatos independentes e outras restrições à liberdade de associação na China.

LIBERDADE DE REUNIÃO PACÍFICA

As autoridades continuaram a restringir reuniões pacíficas por meio do uso da força policial e da censura à internet.

Durante abril e maio, trabalhadores de várias províncias — incluindo Sichuan, Shaanxi, Hunan e Hebei — realizaram protestos exigindo o pagamento de salários atrasados. Observadores dos direitos trabalhistas documentaram a remoção das postagens relacionadas ao tema e o assédio aos organizadores, o que refletia a intolerância das autoridades em relação às ações coletivas.

Em agosto, mais de 1.000 pessoas teriam se reunido diante de repartições governamentais em Jiangyou, na província de Sichuan, depois que um vídeo de um

incidente de bullying escolar se tornou viral. A polícia utilizou cassetetes e bastões elétricos para dispersar os manifestantes; vídeos verificados mostraram policiais arrastando e agredindo participantes. As discussões on-line sobre o incidente foram rapidamente censuradas, e moradores relataram ter sido advertidos a não falar com a imprensa estrangeira.

No mesmo mês, um protesto por meio de projeção de imagens na cidade de Chongqing exibiu mensagens de contestação ao governo por quase uma hora antes da intervenção policial. Vídeos da ação foram rapidamente apagados das plataformas de mídia social.

LIBERDADE DE RELIGIÃO E DE CRENÇA

As autoridades intensificaram o controle sobre atividades religiosas por meio de vigilância, incursões policiais e processos judiciais com base em legislação contra “seitas” e em leis de segurança. Em 5 de março, o Departamento de Assuntos Étnicos e Religiosos assumiu à força o controle de uma igreja na cidade de Huainan, província de Anhui. O pastor Zhao Hongliang foi condenado a um ano e um mês de prisão. Em 10 de março, a polícia de Anhui deteve duas pessoas cristãs sob suspeita de “organizar e utilizar uma seita para minar a aplicação da lei”.

Ao longo do ano, praticantes do Falun Gong — movimento espiritual proibido na China — continuaram a enfrentar penas de prisão, incluindo uma mulher de 80 anos em Pequim condenada a cinco anos em março.

Em outubro, as autoridades lançaram uma operação nacional contra a rede não oficial Zion Church, detendo quase 30 pastores e membros em pelo menos sete cidades, incluindo Pequim e Xangai. Pelo menos 18 pessoas permaneciam detidas sob acusações criminais no final do ano. A campanha refletiu os esforços contínuos para eliminar atividades religiosas não registradas e reforçar o controle estatal sobre crenças e práticas religiosas.

PESSOAS DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS

As autoridades continuaram a visar defensores dos direitos humanos, advogados e ativistas com base em disposições vagas relativas à segurança nacional e à ordem pública. Tais medidas foram rotineiramente utilizadas para suprimir a incidência jurídica e o ativismo, por meio de prisões preventivas prolongadas, audiências a portas fechadas e restrições ao acesso à defesa legal². As autoridades continuaram a empregar a chamada “vigilância residencial em local designado”, uma forma de detenção secreta que equivale a desaparecimento forçado, especialmente contra defensores e advogados de direitos humanos e pessoas investigadas por crimes de segurança nacional.

Advogados de direitos humanos e suas famílias continuaram a sofrer ataques. A ativista Xu Yan foi libertada no início de janeiro após cumprir pena de um ano e nove meses por “incitação à subversão”. O recurso apresentado por seu marido, o advogado de direitos humanos Yu Wensheng, condenado pelo mesmo crime, foi rejeitado em 6 de janeiro³. O advogado Lu Siwei foi condenado a 11 meses de prisão em abril por “cruzar ilegalmente fronteiras nacionais”. Após sua libertação, em agosto, ele continuou sujeito a restrições de viagem ao exterior. Em 30 de julho, após mais de três anos em detenção preventiva, o advogado Xie Yang foi julgado a portas fechadas sob acusação de “incitação à subversão do poder do Estado”.

Pessoas defensoras dos direitos trabalhistas e sociais permaneceram sob vigilância rigorosa. Em 18 de março, o defensor dos direitos trabalhistas Wang Jianbing foi libertado após cumprir pena de três anos e meio, mas foi submetido à “privação de direitos políticos” — uma pena complementar ambígua que viola normas internacionais — e permaneceu sob vigilância. Em abril, o recurso da ativista pela segurança das vacinas He Fangmei contra sua sentença criminal foi indeferido.

Escritores, jornalistas e artistas continuaram a enfrentar processos criminais por exercerem seu direito à liberdade de expressão e por seu trabalho em favor dos direitos humanos. Em 6 de janeiro, o diretor de cinema Chen Pinlin foi condenado pelo crime mal definido de “provocar conflitos e causar problemas” e sentenciado a três anos e meio de prisão. Em 19 de setembro, a jornalista Zhang Zhan foi julgada, condenada e sentenciada a uma segunda pena de quatro anos de prisão por seu trabalho de direitos humanos⁴. Gao Zhen, artista de destaque detido desde agosto de 2024 sob acusação de “difamar heróis e mártires da China”, permanecia detido no final do ano, aguardando julgamento.

Estudantes e jovens também foram alvo das autoridades. Em 31 de julho, a estudante Zhang Yadi (Tara), de 22 anos, foi detida por agentes de segurança do Estado na província de Yunnan após retornar de estudos universitários na França. Ela teria sido detida por suspeita de “incitação ao separatismo” devido a seu trabalho voluntário pacífico no exterior. Em 28 de dezembro, a estudante universitária uigur Kamile Wayit foi libertada após cumprir três anos de prisão por supostamente “promover o extremismo” ao compartilhar publicações em redes sociais.

DIREITOS DAS MULHERES

As autoridades continuaram a reprimir o ativismo feminista e o debate on-line sobre igualdade de gênero. Em agosto e setembro, as contas de diversas ativistas feministas e dos direitos das mulheres foram permanentemente removidas da plataforma Weibo por “incitar o antagonismo de gênero”. Meios de comunicação vinculados ao Estado relataram que os encerramentos de contas visavam conteúdos que discutiam assédio sexual e discriminação.

Em outubro, Pequim sediou o Encontro Global de Líderes sobre as Mulheres para marcar o 30º aniversário da Quarta

Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada em 1995, quando as autoridades promoveram o que chamaram de “conquistas históricas” em igualdade de gênero e participação das mulheres. Vozes feministas independentes foram excluídas do evento.

DIREITOS DAS PESSOAS LGBTI

Em janeiro, o cancelamento de apresentações da renomada artista transgênero Jin Xing gerou preocupações sobre o aumento do controle governamental sobre performances públicas de artistas LGBTI. Em diversas províncias, a polícia deteve ou interrogou autoras de obras de ficção do gênero “boys’ love” (*danmei*) — histórias centradas em romances entre homens — por publicarem narrativas homoeróticas on-line. Veículos de comunicação e observadores relataram que pelo menos 30 escritoras foram multadas ou submetidas à detenção administrativa como parte de uma campanha conduzida em junho.

Em setembro, o lançamento do filme *Together* na China continental foi suspenso por seus distribuidores depois que usuários das redes sociais descobriram que uma cena de casamento entre pessoas do mesmo sexo havia sido alterada digitalmente com uso de inteligência artificial para parecer heterossexual. A decisão gerou críticas generalizadas nas redes sociais antes que as postagens sobre o assunto fossem censuradas.

No mesmo mês, a Administração do Ciberespaço da China ordenou que o aplicativo de estilo de vida e redes sociais RedNote “corrigisse” supostas falhas na moderação de conteúdos relacionados a temas LGBTI e a mulheres que optam por permanecer solteiras. O órgão regulador afirmou que tais conteúdos “distorciam valores” e prejudicavam a “civildade on-line”.

Plataformas digitais, incluindo Douyin, Bilibili e RedNote, continuaram a remover

grupos e discussões relacionados a temas LGBTI com base em proibições abrangentes contra conteúdos considerados “vulgares” ou “insalubres”, refletindo a supressão contínua da expressão queer nos espaços digitais. Em novembro, as autoridades ordenaram a remoção de dois aplicativos populares de encontros para homens gays das plataformas on-line.

PENA DE MORTE

A China continuou a impor sentenças de morte e a realizar execuções por uma ampla gama de crimes, incluindo vários que não atingiam o limiar de “crimes mais graves” segundo o direito e as normas internacionais de direitos humanos. Dados oficiais sobre sentenças e execuções permaneceram classificados como segredo de Estado, o que dificultou significativamente a avaliação da alegação do governo de que a pena de morte estaria sendo aplicada de forma “prudente”.

Apesar das restrições estatais às informações sobre a pena de morte, as autoridades continuaram a divulgar nos meios de comunicação alguns casos selecionados como forma de dissuasão. Em janeiro, o Tribunal Popular Superior da província de Guizhou confirmou a execução de Yu Huaying, condenada por tráfico de crianças, caso amplamente divulgado pela mídia estatal como prova de “tolerância zero” em relação ao tráfico de mulheres e crianças. Em 29 de setembro, o Tribunal Popular Intermediário da cidade de Wenzhou, na província de Zhejiang, condenou à morte 11 membros de uma mesma família por crimes que incluíam “fraude nas telecomunicações”, “operação ilegal de jogos de azar”, “tráfico de drogas” e “homicídio doloso”, relacionados a operações transnacionais de aplicação de golpes em Mianmar. As autoridades também continuaram a impor a pena de morte em casos de corrupção, executando em dezembro um ex-executivo do setor financeiro por suborno em grande escala.

DIREITO A UM MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL

A China permaneceu como o maior emissor mundial de gases de efeito estufa, apesar do crescimento sem precedentes das energias renováveis. Entre janeiro e maio, a capacidade instalada de energia solar e eólica aumentou em 198 GW e 46 GW, respectivamente. O consumo de carvão continuou a crescer.

Em maio, as emissões nacionais de carbono diminuíram em relação ao ano anterior pela primeira vez fora do período da pandemia, mudança atribuída por analistas a uma transformação estrutural, à rápida expansão das energias renováveis e da energia nuclear, que passaram a substituir o carvão. Relatórios também continuaram a destacar riscos de trabalho forçado na cadeia de suprimentos de painéis solares, levantando questionamentos sobre a sustentabilidade da transição para energias renováveis.

A proteção ambiental foi enquadrada na política governamental de construção de uma “civilização ecológica” e no 14º Plano Quinquenal, que reafirmou compromissos de atingir o pico das emissões de carbono antes de 2030 e alcançar a neutralidade de carbono antes de 2060. No entanto, o Climate Action Tracker classificou a meta chinesa de neutralidade de carbono para 2060 como “insuficiente”, apontando a ausência de uma estratégia abrangente de longo prazo e incertezas quanto à abrangência da meta — se limitada ao CO₂ ou aplicável a todos os gases de efeito estufa. A participação pública na tomada de decisões ambientais e a transparência sobre grandes projetos de infraestrutura ainda eram fortemente restritas.

REGIÕES AUTÔNOMAS ÉTNICAS

O governo manteve rígido controle político e cultural sobre populações étnicas, dando continuidade a campanhas ideológicas que promoviam a “unidade étnica” e a “identidade nacional”. As políticas públicas

continuaram a restringir o espaço para a expressão de especificidades culturais e religiosas, particularmente na Região Autônoma Uigur de Xinjiang (região uigur) e na Região Autônoma do Tibete (Tibete), bem como em outras áreas autônomas.

Em 8 de setembro, as autoridades divulgaram um projeto de Lei sobre Unidade Étnica que exigia uma educação ideológica abrangente destinada a “forjar um forte senso de comunidade nacional chinesa”. A proposta estabelecia amplos mecanismos de supervisão e monitoramento da promoção de “unidade” em todos os níveis administrativos. No mesmo mês, as revisões propostas à Lei da Língua Chinesa Padrão Falada e Escrita passaram a enfatizar ainda mais o uso nacional do mandarim, especialmente em “regiões de minorias étnicas, rurais e marginalizadas”. A medida reforçou a homogeneização linguística conduzida pelo Estado e reduziu o espaço para a diversidade cultural.

REGIÃO AUTÔNOMA UIGUR DE XINJIANG

Os uigures continuaram a enfrentar severas restrições a seus direitos, incluindo à liberdade de circulação. Segundo relatos, as políticas oficiais desencorajavam os uigures de viajar ao exterior e, ao mesmo tempo, constrangiam integrantes da diáspora a escolher entre manter contato com familiares na China e exercer seu direito à liberdade de expressão.

Em março, junho e setembro, o ACNUDH, o escritório da ONU para os direitos humanos, reiterou suas preocupações com as violações em curso em Xinjiang. O órgão instou a China a implementar as recomendações formuladas em 2022, incluindo o fim das detenções arbitrárias, o esclarecimento do destino e do paradeiro das pessoas detidas e a garantia de responsabilização. O governo rejeitou esses apelos e não tomou nenhuma medida para assegurar a prestação de contas ou estabelecer um mecanismo independente de acompanhamento.

Em setembro, especialistas da ONU enviaram comunicação oficial às autoridades expressando preocupação com o desaparecimento forçado da acadêmica uigur Rahile Dawut e com a detenção arbitrária do artista Yaxia'er Xiaohelaiti. Segundo especialistas da ONU, esses casos refletiam uma repressão sistemática e ampla à expressão cultural e acadêmica uigur.

TIBETE

Em março, o Escritório de Informações do Conselho de Estado publicou o documento estratégico Direitos Humanos em Xizang na Nova Era, que promovia explicitamente a “educação bilíngue” com o mandarim como principal língua de instrução. O documento apresentou a escolarização como instrumento de “fortalecimento da unidade nacional”, inclusive por meio da educação política. Durante uma rara visita ao Tibete em agosto, o presidente Xi Jinping enfatizou “a unidade e o desenvolvimento” e presidiu o início da construção de uma controversa barragem associada a deslocamentos forçados de comunidades locais e a impactos ambientais negativos na região.

As autoridades continuaram a interferir em assuntos religiosos do budismo tibetano. Em julho, após o Dalai Lama anunciar planos relativos à sua sucessão, autoridades e meios de comunicação estatais chineses afirmaram que qualquer processo de reencarnação deveria ocorrer “em conformidade com a lei chinesa” e sob a autoridade do Partido Comunista⁵.

REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE HONG KONG

Em 26 de novembro, um incêndio no complexo habitacional Wang Fuk Court, no distrito de Tai Po, matou 168 pessoas, tornando-se o terceiro incêndio mais mortal da história de Hong Kong. As autoridades rapidamente reprimiram os pedidos de prestação de contas, efetuando ao menos quatro prisões, além de criar dificuldades

ou intimidar pessoas que tentavam divulgar publicamente o incidente e a resposta governamental⁶.

DIREITOS DAS PESSOAS LGBTI

O casamento e as uniões entre pessoas do mesmo sexo continuaram sem reconhecimento jurídico. Após uma decisão de 2023 do tribunal superior, que exigiu que o governo estabelecesse um marco legal para o reconhecimento de parcerias entre pessoas do mesmo sexo até outubro de 2025, o governo propôs o Projeto de Lei de Registro de Parcerias entre Pessoas do Mesmo Sexo, concedendo direitos restritos vinculados a parcerias registradas no exterior. Em setembro, o Legislativo rejeitou a proposta⁷.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

As autoridades continuaram a instrumentalizar e ampliar o alcance da Lei de Segurança Nacional (LSN) e de legislações correlatas para criminalizar o exercício do direito à liberdade de expressão. Dos casos processados com base em leis de segurança nacional entre julho de 2020 e junho de 2025, 85% correspondiam ao exercício legítimo da liberdade de expressão — indevidamente criminalizado —, 89% tiveram a fiança negada, e a duração média da detenção preventiva foi de 11 meses⁸.

Em abril, o pai e o irmão da ativista exilada Anna Kwok foram presos pela polícia de segurança nacional. Seu pai foi posteriormente acusado, nos termos da Portaria de Salvaguarda da Segurança Nacional de 2024, de lidar “direta ou indiretamente” com as finanças de uma pessoa considerada foragida. O caso foi amplamente interpretado como retaliação ao discurso crítico e ao ativismo exercido no exterior por Anna Kwok.

Em maio, o governo de Hong Kong promulgou legislação complementar à Portaria de Salvaguarda da Segurança Nacional, criando seis novos crimes.

A norma também declarou seis locais de escritórios de segurança nacional chineses como "locais proibidos", impedindo as pessoas de se aproximar ou passar por eles. No mesmo mês, o Departamento de Educação atualizou sua política para integrar conteúdos de segurança nacional aos currículos do ensino primário e secundário, impondo rigorosa supervisão sobre materiais didáticos e atividades escolares, restringindo significativamente a liberdade de expressão nos campi.

Em junho, o ativista preso Joshua Wong enfrentou nova acusação sob a LSN por "conspiração para colusão com forças estrangeiras", relacionada a sua suposta promoção de sanções internacionais contra Hong Kong ou a China⁹. Em julho e agosto, dois jovens (de 18 e 19 anos) foram acusados de sedição por, respectivamente, escrever frases consideradas "sediciosas" na parede do banheiro de um centro comercial e produzir vídeos promocionais para o grupo Hong Kong Parliament, sediado no exterior e classificado pelas autoridades como "subversivo".

Em 15 de dezembro, Jimmy Lai, de 78 anos, fundador do jornal pró-democrático *Apple Daily*, foi condenado em um caso emblemático de segurança nacional. O Tribunal Superior o considerou culpado de conspiração para colusão com forças estrangeiras e para cometer sedição, apesar de suas alegações de inocência. Lai permaneceu mais de cinco anos preso antes da condenação, grande parte do tempo em regime de isolamento. Durante o julgamento, que durou 156 dias, Lai argumentou que a postura crítica do *Apple Daily* constituía expressão protegida. Os juízes rejeitaram sua defesa e o descreveram como "mentor" de conspirações para desestabilizar o governo chinês. Ele enfrentava pena máxima de prisão perpétua, com sentença prevista para o início de 2026.

Decisões judiciais também afetaram a liberdade de expressão em relação a outras leis. Em março, o Tribunal Superior

confirmou a legalidade do artigo 27A da Portaria sobre Conduta Corrupta e Ilegal nas Eleições, concluindo que a criminalização da incitação pública à abstenção ou ao voto inválido durante as eleições era constitucional com base na preservação da "integridade eleitoral".

LIBERDADE DE REUNIÃO PACÍFICA

As autoridades continuaram a obstruir reuniões públicas pacíficas. Em 4 de junho, a polícia realizou patrulhamento intensivo e buscas nos arredores do Parque Victoria, local tradicional das vigílias em memória da repressão de Tiananmen em 1989. A polícia prendeu duas pessoas e conduziu outras 10 para delegacias por tentarem prestar homenagem, algumas delas levando flores ou velas.

Em julho, a organização Pink Dot Hong Kong cancelou seu evento anual do orgulho LGBTI, mencionando a recusa do governo em autorizar o uso do local habitual da comemoração.

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

Os dois últimos grandes partidos pró-democracia da cidade, o Partido Democrático e a Liga dos Social-Democratas, dissolveram-se oficialmente em abril e junho, respectivamente, em meio a pressões políticas. Também em junho, o Conselho Legislativo aprovou um Projeto de Lei de Emenda aos Sindicatos, que proibiu pessoas condenadas por crimes contra a segurança nacional de atuar em sindicatos, autorizou o governo a rejeitar registros sindicais por motivos de segurança nacional e passou a exigir autorização prévia para recebimento de financiamento estrangeiro.

Em julho, a polícia emitiu mandados de prisão e ofereceu recompensas por informações que levassem à captura no exterior de 15 ativistas vinculados ao grupo Hong Kong Parliament. No mesmo mês, quatro pessoas — incluindo um adolescente de 15 anos — foram presas com base na

Lei de Segurança Nacional por “conspiração para subverter o poder do Estado”, devido a supostas conexões com a União pela Independência Democrática de Hong Kong, sediada em Taiwan. Em 2 de dezembro, as autoridades proibiram oficialmente a atuação desses dois grupos na cidade, classificando-os como ameaça à segurança nacional sob a Portaria de Salvaguarda da Segurança Nacional.

CONDIÇÕES DE DETENÇÃO DESUMANAS

Em julho, o governo alterou as Regras Prisionais, concedendo amplos poderes ao Departamento de Serviços Correcionais para restringir visitas e reuniões de pessoas presas com representantes legais com base em fundamentos vagos de “segurança nacional”.

Entrevistas com nove pessoas que estiveram presas revelaram uma série de violações de direitos humanos durante seu encarceramento em 11 unidades prisionais, incluindo violência física, regime de isolamento prolongado, más condições sanitárias e temperaturas perigosamente elevadas durante o verão¹⁰.

Em outubro, Chow Hang-tung foi mantida em isolamento por 18 dias depois de publicar on-line uma fala em que comentava sua indicação ao Prêmio Nobel da Paz de 2025.

DIREITOS DOS TRABALHADORES

Em junho, o Tribunal de Última Instância indeferiu uma revisão judicial apresentada por uma trabalhadora doméstica migrante que argumentava que a ausência de uma lei específica sobre trabalho forçado em Hong Kong havia levado a polícia a não investigar efetivamente sua queixa de trabalho forçado. O tribunal entendeu que a promulgação de legislação específica criminalizando o trabalho forçado não era necessária para garantir proteção prática e eficaz dos direitos das trabalhadoras domésticas estrangeiras.

REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

Em Macau, em julho, as autoridades aplicaram pela primeira vez a Lei de Salvaguarda da Segurança Nacional para prender o ex-legislador Au Kam-san, acusado de “colusão com forças estrangeiras”, levantando sérias preocupações sobre a criminalização da atividade política pacífica. Às vésperas das eleições para a Assembleia Legislativa, em setembro, 12 candidaturas foram desqualificadas por “não defenderem a Lei Básica” e “não jurarem fidelidade a Macau” após avaliação das autoridades, o que restringiu ainda mais a participação política e evidenciou o endurecimento observado em Hong Kong contra vozes divergentes.

¹ “Thailand: ‘Deportation’ of Uyghurs to China ‘unimaginably cruel’”, 27 de fevereiro

² China: *How Could This Verdict Be ‘Legal’? The Role of China’s Courts in Targeting Human Rights Defenders*, 1º de outubro

³ China: *Jailed human rights lawyer’s failed appeal highlights fear of dissent*, 6 de janeiro

⁴ “China: Journalist Zhang Zhan sentenced to prison again on baseless charges”, 22 de setembro

⁵ “China: Authorities must end interference in Tibetan religious practices as Dalai Lama announces succession plan”, 2 de julho

⁶ “Hong Kong: Government must investigate and allow freedom of expression following deadly fire”, 1º de dezembro

⁷ “Hong Kong: Rejection of same-sex partnerships bill shows disdain for LGBTI rights”, 10 de setembro

⁸ Hong Kong: *“The State Can Lock Up People, But Not Their Thinking”: How Hong Kong’s National Security Law Undermined Human Rights in Five Years*, 30 de junho

⁹ “Hong Kong: New charges against Joshua Wong designed to prolong his stay behind bars”, 6 de junho

¹⁰ “Hong Kong: Prisons rife with violence and inhumane treatment, inmate testimony reveals”, 17 de dezembro

COLÔMBIA

República da Colômbia

Mesmo com negociações de paz em curso, a violência armada persistiu. A população civil continuou sendo vítima de violações do direito internacional humanitário. Os povos indígenas e as comunidades afrodescendentes e camponesas sofreram de forma desproporcional as consequências

da violência e dos conflitos armados no país. Defender os direitos humanos continuou sendo uma atividade de alto risco. A situação das pessoas venezuelanas permaneceu alarmante, especialmente quanto ao acesso ao asilo, ao refúgio e às alternativas de regularização migratória. Apesar de o aborto estar descriminalizado há anos, as barreiras de acesso ao procedimento persistiam.

INFORMAÇÕES GERAIS

As negociações entre o governo e os diversos grupos armados ativos na Colômbia prosseguiram, mas com avanços escassos e impactos limitados. O governo suspendeu as negociações com o Exército de Libertação Nacional (ELN) em janeiro e não retomou as conversas com o Estado-Maior Central nem com a Segunda Marquetalia, enquanto as negociações com o Estado-Maior de Blocos e Frentes (EMBF), a Coordenadora Nacional Exército Bolivariano e os Comuneros del Sur prosseguiram.

O governo também deu continuidade aos “diálogos sociojurídicos” com grupos que atuavam nas cidades de Quibdó, Medellín e Buenaventura, e iniciou um diálogo com o Exército Gaitanista da Colômbia (EGC), no Catar.

Apesar do estágio avançado de alguns processos e da apresentação de um projeto de lei pelo governo em julho, permaneciam pouco claras as garantias de verdade, justiça, reparação e não repetição para as vítimas.

Em junho, o Escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos anunciou a redução de sua presença na Colômbia, devido à diminuição dos recursos provenientes de cooperação internacional destinados a garantir a continuidade da missão.

VIOLAÇÕES DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

Apesar das negociações de paz e dos “diálogos sociojurídicos”, a violência armada continuou no país. Os confrontos entre grupos armados e entre estes e as forças armadas e de segurança frequentemente resultaram em violações do direito internacional humanitário. Em maio, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) advertiu que, caso se mantivesse a tendência de aumento da violência e de seus impactos sobre as comunidades, os indicadores humanitários de 2025 seriam os piores dos últimos 10 anos.

Foram registrados fatos especialmente preocupantes nos departamentos de Guaviare, Putumayo, Nariño, Cauca, Valle del Cauca, Chocó, Bolívar e La Guajira, bem como nas regiões de Catatumbo, Magdalena Medio, Nordeste de Antioquia e Sul de Bolívar. Intensificaram-se as disputas pelo controle territorial, social e econômico, bem como a fragmentação dos grupos armados. A Fundação Ideas para la Paz identificou 14 zonas em disputa entre esses grupos — o dobro do registrado no início do mandato do presidente Gustavo Petro — e documentou um aumento dos combates entre os grupos armados e as forças militares e de segurança.

De acordo com o Escritório da ONU para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), em 2025 ocorreram 2.794 episódios de violência no país — dos quais 1.390 foram ataques contra a população civil (incluindo homicídios, ameaças e ações de controle social) — que afetaram mais de 1,6 milhão de pessoas.

Segundo a Consultoria para os Direitos Humanos e o Deslocamento (CODHES), durante o ano foram documentados 139 episódios de deslocamento forçado — de caráter recorrente e em grande escala — que afetaram pelo menos 90.282 pessoas. A mesma organização também registrou 80 casos de confinamento e restrições à circulação humana que afetaram ao menos

235.345 pessoas. A escalada da violência na região de Catatumbo, decorrente de confrontos entre o ELN e o EMBF, forçou o deslocamento de mais de 82.000 pessoas entre janeiro e setembro.

A Coalizão contra o Recrutamento de Crianças e Jovens para o Conflito Armado na Colômbia registrou, entre janeiro e novembro, 196 incidentes relacionados ao conflito armado que afetaram diretamente ao menos 364.382 crianças e adolescentes, dos quais 172 foram vítimas de recrutamento.

Segundo o OCHA, ao longo de 2025, pelo menos 7.728 pessoas foram afetadas ou vitimadas por diferentes artefatos explosivos. Além disso, diversos grupos armados ampliaram o uso de drones para realizar ataques com explosivos.

O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento e a Paz registrou o assassinato de 39 ex-combatentes que haviam assinado o Acordo de Paz de 2016. Em setembro, a Corte Constitucional determinou que a situação de segurança das pessoas signatárias desse acordo continuava crítica.

DISCRIMINAÇÃO

Deslocamentos recorrentes e em massa afetaram principalmente o campesinato e as populações rurais que, segundo a CODHES, concentravam cerca de 90% das vítimas, bem como os povos indígenas e as comunidades afrodescendentes, que representavam cerca de 10%. Os confinamentos e as restrições à mobilidade afetaram majoritariamente povos indígenas e comunidades afrodescendentes, que somavam 40% das vítimas.

Em junho, o Centro de Pesquisa e Educação Popular denunciou a persistência de um aparato de controle territorial exercido pelo EGC na bacia do rio Atrato, no departamento de Chocó. Segundo essa organização, o exercício de poder acumulado enfraquecia os processos organizativos das comunidades afrodescendentes e dos povos indígenas que historicamente habitavam a região.

PESSOAS DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS

O Programa Somos Defensores documentou 509 agressões contra pessoas defensoras dos direitos humanos entre janeiro e setembro e registrou uma média de 1,67 agressão por dia entre julho e setembro. Embora essa média representasse uma redução de 25% em relação ao mesmo período de 2024, havia a previsão de que 2025 superasse os dois anos anteriores em número total de ataques.

Em fevereiro, um grupo de pessoas defensoras dos direitos humanos que havia fugido da Venezuela para se estabelecer na Colômbia denunciou a existência de um ambiente hostil para continuar seu trabalho no país. Em outubro, os defensores Luis Peche e Yendri Velásquez — este último também solicitante da condição de refugiado e integrante da Anistia Internacional — sofreram um grave atentado em Bogotá.¹

Cresceu a estigmatização contra pessoas defensoras dos direitos humanos. Em março, o Presidente Petro declarou que as organizações da sociedade civil da região de Catatumbo estavam “subordinadas” aos grupos armados que operavam na área,² e seu governo se recusou a se retratar quando solicitado. Meses depois, diversas organizações denunciaram a continuidade de uma campanha de estigmatização contra elas nas redes sociais. Em setembro, o grupo armado Frente 33 das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) estigmatizou direta e publicamente o Comitê de Integração Social de Catatumbo (CISCA), afirmando que estava envolvido nas ações de outros grupos armados.³ A continuidade e a escalada dos ataques contra o CISCA e outras organizações sociais e de defesa dos direitos humanos geraram preocupação quanto a sua situação de risco e às barreiras que enfrentavam no exercício de suas atividades.

A Mesa Nacional de Garantias — espaço de diálogo entre o Estado e a sociedade civil para a proteção de pessoas defensoras — reuniu-se três vezes ao longo do ano. Desde janeiro, plataformas de direitos humanos e organizações da sociedade civil que participavam da Mesa alertaram sobre a falta de avanços na definição conjunta de medidas de segurança e participação para a defesa dos direitos humanos, bem como sobre a fragmentação da resposta institucional. No final do ano, ainda estava pendente a adoção e a implementação da Política Pública Integral de Garantias para o Trabalho de Defesa dos Direitos Humanos.

DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

Entre janeiro e maio, o CICV documentou 136 novos casos de pessoas desaparecidas relacionados aos conflitos armados, entre elas, 26 crianças e adolescentes.

Em junho, a Jurisdição Especial para a Paz (JEP) reconheceu Yanette Bautista como vítima e, em uma decisão sem precedentes, reconheceu seu trabalho como mulher buscadora de vítimas de desaparecimento forçado. Yanette faleceu em setembro, deixando um legado de defesa dos direitos tanto das vítimas de desaparecimento forçado quanto das mulheres que as procuravam.

Prosseguiram as discussões sobre a regulamentação da Lei 2.364 de 2024, que reconhece e protege de forma integral o trabalho e os direitos das mulheres que buscam vítimas de desaparecimento forçado. Entretanto, até o fim do ano, a lei não havia sido aprovada.⁴No âmbito do Sistema Nacional de Busca, também avançaram as conversas para a adoção de uma política pública integral de busca de pessoas dadas como desaparecidas.

Entre janeiro e setembro, a Unidade de Busca de Pessoas Dadas por Desaparecidas havia encontrado 111 pessoas com vida, recuperado 1.161 corpos e entregue 762 ao Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, além de ter realizado 166 atos de entrega digna de corpos e “encontros pela verdade” com familiares.

Em janeiro, teve início a busca pelos restos mortais de vítimas de desaparecimento forçado no estuário de San Antonio — nas águas do oceano Pacífico — localizado na cidade de Buenaventura. Também foram encontrados restos mortais em um setor de Medellín conhecido como La Escombrera e em instalações do Exército Nacional em Bogotá, onde havia operado o Batalhão de Inteligência e Contrainteligência conhecido como Batalhão Charry Solano ou Brigada XX.

DIREITO À VERDADE, À JUSTIÇA E À REPARAÇÃO

Em janeiro, após mais de vinte anos de litígio e negociação, o governo chegou a um acordo com a Comunidade de Paz da vereda San José de Apartadó, que incluiu compromissos institucionais em matéria de reconhecimento e reparação às vítimas de graves violações de direitos humanos. Em abril foi formalmente constituída a Comissão de Avaliação da Justiça — presidida pela Defensoria do Povo — e, em junho, o Presidente Petro pediu desculpas públicas pelas violações de direitos humanos sofridas por integrantes dessa comunidade ao longo de anos.

Em setembro, a JEP proferiu suas duas primeiras sentenças. Na primeira, condenou sete ex-comandantes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP) a cumprir oito anos de sanções próprias (de caráter restaurativo e retributivo) por sua responsabilidade em crimes de guerra e crimes contra a humanidade cometidos durante a implementação de uma política de sequestros entre 1993 e 2012. Na segunda, condenou cinco oficiais, quatro suboficiais e três soldados profissionais do Exército Nacional a cumprir entre cinco e oito anos de sanções próprias por crimes de guerra e crimes contra a humanidade relacionados a 135 assassinatos e desaparecimentos forçados apresentados como baixas em combate nos departamentos de Cesar e La Guajira entre 2002 e 2005. Em ambos os casos, as pessoas condenadas já haviam reconhecido sua responsabilidade pelos crimes em questão.

Antes e depois de as sentenças serem proferidas, diversos atores, incluindo a própria JEP, alertaram sobre deficiências no financiamento e na implementação da infraestrutura necessária para a execução adequada do componente restaurativo das sanções próprias. Por outro lado, o alcance do componente retributivo dessas sanções também foi criticado pela falta de clareza quanto à sua execução e quanto à compatibilidade com outras atividades das pessoas condenadas.

A JEP apresentou novas acusações contra ex-integrantes das FARC-EP por sua participação em crimes relacionados à política de sequestro em diferentes regiões do país, pelo recrutamento e utilização de crianças e adolescentes no conflito armado e por ataques contra a população civil nos departamentos de Cauca e Valle del Cauca. Também formulou acusações contra ex-integrantes das forças militares e de segurança por casos de execuções extrajudiciais e desaparecimentos forçados no departamento de Antioquia. Por fim, renunciou à persecução penal de 16 integrantes das forças militares e de segurança por não serem considerados os principais responsáveis nas investigações sobre execuções extrajudiciais e desaparecimentos forçados nos departamentos de Meta e Santander.

Continuaram as disputas entre a justiça penal militar e a justiça penal comum em investigações relacionadas a possíveis violações de direitos humanos ou crimes previstos no direito internacional.⁵

LIBERDADE DE REUNIÃO PACÍFICA

A impunidade por violações de direitos humanos cometidas durante protestos continuou, embora tenham sido registrados avanços em alguns casos. Em junho, um agente do antigo Esquadrão Móvel Antidistúrbios (ESMAD) da Polícia Nacional foi condenado em primeira instância pelo homicídio de Juan Carlos León Acosta

durante os protestos da greve agrária de 2013. Além disso, permanecia pendente a decisão de cassação da Suprema Corte de Justiça sobre a condenação em duas instâncias de outro integrante do ESMAD pelo homicídio de Nicolás Neira, em 1º de maio de 2005, em Bogotá, durante um protesto; a família de Nicolás continuava denunciando a impunidade no caso, que já se arrastava havia vinte anos sem resolução completa.

Em junho, foi publicada a Resolução 1840, que adotou um manual sobre o uso de armas, munições, equipamentos e dispositivos menos letais para a Polícia Nacional. A iniciativa da sociedade civil Mesa pela Reforma Policial destacou o avanço significativo que a medida representava em termos de clareza técnica, operacional e protocolar no uso policial dessas armas. Ainda assim, alertou para riscos e limitações da regulamentação, especialmente nos critérios para aquisição e uso de armas menos letais, na insuficiência de mecanismos independentes de supervisão e na ausência de uma abordagem étnico-racial.

A implementação de uma reforma policial integral com enfoque em direitos humanos permaneceu pendente.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Em outubro, a Comissão de Regulação das Comunicações enviou uma carta a diversos meios de comunicação solicitando informações e documentos internos sobre seus processos editoriais e advertindo sobre possíveis sanções administrativas caso não houvesse resposta. A Fundação para a Liberdade de Imprensa (FLIP) manifestou preocupação ao considerar que havia sérias dúvidas sobre esses requerimentos, bem como sobre o que representavam em termos de interferência em um âmbito protegido pela liberdade de imprensa.

A FLIP registrou 468 ataques contra a imprensa durante o ano, incluindo 191

ameaças contra jornalistas, 61 casos de estigmatização, 26 episódios de assédio judicial e um assassinato. Também foram documentadas uma tentativa de homicídio, 15 situações de deslocamento forçado e sete casos de exílio.

DIREITOS DAS MULHERES

Em janeiro, o presidente sancionou uma lei que estabelece a possibilidade de divórcio com base na vontade exclusiva de qualquer um dos cônjuges.

O Observatório Colombiano de Femicídios registrou 609 feminicídios entre janeiro e setembro, em comparação com 662 no mesmo período de 2024. Apesar dessa leve redução, o número de feminicídios evidenciou a persistência da violência contra as mulheres no país e a necessidade de ampliar e fortalecer as medidas destinadas a combatê-la.

DIREITOS DAS PESSOAS LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNERO E INTERSEXUAIS

A organização não governamental Caribe Afirmativo documentou 85 casos graves de violência contra pessoas LGBTI no país, que afetaram principalmente homens gays (39 casos) e mulheres trans (32 casos), além de um aumento constante de ameaças e ações de intimidação de grupos armados contra essa população.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

A atualização da política nacional sobre direitos sexuais e reprodutivos permaneceu pendente. A Mesa pela Vida e a Saúde das Mulheres reafirmou a persistência de barreiras para o acesso a serviços de interrupção voluntária da gravidez.

A Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde de 2025 detalhou algumas das barreiras

que dificultavam o acesso à interrupção voluntária da gestação, entre as quais se destacavam tentativas de profissionais de saúde de fazer com que as mulheres mudassem de decisão (34,3%), a falta de informações completas e oportunas (21,1%) e a demora das instituições de saúde em agendar o procedimento (16,2%).

DIREITOS DAS PESSOAS REFUGIADAS E MIGRANTES

A Defensoria do Povo, em conjunto com instituições homólogas no Panamá e na Costa Rica, informou que a passagem irregular de pessoas rumo ao norte das Américas caiu 97% entre janeiro e agosto. No mesmo período, registrou-se um aumento significativo da migração em direção ao sul. Apesar dessa mudança na dinâmica da mobilidade humana, as instituições apontaram a persistência da violência nas rotas migratórias e nas fronteiras, bem como o elevado grau de controle exercido por redes de tráfico de pessoas que atuavam nos três países.

Em abril, o relator especial da ONU sobre os direitos humanos dos migrantes assinalou que, no início do ano, haviam sido registradas cerca de 75.000 solicitações de asilo, das quais 29.305 continuavam pendentes de decisão. Segundo as informações disponíveis ao especialista, o tempo médio de tramitação de um pedido de asilo era de três a quatro anos, o que o levou a afirmar que a Colômbia carecia de um sistema de asilo eficiente.

Em agosto, o portal oficial da agência governamental Migración Colombia informava a presença de 2.831.561 pessoas venezuelanas no país, das quais 484.658 se encontravam em situação migratória irregular. Esses dados — que mostravam um aumento da entrada de pessoas com autorização de ingresso e permanência — indicavam que a migração venezuelana para a Colômbia não havia cessado, mas continuava ocorrendo por meio de modalidades temporárias de regularização migratória, inacessíveis para muitas pessoas e sem mecanismos de proteção adequados à realidade de quem foge da Venezuela.

DIREITOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

Em janeiro, a Procuradoria-Geral da Nação solicitou à Corte Constitucional que declarasse um 'estado de coisas inconstitucional' devido à deterioração do sistema de seguridade social na área da saúde, enquanto a Defensoria do Povo pediu, em março, que fossem garantidos os direitos das pessoas usuárias dos serviços de saúde. O debate sobre a necessidade de ampliar e tornar mais eficiente o investimento público em saúde prosseguiu ao longo de todo o ano.

Em junho e julho entraram em vigor uma reforma trabalhista e outra sobre o sistema de aposentadoria, com impactos sobre o exercício de diversos direitos econômicos e sociais. No final do ano, a reforma sobre as aposentadorias ainda aguardava decisão da Corte Constitucional sobre sua constitucionalidade.

¹ [Colômbia: Condena al atentado contra defensor de derechos humanos venezolano, 14 de outubro](#)

² [Colômbia: Dejen de estigmatizar a la sociedad civil en el Catatumbo, 13 de março](#)

³ [Colômbia: Protejan al CISCA frente a ataques, 7 de outubro](#)

⁴ [Colômbia: Luego de un año, las mujeres buscadoras de víctimas de desaparición forzada esperan que el país les cumpla, 18 de junho](#)

⁵ [¿Insistir, persistir, resistir y nunca desistir? El impacto de la intervención de la justicia penal militar en la impunidad por violaciones de derechos humanos en Colombia, 14 de novembro](#)

COREIA DO NORTE

República Popular Democrática da Coreia

O controle governamental sobre todos os aspectos da vida persistiu, com restrições rigorosas à liberdade de expressão e de circulação. A vigilância prosseguiu, e o compartilhamento de conteúdos estrangeiros era punido. As detenções arbitrárias, os campos de prisioneiros políticos e a tortura persistiram, e a pena de morte foi aplicada sem transparência. Pessoas que fugiam do país corriam risco de detenção e maus-tratos caso fossem

devolvidas. Houve relatos de insegurança alimentar, assistência médica inadequada e acesso restrito à educação, enquanto as autoridades mantinham severas restrições à assistência humanitária internacional. Pessoas com deficiência enfrentaram discriminação sistêmica, violência e abusos.

INFORMAÇÕES GERAIS

Sob o governo contínuo de Kim Jong-un, as autoridades buscaram estreitar laços militares e econômicos com a Rússia e a China, como demonstrado pelo apoio militar à guerra da Rússia na Ucrânia. Apesar da maior visibilidade diplomática de autoridades estatais, incluindo sua participação em eventos no exterior, como o desfile do Dia da Vitória na China, a população do país permaneceu isolada devido às constantes restrições à liberdade de circulação e à possibilidade de interagir de forma independente com atores e instituições internacionais. As graves necessidades humanitárias persistiram, mas o acesso de agências da ONU e organizações humanitárias — especialmente de seu pessoal internacional — foi, em grande parte, negado.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DE ASSOCIAÇÃO E DE REUNIÃO

As restrições à liberdade de expressão permaneceram severas. As autoridades utilizaram leis, vigilância e campanhas ideológicas para suprimir qualquer contato com o mundo exterior. A Lei de Rejeição da Ideologia e da Cultura Reacionárias e a Lei de Proteção da Língua Cultural de Pyongyang continuaram a sustentar a censura.¹

O acesso a informações externas permaneceu praticamente inexistente: transmissões de rádio foram bloqueadas e pessoas que viviam próximas à fronteira entre a Coreia do Norte e a China foram submetidas a intensa fiscalização policial. Inspeções domiciliares continuaram ocorrendo, com agentes procurando telefones celulares, dispositivos de armazenamento e materiais impressos sem

aviso prévio ou ordem judicial, com o objetivo de identificar conteúdo considerado “antissocialista”.² Escolas e universidades continuaram sob monitoramento rigoroso das autoridades. Quando encontrados com conteúdos estrangeiros proibidos — sobretudo sul-coreanos —, os estudantes tinham seus dispositivos confiscados e podiam ser expulsos ou enviados a unidades de detenção juvenil. Professores foram instruídos a ministrar palestras políticas equiparando o interesse pela cultura estrangeira à traição. Em outros locais de trabalho, gestores eram incentivados a monitorar funcionários e denunciar suspeitas de violações. A vigilância digital persistiu, visando principalmente jovens que tentavam contornar as restrições.

O ACNUDH, o escritório da ONU para os direitos humanos, relatou que as autoridades intensificaram a vigilância das comunicações e da vida cultural das pessoas e impuseram punições severas pela distribuição de conteúdos estrangeiros. Pessoas acusadas de distribuir filmes sul-coreanos ou estrangeiros enfrentaram penalidades graves. Em um caso relatado, um homem foi executado por distribuir músicas e filmes estrangeiros. Militares flagrados com material estrangeiro também enfrentaram punições.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

A detenção arbitrária continuou sendo um elemento central do sistema de controle das autoridades. Pessoas que escaparam da detenção ou do país relataram pequenas melhorias nas condições de detenção e nos procedimentos para apresentação de queixas, embora o medo de represálias persistisse e as condições gerais permanecessem severas. Pessoas acusadas de crimes políticos, incluindo acessar conteúdos estrangeiros ou tentar deixar o país, eram mantidas em detenção, sem julgamento justo ou garantias legais. Familiares foram privados de informações sobre o destino ou paradeiro de pessoas detidas, o que fazia com que essas detenções configurassem desaparecimentos forçados.

Segundo relatos, campos de prisioneiros políticos continuavam em funcionamento. As pessoas detidas eram submetidas a trabalhos forçados, alimentação inadequada e punições severas em condições que constituíam tratamento cruel, desumano ou degradante.

A ONU documentou o uso de tortura e outros maus-tratos em interrogatórios, incluindo espancamentos e privação de sono, para obter confissões. Pessoas que conseguiram fugir descreveram “confissões” forçadas e maus-tratos que causaram danos físicos e psicológicos duradouros. Nenhum monitor independente teve permissão de acesso às instalações de detenção, de modo que as condições não puderam ser verificadas.

PENA DE MORTE

Ao longo do ano, vieram à tona relatos de que a pena de morte continuou a ser aplicada por atos que não alcançavam o patamar dos 'crimes mais graves' segundo o direito internacional. Os procedimentos permaneceram opacos e os réus teriam sido privados das garantias de um julgamento justo. Execuções públicas continuaram sendo comuns. As pessoas — incluindo crianças — eram obrigadas a assistir às execuções ou eram posteriormente informadas sobre elas em reuniões obrigatórias de bairro.

LIBERDADE DE CIRCULAÇÃO

As autoridades mantiveram severas restrições à circulação interna e externa. Autorizações de viagem eram exigidas para deslocamentos entre províncias, e os postos de controle eram fortemente vigiados. O reforço dos controles de fronteira restringiu ainda mais a mobilidade e limitou o acesso humanitário. Pessoas devolvidas à força da China enfrentaram detenção, tortura e outros maus-tratos.

DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

O UNICEF relatou que as campanhas de vacinação de fevereiro e junho de 2025 alcançaram mais de dois milhões de crianças, com cobertura completa para as nascidas até 2024. Esperava-se que os programas de água, saneamento e higiene apoiados pelo UNICEF alcançassem 48.000 pessoas em três províncias, incluindo o fornecimento de kits de higiene para emergências. Funcionários internacionais continuaram impedidos de entrar no país, limitando a supervisão.

Os serviços de saúde permaneceram subfinanciados. Os hospitais frequentemente careciam de medicamentos e equipamentos básicos, obrigando os profissionais a trabalhar com suprimentos mínimos. Muitas vezes, as famílias precisavam fornecer medicamentos e roupas de cama para os pacientes.

A insegurança alimentar crônica permaneceu generalizada. Embora as condições climáticas no início da estação tenham sido favoráveis ao plantio, a escassez de fertilizantes, a limitação de combustível e os equipamentos obsoletos restringiram a produção agrícola, que foi ainda mais afetada por choques climáticos recorrentes. A população das áreas rurais enfrentou graves dificuldades devido às falhas na distribuição de alimentos pelo Estado. O monitoramento independente nessas regiões foi negado. De acordo com o UNICEF, programas de base comunitária trataram, entre janeiro e junho, 18.444 crianças desnutridas, sendo 7.728 em situação grave; ainda assim, as necessidades excederam em muito a capacidade de resposta disponível.

O acesso à educação foi prejudicado pela escassez de combustível para aquecimento e de livros didáticos nas escolas rurais, restringindo a frequência e o aprendizado.

DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Pessoas com deficiência continuaram a enfrentar discriminação sistêmica e barreiras no acesso à educação, saúde e emprego. O estigma permaneceu disseminado, e não havia políticas que garantissem adaptações razoáveis.

Em sua revisão periódica, o Comitê da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência observou que crianças com deficiência eram excluídas do ensino regular e colocadas em ambientes segregados com recursos inadequados. O acesso a serviços de saúde — incluindo medicamentos e dispositivos de tecnologia assistiva — era limitado, especialmente fora da capital, Pyongyang. As oportunidades de emprego também eram restritas, sem legislação antidiscriminação em vigor.

Segundo relatos, pessoas com deficiências psicossociais ou intelectuais foram submetidas a institucionalização compulsória em estabelecimentos caracterizados por condições de negligência e sem qualquer supervisão independente. O Comitê instou a Coreia do Norte a adotar uma legislação abrangente, garantir educação e serviços de saúde inclusivos e proibir a institucionalização forçada.

¹ “Oral statement – Interactive dialogue with the Special Rapporteur on the Democratic People’s Republic of Korea – HRC58”, 19 de março

² “Oral Statement – Enhanced Interactive Dialogue on High Commissioner report on Democratic People’s Republic of Korea – HRC60”, 24 de setembro

COREIA DO SUL

República da Coreia

Protestos pacíficos realizados por ativistas dos direitos das pessoas com deficiência foram criminalizados, e os manifestantes foram condenados à prisão. Uma decisão judicial concluiu que as exigências de notificação prévia para a realização de manifestações eram excessivas. A declaração de lei marcial no final de 2024 foi considerada inconstitucional. A meta governamental de redução de gases de efeito estufa permaneceu inadequada, mas um novo ministério foi criado com mandato ampliado para enfrentar a crise climática

país. Foi aprovada uma emenda legislativa para combater a violência de gênero facilitada pela tecnologia, mas a fiscalização e a prestação de contas continuaram insuficientes. Um projeto de lei foi apresentado para descriminalizar o aborto. Pessoas objetoras de consciência foram submetidas a um período de serviço alternativo desproporcionalmente longo. Pessoas LGBTI enfrentaram barreiras para o reconhecimento legal de gênero. Migrantes e grupos étnicos, especialmente de origem chinesa, sofreram discriminação.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em abril, o Tribunal Constitucional decidiu por unanimidade pelo impeachment do então presidente Yoon Suk-yeol devido à declaração de lei marcial em dezembro de 2024. Uma eleição antecipada foi realizada em junho e vencida por Lee Jae-myung, do Partido Democrático. Um promotor especial foi nomeado para investigar o antigo governo e as lideranças militares por seu envolvimento na declaração de lei marcial.

Em março, a Coreia do Sul foi atingida pelo pior incêndio florestal já registrado no país, que deixou 30 pessoas mortas e queimou mais de 48.000 hectares. De julho a setembro, chuvas extremas causaram danos generalizados em todo o país, enquanto o verão mais quente já registrado provocou 16 mortes.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DE ASSOCIAÇÃO E DE REUNIÃO

Em 7 de março, o Tribunal Administrativo de Seul decidiu que a exigência de apresentar notificação prévia para reuniões ao ar livre, a ser entregue pessoalmente em uma delegacia de polícia, limitava excessivamente a liberdade de reunião. A delegacia envolvida na ação recorreu a uma instância superior, mas a decisão foi mantida, permitindo que organizadores apresentassem a notificação por outros meios, como o correio.

Em 18 de março, a Suprema Corte condenou Park Kyung-seok, co-representante

da ONG Solidariedade contra a Discriminação de Pessoas com Deficiência, a quatro meses de prisão e dois anos de liberdade condicional por ter realizado um protesto pacífico em 2021. Em setembro, outro ativista pelos direitos das pessoas com deficiência foi condenado a um ano de prisão e dois anos de liberdade condicional por ter avançado com sua cadeira de rodas contra um policial durante um protesto realizado em 2023 em uma estação de metrô na capital, Seul. Em novembro, um ativista pelos direitos das pessoas com deficiência foi preso sob a acusação de agredir um policial.

Em decisão de abril, o Tribunal Constitucional considerou a proclamação de lei marcial em dezembro de 2024 inconstitucional e uma violação das liberdades de consciência, de reunião e de expressão.

DIREITO A UM MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL

Em agosto, o Comitê Nacional de Planejamento de Políticas propôs a transição para energias renováveis como uma das principais prioridades estratégicas do governo para os próximos cinco anos; contudo, o comitê não especificou os métodos para alcançar uma transição justa. O governo manteve a meta de redução de gases de efeito estufa para 2030 em 40% em relação aos níveis de 2018, ficando aquém da meta de 43% especificada pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. Em novembro, a Comissão Presidencial para Neutralidade de Carbono e Crescimento Verde definiu, para 2035, uma meta de redução de emissões de 53% a 61% em relação a 2018.

Em outubro, o novo governo criou o Ministério do Clima, Energia e Meio Ambiente, com mandato ampliado em comparação ao antigo Ministério do Meio Ambiente, para enfrentar os riscos climáticos agudos do país.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A violência de gênero facilitada pela tecnologia continuou sendo um desafio significativo. Reformas legislativas foram adotadas para enfrentar o uso de conteúdos deepfake gerados por IA, incluindo uma emenda à Lei de Prevenção da Violência Sexual e Proteção das Vítimas. A emenda forneceu recursos adicionais às autoridades nacionais para facilitar a remoção de conteúdos que promovem a violência de gênero facilitada pela tecnologia, desde gravações ilegais até informações pessoais das vítimas. No entanto, a aplicação da lei e a responsabilização das plataformas ainda eram limitadas, o que deixava as sobreviventes sem acesso a mecanismos de reparação adequados.

DIREITOS DAS MULHERES E DAS MENINAS

Em setembro, o novo governo nomeou uma ministra da Igualdade de Gênero e da Família, preenchendo um cargo que estava vago desde fevereiro de 2024. O governo anunciou uma reestruturação administrativa do ministério, incluindo a ampliação de seu mandato para oferecer maior apoio ao desenvolvimento pessoal de crianças e adolescentes, bem como melhores mecanismos de proteção para mulheres contra ameaças físicas e on-line, incluindo a violência de gênero facilitada pela tecnologia e a violência praticada por parceiros íntimos.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Em julho, a Assembleia Nacional propôs um projeto de lei para descriminalizar completamente o aborto e garantir cobertura ao procedimento pelo seguro de saúde nacional, além de tornar as pílulas abortivas acessíveis à população. Em agosto, o Comitê Nacional de Planejamento de Políticas Públicas identificou a disponibilização de medicamentos abortivos como uma das principais prioridades estratégicas do governo para os próximos cinco anos, embora não tenha apresentado um plano concreto para sua implementação.

DIREITOS DAS PESSOAS LGBTI

Em agosto, o Tribunal Distrital de Seul decidiu que o reconhecimento legal de gênero poderia se basear na autodeterminação, sem exigir intervenções médicas de afirmação de gênero. Ainda assim, pessoas em busca de reconhecimento legal de gênero enfrentavam barreiras financeiras, físicas e psicossociais decorrentes da ausência de uma lei formal sobre o reconhecimento legal de gênero na Coreia do Sul.

LIBERDADE DE RELIGIÃO E DE CRENÇA

Objetores de consciência continuaram sujeitos a um serviço alternativo punitivo de 36 meses — o dobro da duração média do serviço militar — cumprido em instalações correcionais sob supervisão militar. A duração excessiva, as condições semelhantes à detenção e a falta de independência em relação às forças armadas violaram as liberdades de pensamento, consciência, religião e crença, bem como os direitos ao trabalho, à vida familiar e à participação cultural.

DISCRIMINAÇÃO

Persistiram as preocupações quanto à discriminação e à violência enfrentadas por trabalhadores migrantes, incluindo restrições à mudança de local de trabalho, roubo salarial, mortes em acidentes de trabalho e violência verbal e física. Segundo a imprensa, em fevereiro, em uma fábrica de tijolos na cidade de Naju, província de Jeollanam-do, um trabalhador migrante do Sri Lanka foi vítima de violência física por parte de seu gerente no local de trabalho. O presidente Lee Jae-myung condenou a discriminação e a violência contra trabalhadores migrantes e determinou a adoção de medidas rigorosas para evitar recorrências. O agressor foi posteriormente processado e penalizado por abuso no ambiente de trabalho.

Ao longo do ano, manifestações anti-China foram realizadas em áreas com grandes comunidades chinesas, como Daerim-dong e Myeong-dong, em Seul, onde expressões de ódio foram repetidamente dirigidas aos chineses, inclusive a pessoas de etnia coreana com nacionalidade chinesa.

Em maio, o Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD) expressou preocupação com o aumento constante, dentro e fora da internet, dos “discursos de ódio e incitação à discriminação na Coreia do Sul”. O comitê recomendou diversas medidas para proibir discursos racistas de ódio, incluindo campanhas públicas de educação para combater preconceitos e hostilidade contra pessoas migrantes, solicitantes de refúgio e refugiadas.

Em julho, o governo anunciou uma política de “tolerância zero” contra a violência, a discriminação e as violações de direitos humanos contra grupos socialmente vulneráveis, incluindo trabalhadores estrangeiros. O governo reconheceu formalmente a necessidade de aprimorar os sistemas e práticas relacionados à proteção desses grupos.

PRESTAÇÃO DE CONTAS CORPORATIVA

Em maio, a fabricante sul-coreana de equipamentos pesados HD Hyundai afirmou não ter “qualquer envolvimento com atividades” no Território Palestino Ocupado, apesar de pesquisas conduzidas pela Anistia Internacional indicarem remessas de escavadeiras entre 2021 e 2023 que foram associadas de forma confiável a demolições ilegais.¹ Em junho, a Assembleia Nacional apresentou uma versão revisada da Lei de Proteção dos Direitos Humanos e do Meio Ambiente para a Gestão Corporativa Sustentável, com o objetivo de responsabilizar empresas por abusos de direitos humanos e ambientais ao longo de suas cadeias de suprimentos, mediante a aplicação de devida diligência obrigatória em matéria de direitos humanos. Em julho, em resposta a críticas sobre suas práticas de

de aquisição de baterias para veículos elétricos, a Hyundai Motors divulgou um relatório de sustentabilidade no qual apresentou planos para estender as avaliações de sustentabilidade aos fornecedores de segundo nível e ampliar o escopo de sua política de fornecimento responsável de minerais.

¹ “South Korea/Israel/OPT: HD Hyundai machinery used in West Bank demolitions”, 27 de março

CUBA

República de Cuba

Os apagões de energia elétrica afetaram os direitos à saúde e à educação. O acesso a alimentos e medicamentos fornecidos pelo Estado sofreu grave deterioração. A repressão sistemática ao dissenso e à liberdade de reunião pacífica prosseguiu. Detenções arbitrárias continuaram a ocorrer. A negação dos direitos humanos, a tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes eram práticas recorrentes nas prisões. Mulheres ativistas e defensoras dos direitos humanos sofreram formas de repressão específicas de gênero.

INFORMAÇÕES GERAIS

A crise econômica continuou a se aprofundar com a adoção de novas medidas de ajuste e a implementação incompleta de reformas no setor privado.

Em maio, o Escritório Nacional de Estatísticas e Informação reconheceu a existência de uma grave crise demográfica associada ao êxodo migratório e à redução populacional.

Em julho, foi aprovado o Código da Infância, Adolescência e Juventude. O documento, porém, não previa garantias processuais diferenciadas para crianças e adolescentes, impunha barreiras de acesso à justiça tanto para jovens em conflito com a lei quanto para vítimas de crimes, e reforçava o centralismo estatal, o que permitia que o próprio Código fosse utilizado como instrumento de controle.

DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

O fornecimento de energia elétrica enfrentou uma crise constante ao longo do ano, com frequentes apagões de grandes proporções que afetaram significativamente o acesso a alimentos, à educação e aos serviços de saúde.

Em abril, o governo anunciou novos cortes e outras reduções na já limitada cesta básica. Em maio, a iniciativa Food Monitor Program apontou que 96,91% da população cubana havia perdido acesso a alimentos devido à inflação, e mais de 60% da população dispndia entre cinco e 15 horas semanais para conseguir comida.

Em julho, as autoridades reconheceram que havia disponibilidade de apenas 30% dos medicamentos essenciais, e a população teve de recorrer ao mercado não regulado pelo Estado para adquirir esses e outros insumos médicos.

Em setembro, o Observatório Cubano de Direitos Humanos apresentou um relatório no qual estimava que 89% da população vivia em situação de pobreza extrema. O acesso a alimentos e os apagões eram as principais preocupações da população.

REPRESSÃO AO DISSENSO

Em janeiro, após reuniões com o Vaticano, as autoridades cubanas anunciaram a libertação de 553 pessoas. O processo foi marcado pela falta de transparência, pelo tratamento desumanizante e pela ausência de garantias de reparação e não repetição. Organizações de direitos humanos documentaram a libertação de 211 pessoas presas por razões políticas e denunciaram a imposição de restrições de direitos humanos às pessoas que deixavam a prisão. Em abril, os prisioneiros de consciência José Daniel Ferrer García, Félix Navarro e Donaida Pérez Paseiro — libertados em janeiro — tiveram a liberdade condicional revogada como represália por manterem seu ativismo político e a defesa dos direitos humanos. Nos meses anteriores, haviam recebido ameaças e intimações, tendo sido submetidos a interrogatórios.

A política sistemática de repressão contra ativistas e integrantes da oposição política prosseguiu. Pessoas defensoras dos direitos humanos tiveram seus direitos restringidos e seu trabalho estigmatizado e criminalizado. Esse padrão também afetou ativistas, integrantes da oposição política, artistas, intelectuais e estudantes universitários, que enfrentaram ameaças, assédio, perseguição digital, interrogatórios e vigilância ilegais. O Observatório Cubano de Direitos Humanos documentou ao menos 3.179 ações repressivas.

A detenção arbitrária, em muitos casos seguida de desaparecimento forçado de curta duração, constituía um padrão repressivo utilizado sistematicamente contra pessoas defensoras dos direitos humanos, ativistas, artistas e jornalistas. Em 2025, o Observatório Cubano de Direitos Humanos registrou 529 detenções arbitrárias. Casos documentados ao longo do ano ilustraram esse padrão repressivo. A líder das Damas de Branco, Berta Soler, foi detida arbitrariamente diversas vezes nesse período. O ativista Leonardo Romero Negrín foi detido em março por protestar pacificamente segurando um cartaz em branco. Ele foi agredido, acusado de resistir à prisão e colocado em prisão domiciliar. O escritor Jorge Fernández foi detido e agredido em várias ocasiões por se manifestar pacificamente e, em agosto, foi acusado de resistência e colocado em prisão domiciliar.

Em junho, um grupo de estudantes universitários protestou contra o aumento das tarifas de internet e exigiu maior participação na tomada de decisões. O protesto, que acabou sendo reprimido pelo governo com diversas medidas repressivas, incluiu convocações à greve e à paralisação de atividades em várias universidades do país.

A liberdade de reunião pacífica continuou sendo reprimida por meio da mobilização de forças policiais e de um padrão de detenções seletivas nos dias seguintes à

Em setembro, 15 pessoas foram condenadas a penas de até nove anos de prisão por participar dos protestos ocorridos na cidade de Bayamo em março de 2024. As autoridades continuaram utilizando os crimes de desordem pública, desacato e agressão para criminalizar protestos sociais pacíficos.

A liberdade de expressão permaneceu severamente restringida. Em novembro, as autoridades lançaram uma campanha de deslegitimação, criminalização e intimidação contra a plataforma de mídia independente El Toque e 18 de seus colaboradores, incluindo ataques sistemáticos a jornalistas e suas famílias, difamação pública, ameaças de prisão e extradição por crimes graves como terrorismo financeiro, além da divulgação de dados pessoais.

CONDIÇÕES DE DETENÇÃO DESUMANAS

Organizações de direitos humanos e pessoas presas por motivos políticos denunciaram casos de tratamento cruel, desumano ou degradante, bem como tortura nas prisões. Em 2025, a organização Cubalex documentou 39 mortes de pessoas presas em estabelecimentos penitenciários do país.

Os prisioneiros de consciência Luis Manuel Otero Alcántara, Maykel Castillo, Loreto Hernández, Roberto Pérez Fonseca e Sayli Navarro relataram práticas recorrentes de privação — incluindo negação de ligações telefônicas, visitas familiares, benefícios prisionais e acesso a alimentos, medicamentos e atendimento médico adequado —, bem como agressões físicas, ameaças contra suas vidas e instauração de novos processos judiciais.

Em outubro, José Daniel Ferrer foi libertado e forçado ao exílio após denunciar meses de tortura e ameaças contra ele e sua família, no contexto de uma política sistemática de silêncio e crueldade que utilizava familiares de pessoas presas como mecanismo de controle e pressão.

DIREITOS DAS MULHERES E DAS MENINAS

O feminicídio ainda não era tipificado como crime específico, e o Estado não disponibilizou estatísticas oficiais sobre feminicídios ou violência contra as mulheres. Em 2025, o Observatório de Gênero Alas Tensas documentou 48 casos de feminicídio.

Mulheres ativistas, defensoras dos direitos humanos e jornalistas sofreram formas de repressão diferenciadas em razão de seu gênero, como ameaças contra seus filhos, vigilância nas escolas ou estigmatização baseada em idade, aparência e orientação sexual.¹

¹ Nos quieren calladas pero seguimos resistiendo. Prácticas autoritarias y violencia estatal contra las mujeres en Cuba, 26 de noviembre

EL SALVADOR

República de El Salvador

Consolidou-se no país um modelo repressivo sustentado pela prorrogação contínua do estado de exceção. As detenções massivas e arbitrárias continuaram, acompanhadas de denúncias generalizadas de tortura, mortes sob custódia e desaparecimentos forçados. O governo seguiu priorizando a segurança punitiva em um contexto de aumento da pobreza extrema. A restrição do espaço cívico se intensificou com a aprovação da Lei de Agentes Estrangeiros, voltada a fiscalizar e sancionar organizações da sociedade civil. Protestos sociais foram reprimidos e pessoas defensoras dos direitos humanos e vozes críticas foram criminalizadas.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em janeiro, a Assembleia Legislativa — controlada pelo partido governista — ratificou a alteração do artigo 248 da Constituição, que reduziu drasticamente o espaço deliberativo e limitou a participação

pública em decisões de interesse geral. Em julho, avançou uma reforma que autorizava a reeleição presidencial indefinida, alterando elementos substantivos do sistema político e eleitoral do país e enfraquecendo ainda mais os mecanismos de freios e contrapesos institucionais. Essas medidas, adotadas sem diálogo com a sociedade civil, consolidaram a discricionariedade do Executivo e corroeram o Estado de Direito.

DETENÇÕES ARBITRÁRIAS E JULGAMENTOS INJUSTOS

O estado de exceção, prorrogado ao longo de todo o ano, continuou servindo de base para milhares de detenções arbitrárias.

Organizações locais e internacionais denunciaram que mais de 90.000 pessoas permaneciam privadas de liberdade sem provas suficientes. Segundo essas entidades, muitas detenções resultavam da pressão exercida sobre a polícia para cumprir cotas diárias de prisões e baseavam-se em provas falsas ou não corroboradas, denúncias anônimas ou uso de critérios discriminatórios.

Em fevereiro, foram aprovadas reformas penais e penitenciárias que autorizaram a transferência de adolescentes condenados para estabelecimentos prisionais destinados a adultos e eliminaram benefícios carcerários em casos vinculados ao crime organizado. Essas mudanças estabeleceram um tratamento penitenciário desproporcional e punitivo para crianças e adolescentes, contrariando instrumentos internacionais.¹

Em agosto, com a expiração do Decreto Legislativo 803 — que continha disposições transitórias sobre prazos e processos de pessoas detidas no âmbito do estado de exceção —, a Assembleia Legislativa reformou oito artigos da Lei contra o Crime Organizado. As modificações ampliaram os prazos de detenção provisória para até dois anos, configurando uma restrição desproporcional do direito à liberdade pessoal, além de autorizar a Procuradoria-Geral da República a agrupar

várias pessoas acusadas em um único processo sob o critério de pertencimento a “células de gangues”, abrindo caminho para julgamentos em massa sem individualização da responsabilidade penal. Diversas organizações nacionais alertaram que essas disposições afetavam garantias processuais fundamentais, incluindo o direito de defesa e o direito a julgamento em prazo razoável, em violação das obrigações internacionais assumidas por El Salvador em matéria de direitos humanos.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos reiterou o apelo ao Estado salvadorenho para que pusesse fim à suspensão de direitos e à restrição de garantias no âmbito do estado de exceção e cumprisse sua obrigação de assegurar garantias judiciais a todas as pessoas detidas.

CONDIÇÕES DE DETENÇÃO DESUMANAS

As condições de detenção continuaram se caracterizando por superlotação extrema e falta de acesso a serviços básicos. Organizações de direitos humanos apontaram que, no início do ano, a população carcerária excedia amplamente a capacidade instalada, com níveis críticos de ocupação na maioria das unidades prisionais. Segundo dados de organismos internacionais, o país apresentava a maior taxa de encarceramento do mundo, com aproximadamente 1.650 pessoas privadas de liberdade para cada 100 mil habitantes — mais que o dobro do segundo país da lista.

O governo institucionalizou a detenção em regime de incomunicabilidade. Milhares de pessoas privadas de liberdade permaneceram sem contato com familiares ou advogados, sem quaisquer informações oficiais sobre seu paradeiro ou estado de saúde. Essa prática, denunciada reiteradamente, submeteu as famílias a uma situação de angústia permanente e favoreceu a ocorrência de abusos e atos de corrupção nas prisões.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

As mortes sob custódia totalizaram aproximadamente 470 desde o início do estado de exceção, com causas relacionadas à tortura, à negação injustificada de atendimento médico adequado e oportuno e às condições insalubres de detenção. Nenhuma dessas mortes havia sido investigada de forma completa, célere e independente. Na ausência de mecanismos nacionais eficazes de prestação de contas, diversas organizações locais recorreram a instâncias internacionais de proteção dos direitos humanos para denunciar esses fatos e apontaram a existência de um padrão de impunidade estrutural.

A Organização Mundial contra a Tortura classificou El Salvador como país de risco muito alto em relação à tortura e outros maus-tratos, incluindo práticas sistemáticas documentadas de espancamentos, humilhação sexual, privação de sono e punição coletiva. As autoridades não mantinham registros adequados dos casos nem realizavam investigações independentes, contrariando normas internacionais como o Protocolo de Istambul.

DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

Em meados de março, os Estados Unidos transferiram para o Centro de Confinamento do Terrorismo (CECOT) 252 pessoas venezuelanas e 36 salvadorenhas expulsas ilegalmente daquele país. Ao chegarem a El Salvador, essas pessoas foram detidas e mantidas em regime de incomunicabilidade, sem acesso à defesa ou contato com familiares. As autoridades não forneceram informações sobre seu paradeiro, deixando-as fora da proteção da lei — situação que, de acordo com as normas internacionais, pode configurar desaparecimento forçado. Segundo relatos, todas as pessoas venezuelanas foram devolvidas em julho ao seu país de origem, onde várias denunciaram publicamente terem sido vítimas de tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.² Em setembro, alguns meios de

comunicação informaram que ao menos três salvadorenhas do grupo transferido dos EUA permaneciam em situação de desaparecimento, sem informações oficiais sobre seu destino ou paradeiro. Além disso, em outubro, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos concedeu medidas cautelares a um homem salvadorenho deportado dos Estados Unidos e supostamente mantido no CECOT, cuja situação também foi caracterizada como desaparecimento forçado. A Comissão instou El Salvador a redobrar esforços para determinar imediatamente sua localização ou destino.

DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

No primeiro semestre do ano, 44 escolas públicas foram fechadas e houve redução de 25 mil matrículas na rede pública de ensino. Segundo organizações do setor, a evasão escolar aumentou — principalmente nas zonas rurais — devido à migração, ao estado de exceção e à falta de infraestrutura, em um contexto de escassez de recursos e redução de vagas docentes. Paralelamente, pelo terceiro ano consecutivo, a Pesquisa de Domicílios de Propósitos Múltiplos registrou aumento da pobreza extrema, que atingiu 9,6%.

Megaprojetos e políticas de ordenamento urbano provocaram remoções forçadas que afetaram diretamente comunidades de baixa renda. Em junho, organizações locais assinalaram que cerca de 11.000 famílias camponesas foram afetadas por remoções vinculadas a projetos turísticos, urbanos ou de mineração, resultando em perda de terras, insegurança alimentar e deslocamentos internos.

Entre janeiro e abril, os meios de comunicação locais informaram sobre a remoção de mais de 1.400 pessoas que trabalhavam no comércio informal e a retirada de mais de 1.000 barracas do centro histórico da capital, San Salvador — medidas que afetaram significativamente as condições de subsistência de milhares de famílias em áreas urbanas.

REPRESSÃO AO DISSENSO

O governo intensificou a aplicação de medidas que restringiam o espaço cívico e o trabalho de organizações sociais, do setor jornalístico e de comunidades organizadas, respondendo às manifestações de descontentamento social com detenções arbitrárias, criminalização dos protestos sociais, uso ilegítimo das forças militares e adoção de leis destinadas a restringir indevidamente o trabalho de pessoas que prestavam assistência às vítimas de abusos. Em maio, as autoridades detiveram arbitrariamente 16 operadores do setor de transporte coletivo que, segundo alguns meios de comunicação, foram acusados de diversos crimes — entre eles, descumprimento de dever e omissão de socorro — sem fundamento jurídico; um deles morreu sob custódia estatal poucos dias depois.

Nesse mesmo mês, mais de 300 famílias da comunidade El Bosque foram reprimidas durante um protesto pacífico contra uma remoção iminente, com emprego indevido da Polícia Militar e detenções arbitrárias de pessoas defensoras dos direitos humanos e lideranças comunitárias.³

A Assembleia Legislativa aprovou a Lei de Agentes Estrangeiros, que obrigava organizações que recebiam financiamento internacional a se registrarem como “agentes estrangeiros”, impunha um imposto de 30% sobre esses recursos e conferia ao Executivo poderes para aplicar multas ou cancelar a personalidade jurídica. A definição ampla e imprecisa de “agente estrangeiro” abria caminho para a aplicação arbitrária da lei e criava um ambiente de incerteza e autocensura. Organizações de direitos humanos denunciaram que a lei não tinha como objetivo garantir transparência, mas institucionalizar a perseguição contra a sociedade civil independente.⁴

PESSOAS DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS

Em 2025, intensificou-se a criminalização seletiva de pessoas defensoras dos direitos humanos e de vozes críticas por meio do uso instrumental do sistema penal.

Em fevereiro, Fidel Zavala, porta-voz da Unidade de Defesa de Direitos Humanos e Comunitários, foi detido e, em abril, transferido para a prisão de Marioneta, medida que organizações sociais classificaram como represália que colocava em risco sua integridade pessoal.⁵

Em maio, a advogada Ruth López — chefe da Unidade de Anticorrupção e Justiça da ONG Cristosal —, o defensor ambiental Alejandro Henríquez e o líder comunitário e religioso José Ángel Pérez foram detidos arbitrariamente, acusados sem fundamento legal e submetidos a regime de incomunicabilidade e a condições de detenção desumanas.

Em junho, o advogado constitucionalista Enrique Anaya foi privado de liberdade em circunstâncias que organizações da sociedade civil qualificaram como desaparecimento forçado. Durante as primeiras 48 horas, ele foi levado a diferentes centros de detenção, sem registro oficial de suas transferências, e permaneceu em regime de incomunicabilidade e sem acesso à defesa. Em setembro, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos concedeu medidas cautelares em seu favor.

Esses casos evidenciaram um padrão sistemático de assédio caracterizado por estigmatização oficial, sigilo judicial indevido dos processos, prolongamento indevido da prisão preventiva e ausência de garantias judiciais. Em julho, a Anistia Internacional declarou Ruth López, Alejandro Henríquez e José Ángel Pérez prisioneiros de consciência, ao concluir que haviam sido detidos e privados de liberdade exclusivamente por exercerem seu trabalho de defesa dos direitos humanos.⁶ Alejandro Henríquez e José Ángel Pérez foram libertados em 17 de dezembro.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

A proibição absoluta do aborto permaneceu em vigor, criminalizando mulheres que

enfrentavam emergências obstétricas e violando seus direitos sexuais e reprodutivos. Ao final de 2025, pelo menos seis mulheres respondiam a processos penais por esse motivo.

¹ El Salvador: Reformas a la legislación penal profundizan violaciones a derechos humanos de la niñez y la adolescencia", 27 de fevereiro

² Desapariciones forzadas en el limbo: El costo humano de la cooperación represiva entre EE.UU. y El Salvador, 14 de abril

³ El Salvador: Gobierno profundiza patrón autoritario frente al descontento social, 16 de maio

⁴ El Salvador profundiza el asedio a la sociedad civil, 23 de maio

⁵ El Salvador: Fidel Zavala, defensor de derechos humanos, en riesgo de tortura y otros malos tratos, 8 de abril

⁶ El Salvador: Amnistía Internacional declara presos de conciencia a Ruth Eleonora López, a Alejandro Henríquez y a José Ángel Pérez como personas presas de conciencia en un contexto de creciente represión, 1 de julho

EQUADOR

República do Equador

Houve poucos avanços nas investigações sobre desaparecimentos forçados. As forças de segurança reprimiram protestos, e uma nova lei restringindo a liberdade de associação foi aprovada. As pessoas detidas continuaram a enfrentar condições extremamente precárias. Na região amazônica, a queima de gás e a exploração de recursos naturais continuaram sem o consentimento dos povos indígenas. As pessoas defensoras dos direitos humanos continuaram expostas a riscos. A independência do Judiciário estava ameaçada.

INFORMAÇÕES GERAIS

Daniel Noboa foi reeleito presidente em abril, e a militarização da segurança pública prosseguiu. Até 19 de dezembro, foram registrados 8.847 homicídios, o maior número anual de homicídios da história recente do país.

Em junho, a Assembleia Nacional aprovou uma série de leis centradas na segurança propostas pelo governo, que constituíam uma ameaça aos direitos humanos. Em

setembro, o Tribunal Constitucional declarou nulas e sem efeito as novas leis de Integridade Pública e Solidariedade Nacional e suspendeu provisoriamente alguns dispositivos da Lei de Inteligência.

Em novembro, a população equatoriana votou contra a convocação de uma assembleia constituinte.

DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

O Ministério Público abriu investigações sobre o possível desaparecimento forçado de 43 pessoas depois das operações de segurança realizadas pelas forças armadas em 2024. As investigações, no entanto, avançaram lentamente, sem a cooperação das forças armadas.¹ Em dezembro, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) concedeu medidas urgentes de proteção a 26 dessas pessoas e a seis mulheres buscadoras de pessoas desaparecidas.

Também em dezembro, 16 integrantes das forças armadas foram condenados pelo desaparecimento forçado de quatro crianças afrodescendentes, detidas em Guayaquil em 2024. A sentença confirmou ainda que elas foram submetidas a tortura e a outros maus-tratos durante a detenção.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DE ASSOCIAÇÃO E DE REUNIÃO

Em agosto, a Assembleia Nacional aprovou uma lei que colocou em risco a liberdade de associação, cujos regulamentos correspondentes foram publicados em outubro.

As autoridades realizaram prisões em massa, usaram força ilegal contra protestos liderados por organizações indígenas, sociais e sindicais, instauraram processos criminais abusivos e congelaram as contas bancárias de líderes sociais e manifestantes.² Organizações da sociedade civil relataram pelo menos duas pessoas mortas, 473 feridas e 206 detenções durante os protestos ocorridos em setembro e outubro.

O jornalista Patricio Aguilar foi assassinado em 4 de março enquanto fazia uma reportagem no cantão de Quinindé, província de Esmeraldas. No final do ano, a investigação sobre seu assassinato permanecia aberta.

DIREITOS DAS PESSOAS DETIDAS

As pessoas detidas continuaram a enfrentar superlotação, falta de alimentação adequada e de assistência à saúde, além de tortura e outros maus-tratos. Segundo o Serviço Nacional de Atenção Integral a Pessoas Adultas Privadas de Liberdade e Adolescentes Infratores, entre janeiro e setembro, 760 pessoas presas morreram nas prisões do país, 105 delas de forma violenta.

DIREITO A UM MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL

O governo continuou permitindo a queima de gás natural na região amazônica, apesar de uma decisão judicial de 2021 que determinara a remoção dos queimadores. Em janeiro, o Tribunal Constitucional rejeitou um recurso interposto pelo grupo de meninas que havia ingressado com a ação original, a qual buscava assegurar o cumprimento integral da decisão inicial.³

Até o fim do ano, o governo ainda não havia ordenado o fechamento das centenas de poços de petróleo no Parque Nacional Yasuní, na floresta amazônica, ignorando o resultado do referendo realizado em 2023 sobre essa questão.

A exploração de recursos naturais continuou a violar direitos individuais e coletivos, em especial o direito ao consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas. A Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Equador por violar o direito à propriedade coletiva dos povos indígenas na Amazônia, ao autorizar projetos de mineração em seus territórios.

PESSOAS DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS

Pessoas defensoras dos direitos humanos — especialmente aquelas que defendem a terra, o território e o meio ambiente — relataram assédio, estigmatização, perseguição e criminalização, incluindo uma tentativa de homicídio contra um líder comunitário.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

O acesso ao aborto, legalmente permitido em três situações, continuou a ser limitado por barreiras institucionais, falta de dados oficiais, precariedade médica e estigma. O Comitê de Direitos Humanos da ONU condenou o Equador por violar os direitos de uma menina de 13 anos sobrevivente de violência sexual, que foi obrigada a levar a gravidez até o fim.

DIREITOS DAS CRIANÇAS

O Comitê dos Direitos da Criança da ONU instou o Equador a prevenir e combater todas as formas de violência contra crianças e a enfrentar a questão das mortes de crianças, especialmente nas operações de segurança realizadas pelos militares.

DIREITO A UM JULGAMENTO JUSTO

O Relator Especial da ONU sobre a independência de juízes e advogados e a CIDH manifestaram preocupação com a deslegitimação do Poder Judiciário pelo Poder Executivo, por meio de assédio, estigmatização pública e ameaças, além de uma marcha liderada pelo Presidente Noboa contra o Tribunal Constitucional, entre outras ações.

DIREITO À VERDADE, À JUSTIÇA E À REPARAÇÃO

Em cumprimento a uma decisão de 2024, o governo pediu desculpas públicas às mais de 300 vítimas de práticas análogas

à escravidão perpetradas por uma empresa estrangeira. As vítimas seguiam aguardando reparação integral. O Equador ainda não havia assinado nem ratificado a Convenção de Liubliana-Haia sobre Assistência Jurídica Mútua.

IMPUNIDADE

A impunidade persistiu em relação às violações de direitos humanos cometidas pelas forças de segurança durante os protestos de 2019 e 2022.

¹ “Son militares, yo los vi”: Desaparecimentos forçados no Equador às mãos das Forças Armadas, 23 de setembro

² “Ecuador: Alerta por represión a protestas, independencia judicial y desapariciones forzadas”, 8 de outubro

³ “Ecuador: La justicia les ha fallado a las Guerreras por la Amazonía, pero su lucha continúa, 26 de março

ESTADOS UNIDOS

Estados Unidos da América

O acesso ao asilo na fronteira foi encerrado, e a repressão à imigração aumentou drasticamente. Os direitos de quem realiza protestos foram violados. As proteções para pessoas LGBTI foram reduzidas, especialmente para pessoas transgênero. Os ataques aos direitos reprodutivos se intensificaram. O uso de força letal pela polícia afetou de forma desproporcional as pessoas negras. Houve poucos avanços em direção à abolição da pena de morte. Prosseguiram as detenções arbitrárias e indefinidas em Guantánamo. Apesar da persistência da violência armada, o Presidente Trump encerrou programas para enfrentar o problema. Os EUA continuaram a usar força letal em todo o mundo e forneceram armas a Israel que foram utilizadas em ataques diretos contra civis e em ataques indiscriminados. A violência de gênero continuou a afetar de forma desproporcional as mulheres indígenas. Regulamentações ambientais e climáticas foram revogadas.

INFORMAÇÕES GERAIS

Imediatamente após sua posse, o presidente Trump adotou um número sem precedentes de medidas que fragilizaram o Estado de Direito. O uso arbitrário do poder se manifestou em uma série de práticas autoritárias que incluíram ataques às instituições judiciárias, ao ordenamento jurídico e à imprensa; perseguição retaliatória a adversários políticos enquanto concedia clemência a seus apoiadores; enfraquecimento da liberdade acadêmica; extinção e ataque a iniciativas de diversidade, equidade e inclusão (DEI); paralisação de mecanismos federais de supervisão; e desmantelamento da USAID com cortes na assistência externa.

Em janeiro, o Presidente Trump revogou uma ordem executiva que impunha sanções a colonos israelenses individuais, a organizações de colonos israelenses e a um grupo armado palestino por minarem a paz, a segurança e a estabilidade na Cisjordânia. Os EUA atacaram organizações, organismos internacionais e tribunais que haviam classificado como genocídio a violência perpetrada em Gaza.

DIREITOS DAS PESSOAS REFUGIADAS E MIGRANTES

O governo Trump implementou uma agenda racista e antimigrante por meio de ordens executivas que desumanizaram e criminalizaram migrantes e pessoas em busca de proteção.¹ Quase todas as agências federais de aplicação da lei foram designadas para atuar na fiscalização imigratória de natureza civil. Agentes mascarados detiveram migrantes e cidadãos, veículos blindados patrulharam as ruas, e agentes passaram a realizar operações nas proximidades de escolas, centros religiosos, hospitais e outras áreas que anteriormente eram vedadas à fiscalização. Novas instalações de detenção financiadas pelo Estado, como a ‘Alcatraz dos Jacarés’ (Alligator Alcatraz), foram construídas.

O sistema de detenção migratória em massa foi ampliado, mantendo milhares de pessoas em instalações superlotadas e desumanas, inclusive em bases militares, restringindo o acesso à liberdade provisória e retomando a detenção de famílias, frequentemente com a separação forçada de seus integrantes.² O governo deportou pessoas estrangeiras para terceiros países sem o devido processo legal.

Invocando a Lei dos Inimigos Estrangeiros, o governo expulsou ilegalmente 252 cidadãos venezuelanos para o Centro de Confinamento do Terrorismo, em El Salvador, submetendo-os a desaparecimento forçado e tortura. Após meses de detenção, eles foram enviados à Venezuela, país do qual muitos haviam fugido.³

O governo encerrou o Programa de Liberdade Condicional para pessoas cubanas, haitianas, nicaraguenses e venezuelanas, bem como o Status de Proteção Temporária para o Afeganistão, Camarões, Etiópia, Haiti, Honduras, Myanmar, Nepal, Nicarágua, Sudão do Sul, Síria e Venezuela, colocando milhares de pessoas em risco de deportação ilegal enquanto os processos judiciais ainda estavam em curso.

O Programa de Admissão de Refugiados dos EUA foi suspenso. Foi imposta uma proibição total de viagem para cidadãos de 19 países e para pessoas que utilizavam documentos de viagem emitidos pela Autoridade Palestina, além de uma proibição parcial para cidadãos de outros 19 países.

O Presidente Trump declarou emergência nacional na fronteira entre EUA e México. O sistema de agendamento do aplicativo móvel 'CBP One' para solicitantes de asilo foi encerrado e todos os agendamentos existentes foram cancelados, terminando com o acesso ao asilo na fronteira.⁴

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE REUNIÃO

Prosseguiu a repressão aos protestos generalizados que ocorreram nas universidades

contra o genocídio da população palestina cometido por Israel na Faixa de Gaza ocupada. O governo Trump intensificou a pressão sobre as universidades mediante a revogação de financiamento federal e bolsas de pesquisa, bem como por meio de ameaças e da abertura de investigações de direitos civis pelos Departamentos de Justiça e de Educação.

O governo teve como alvo estudantes internacionais e integrantes do corpo docente, que passaram a hesitar em expressar opiniões ou participar de protestos no campus por medo de deportação. Muitos estudantes deixaram de frequentar aulas ou eventos nos campi. Estudantes foram alvo de revogação de vistos e deportação por meio de monitoramento de redes sociais, rastreamento da situação migratória e avaliações automatizadas de ameaça direcionadas a pessoas estrangeiras portadoras de visto.⁵ Pelo menos 11 estudantes e manifestantes estrangeiros foram procurados para detenção e deportação especificamente por seu ativismo em apoio aos direitos do povo palestino. As autoridades revogaram aproximadamente 8.000 vistos, a maioria por atividades criminosas, incluindo pequenas infrações de trânsito ou detenções que não resultaram em condenações. No entanto, entre 200 e 300 pessoas foram identificadas por "apoio ao terrorismo" ou por expressar "opiniões antiamericanas", supostamente por participarem de protestos pacíficos ou fazerem postagens contra o genocídio em curso.

Em 7 de junho, o Presidente Trump mobilizou 2.000 soldados da Guarda Nacional da Califórnia para o condado de Los Angeles após a ocorrência de protestos em massa contra as operações de fiscalização de imigração, suprimindo os direitos dos manifestantes à liberdade de reunião. A ordem provocou reação imediata e uma batalha judicial com autoridades californianas.⁶ As forças de segurança locais usaram armas menos

letais, incluindo milhares de projéteis de impacto cinético e granadas de gás lacrimogêneo, para reprimir os protestos próximos a um prédio federal onde migrantes estavam detidos em Los Angeles, deixando seis pessoas feridas. Jornalistas foram especificamente visados; agentes federais também usaram força desnecessária ou excessiva contra manifestantes.

O Congresso e 24 estados apresentaram 62 projetos de lei que restringiam o direito de protestar, dos quais cinco foram aprovados em cinco estados.

DIREITOS DAS PESSOAS LGBTI

O governo Trump reduziu as proteções para pessoas LGBTI e utilizou agências federais para atacar seus direitos, especialmente os das pessoas transgênero. O presidente Trump emitiu uma ordem executiva para “restaurar a verdade biológica”, definindo sexo como uma “classificação biológica imutável como masculino ou feminino”. Como resultado, agências federais cortaram programas e financiamentos destinados à proteção das pessoas LGBTI e removeram referências à identidade LGBTI de materiais oficiais.

A organização não governamental GLAAD documentou 932 incidentes anti-LGBTI em 49 estados e no Distrito de Columbia entre maio de 2024 e maio de 2025 — o equivalente a 2,5 incidentes por dia. Ataques violentos resultaram em 84 pessoas feridas e 10 mortes. Em julho, o governo removeu a modalidade de atendimento específica para jovens LGBTI da linha nacional de prevenção ao suicídio.

Em todo o país, foram apresentados 616 projetos de lei anti-LGBTI, dos quais 74 foram aprovados — impondo restrições ao acesso de jovens transgênero a cuidados de saúde e censurando conteúdos LGBTI nas escolas. Após a ordem executiva presidencial que proibiu tratamentos de afirmação de gênero para pessoas menores

de 19 anos, a Suprema Corte confirmou, em junho, a constitucionalidade das proibições estaduais para menores de idade. Vinte e cinco proibições estaduais permaneceram em vigor.

DISCRIMINAÇÃO

Ao revogar partes de uma ordem executiva de 60 anos destinada a combater a discriminação no trabalho, o governo Trump declarou que a retórica e as ideias fundamentais das políticas de diversidade (DEI) “promovem a hostilidade entre grupos e o autoritarismo”. As medidas anti-DEI do Presidente Trump levaram particulares a monitorar e denunciar mulheres negras, especialmente as que atuam no funcionalismo público federal. As reduções no quadro funcional federal atingiram departamentos onde as pessoas racializadas e as mulheres eram maioria. A eliminação de iniciativas de DEI resultou em cortes no financiamento educacional e em ameaças de investigações e multas contra entidades não governamentais que mantinham políticas de DEI.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

O governo Trump promoveu retrocessos significativos nos direitos sexuais e reprodutivos, criando um cenário jurídico instável. Revogou políticas anteriores que ampliavam e protegiam o acesso aos cuidados reprodutivos. Também reduziu o financiamento para unidades e programas de saúde reprodutiva, forçando o fechamento de clínicas e afetando de forma desproporcional pessoas de baixa renda. Estados adotaram novas restrições, e a Suprema Corte facilitou que excluíssem proteções de saúde reprodutiva para pessoas beneficiárias do Medicaid (programa de seguro de saúde que oferece cobertura gratuita ou de baixo custo a pessoas elegíveis de baixa renda).

Quarenta e um estados possuíam algum tipo de proibição ao aborto, incluindo 13 com proibição total e sete com restrições a partir da 18ª semana de gestação ou

aborto, incluindo 13 com proibição total e sete com restrições a partir da 18ª semana de gestação ou antes. De acordo com o Instituto de Políticas de Equidade de Gênero, pessoas grávidas que vivem em estados com proibição ao aborto tinham quase duas vezes mais chances de morrer durante a gravidez, o parto ou logo após o parto, em comparação com mães que vivem em estados onde o aborto era legal.

Barreiras adicionais ao acesso à saúde reprodutiva — incluindo contracepção, cuidados durante a gravidez e aborto — afetaram de forma desproporcional os grupos marginalizados e racializados.

USO EXCESSIVO DA FORÇA

Segundo organizações não governamentais, a polícia matou 1.143 pessoas a tiros em 2025. Pessoas negras foram afetadas de forma desproporcional pelo uso de força letal, representando mais de 23% das mortes decorrentes do uso de armas de fogo pela polícia, apesar de corresponderem a 13% da população. O governo continuou a não implementar plenamente a Lei de Notificação de Mortes sob Custódia, destinada a registrar o número de pessoas mortas anualmente por agentes de segurança pública.

Em 28 de abril, o Presidente Trump emitiu uma ordem executiva que direcionou recursos federais para promover táticas policiais mais agressivas e ampliar a militarização das forças policiais locais; concedeu maiores proteções a agentes de segurança acusados de má conduta; e ameaçou possíveis processos federais contra agentes públicos que "deliberada e ilegalmente determinem a obstrução da lei penal" por meio de suas políticas. O Departamento de Justiça interrompeu a supervisão federal de diversas agências policiais locais com histórico de "padrão ou prática" de violações de direitos, ao revogar ou encerrar ações judiciais e investigações em andamento.

O governo mobilizou a Guarda Nacional em cidades governadas por prefeitos negros e com grandes populações de grupos racializados, como o Distrito de Columbia e Chicago, Illinois. O presidente também ameaçou acionar a Guarda Nacional em outras cidades com base em alegações falsas de aumento da criminalidade.

PENA DE MORTE

O Presidente Trump emitiu uma ordem executiva que pôs fim à moratória federal de execuções estabelecida pelo governo Biden. A ordem determinou que a procuradora-geral dos EUA restabelecesse, como diretriz, a busca pela pena de morte em âmbito federal e estadual para todos os crimes federais elegíveis, com prioridade para casos em que a vítima fosse policial ou o autor do crime fosse imigrante; que apoiasse os estados na obtenção de substâncias para injeção letal; e que promovesse ações destinadas a reverter precedentes da Suprema Corte que limitavam o uso da pena de morte. A ordem também determinou que a procuradora-geral avaliasse a situação de cada um dos 37 homens cujas sentenças de morte federais foram comutadas pelo ex-presidente Joe Biden em dezembro de 2024 e trabalhasse com promotores para determinar se poderiam ser acusados de crimes capitais em âmbito estadual.

Diante da dificuldade de obter substâncias para injeção letal, os estados continuaram a expandir o uso de outros métodos de execução. Após aprovar legislação em 2024, a Louisiana executou uma pessoa em março pela primeira vez em 15 anos, utilizando hipóxia por nitrogênio. O Arkansas também aprovou legislação em março autorizando esse método de execução. Também em março, a Carolina do Sul realizou a primeira execução por fuzilamento nos EUA em 15 anos. Idaho aprovou legislação tornando o fuzilamento seu principal método de execução. Estados também buscaram restabelecer a pena de morte — como em um projeto de lei pendente em Iowa — ou ampliar os crimes sujeitos à pena capital em

Oklahoma e Idaho, apesar de tais medidas serem inconstitucionais.

DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Embora o governo Biden tenha transferido 11 detidos do centro de detenção dos EUA na Baía de Guantánamo em janeiro, a prisão continuou mantendo 15 pessoas detidas sem acesso a julgamento justo. Três delas sequer haviam sido formalmente acusadas de qualquer crime. As únicas acusações apresentadas ocorreram nas comissões militares de Guantánamo, em violação ao direito internacional e às normas para julgamento justo. Em caso de condenação, os detidos poderiam enfrentar a pena de morte. Em 2024, três réus no caso da comissão militar do 11 de setembro firmaram um acordo com os promotores militares para se declararem culpados em troca da exclusão da pena de morte. O secretário de Defesa, porém, reverteu o acordo, e o caso permaneceu em limbo jurídico, com a pena capital ainda como possibilidade. O uso da pena de morte nesses casos, após processos que não cumpriram as normas internacionais e depois que os detidos foram sistematicamente torturados, constituiria privação arbitrária da vida. Após 24 anos, não houve responsabilização dos autores dos ataques de 11 de setembro.

Ao longo de 2025, o governo Trump deteve ao menos 700 migrantes e solicitantes de asilo em Guantánamo.

Em 19 de janeiro, o ex-presidente Joe Biden comutou a pena do ativista indígena Leonard Peltier para prisão domiciliar devido a sérias preocupações sobre sua condenação, sentença e processo de apelação. Ele havia passado quase 50 anos preso cumprindo duas penas de prisão perpétua relacionadas às mortes de dois agentes federais em Dakota do Sul, em 1975.⁷

DIREITO À VIDA E À SEGURANÇA PESSOAL

Segundo estatísticas governamentais divulgadas em 2025, 46.728 pessoas foram mortas por violência armada em 2023, ano mais recente com dados disponíveis. Houve 408 tiroteios em massa em 2025, incluindo 233 em escolas. A violência armada foi a principal causa de morte entre crianças e adolescentes nos EUA. O aumento do extremismo político e da retórica violenta levou a diversos episódios de violência política e assassinatos de figuras públicas e políticos com uso de armas de fogo.

O governo Trump adotou e implementou diversas políticas favoráveis às armas de fogo, incluindo ordens executivas, mudanças regulatórias, reversão de políticas anteriores e criação de grupos de trabalho para proteger os direitos de proprietários de armas. Essas medidas reverteram esforços anteriores destinados a enfrentar a violência armada.

ATAQUES E HOMICÍDIOS ILEGAIS

Desde março, centenas de pessoas foram mortas ou feridas por ataques aéreos dos Estados Unidos no Iêmen. Em abril, um ataque aéreo dos EUA contra um centro de detenção de migrantes na cidade de Saada matou e feriu dezenas de migrantes. A Anistia Internacional não encontrou evidências de que o centro fosse um alvo militar legítimo e solicitou que os EUA investigassem o ataque como possível violação do direito internacional humanitário.⁸ Em maio, EUA e Iêmen chegaram a um acordo de cessar-fogo, suspendendo o conflito.

Não houve responsabilização nem reparações pelas mortes anteriores de civis causadas pelos Estados Unidos, documentadas pela Anistia Internacional na Síria, no Iraque, no Afeganistão e na Somália.

Desde setembro, os EUA utilizaram drones para atacar 35 embarcações no Caribe e no Pacífico supostamente envolvidas no

transporte de drogas, matando ao menos 123 pessoas.⁹ Os EUA alegaram que as embarcações eram usadas por traficantes para transportar entorpecentes e buscaram justificar as ações como "legítima defesa" ou como parte de uma ampla "guerra às drogas". Com base em todas as informações disponíveis, esses ataques letais careciam de justificativa legal e configuraram execuções extrajudiciais, pois as embarcações não representavam ameaça imediata aos EUA nem à vida de qualquer pessoa.

TRANSFERÊNCIAS IRRESPONSÁVEIS DE ARMAS

Os EUA continuaram a fornecer armas e outros equipamentos militares e de segurança a Israel em violação às leis e políticas estadunidenses destinadas a impedir transferências de armamentos que possam contribuir para danos a civis e violações de direitos humanos ou do direito internacional humanitário.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A violência sexual contra mulheres indígenas norte-americanas e nativas do Alasca permaneceu alarmantemente elevada. Dados governamentais indicaram que elas tinham 2,2 vezes mais probabilidade de sofrer violência sexual do que mulheres não indígenas. Apenas um número limitado de povos indígenas possuía competência legal para processar autores não indígenas de violência contra mulheres indígenas — embora a maioria dos perpetradores fosse composta por homens não indígenas. Sobreviventes indígenas continuaram enfrentando barreiras para acessar cuidados após o estupro, incluindo os exames forenses necessários para os processos criminais.

DIREITO A UM MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL

O governo Trump revogou medidas executivas destinadas a mitigar os impactos ambientais sobre comunidades marginalizadas, incluindo a eliminação de departamentos de justiça ambiental em órgãos federais e o corte de verbas para organizações locais que combatem danos ambientais e climáticos. Em 20 de janeiro, o Presidente Trump assinou uma ordem executiva para iniciar a retirada dos EUA do Acordo de Paris — tratado global de combate às mudanças climáticas — anulando as metas de redução de emissões estabelecidas pelo governo Biden.

Em janeiro, o governo Trump declarou a "dominância energética" como emergência nacional e apresentou políticas para ampliar a produção de energia, incluindo a retomada da mineração de carvão, apesar de seus conhecidos impactos negativos sobre o meio ambiente e a saúde. Simultaneamente, o governo emitiu uma ordem executiva priorizando o desenvolvimento da inteligência artificial, que demanda enormes quantidades de energia para os centros de dados de IA. A Agência Internacional de Energia informou que, até 2030, o consumo global de eletricidade para IA deverá superar ligeiramente o consumo total de eletricidade do Japão, com os EUA consumindo mais da metade desse total.

Em junho, integrantes da Agência de Proteção Ambiental dos EUA (EPA) instaram o governo Trump a parar de politizar a EPA e a priorizar proteções ambientais baseadas na ciência para comunidades vulneráveis. Em julho, o Departamento de Energia publicou um relatório que contestava o consenso científico de que as emissões de gases de efeito estufa são a principal causa das mudanças climáticas e têm impactos negativos sobre a saúde, concluindo que as mudanças climáticas não constituíam uma preocupação urgente.

¹ "Amnesty International USA reaction to President Trump's anti-immigrant executive actions", 20 de janeiro

² USA: *Dehumanized by Design: Human Rights Violations in El Paso*, 22 de maio

³ “Unlawful expulsions to El Salvador endanger lives amid ongoing state of emergency”, 25 de março

⁴ USA: *Lives in Limbo: Devastating Impacts of Trump’s Migration and Asylum Policies*, 20 de fevereiro

⁵ “USA/Global: Tech made by Palantir and Babel Street pose surveillance threats to pro-Palestine student protestors & migrants”, 21 de agosto

⁶ “USA: Deployment of National Guard to Los Angeles in response to ICE raids is dangerous”, 9 de junho

⁷ “President Biden right to commute the life sentence of Leonard Peltier”, 20 de janeiro

⁸ “Yemen: US air strike that has left dozens of migrants dead must be investigated”, 19 de maio

⁹ ““Reported U.S. strike in the Caribbean Sea would violate international human rights law”, 3 de setembro

HAITI

República do Haiti

A violência afetou profundamente a vida das pessoas, limitando seu acesso à alimentação, à saúde e à educação. As autoridades foram incapazes de garantir a segurança da população, e a impunidade foi generalizada. A situação de segurança tornou-se motivo de crescente preocupação e debate na comunidade internacional. Crianças foram vítimas de violações de direitos humanos, como violência sexual e estupro. A capacidade das autoridades de prestar serviços de proteção infantil e reintegração social continuou gravemente comprometida.

INFORMAÇÕES GERAIS

O Haiti sofreu com o aumento da violência, a instabilidade política e uma multiplicidade de crises, especialmente no que se refere aos direitos humanos.

Em agosto, Laurent Saint-Cyr tomou posse como o quarto presidente do Conselho Presidencial de Transição em um período de 15 meses. O conselho é responsável por governar e organizar eleições.

Centenas de milhares de haitianos deixaram o país em busca de segurança, mas geralmente sofreram tratamento racista em diversos países e não tiveram acesso à proteção que deveria ser garantida pelo direito internacional.

DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

A violência dificultou o exercício e a garantia dos direitos à vida, à integridade física, à alimentação, à saúde, à água potável, à moradia e à educação.

Em abril, ativistas e organizações instaram a França a enfrentar seu passado colonial no bicentenário da “dívida da independência”.¹

A suspensão repentina, no início do ano, da ajuda externa proveniente dos EUA — o maior doador individual do país — forçou o fechamento de muitos serviços médicos essenciais, incluindo o atendimento a vítimas de violência sexual.²

Em setembro, o chefe do Escritório da ONU para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) expressou preocupação com a alarmante crise humanitária, a necessidade urgente de proteção diante de um surto de cólera e o aumento das taxas de desnutrição. Metade da população haitiana enfrentava insegurança alimentar e os níveis de deslocamento forçado eram sem precedentes.

Em dezembro, o OCHA informou que quase 1,4 milhão de pessoas — incluindo mais de 741 mil crianças — estavam deslocadas internamente, muitas delas pela segunda ou terceira vez.

Segundo dados da ONU, o plano de resposta humanitária para o Haiti recebeu apenas 24,2% do

financiamento necessário em 2025, uma porcentagem muito inferior à de outros planos de resposta no mundo.

HOMICÍDIOS ILEGAIS

As gangues ampliaram sua influência e os grupos de autodefesa assumiram papéis de justiceiros. O Escritório Integrado da ONU no Haiti registrou mais de 8.100 mortes até novembro.

Em setembro, um massacre na comunidade de Labodri, 40 km ao norte de Porto Príncipe, evidenciou a ineficácia das autoridades em proteger a população.

DIREITO À VERDADE, À JUSTIÇA E À REPARAÇÃO

O funcionamento do sistema de justiça foi seriamente prejudicado e a impunidade prevaleceu em relação a abusos e violações dos direitos humanos. Muitas vítimas não denunciaram crimes por medo de represálias ou devido à ausência da polícia em áreas controladas por gangues, que agiam como autoridades de fato.

Em fevereiro, o Secretário-Geral da ONU apresentou uma proposta que incluía o fortalecimento da missão de Apoio Multinacional à Segurança (MSS), cujo desdobramento foi marcado por graves deficiências de recursos humanos e financeiros, com a ONU assumindo maior responsabilidade pela logística e pelo financiamento. Em agosto, o Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) também apresentou um roteiro propondo um mecanismo de coordenação sob liderança da OEA para articular iniciativas promovidas pela ONU, pelo setor de ajuda humanitária, por países doadores e por outros atores relevantes a fim de levar paz e segurança ao Haiti.

Em setembro, o Conselho de Segurança da ONU aprovou uma resolução sobre a transição da missão MSS para a Força de Supressão de Gangues. A resolução, que integrou propostas tanto da ONU quanto da OEA, gerou preocupação entre organizações de direitos humanos devido à falta de clareza sobre as operações previstas, a sustentabilidade financeira e o respeito às salvaguardas de direitos humanos.

DIREITOS DAS CRIANÇAS

As crianças foram vítimas de diversos abusos dos direitos humanos, incluindo recrutamento por gangues armadas, estupros e outras formas de violência sexual, sequestros, assassinatos e ferimentos. Aquelas com deficiência foram afetadas de maneira desproporcional.

Houve graves deficiências no sistema de justiça juvenil, além de superlotação em instalações como o Centro de Reeducação de Menores em Conflito com a Lei, que também abrigava adultos.

A capacidade do Estado de prestar serviços de saúde, apoiar a reintegração de crianças recrutadas por gangues e oferecer proteção e justiça adequadas permaneceu extremamente limitada, expondo essas crianças a contínuas violações de direitos humanos.

¹ "Haiti: Activists and organizations from Haiti and its diaspora urge France to address its colonial past in Haiti on the bicentenary of the 'independence debt'", 16 de abril

² USA: Lives at Risk: Chaotic and Abrupt Cuts to Foreign Aid Put Millions of Lives at Risk, 29 de maio

HONDURAS

República de Honduras

Foram registradas violações de direitos humanos durante o terceiro ano de vigência ininterrupta do estado de exceção. Jornalistas e pessoas defensoras dos direitos humanos estavam expostas a

elevados riscos de violência. As medidas governamentais para enfrentar a mudança climática eram insuficientes. As mulheres e as pessoas LGBTI continuavam sujeitas a violência e discriminação.

INFORMAÇÕES GERAIS

Houve atrasos no processamento e na divulgação dos resultados das eleições gerais realizadas em novembro, processo também marcado por denúncias de fraude.

Em janeiro, o governo lançou o plano “Irmã, irmão, volte para casa” para prestar assistência às pessoas que retornaram a Honduras. De acordo com o Instituto Nacional de Migração, mais de 42.000 pessoas foram devolvidas ao país em 2025, principalmente do México e dos Estados Unidos.

USO EXCESSIVO DA FORÇA

A ONU e o Comissariado Nacional dos Direitos Humanos criticaram a prorrogação do estado de exceção, que em dezembro completou três anos de vigência ininterrupta. Nesse contexto, organizações da sociedade civil denunciaram violações de direitos humanos perpetradas pelas forças de segurança, especialmente detenções arbitrárias, uso excessivo da força, tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Profissionais da imprensa e meios de comunicação enfrentaram altos níveis de violência física e digital, incluindo declarações estigmatizantes por parte das autoridades, campanhas de deslegitimação e intimidações. Em junho, o jornalista Javier Antonio Hércules Salinas foi assassinado, apesar de contar com medidas estatais de proteção.

PESSOAS DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS

Era comum que pessoas defensoras do meio ambiente e do território enfrentassem atos violentos, como intimidações e assassinatos, além de processos de criminalização. As pessoas garífunas corriam grave perigo. A Organização Fraternal Negra Hondurenha denunciou, em abril, o suposto desaparecimento forçado de Max Gil Castillo, irmão do presidente comunitário da localidade de Punta Piedra. Em diversas ocasiões, a ONU e outras organizações manifestaram preocupação com as ameaças contra lideranças garífunas e com o assédio a comunidades garífunas, tanto nos meios de comunicação quanto mediante o uso de armas de fogo.

Em fevereiro, entrou em funcionamento o Grupo Interdisciplinar de Especialistas Independentes, sob os auspícios da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, com o objetivo de reforçar a investigação sobre a autoria intelectual e outros crimes relacionados ao assassinato da líder lenca Berta Cáceres, ocorrido em 2016.

Em setembro, um tribunal decidiu que três homens acusados do assassinato do ambientalista Juan López, em 2024, fossem levados a julgamento. O Ministério Público reiterou seu compromisso de investigar a autoria intelectual do crime, mas, no final do ano, não havia informado nenhum avanço nesse sentido.

Até o fim do ano, o governo não havia assinado o Acordo de Escazú.

DIREITO A UM MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL

Ainda estava pendente de implementação Decreto 18-2024,

que determinava a restauração ambiental do Parque Nacional Carlos Escaleras e a proibição da atividade mineradora nas áreas protegidas do país.

Em maio, um projeto de lei apresentado ao Congresso para facilitar a concessão de licenças ambientais suscitou grande preocupação;¹ até o fim do ano, a proposta não havia sido aprovada.

Honduras enfrentava atrasos na formulação e na implementação de medidas de adaptação à mudança climática e carecia de políticas sustentáveis e articuladas para enfrentar a crise climática, o que provocava deslocamentos forçados em comunidades costeiras e rurais.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A ONG local Cattrachas registrou 35 assassinatos de pessoas LGBTI entre janeiro e dezembro. O casamento entre pessoas do mesmo sexo não era autorizado.

As mulheres enfrentaram níveis elevados de violência. A Universidade Nacional Autônoma de Honduras registrou pelo menos 270 casos de feminicídio e outras mortes violentas de mulheres durante o ano. O aborto permaneceu criminalizado.

¹ Honduras: Proyecto de ley medioambiental amenaza los derechos humanos, 29 de maio

ÍNDIA

República da Índia

A situação dos direitos humanos se deteriorou acentuadamente, em meio à continuidade da ofensiva estatal contra o dissenso. Leis de sedição e de combate ao terrorismo foram utilizadas para criminalizar jornalistas, comediantes, acadêmicos e estudantes pelo simples

exercício do direito à liberdade de expressão. Plataformas de mídias sociais foram obrigadas a bloquear conteúdos e contas críticas ao governo. Manifestantes pacíficos foram detidos. Jornalistas e ativistas foram presos e processados, enquanto pessoas já detidas — incluindo os acusados no caso Bhima Koregaon, Umar Khalid e outros ativistas muçulmanos — permaneceram encarceradas. Minorias religiosas e étnicas enfrentaram perseguição crescente, incluindo por meio de leis discriminatórias relacionadas ao casamento que visavam pessoas muçulmanas. No estado de Assam, remoções forçadas em massa de comunidades muçulmanas deixaram milhares de pessoas sem moradia, e as demolições punitivas em Maharashtra e em Jammu e Caxemira continuaram. Rohingyas e muçulmanos de origem bengali foram deportados ilegalmente ou submetidos a devolução forçada, e novas regras migratórias retiraram a proteção de pessoas solicitantes de asilo. Mudanças nas políticas ambientais desmantelaram mecanismos de proteção aos povos indígenas, expondo-os ao deslocamento. Enchentes, deslizamentos de terra e ondas de calor continuaram a causar centenas de mortes, evidenciando a falta de ação governamental decisiva diante da crise climática. As políticas e metas climáticas permaneceram “altamente insuficientes”, e a dependência do carvão persistiu. A violência baseada em castas contra pessoas dalits continuou.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em abril, homens armados abriram fogo na cidade de Pahalgam, um popular destino turístico na região da Caxemira, matando 26 pessoas, a maioria turistas. Autoridades indianas utilizaram leis de sedição e a Lei de Prevenção de Atividades Ilegais de 1967 (UAPA) para prender ou registrar boletins de

ocorrência (FIRs) contra jornalistas, acadêmicos e estudantes que exigiram responsabilização pela falha de segurança. A Operação Sindoor foi lançada contra o Paquistão em retaliação ao ataque, e pelo menos 16 civis foram mortos em disparos transfronteiriços. Em novembro, um carro explodiu perto do Forte Vermelho, na cidade de Délhi, matando pelo menos 13 pessoas e ferindo cerca de 30.

As autoridades mobilizaram tropas para reprimir os protestos contra o Projeto de Emenda à Lei Waqf, resultando na morte de pelo menos três pessoas e em pelo menos 150 prisões. Essa lei, aprovada pelo Parlamento, centralizou o controle estatal sobre os bens e fundos religiosos muçulmanos na Índia.

Em 3 de março, o Alto Comissário da ONU para os Direitos Humanos destacou preocupações com a violência e o deslocamento no estado de Manipur e com a redução do espaço cívico em Jammu e Caxemira; preocupações que foram descartadas pelo governo. Em março, o órgão global responsável pela avaliação das instituições nacionais de direitos humanos recomendou o rebaixamento da Comissão Nacional de Direitos Humanos indiana ao status “B”, citando preocupações quanto à sua independência, transparência e eficácia. Em outubro, a Índia foi eleita para o Conselho de Direitos Humanos para o período 2026-28. Ao final do ano, pelo menos 19 pedidos de visita de procedimentos especiais da ONU permaneciam pendentes, incluindo um do Relator Especial sobre tortura, solicitado pela primeira vez em 1999 e reiterado diversas vezes desde então.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

As autoridades continuaram a perseguir artistas, acadêmicos e jornalistas por

meio da ampliação da censura, da instrumentalização de leis penais e de restrições digitais.

Em 24 de março, a polícia do estado de Maharashtra registrou um FIR contra o comediante Kunal Kamra por uma paródia em seu espetáculo de stand-up Naya Bharat (Nova Índia), que se referia a “um líder de Thane” como gaddar (traidor). A referência foi amplamente interpretada como uma alusão velada ao chefe de governo do estado de Maharashtra, Eknath Shinde, e à sua defecção política em 2022.

Em 20 de maio, o governo revogou o status de cidadania estrangeira da acadêmica britânico-caxemirense Nitasha Kaul, que vinha denunciando de forma consistente o aumento do autoritarismo na Índia.

Em um contexto de censura digital crescente, o governo obrigou plataformas de mídias sociais a bloquear contas que publicavam críticas às políticas governamentais. Entre elas estava a conta ‘The Savala Vada’, uma página satírica de memes que frequentemente publicava conteúdo sobre a redução do espaço cívico e a perseguição a minorias religiosas. Em 8 de julho, o governo ordenou que a plataforma X bloqueasse o acesso a mais de 2.000 contas na Índia, incluindo a agência de notícias internacional Reuters.

Em 9 de julho, o governo estadual de Maharashtra aprovou a Lei Especial de Segurança Pública de Maharashtra, criminalizando o dissenso sob o pretexto de segurança pública.¹ Em 6 de agosto, o governo de Jammu e Caxemira proibiu 25 livros de respeitados jornalistas, historiadores, feministas e estudiosos da paz, acusando-os de “glorificar o terrorismo e incitar a violência”.

JORNALISTAS

As autoridades intensificaram as represálias contra jornalistas que tentavam expor a corrupção ou manifestar divergência, lançando mão de leis criminais para silenciar e minar a liberdade de expressão.

Em 24 de março, a polícia do estado de Assam prendeu o jornalista Dilwar Hussain Mozumdar por cobrir um protesto sobre supostas irregularidades financeiras em um banco administrado pelo governo estadual. Ele havia publicado várias reportagens sobre questões financeiras envolvendo o banco estatal, no qual o chefe do governo do estado exercia o cargo de diretor.

Em 9 de maio, a polícia de Nagpur, em Maharashtra, prendeu Rejaz M Siddique, de 26 anos, por supostamente criticar a Operação Sindoor no Instagram. Ele foi acusado com base na UAPA.

Em 16 de setembro, um tribunal da cidade de Gandhinagar, no estado de Gujarat, intimou os jornalistas Abhisar Sharma e Raju Parulekar a comparecerem em juízo. Eles foram acusados de divulgar conteúdo falso e difamatório para prejudicar a reputação do grupo Adani — um conglomerado empresarial com estreitos laços com o Partido Bharatiya Janata, atualmente no poder — após questionarem a venda de terras em Assam ao grupo por um valor aparentemente irrisório.

Após a explosão de um carro no Forte Vermelho em Délhi, em 10 de novembro, a Agência Estadual de Investigação de Jammu e Caxemira realizou uma busca no escritório do jornal *Kashmir Times*, dirigido pela jornalista Anuradha Bhasin, alegando atividades que “ameaçavam a soberania da Índia”. Um livro escrito por Bhasin havia sido proibido três meses antes. Nenhum FIR foi apresentado.

PESSOAS DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS

As autoridades continuaram a utilizar indevidamente leis antiterrorismo e outras legislações excessivamente rigorosas e abusivas para manter pessoas defensoras dos direitos humanos em detenção.

Em janeiro, o Tribunal Superior de Bombaim concedeu liberdade mediante fiança a Sudhir Dhawale e Rona Wilson após mais de seis anos de detenção. Em novembro, a Suprema Corte concedeu liberdade provisória a Jyoti Jagtap e, em dezembro, o Tribunal Superior de Bombaim concedeu fiança a Hany Babu; ambos haviam passado mais de cinco anos presos. Todos os quatro estavam entre os 16 ativistas de direitos humanos que foram presos e detidos sem julgamento com base na UAPA por seu suposto envolvimento no caso Bhima Koregaon (BK). No final do ano, três dos ativistas do ‘BK16’ permaneciam presos sem julgamento.

Diversos tribunais negaram os pedidos de fiança de Umar Khalid e de pelo menos cinco outros estudantes e ativistas muçulmanos. No final do ano, eles permaneciam em prisão preventiva por suposto envolvimento nos atos de violência no nordeste de Délhi, em fevereiro de 2020, quando 53 pessoas foram mortas, incluindo 38 muçulmanos.²

Em 16 de maio, a polícia de Nagpur, em Maharashtra, registrou um FIR contra três pessoas sob acusações de sedição por recitarem o poema ‘Hum Dekhenge’, do renomado poeta Faiz Ahmed Faiz. Entre elas estava Pushpa Sathidar, esposa do falecido ativista Vira Sathidar.

Em 26 de setembro, a polícia de Ladakh prendeu o ativista Sonam Wangchuk com base na Lei de

de Segurança Nacional, depois que um protesto liderado por ele reivindicando a elevação de Ladakh à categoria de estado acabou em violência. Um dia antes da prisão, a licença de sua ONG, o Movimento Educacional e Cultural dos Estudantes de Ladakh (SECMOL), foi cancelada com base na Lei de Regulação de Contribuições Estrangeiras.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Em 27 de abril, a polícia de Hazratganj, na cidade de Lucknow, no estado de Uttar Pradesh, registrou um FIR contra a cantora folclórica Neha Singh Rathore. Ela foi acusada de fazer comentários considerados inapropriados sobre o ataque de Pahalgam nas redes sociais, em violação a diversas disposições do Bharatiya Nyaya Sanhita (Código Penal) e da Lei de Tecnologia da Informação de 2000, relacionadas à segurança nacional, incitação, manutenção da harmonia comunitária e da ordem pública.

Em 18 de maio, a polícia do estado de Haryana registrou dois FIRs contra o professor Ali Khan Mahmudabad, da Universidade Ashoka, por postagens nas redes sociais sobre a Operação Sindoor, resultando em sua prisão. Ele foi acusado de violações do Código Penal relacionadas à manutenção da harmonia comunitária, incitação e ofensa a crenças religiosas. Posteriormente, ele foi solto mediante pagamento de fiança.

LIBERDADE DE REUNIÃO PACÍFICA

As autoridades restringiram a reunião pacífica por meio de detenções administrativas, recusa de autorizações para protestos e dispersão violenta de manifestações que exigiam justiça e prestação de contas.

Em 13 de fevereiro, a polícia de Délhi deteve 12 estudantes da Universidade Jamia Millia Islamia. Eles protestavam contra as notificações para “apresentação de justificativa” emitidas a dois estudantes de doutorado em 2024 por supostamente “proferirem palavras de ordem sem permissão ou aviso prévio às autoridades universitárias”.

Em 18 de junho, a polícia de Mumbai deteve 19 pessoas que participaram de um ato em apoio aos palestinos no campo esportivo Azad Maidan. No dia anterior, a polícia havia negado autorização para a manifestação, levando os organizadores — incluindo o Partido Comunista da Índia (Marxista) — a recorrer ao Tribunal Superior de Bombaim. O tribunal inicialmente rejeitou o pedido, mas acabou concedendo a permissão dois meses após a data originalmente prevista para a manifestação, uma vez que a polícia retirou suas objeções.

Em 11 de agosto, a polícia de Délhi deteve dezenas de opositores políticos, incluindo o líder da oposição Rahul Gandhi, por protestarem sem autorização contra supostas irregularidades eleitorais.

Entre 13 e 18 de agosto, a polícia do estado de Tamil Nadu removeu à força quase 800 pessoas que trabalhavam com saneamento nas cidades de Chennai e Madurai, enquanto elas realizavam um protesto pacífico em forma de vigília, exigindo salários justos.

Em 9 de novembro, a polícia de Délhi deteve manifestantes pacíficos, incluindo crianças, que se reuniram no India Gate para exigir medidas urgentes contra o agravamento da poluição do ar na capital.

REMOÇÕES FORÇADAS

As autoridades estaduais continuaram a realizar remoções forçadas em Assam e demolições de propriedades em Maharashtra e em Jammu e Caxemira, como forma de punição coletiva e arbitrária, em descumprimento às diretrizes emitidas pela Suprema Corte em 2024 que ordenavam a suspensão dessas práticas.

Entre 12 e 17 de julho, aproximadamente 1.800 famílias, em sua maioria muçulmanas, ficaram desabrigadas depois que o governo do estado de Assam realizou uma operação de remoção na Reserva Florestal de Paikan, no distrito de Goalpara. O objetivo declarado era remover “ocupações ilegais” de áreas florestais protegidas. Durante a operação, alguns moradores teriam reagido atirando pedras, o que levou a polícia a abrir fogo, matando uma pessoa. Os moradores afirmaram que só recentemente a área havia sido designada como reserva florestal e que não lhes foram oferecidas oportunidades adequadas de reassentamento ou reabilitação antes da remoção.

Em 29 de junho, o governo de Assam lançou uma grande operação de remoção na área de Uriamghat, na Reserva Florestal de Rengma, distrito de Golaghat, como parte dos esforços para recuperar quase 4.900 acres de terras de reserva. A ação afetou pelo menos 2.000 famílias, a maioria composta por muçulmanos de origem bengali, que, segundo o governo, teriam migrado de Bangladesh. Os moradores disseram que viviam na área desde a década de 1970 e possuíam documentos de identificação válidos. Em 22 de agosto, a Suprema Corte suspendeu as remoções.

Em 14 de novembro, em resposta ao ataque ao Forte Vermelho, as forças de segurança demoliram a casa da família do principal suspeito, Umar Nabi, na cidade de Pulwama, em Jammu e Caxemira, sem qualquer aviso prévio. Os moradores, incluindo os pais e outros familiares de Nabi, estavam dormindo na residência e

foram evacuados apenas instantes antes da demolição.

Em 27 de novembro, a Autoridade de Desenvolvimento de Jammu demoliu a casa da família do jornalista Arfaz Daing, semanas após ele ter exposto uma rede de tráfico transfronteiriço de drogas supostamente ligada a um policial. Daing foi avisado com apenas um dia de antecedência.

DISCRIMINAÇÃO

Sob o pretexto de proteger mulheres e garantir segurança, governos estaduais avançaram com leis que aprofundaram a discriminação contra muçulmanos e casais inter-religiosos.

Em 20 de janeiro, o estado de Uttarakhand aprovou regras para implementar o Código Civil Uniforme (UCC), sem considerar o relatório de um painel criado para elaborar essas normas. O UCC passou a exigir que uniões estáveis fossem registradas junto às autoridades estaduais, supostamente para combater conversões religiosas por meio de casamentos fraudulentos.

Em 9 de outubro, o estado de Rajasthan promulgou uma lei proibindo a conversão religiosa por diversas formas de coerção, incluindo pelo casamento, com pena máxima de dez anos de prisão. Aprovada com o pretexto de prevenir o chamado ‘love jihad’ — uma crença pejorativa e infundada de que homens muçulmanos seduzem mulheres hindus para convertê-las — a lei passou a incidir efetivamente sobre todas as relações inter-religiosas, incluindo as consensuais. Em 14 de fevereiro, o estado de Maharashtra aprovou uma resolução para constituir um comitê encarregado de sugerir medidas para lidar com o ‘love jihad’.

Entre 22 de abril e 8 de maio, a Associação de Proteção aos Direitos Civis, uma ONG local, documentou pelo

menos 184 crimes de ódio contra pessoas muçulmanas e caxemires.

Em 30 de abril, o Comitê Interministerial de Assuntos Políticos anunciou sua decisão de realizar um censo de castas pela primeira vez desde a independência. Até o fim do ano, a medida ainda não havia sido implementada por meio de legislação apropriada.

Em maio, as autoridades deportaram ao menos 300 pessoas muçulmanas que viviam no estado de Assam, no nordeste do país, para Bangladesh, por suspeita de que fossem “estrangeiras”.

Invocando a necessidade de ampliar a sensação de segurança, o governo de Assam anunciou, em 28 de maio, que concederia licenças para porte de armas a povos indígenas em áreas vulneráveis e remotas — sobretudo em distritos de maioria muçulmana na fronteira com Bangladesh.

A Citizens for Justice and Peace, uma ONG local, documentou ao menos 113 casos de atrocidades contra dalits entre janeiro e junho, incluindo agressões, violência sexual, discriminação e assassinatos.

DIREITOS DAS PESSOAS REFUGIADAS E MIGRANTES

O governo intensificou sua hostilidade contra refugiados rohingyas e muçulmanos. Em maio, após o ataque em Pahalgam que reacendeu sentimentos antimuçulmanos em todo o país, pelo menos 40 muçulmanos rohingya foram vendidos e levados de avião para as Ilhas Andamão e Nicobar pelas autoridades indianas. Em seguida, foram transferidos para um navio da Marinha indiana, que cruzou o Mar de Andamão, antes de o grupo ser forçado a se atirar ao mar e nadar até uma ilha no território de Mianmar.

Em 2 de setembro, o Ministério do Interior revogou quatro leis por meio de

uma nova Lei de Imigração e Estrangeiros e de uma ordem subsequente, classificando solicitantes de asilo como "migrantes ilegais" sujeitos à deportação, em violação ao princípio de não devolução (non-refoulement). O governo ampliou ainda mais o controle estatal ao exigir aprovação prévia para cineastas estrangeiros e ONGs que contratem estrangeiros, tornando também obrigatória a criação de tribunais para estrangeiros. Essas instâncias já haviam sido anteriormente criticadas por deixar milhões de pessoas em situação de apatridia em Assam, em razão da ausência de garantias adequadas do devido processo legal.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Em 4 de fevereiro, Makhan Din, um homem de 25 anos, teria sido torturado pela polícia em Jammu e Caxemira por supostamente ter "uma série de contatos suspeitos no Paquistão e em outros países estrangeiros". Ele posteriormente cometeu suicídio.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Em setembro, o Ministério do Meio Ambiente flexibilizou as regras relacionadas à conversão do uso de áreas florestais, enfraquecendo as proteções às comunidades indígenas. Salvaguardas vinculadas a projetos de infraestrutura foram removidas, aumentando o risco de deslocamento, especialmente em áreas florestais não oficialmente designadas.

Em fevereiro, o chefe de governo do estado de Manipur, Biren Singh, renunciou 21 meses após os episódios de violência étnica que mataram mais de 250 pessoas. Pessoas deslocadas internamente permaneceram em campos de acolhimento, vivendo em condições desumanas, com acesso limitado a serviços de saúde, saneamento e alimentação adequada.

DIREITO A UM MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL

Entre junho e setembro, pelo menos 423 pessoas morreram em decorrência de chuvas intensas, enchentes repentinas e deslizamentos de terra nos estados de Himachal Pradesh, Punjab e Jammu e Caxemira. Durante o verão, ondas de calor causaram ao menos 84 mortes em excesso, segundo a ONG local HeatWatch. O governo não registrou dados em tempo real sobre mortes relacionadas ao calor, e especialistas sugeriram que o número real provavelmente foi maior. Trabalhadores dalits do setor de saneamento foram os mais afetados pelas ondas de calor.

Em outubro e novembro, o aumento da poluição do ar em Nova Délhi representou grave risco à saúde da população, segundo o Conselho Central de Controle da Poluição, tornando a capital a cidade mais poluída do mundo.

O Climate Action Tracker classificou as metas e políticas climáticas do governo como “altamente insuficientes”, afirmando que são incompatíveis com o limite de aumento de temperatura de 1,5°C. A Índia ficou em 23º lugar no Índice de Desempenho em Mudanças Climáticas de 2025, recuando 13 posições em razão da contínua dependência do carvão e da limitada adoção de políticas de eliminação gradual dos combustíveis fósseis.

O primeiro Plano Nacional de Adaptação da Índia foi apresentado à UNFCCC em novembro.

¹ “India: Open letter to the Governor of Maharashtra to withhold assent to the Maharashtra special public security bill”, 15 de agosto

² India: Free Umar Khalid – Stop Invoking Counter-Terrorism Law to Silence Dissent, 12 de setembro

IRÃ

República Islâmica do Irã

O conflito armado de 12 dias entre o Irã e Israel causou mortes de civis e envolveu violações do direito internacional humanitário. As autoridades iranianas utilizaram o conflito para intensificar a repressão interna. Milhares de pessoas foram submetidas a detenções arbitrárias, interrogatórios, assédio e processos judiciais injustos por exercerem seus direitos humanos. As autoridades utilizaram força ilegal e armas de fogo para dispersar protestos, causando mortes. Mulheres e meninas, pessoas LGBTI e minorias étnicas e religiosas sofreram discriminação e violência sistêmicas. As autoridades continuaram a impor o uso obrigatório do véu. Mais de 1,8 milhão de afegãos foram expulsos ilegalmente ou forçados a retornar ao Afeganistão. Desaparecimentos forçados, tortura e outros maus-tratos permaneceram generalizados e sistemáticos. Foram aplicadas punições corporais equivalentes a tortura, incluindo açoites e amputação. Os julgamentos permaneceram sistematicamente injustos. A pena de morte foi aplicada de forma arbitrária e de maneira desproporcional contra minorias, e o país registrou o maior número de execuções desde 1989. Prevaleceu a impunidade sistêmica diante de crimes contra a humanidade passados e em curso, bem como de outros crimes previstos no direito internacional. As autoridades deixaram de combater a degradação ambiental, responsável por contribuir com milhares de mortes.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em abril, o Conselho de Direitos Humanos da ONU renovou os mandatos do Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos no Irã e da Missão Internacional Independente de Apuração de Fatos sobre o Irã, além de ampliar o mandato desta última. Esses mecanismos, assim como outros especialistas independentes da ONU e monitores internacionais de direitos humanos, tiveram o acesso ao país negado.

Em setembro, sanções da ONU relacionadas ao programa nuclear foram reimpostas ao Irã.

As autoridades continuaram a fornecer apoio político, ideológico, financeiro, logístico e militar a grupos armados em todo o Oriente Médio.

As autoridades forneceram drones e mísseis balísticos à Rússia, que foram utilizados contra infraestruturas civis na Ucrânia.

VIOLAÇÕES DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

Em 13 de junho, Israel lançou ataques aéreos contra o território iraniano, danificando infraestruturas civis e matando mais de 1.100 pessoas, incluindo 45 crianças.¹

Forças israelenses realizaram ataques aéreos intencionais contra o complexo prisional de Evin, na capital, Teerã, causando danos e destruição. Os ataques mataram ao menos 80 civis, incluindo pessoas presas e seus familiares, assistentes sociais e outros funcionários da prisão.² O ataque constituiu uma grave violação do direito internacional humanitário e requer investigação criminal como crime de guerra.

Forças iranianas lançaram mísseis e drones em retaliação contra Israel, utilizando ilegalmente munições de fragmentação em áreas residenciais e matando pelo menos 29 pessoas, incluindo crianças.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DE ASSOCIAÇÃO E DE REUNIÃO

As autoridades criminalizaram discursos críticos ao sistema político da República Islâmica.

Órgãos de segurança e inteligência e autoridades judiciais cometeram

cometeram violações generalizadas e sistemáticas contra pessoas que exerciam seus direitos à liberdade de expressão, associação e reunião pacífica.

Entre os grupos visados estavam manifestantes, opositores, mulheres e meninas que desafiavam o uso obrigatório do véu, jornalistas, advogados, defensores dos direitos humanos, ativistas dos direitos trabalhistas, ativistas ambientais, usuários de redes sociais, artistas, músicos, escritores, acadêmicos, estudantes universitários, pessoas LGBTI, integrantes de minorias étnicas e religiosas oprimidas, familiares de pessoas mortas durante protestos e trabalhadores, como enfermeiros, professores e motoristas de caminhão. As violações incluíram: detenção arbitrária; desaparecimento forçado; tortura e outros maus-tratos; ameaças de morte; julgamentos injustos que resultaram em penas de prisão, açoites, multas e pena de morte; vigilância; assédio; interrogatórios; proibições de viagem; congelamento de bens; confisco de propriedades; e suspensão ou expulsão da educação ou do emprego.

As autoridades adotaram medidas punitivas contra familiares de jornalistas, opositores, manifestantes e defensores dos direitos humanos que se encontravam fora do Irã, submetendo seus parentes residentes no país a interrogatórios, proibições de viagem, detenções arbitrárias, tortura e outros maus-tratos.

Plataformas como Clubhouse, Facebook, Snapchat, Signal, Telegram, TikTok, X e YouTube permaneceram bloqueadas.

Todos os partidos políticos, organizações da sociedade civil, sindicatos e jornais que tinham caráter independente continuaram proibidos.

Entre março e agosto, forças de segurança em cidades como Isfahan, Mashhad e Sabzevar utilizaram força ilegal para reprimir protestos pacíficos contra a inflação e contra cortes de água e

eletricidade, fazendo uso de gás lacrimogêneo, spray de pimenta e espancamentos, além de detenções arbitrárias.

A repressão se intensificou durante e após o conflito com Israel. Nesse período, as autoridades interromperam deliberadamente as redes de internet e telefonia móvel, dificultando o acesso a informações vitais. As forças de segurança estabeleceram postos de controle em que faziam revistas invasivas em telefones celulares e prendiam pessoas por suposta “colaboração” com Israel, com base em suas publicações nas redes sociais e contatos com jornalistas no exterior.

Em outubro, entrou em vigor uma nova Lei de Intensificação das Penas por Espionagem e Colaboração com o Regime Sionista e Estados Hostis contra a Segurança e os Interesses Nacionais (Lei de Espionagem), que prevê a pena de morte para atividades pacíficas — incluindo o envio de informações a jornalistas no exterior — sob a acusação de “corrupção na Terra” (*efsad fel-arz*). A lei também criminalizou o uso ou a posse de ferramentas de internet via satélite não licenciadas, como o Starlink, permitindo a aplicação da pena de morte quando as autoridades considerem que a pessoa é um “agente inimigo” agindo com intenção de “se opor ao Estado” ou de “espionagem”.

Durante os protestos que começaram em 28 de dezembro em Teerã e se espalharam rapidamente por todo o país, as forças de segurança utilizaram ilegalmente fuzis, espingardas com munição metálica, gás lacrimogêneo e espancamentos para dispersar manifestantes em grande parte pacíficos que pediam a queda do sistema da República Islâmica, resultando em mortes e ferimentos.

DESAPARECIMENTOS FORÇADOS, TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

A tortura e outros maus-tratos, o desaparecimento forçado e a detenção em regime de incomunicabilidade foram generalizados e sistemáticos.

Após os ataques aéreos israelenses contra a prisão de Evin, dezenas de pessoas presas por motivos políticos foram submetidas a desaparecimento forçado por semanas ou meses.³ As autoridades transferiram outras centenas de pessoas presas em Evin para estabelecimentos onde as condições eram cruéis e desumanas, com superlotação, condições insalubres, ventilação inadequada, infestação de ratos ou insetos e acesso insuficiente a água potável, alimentos adequados, roupas de cama, sanitários ou instalações para higiene. As autoridades continuaram a negar atendimento de saúde adequado às pessoas presas. Várias morreram sob custódia em circunstâncias suspeitas, em casos acompanhados por relatos confiáveis de tortura e outros maus-tratos, incluindo negação de cuidados médicos.

Punições que constituem tortura — incluindo açoitamento, cegamento, amputação, crucificação e apedrejamento — foram mantidas na legislação. Açoitamentos e amputações foram efetivamente realizados.⁴

DETENÇÕES ARBITRÁRIAS E JULGAMENTOS INJUSTOS

Os julgamentos foram sistematicamente injustos, tornando arbitrárias muitas detenções e execuções. As autoridades rotineiramente negavam às pessoas detidas acesso à representação legal durante as investigações, além de basearem condenações em “confissões” obtidas mediante tortura, transmitidas com frequência pela televisão estatal.

O Judiciário carecia de independência e era cúmplice de tortura e outros crimes previstos no direito internacional.

Em agosto, as autoridades anunciaram a prisão de 21.000 pessoas em relação ao conflito com Israel.

A Lei de Espionagem enfraqueceu ainda mais as garantias de um julgamento justo ao criar varas especializadas do Tribunal Revolucionário, acelerar a tramitação de processos penais, reduzir o prazo de recursos para 10 dias e permitir que os próprios tribunais conduzissem as investigações, comprometendo a separação entre funções acusatórias e judiciais.

As autoridades continuaram a deter arbitrariamente pessoas estrangeiras e com dupla nacionalidade como forma de pressão, praticando tomada de reféns com impunidade.

Em abril, o dissidente Mehdi Karroubi teve sua prisão domiciliar arbitrária encerrada após 14 anos, enquanto a de Mir Hossein Mousavi e Zahra Rahnavard entrava em seu 15º ano.

DIREITOS DAS MULHERES E DAS MENINAS

As autoridades continuaram a discriminar mulheres e meninas, negando-lhes igualdade de direitos em matéria de casamento, divórcio, nacionalidade, guarda dos filhos, emprego, herança e cargos políticos.

A idade legal mínima para o casamento de meninas permaneceu em 13 anos, mas os pais podiam obter autorização judicial para casamentos forçados em idades ainda menores.

A idade mínima de responsabilidade penal continuou em nove anos lunares (calendário islâmico) para meninas (aproximadamente oito anos e nove meses) e 15 anos lunares para meninos (aproximadamente 14 anos e sete meses).

As autoridades submeteram pessoas defensoras dos direitos das mulheres, jornalistas, cantoras e outras pessoas que exigiam igualdade de gênero e

contestavam o uso obrigatório do véu a detenções arbitrárias, julgamentos injustos, açoitamentos e banimentos de redes sociais.⁵

Em maio, o governo retirou um projeto de lei originalmente apresentado mais de uma década atrás para enfrentar a violência contra as mulheres, mas que havia sido repetidamente diluído e renomeado.

A ausência de proteções legais, abrigos ou responsabilização possibilitou a ocorrência de feminicídios, com mais de 100 mulheres e meninas assassinadas por parentes homens, segundo jornais iranianos e organizações de direitos humanos de fora do Irã. Como as autoridades não publicavam estatísticas sobre feminicídio, o número real provavelmente era muito maior.

A resistência generalizada de mulheres e meninas ao uso obrigatório do véu, somada à constante pressão nacional e internacional contra a violência de gênero, levou as autoridades a recuar. Comparado com anos anteriores, houve redução das prisões em massa e das agressões violentas, e a implementação da Lei de Proteção da Família por meio da Promoção da Cultura da Castidade e do Hijab permaneceu suspensa. Ainda assim, as autoridades continuaram utilizando leis e regulamentos para impor o uso obrigatório do véu em locais de trabalho, universidades e outras instituições do setor público, deixando mulheres e meninas que resistiam sujeitas a assédio, agressões, prisões arbitrárias, multas e expulsão do emprego e da educação. Os responsáveis incluíam tanto agentes estatais quanto grupos vigilantes que atuavam com apoio do Estado.

A vigilância eletrônica, incluindo o reconhecimento facial, foi central para a imposição do uso obrigatório do véu. Mulheres continuaram a receber mensagens ameaçadoras por SMS, com base em dados coletados por dispositivos IMSI-Catchers (equipamentos de vigilância que interceptam comunicações móveis), leitores de cartões sem contato, câmaras de vigilância e denúncias enviadas por agentes estatais e vigilantes por meio de aplicativos criados para esse fim.

A prática de confiscar arbitrariamente carros pertencentes a mulheres como punição por descumprimento das leis sobre o véu prosseguiu.

Em outubro, o chefe da Diretoria de Teerã para a Promoção da Virtude e Prevenção do Vício anunciou a criação de uma “Sala de Operações para o Hijab e a Castidade” e planos para destacar uma força treinada de 80.000 integrantes para ampliar a infraestrutura de vigilância e fiscalização.

Em novembro e dezembro, o Líder Supremo, o presidente do Judiciário e outras autoridades de alto escalão caracterizaram a ampla recusa de mulheres e meninas ao uso obrigatório do véu como “desvio social” vinculado a inimigos estrangeiros. O presidente do Judiciário ordenou que órgãos de persecução penal, segurança e inteligência tratassem o não uso do véu como um “crime flagrante”.

Dezenas de estabelecimentos comerciais, incluindo restaurantes, foram fechados à força por atenderem mulheres sem véu, e seus proprietários enfrentaram prisão e processos judiciais.

DISCRIMINAÇÃO MINORIAS ÉTNICAS

Minorias étnicas, incluindo árabes ahwazis, turcos azerbaijanos, balúquis, curdos e turcomanos, enfrentaram violações generalizadas, incluindo discriminação no acesso à educação, ao emprego, à moradia adequada e a cargos políticos. O subinvestimento em regiões habitadas por minorias étnicas, especialmente na infraestrutura de abastecimento de água potável, perpetuou sua pobreza e marginalização.

Crianças de minorias étnicas foram privadas de educação em suas línguas maternas, uma vez que o persa continuou como o único idioma de

ensino. Nesse contexto, foram registradas taxas elevadas de evasão escolar e relatos de humilhação, assédio e ambientes escolares inseguros para estudantes que não falavam persa. Em fevereiro, o parlamento rejeitou um projeto de lei que previa a introdução do ensino de literatura em línguas de minorias étnicas.

As autoridades difamaram ativistas dos direitos das minorias, retratando a defesa pacífica desses direitos como uma ameaça à integridade territorial.

Pessoas que contestaram violações ou exigiam descentralização ou autogoverno regional enfrentaram detenções arbitrárias, desaparecimentos forçados, tortura e outros maus-tratos, penas de prisão injustas ou a pena de morte.

As autoridades continuaram se recusando a emitir certidões de nascimento e outros documentos de identidade para dezenas de milhares de homens, mulheres e crianças balúquis, deixando-os efetivamente apátridas, sem acesso a serviços públicos — incluindo educação, saúde, serviços bancários e registro de casamento — e expostos ao risco de remoção forçada para países vizinhos como não nacionais.

As minorias étnicas foram afetadas de forma desproporcional por violações do direito à vida, como disparos ilegais com armas de fogo e a pena de morte.

MINORIAS RELIGIOSAS

Minorias religiosas, incluindo bahá'ís, cristãos, dervixes gonabadis, judeus, muçulmanos sunitas e iarsanis, sofreram violações generalizadas e sistemáticas de direitos humanos, incluindo discriminação no acesso à educação, ao emprego, à adoção, a cargos políticos e a locais de culto.

Pessoas pertencentes a minorias religiosas que professavam ou praticavam sua fé enfrentaram detenções arbitrárias, processos injustos e tortura e outros maus-tratos.

Pessoas nascidas de pais registrados como muçulmanos corriam risco de detenção arbitrária, tortura e outros maus-tratos, bem como de pena de morte por “apostasia”, caso adotassem outras religiões ou o ateísmo.

As autoridades aproveitaram o contexto de reforço da segurança após o conflito com Israel para intensificar a repressão às comunidades bahá'ís, cristãs e judaicas.⁶

Os bahá'ís enfrentaram perseguição sistêmica em meio à intensificação da propaganda estatal, que falsamente os retratava como espões israelenses. As violações incluíram detenções arbitrárias, invasões domiciliares, expulsões do emprego, proibição de acesso ao ensino superior, fechamento forçado de negócios, confisco ou destruição de propriedades, proibições de viagem, ameaças de morte, julgamentos injustos, prisão, exílio, profanação de cemitérios bahá'ís e negação do direito ao sepultamento.

As autoridades submeteram dezenas de pessoas judias a intimações arbitrárias, interrogatórios e acusações infundadas de espionagem.

As autoridades difamaram cristãos como “mercenários do Mossad”, transmitiram “confissões” forçadas de pessoas detidas, realizaram ações de busca em igrejas domésticas e detiveram arbitrariamente pessoas convertidas ao cristianismo.

PESSOAS LGBTI

Relações sexuais consensuais entre pessoas do mesmo sexo permaneceram criminalizadas. As punições incluíram açoites e a pena de morte. Vários homens foram açoitados após condenações por relações sexuais consensuais entre pessoas do mesmo sexo.

A criminalização alimentou a violência e a discriminação contra pessoas LGBTI,

dificultando o acesso à educação, ao emprego, à moradia e à saúde, além de deixar vítimas de ataques homofóbicos e transfóbicos sem recursos legais ou serviços de proteção.

Expressões de não conformidade de gênero que divergiam das noções de masculinidade e feminilidade impostas pelo Estado, incluindo escolhas de vestimenta e aparência, eram puníveis com prisão, multas e açoites.

As "terapias de conversão" endossadas pelo Estado, que configuram tortura ou outros maus-tratos, permaneceram generalizadas, inclusive contra crianças. A terapia hormonal e procedimentos cirúrgicos, como a esterilização, eram obrigatórios para pessoas que alteravam o sexo de nascimento.

Professores, diretores e departamentos de segurança escolar submeteram estudantes LGBTI a assédio, exclusão, transferências forçadas para outras escolas e encaminhamentos para intervenções psiquiátricas e médicas não consentidas.

Persistiram os discursos de ódio contra pessoas LGBTI por parte de autoridades e da mídia estatal.

DIREITOS DAS PESSOAS REFUGIADAS E MIGRANTES

Os afegãos enfrentaram violência e discriminação generalizadas, inclusive com relação à educação, moradia, emprego, saúde, serviços bancários e liberdade de circulação.

Mais de 1,8 milhão de afegãos — incluindo crianças desacompanhadas ou separadas, mulheres e meninas, pessoas refugiadas e solicitantes de asilo — foram expulsos ilegalmente ou forçados a retornar ao Afeganistão.⁷ As expulsões em massa envolveram operações violentas, abordagens e revistas, bem como detenções arbitrárias.

As autoridades intensificaram a retórica racista e desumanizante contra os afegãos, responsabilizando-os pelos males socioeconômicos, acusando-os de serem espiões de Israel e fomentando crimes de ódio.

HOMICÍDIOS ILEGAIS

A Lei sobre o Uso de Armas de Fogo pelas Forças Armadas em Incidentes Necessários continuou a consolidar a impunidade por homicídios ilegais, pois autorizou a ampliação do uso de armas de fogo, inclusive para dispersar protestos e interceptar pessoas que fugiam de prisões ou cruzavam fronteiras irregularmente. Um projeto de lei alterando essa legislação permanecia pendente de aprovação parlamentar. Caso aprovado, permitiria que forças adicionais além da polícia, da Guarda Revolucionária Islâmica e do exército portassem armas de fogo e ampliaria as circunstâncias para seu uso.

As forças de segurança continuaram a disparar com impunidade contra pessoas que trafegavam em veículos, inclusive nos novos postos de controle introduzidos em junho, o que resultou na morte de adultos e crianças.

Guardas de fronteira continuaram a matar dezenas de carregadores de combustível balúquis desarmados (*soukhtbars*) na província de Sistão e Baluchistão e transportadores transfronteiriços curdos (*kulbars*) entre as regiões curdas do Irã e do Iraque.

Em julho, agentes da Guarda Revolucionária Islâmica utilizaram força letal — incluindo fuzis do tipo AK e espingardas carregadas com projéteis metálicos — contra um grupo de mulheres balúquis durante uma incursão no vilarejo de Gounich, na província de Sistão e Baluchistão, matando ilegalmente duas pessoas e ferindo outras 10.

PENA DE MORTE

As autoridades realizaram o maior número de execuções registrado desde 1989.⁸ Execuções públicas foram levadas a cabo.

A escalada foi impulsionada pelo aumento do uso da pena de morte como instrumento de repressão política e por políticas letais de combate às drogas. Um projeto de lei que altera a Lei Antinarcóticos, mantendo a pena de morte para determinados crimes de tráfico e distribuição, estava em análise no Parlamento.

Execuções em massa provocaram greves de fome e protestos pacíficos sem precedentes nas prisões, enquanto as forças de segurança ameaçavam com represálias as pessoas presas.

A pena de morte foi mantida para atos protegidos pelos direitos à privacidade e à liberdade de expressão, religião ou crença, incluindo o consumo de álcool e as relações sexuais consensuais entre pessoas do mesmo sexo. O “adultério” (relações sexuais fora do casamento) continuou sendo punível com a morte por apedrejamento.

Pelo menos uma pessoa que tinha menos de 18 anos à época do crime foi executada; dezenas de outras, também menores de 18 anos no momento do crime, permaneciam no corredor da morte.

DIREITO À VERDADE, À JUSTIÇA E À REPARAÇÃO

A impunidade sistêmica prevaleceu para os casos de homicídios ilegais, tortura, desaparecimentos forçados e outros crimes previstos no direito internacional cometidos em 2025 e em décadas anteriores.

Os promotores rejeitavam rotineiramente as denúncias das vítimas e encerravam as investigações. Nos raros casos que chegaram a julgamento, os tribunais militares, responsáveis por julgar violações cometidas pelas forças de segurança, absolveram os perpetradores, limitaram as reparações ao pagamento estatal de

“dinheiro de sangue” (diyeh) e excluíram comandantes e superiores de qualquer responsabilização.

Em junho, as autoridades protegeram os verdadeiros responsáveis pelo homicídio ilegal de Kian Pirfalak, de nove anos — morto durante os protestos 'Mulher, Vida, Liberdade' em 2022 —, ao executar arbitrariamente o manifestante Mojahed (Abbas) Kourkouri, condenado pela morte da criança após um julgamento flagrantemente injusto.⁹

O julgamento referente ao abate do voo 752 da Ukraine International Airlines em 2020 teve seu andamento interrompido após um tribunal militar iraniano adiar os procedimentos.

Familiares das vítimas e advogados foram impedidos de acessar o processo. Os 10 réus permaneceram em liberdade sob fiança.

As autoridades impediram as famílias das vítimas de acessar o local da vala comum de Khavaran, que contém os restos mortais de algumas das vítimas dos massacres penitenciários de 1988. Também destruíram o lote 41 do cemitério Behesht Zahra, em Teerã, onde havia sepulturas individuais de pessoas executadas na década de 1980, para construir um estacionamento.

DIREITO A UM MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL

O Irã manteve níveis elevados de produção de combustíveis fósseis e de subsídios a esse setor.

As autoridades não enfrentaram a degradação ambiental no país, que agravou as desigualdades existentes e afetou desproporcionalmente as comunidades marginalizadas. A crise foi marcada pelo desaparecimento de lagos, rios e áreas úmidas; pelo esgotamento das águas subterrâneas;

pela poluição hídrica decorrente do lançamento de efluentes em fontes de água urbanas; pelo desmatamento; pela subsidência do solo; pelo declínio das reservas hídricas e da qualidade do solo; e pela poluição do ar, em parte causada pelo uso industrial de combustíveis de baixa qualidade, que contribuiu para milhares de mortes.

A população enfrentou cortes severos e prolongados de água e eletricidade, resultando no fechamento de escolas e empresas. As autoridades ignoraram falhas sistêmicas, atribuindo a situação à seca e ao consumo excessivo.

Ativistas ambientais enfrentaram detenções arbitrárias.

Em julho, três ativistas ambientais morreram na província do Curdistão enquanto combatiam um incêndio florestal, gerando críticas às autoridades por deixarem o combate ao fogo praticamente a cargo de voluntários, sem fornecer equipamentos de proteção individual nem medidas de segurança.

¹“Urgent need to protect civilians amid unprecedented escalation in hostilities between Israel and Iran”, 18 de junho

²“Iran: Deliberate Israeli attack on Tehran’s Evin prison must be investigated as a war crime”, 22 de julho

³“Iran: Tehran prisoners at risk after Israeli strikes”, 7 de julho

⁴“Iran: Officials responsible for finger-amputations must face accountability for torture”, 31 de julho

⁵“Iran: Authorities target women’s rights activists with arbitrary arrest, flogging and death penalty”, 17 de março

⁶“Iran: Authorities unleash wave of oppression after hostilities with Israel”, 3 de setembro

⁷“Millions more Afghans in Iran facing expulsion”, 30 de julho

⁸“Iran: Further information: Thousands at risk of execution in Iran”, 10 de setembro

⁹“Iran: Arbitrary execution of Woman Life Freedom protester after sham trial and torture”, 11 de junho

ISRAEL E O TERRITÓRIO PALESTINO OCUPADO

Estado de Israel

Israel continuou a cometer os crimes de genocídio e apartheid. A população de Gaza foi submetida a fome em massa, mortes e deslocamentos, além da destruição de moradias e de outras infraestruturas civis, situação que persistiu apesar dos acordos de cessar-fogo. Na Cisjordânia, a intensificação dos ataques e assassinatos cometidos por colonos e forças armadas israelenses, associada a outras violações dos direitos humanos, resultou na transferência forçada da população civil. Dentro de Israel, vilarejos beduínos continuaram sendo alvo de demolições e remoções forçadas. As forças israelenses mataram 56 jornalistas e profissionais da imprensa palestinos. Milhares de palestinos permaneceram detidos sem acusação ou julgamento; dezenas morreram após serem submetidos à tortura e a outros maus-tratos. A impunidade por esses crimes foi generalizada.

INFORMAÇÕES GERAIS

O genocídio cometido por Israel na Faixa de Gaza ocupada entrou em seu terceiro ano, deixando o território palestino em ruínas. Uma trégua entre as forças armadas israelenses e grupos armados palestinos, entre 19 de janeiro e 18 de março, entrou em colapso quando o governo israelense desencadeou uma nova escalada unilateral das hostilidades. Em 9 de setembro, ataques aéreos israelenses contra Doha, capital do Catar, atingiram edifícios onde se encontrava uma delegação negociadora do Hamas, causando a morte de seis pessoas. Nas semanas seguintes, foi acordado um cessar-fogo que entrou em vigor em 10 de outubro. O Hamas e outros grupos armados libertaram todos os 20 reféns vivos em 13 de outubro, em troca da libertação por Israel de quase 2.000 detidos e prisioneiros palestinos. Apesar do cessar-fogo, 415 palestinos foram posteriormente mortos em Gaza por forças israelenses, dos quais pelo menos 100 eram crianças, segundo o UNICEF.

Os conflitos armados de Israel estenderam-se a outros atores regionais ao longo do ano. Em 4 de maio, um míssil disparado por um grupo armado huthi do Iêmen atingiu o aeroporto Ben Gurion, na região central de Israel. Entre maio e setembro, a força aérea e a marinha israelenses atacaram portos, aeroportos e usinas de energia iemenitas. Após o ataque militar israelense a alvos iranianos em 13 de junho (ver seção sobre o Irã), o Irã disparou mísseis contra Israel, matando 29 pessoas, e utilizou munições de fragmentação. Israel realizou ataques aéreos e incursões no sul da Síria em julho e novembro. Israel também continuou a realizar ataques aéreos quase diários no sul do Líbano, matando mais de 127 civis, segundo o ACNUDH, o escritório da ONU para os direitos humanos.

GENOCÍDIO

Israel continuou a infligir deliberadamente condições calculadas para provocar a destruição física da população palestina na Faixa de Gaza ocupada.

Após um período de melhora no acesso humanitário entre 19 de janeiro e 2 de março, o exército israelense impôs um cerco total que só foi parcialmente aliviado em 19 de maio. O relaxamento do cerco não incluiu o alívio das restrições sobre determinados suprimentos essenciais, como combustível e gás de cozinha, cuja entrada em Gaza foi proibida entre 2 de março e 11 de setembro. Em 9 de março, autoridades israelenses cortaram o fornecimento de eletricidade para a última usina de dessalinização em funcionamento em Gaza, reduzindo ainda mais o acesso à água. Sem combustível, os geradores elétricos não conseguiam alimentar os equipamentos hospitalares.¹ Moradores de Gaza que buscavam ajuda em centros de distribuição administrados por Israel e pelos Estados Unidos foram atacados, resultando na morte de 859 palestinos entre o fim de maio e agosto — período

em que Israel e os EUA buscavam substituir o mecanismo de ajuda coordenado pela ONU por uma alternativa militarizada e letal.

Mais de 13.000 crianças foram hospitalizadas com desnutrição aguda — que deixa sequelas permanentes — decorrente do bloqueio israelense à entrada de ajuda humanitária. Segundo a Classificação Integrada de Fases da Segurança Alimentar, em meados de agosto mais de meio milhão de pessoas na Faixa de Gaza enfrentavam fome em nível de catástrofe, o mais alto grau de inanição. Outros 1,07 milhão de pessoas estavam no nível de fome emergencial, o segundo mais grave, e 396.000 pessoas encontravam-se na terceira fase, de crise. De acordo com a organização Médicos Sem Fronteiras, o número de pacientes com desnutrição atendidos em centros de saúde na Cidade de Gaza quase quadruplicou entre o início de maio e meados de julho.²

Israel realizou ataques diretos contra civis e bens de caráter civil, além de ataques indiscriminados e desproporcionais, atingindo espaços civis com grande densidade de pessoas, como hospitais, cafés, ruas comerciais movimentadas e escolas que abrigavam pessoas deslocadas internamente. As forças aéreas e terrestres israelenses mataram 26.791 pessoas e feriram 64.065 em Gaza durante o ano; do total de mortos, 60% eram crianças, mulheres e pessoas idosas. Um dos dias mais letais foi 18 de março, quando 414 palestinos foram mortos, incluindo 174 crianças. Em 23 de março, o exército israelense atacou cinco ambulâncias, matando 15 profissionais de ajuda humanitária, incluindo paramédicos do Crescente Vermelho, e deixando duas pessoas feridas. Em 30 de junho, as forças militares israelenses atacaram o café al-Baqa na cidade de Gaza, matando 32 pessoas, a maioria civis.

A combinação de ataques aéreos contra instalações médicas e do bloqueio

israelense à entrega de ajuda essencial, incluindo insumos médicos necessários à saúde reprodutiva, teve efeitos devastadores sobre a saúde de mulheres grávidas e lactantes, bem como de bebês recém-nascidos e em fase de amamentação.³

O deslocamento em massa e repetido de mais de 90% da população de Gaza causou graves danos físicos e mentais. Todas as universidades e faculdades de Gaza, centenas de mesquitas e três igrejas foram danificadas ou destruídas. A maioria das escolas foi transformada em abrigos para pessoas deslocadas, embora muitas também tenham sido danificadas por ataques aéreos israelenses e veículos de demolição não tripulados.

O que restava de Khuza'a, uma cidade de 11.000 habitantes no sul, foi completamente destruído em maio,⁴ assim como grande parte da Cidade de Gaza em setembro, sem necessidade militar imperativa.⁵ Em 5 de setembro, Israel iniciou uma campanha para destruir edifícios residenciais e comerciais de grande porte em toda a Cidade de Gaza, demolindo pelo menos 16 torres em 10 dias, bem como os acampamentos improvisados nas proximidades dessas construções. Essa destruição resultou no deslocamento de milhares de famílias. Mesmo após a assinatura da trégua em outubro, as autoridades e forças israelenses persistiram na prática do genocídio, continuando a infligir deliberadamente condições de vida calculadas para provocar a destruição da população de Gaza, sem sinalizar qualquer mudança de intenção.⁶

APARTHEID

TRANSFERÊNCIAS FORÇADAS

Na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental, autoridades israelenses demoliram 1.658 edificações, deslocando permanentemente cerca de 2.116 palestinos, segundo o OCHA. Em janeiro, um tribunal israelense ordenou o despejo de 27 famílias de suas casas

em Silwan, um bairro de Jerusalém Oriental ocupada, após um processo judicial de uma década movido por uma organização de colonos israelenses.⁷

Foram estabelecidos 86 novos postos avançados, além dos cerca de 371 assentamentos e postos já existentes, e as autoridades israelenses autorizaram formalmente a criação de 54 assentamentos, segundo a organização israelense antiocupação Yesh Din.

Forças israelenses permitiram ou incentivaram colonos a aterrorizar palestinos com impunidade e, por vezes, participaram diretamente da violência. Os ataques expulsaram cerca de 220 famílias de 19 vilarejos em diferentes áreas da Cisjordânia, segundo a organização israelense de direitos humanos B'Tselem. Os vilarejos de Jinba e Shi'b al-Butum, nas colinas do sul de Hebron, foram repetidamente atacados, com uma escola e um centro de saúde saqueados.

Dentro de Israel, autoridades israelenses demoliram cerca de 5.000 casas em vilarejos beduínos no deserto do Naqab/Negev, no sul, segundo o Comitê Diretor Avançado para os Árabes do Naqab, um grupo representativo local. As localidades judaicas em expansão eram administradas por autoridades locais separadas. Mais de 60 casas foram demolidas na aldeia de Al-Sir, no nordeste do Naqab/Negev, durante os meses mais quentes. A ação deixou cerca de 1.500 cidadãos palestinos beduínos sem moradia ou forçados a se deslocar para habitações precárias em municípios segregados, destinados exclusivamente a beduínos e desprovidos de serviços essenciais. Em 12 de novembro, o Supremo Tribunal de Israel ordenou o deslocamento forçado de cerca de 500 residentes da aldeia de Ras Jrabah no prazo de três meses para dar lugar à expansão da cidade judaica de Dimona.

Milhares de crianças cujos pais possuem status jurídicos distintos atribuídos pelas autoridades israelenses continuaram a enfrentar obstáculos discriminatórios para obter certidões de nascimento e o reconhecimento do direito à reunificação familiar, devido às proibições previstas na Lei de Cidadania e Entrada em Israel (Ordem Temporária), que vinha sendo renovada quase continuamente desde 2003. Em 9 de maio, o Knesset restringiu ainda mais a reunificação familiar ao alterar a Lei de Cidadania para negar ou revogar a residência em Jerusalém e a cidadania israelense nos casos em que um cônjuge, pai, mãe ou filho palestino possua qualquer integrante da família estendida com “problemas de segurança”, incluindo antecedentes criminais de menor gravidade.

As autoridades israelenses continuaram a impedir o retorno de pessoas palestinas refugiadas e deslocadas internamente, expulsas em 1948 e 1967, às suas casas.

LIBERDADE DE CIRCULAÇÃO

O bloqueio de Gaza entrou em seu 19º ano, com restrições ampliadas, e foi intensificado para um cerco total entre 2 de março e 19 de maio. Pelo terceiro ano consecutivo, as autoridades israelenses continuaram a proibir completamente as evacuações médicas de Gaza para a Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental, e para Israel, apesar das petições judiciais. Também continuaram a restringir severamente as evacuações médicas para o exterior. Combinadas à destruição do sistema de saúde de Gaza, essas medidas provocaram centenas de mortes evitáveis.

O OCHA registrou 849 bloqueios rodoviários e postos de controle na Cisjordânia, restringindo a circulação dos palestinos entre vilarejos e cidades palestinas e atrasando o acesso dos serviços de emergência.

HOMICÍDIOS ILEGAIS

De acordo com a Federação Internacional de Jornalistas, as forças israelenses mataram 56 jornalistas e profissionais da imprensa, mais do que em qualquer outro país. Alguns foram mortos enquanto faziam reportagens.

CISJORDÂNIA

O exército israelense mobilizou tanques, realizou ataques aéreos, destruiu edifícios e infraestruturas civis e impôs amplas restrições à liberdade de circulação para conduzir operações militarizadas de prisão em Jenin, Tulkarem, Nablus e Tubas, no norte, e em Hebron, no sul da Cisjordânia. Ao todo, 240 palestinos — incluindo 55 crianças — foram mortos por forças ou colonos israelenses, sendo pelo menos 225 pelas forças israelenses, segundo o OCHA. Testemunhas relataram que as forças israelenses também atiraram contra civis deslocados que tentavam retornar às suas casas.⁸

Colonos mataram pelo menos nove palestinos e feriram ao menos 830, segundo o OCHA. Em 28 de julho, Awda Al-Hathaleen, defensor dos direitos humanos do vilarejo de Umm al-Kheir, nas Colinas de Hebron do Sul, foi morto por um colono que foi solto após três dias de prisão domiciliar sem qualquer acusação formal.⁹ A violência dos colonos apoiada pelo Estado, cometida de forma basicamente impune, agravou o ambiente de hostilidade que resultou na transferência forçada da população civil.¹⁰

DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Cerca de 4.622 palestinos estavam detidos sem acusação ou julgamento no final do ano, dos quais 3.385 sob ordens de detenção administrativa e 1.237 detidos com base na Lei dos Combatentes Ilegais, segundo o grupo israelense de direitos humanos HaMoked. O grupo informou que outras centenas de pessoas detidas provenientes de Gaza

eram mantidas em instalações militares sem qualquer forma de processo legal ou registro oficial.

O Dr. Hussam Abu Safiya, diretor do Hospital Kamal Adwan, no norte de Gaza, continuava detido arbitrariamente desde sua prisão, junto com colegas, em 27 de dezembro de 2024, enquanto atendia pacientes. Seu advogado afirmou que ele foi espancado e privado de comida e sono.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

As prisões e centros de detenção israelenses continuaram a violar a proibição da tortura e de outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, inclusive por meio da negação de medicamentos, alimentos, roupas e sono, espancamentos contínuos, uso de algemas e venda dos olhos, ataques com cães, estupro e outras formas de violência sexual, entre outros abusos. Segundo a organização Médicos pelos Direitos Humanos - Israel, essas práticas resultaram na morte de pelo menos 98 detidos palestinos entre outubro de 2023 e novembro de 2025. Em novembro, o Comitê das Nações Unidas contra a Tortura descreveu as práticas de Israel como uma “política de Estado de fato para tortura e maus-tratos organizados e generalizados”.

Os crimes cometidos pelas forças armadas foram examinados de forma inadequada em apurações militares internas e em investigações conduzidas pelo Procurador-Geral Militar. Em 6 de fevereiro, apenas um dos cinco soldados acusados de agredir um detido palestino no centro de detenção de Sde Teiman, no sul de Israel, foi condenado. Após acordo judicial, o soldado recebeu pena de sete meses de prisão.

DIREITOS DAS MULHERES E DAS MENINAS

Em um contexto de crescente violência doméstica em Israel, houve um aumento acentuado nos assassinatos de mulheres

em comparação com anos anteriores, segundo o jornal israelense *Haaretz*, que documentou 46 feminicídios, 26 dos quais cometidos por familiares. De acordo com a ONG The Abraham Initiatives, casos de mulheres assassinadas que eram cidadãs palestinas de Israel têm probabilidade cinco vezes menor de serem solucionados do que os casos envolvendo mulheres judias. De modo geral, homicídios de pessoas palestinas tinham menos da metade da probabilidade de serem solucionados em comparação com casos em que a vítima era judia.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE REUNIÃO

Cidadãos palestinos e judeus de Israel enfrentaram repressão ao participar de protestos contra os ataques das forças israelenses em Gaza, por vezes com o uso de granadas de atordoamento e canhões de água pela polícia. Dezenas de pessoas foram detidas por postagens que fizeram nas redes sociais comentando as ações militares israelenses em Gaza. Segundo a Associação pelos Direitos Civis em Israel, 96% dos casos de incitação investigados pela polícia com base na ampla Lei Antiterrorismo tiveram como alvo cidadãos palestinos de Israel. Enquanto isso, a organização palestina de monitoramento da mídia 7amleh identificou milhares de postagens israelenses incitando a violência contra palestinos nas redes sociais.

Ativistas em solidariedade internacional que levavam ajuda humanitária por barco para Gaza, em junho e setembro, foram detidos pelas forças israelenses e deportados. Entre eles estavam defensores dos direitos humanos, médicos, parlamentares e jornalistas que protestavam contra o bloqueio e o genocídio praticados por Israel.

PESSOAS OBJETORAS DE CONSCIÊNCIA

Sete cidadãos israelenses foram presos por se recusarem a servir no exército com base em objeções à ocupação militar, ao apartheid e ao genocídio contra o povo palestino. O objetor de consciência Yuval Peleg passou 130 dias na prisão.

PENA DE MORTE

Em 11 de novembro, o Knesset aprovou em primeira votação uma proposta de emenda ao Código Penal que instituiu pena de morte obrigatória para pessoas condenadas por homicídio “motivado por racismo ou hostilidade contra um determinado grupo, e praticado em circunstâncias que evidenciem a intenção de prejudicar o Estado de Israel e o renascimento do povo judeu em sua pátria”. Caso aprovada em segunda e terceira votações, a proposta discriminatória teria como alvo exclusivo os palestinos.

DIREITO A UM MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL

A destruição dos sistemas de saneamento e de gestão de resíduos em Gaza provocou o despejo de esgoto não tratado e outros materiais tóxicos que contaminaram os sistemas hídricos. Uma equipe internacional de pesquisa concluiu que as atividades militares em Gaza e a reconstrução pós-guerra emitiriam o equivalente a 32 milhões de toneladas de dióxido de carbono — mais do que as emissões anuais, em tempos de paz, de 102 países —, comprometendo os esforços de mitigação das mudanças climáticas.

¹ “Israel/OPT: Two months of cruel and inhumane siege are further evidence of Israel’s genocidal intent in Gaza”, 2 de maio

² “Israel/OPT: New testimonies provide compelling evidence that Israel’s starvation of Palestinians in Gaza is a deliberate policy”, 18 de agosto

³ “UN report on Israel’s gender-based violence and genocidal acts against women’s health facilities must spur action to protect Palestinians”, 13 março

⁴ “Israel/OPT: Satellite imagery reveals total razing of Khuza’a in May 2025 in further evidence of Israel’s wanton destruction and genocide in Gaza”, 13 de junho

⁵ “Israel/OPT: Catastrophic wave of mass displacement under inhumane conditions as Israel obliterates Gaza City”, 3 de outubro

⁶ “Israel/OPT: Post-ceasefire: Israel’s genocide in the occupied Gaza Strip continues”, 27 de novembro

⁷ “Israel/OPT: ‘This is my home, and I will never leave’: Israel’s forced displacement of Palestinians”, 15 de maio

⁸ “Israel’s destructive West Bank military operation fuels mass forced displacement of Palestinians”, 5 de junho

⁹ “Israel/OPT: Killing of prominent Palestinian West-Bank activist Awda Al-Hathaleen demands justice and accountability”, 30 de julho

¹⁰ “Israel/OPT: State-backed deadly rampage by Israeli settlers underscores urgent need to dismantle apartheid”, 22 de abril

MÉXICO

Estados Unidos Mexicanos

Os mecanismos de proteção da população e as garantias de direitos humanos foram reduzidos. Pessoas que defendiam direitos, exerciam o jornalismo ou procuravam pessoas desaparecidas continuaram sendo alvo de ameaças, criminalização, assassinatos e desaparecimentos. As autoridades não reconheceram o trabalho das mulheres que procuravam por seus familiares desaparecidos, apesar das recomendações de organismos internacionais. A polícia seguiu reprimindo protestos. A tortura continuou sendo uma prática generalizada. O número de desaparecimentos aumentou 10,5% em relação ao ano anterior, enquanto feminicídios e transfeminicídios continuaram ocorrendo. O aborto permaneceu descriminalizado na maioria dos estados. As autoridades continuaram negando direitos e proteção internacional à população migrante. O número de pessoas deslocadas internamente aumentou.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em março, o Congresso da União aprovou um pacote de leis secundárias para regulamentar a reforma constitucional que extinguiu o Instituto Nacional de Transparência, Acesso à Informação e Proteção de Dados Pessoais. Em agosto, organizações da sociedade civil alertaram que o Transparência para o Povo — novo órgão vinculado à Secretaria de Anticorrupção e Bom Governo — havia arquivado 99,6% dos recursos de revisão apresentados.

O número de homicídios registrados diminuiu 27,4% em comparação com 2024.

O governo continuou negando que o país estivesse sendo militarizado, alegando que o comando da Guarda Nacional estava sob responsabilidade da presidenta, que a estratégia de segurança era definida pela Secretaria de Segurança e que não havia violações de direitos humanos no país.

Em 1º de junho, realizaram-se as primeiras eleições para o Poder Judiciário, apesar das preocupações quanto à independência da magistratura. Foram eleitas 881 pessoas para cargos federais e quase 2.000 para cargos em 18 estados e na Cidade do México. Apenas 13% do eleitorado compareceu às urnas, e 22% dos votos foram nulos ou incompletos. A Organização dos Estados Americanos (OEA) afirmou que as nove candidaturas mais votadas para a Suprema Corte de Justiça da Nação haviam sido promovidas por meio de listas previamente distribuídas por partidos políticos e governos locais.

Em novembro, foi aprovada a Lei Geral para Prevenir, Investigar e Sancionar Crimes em Matéria de Extorsão. Organizações da sociedade civil manifestaram preocupação com o fato de a lei permitir, em circunstâncias excepcionais, a admissão de provas obtidas por meio de violações de direitos humanos, como a tortura. Além disso, a redação imprecisa da lei poderia permitir a responsabilização penal de jornalistas e meios de comunicação por divulgarem informações de interesse público.

DIREITO A UM JULGAMENTO JUSTO

Em outubro, o Senado aprovou uma reforma da Lei de Amparo que incluía aspectos positivos, como a agilização do trâmite dos recursos de amparo, e aspectos negativos, como limitações à concessão de medidas suspensivas nos processos de amparo, a impossibilidade de suspender a prisão preventiva obrigatória e a criação de critérios para

determinar o interesse legítimo — medidas que podem restringir o acesso ao amparo por pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade.

PESSOAS DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS

Segundo um relatório publicado em maio pela organização Front Line Defenders, o México continuou ocupando o segundo lugar mundial em assassinatos de pessoas defensoras dos direitos humanos, com 32 casos registrados em 2024 — um aumento em relação aos 30 de 2023. O Centro Mexicano de Direito Ambiental também alertou, em relatório publicado em abril, para o aumento do número de pessoas assassinadas por proteger o meio ambiente, que foram 25 em 2024, e 19 em 2023.

Organizações da sociedade civil também sofreram ataques. Em julho, pessoas não identificadas invadiram a casa de Dora Roblero, diretora do Centro de Direitos Humanos Fray Bartolomé de Las Casas; nos 11 meses anteriores, a organização havia denunciado 51 incidentes — incluindo assédio, intimidação e vigilância — contra seus integrantes.¹

Em setembro, o governo da Cidade do México tentou retirar o cercamento ao redor da ‘Rótula das Mulheres que Lutam’, local que um grupo de mulheres havia ocupado em 2021 para colocar uma estátua simbolizando as mulheres que exigem justiça pelos feminicídios, que buscam familiares desaparecidos e que tiveram papel de destaque na história. A retirada da cerca foi suspensa após as manifestações de coletivos, ativistas e organizações da sociedade civil.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Segundo a organização Repórteres Sem Fronteiras, o México continuou sendo um dos países mais perigosos para o exercício do jornalismo. A organização ARTIGO 19 denunciou que sete

jornalistas foram assassinados ao longo do ano em represália por seu trabalho informativo. Também alertou para o aumento do uso de marcos normativos como ferramentas de censura no país e registrou, entre janeiro e julho, 51 casos de assédio judicial contra o setor jornalístico, afetando 39 pessoas (28 homens e 11 mulheres) e 12 meios de comunicação — mais que o dobro do ano anterior (21 casos).

Entre junho e setembro, o Congresso aprovou leis de vigilância em massa que passaram a disponibilizar informações confidenciais a instituições públicas, entre elas as forças armadas.

LIBERDADE DE REUNIÃO PACÍFICA

No quinto aniversário da repressão policial ao protesto feminista de 9 de novembro de 2020, no município de Benito Juárez, estado de Quintana Roo, representantes do governo local inauguraram um monumento comemorativo. Porém, não emitiram um pedido público de desculpas, deixando assim de cumprir a obrigação de reparação integral do dano.

Em pelo menos 14 entidades federativas do país, as autoridades continuaram cometendo violações de direitos humanos durante manifestações.² Em Puebla, a polícia reprimiu dois protestos liderados por mulheres em agosto e setembro.

EXECUÇÕES EXTRAJUDICIAIS

Em março, um tribunal condenou quatro militares a 40 anos de prisão pela execução extrajudicial de cinco jovens ocorrida em 2023 na cidade de Nuevo Laredo, estado de Tamaulipas.

Em 6 de maio, duas meninas de 7 e 11 anos morreram depois que militares do 42º Batalhão de Infantaria atiraram contra um veículo no município de Badiraguato, estado de Sinaloa. Sobreviventes do incidente rejeitaram a versão oficial inicial de que os disparos teriam sido uma resposta a um ataque

contra o exército. Em dezembro, a Comissão Nacional de Direitos Humanos tornou pública uma recomendação dirigida às autoridades sobre a reparação de danos decorrentes do uso ilegítimo da força.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

O Índice Global da Tortura 2025, da Organização Mundial Contra a Tortura, classificou o México como um país de alto risco em matéria de tortura e maus-tratos, assinalando que a tortura constituía uma prática generalizada e ocorria num contexto de impunidade.

Em cumprimento de uma ordem judicial, a Procuradoria-Geral da República publicou em fevereiro o Programa Nacional para Prevenir e Punir a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. O programa, que estava pendente desde a promulgação, em 2017, da Lei Geral para Prevenir, Investigar e Punir a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, foi elaborado com a participação de organizações da sociedade civil.

Em junho, uma decisão da Suprema Corte de Justiça da Nação, relativa ao caso de uma pessoa sobrevivente de tortura sexual, determinou que as medidas cautelares emitidas por órgãos internacionais de direitos humanos eram de cumprimento obrigatório pelo Estado mexicano e que as autoridades judiciais poderiam supervisionar sua implementação.

DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

O número de pessoas desaparecidas aumentou 10,5% em relação ao ano anterior. Em dezembro, o total de casos de pessoas desaparecidas e não localizadas chegava a 133.500. Diante da resposta insuficiente das autoridades, familiares de pessoas desaparecidas — em sua maioria mulheres organizadas em coletivos —

realizaram buscas por conta própria e encontraram centenas de restos humanos, alguns deles carbonizados, além de valas clandestinas. Essas buscas, contudo, envolviam alto risco, e as pessoas que as realizavam eram alvo de ameaças, extorsão, desaparecimento e assassinato.³ Durante o ano, seis pessoas buscadoras foram assassinadas (quatro mulheres e dois homens). O Comitê da ONU para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher⁴ recomendou ao Estado mexicano que reconhecesse formalmente as mulheres buscadoras como uma categoria própria de pessoas defensoras dos direitos humanos, monitorasse a violência específica que enfrentavam, garantisse medidas de proteção com perspectiva de gênero, assegurasse reparação integral e as incluísse nos processos de verdade e memória.

Em 2025, os dados oficiais sobre o número de valas clandestinas localizadas não foram atualizados. Coletivos de busca encontraram valas em pelo menos 10 estados do país. Em março, o grupo Guerreros Buscadores de Jalisco encontrou, no município de Teuchitlán, estado de Jalisco, um campo de recrutamento forçado — que poderia também ter funcionado como campo de extermínio — onde havia indícios de assassinatos, o que chocou a sociedade mexicana. No local também foram encontrados centenas de objetos pessoais, como sapatos, mochilas e documentos de identidade. As autoridades já tinham conhecimento da existência do local seis meses antes de sua divulgação pública pelo coletivo, mas não haviam iniciado investigações imediatas sobre pessoas desaparecidas nem apurado a possível existência de valas.

Em abril, o Comitê da ONU contra os Desaparecimentos Forçados anunciou que ativaria, pela primeira vez, o procedimento previsto no artigo 34 da Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados em relação à situação do México, a fim de analisar se os desaparecimentos ocorridos no país eram sistemáticos ou

generalizados e submeter a questão à Assembleia Geral da ONU. Em resposta, a presidenta negou categoricamente a existência de desaparecimentos forçados no país, e o Senado pediu que o presidente do Comitê fosse sancionado por "especular" que tais desaparecimentos ocorriam de forma generalizada ou sistemática. A Comissão Nacional de Direitos Humanos também negou que o México enfrentasse uma crise de desaparecimentos forçados e questionou a decisão do Comitê de ativar o procedimento.

Em junho, o Congresso aprovou alterações à Lei Geral sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, o Desaparecimento Cometido por Particulares e o Sistema Nacional de Busca de Pessoas, além de mudanças relacionadas ao mesmo tema na Lei Geral de População. As alterações concentraram-se no cruzamento massivo de dados, por meio da criação de uma plataforma única de identificação e de um documento de identidade com dados biométricos. Essas medidas podem representar riscos à privacidade e ser utilizadas para vigilância da população. Além disso, as alterações não contribuíram para combater a impunidade nem para fortalecer as promotorias ou o Centro Nacional de Identificação Humana, tampouco para reduzir o acúmulo de análises forenses pendentes. Segundo pesquisa realizada por organizações da sociedade civil, diante das deficiências das informações oficiais, havia, em 2023, 72.100 corpos não identificados no país.

Também em junho, a Suprema Corte de Justiça da Nação determinou que a Procuradoria-Geral da República tornasse público o processo sobre o desaparecimento forçado de 43 estudantes da Escola Normal Rural de Ayotzinapa, ocorrido em 2014. O Exército continuou negando às famílias informações que poderiam contribuir para o acesso à verdade e à justiça.

Em setembro, o Senado escolheu as 13 pessoas que integrariam o Conselho Nacional Cidadão do Sistema Nacional de Busca, composto por familiares de pessoas desaparecidas, especialistas e integrantes de organizações da sociedade civil, e que havia ficado inoperante por 16 meses.⁵

DIREITOS DAS MULHERES E DAS MENINAS

Até novembro, as promotorias haviam aberto 2.589 inquéritos sobre assassinatos de mulheres, dos quais 672 foram classificados como possíveis feminicídios. Esses números correspondem a reduções de 24,16% no total de assassinatos de mulheres e de 21,2% nos casos classificados como feminicídio, em comparação com 2024. Por outro lado, as autoridades registraram 3.637 casos de mulheres desaparecidas durante o ano, das quais 1.745 tinham menos de 19 anos, o que representou aumentos de 11,5% e 29,4%, respectivamente, em relação ao ano anterior.

Em julho, o Comitê da ONU para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher manifestou preocupação com o aumento da violência de gênero cometida por atores estatais e não estatais, incluindo organizações criminosas, bem como com a ampliação da participação de militares na segurança pública, entre outras áreas, o que resultou no aumento das denúncias de violência de gênero cometida por militares contra mulheres.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Os estados de Campeche, Nayarit, Tabasco e Yucatán aprovaram legislação que descriminalizou o aborto. Ao final do ano, o aborto era legal em 24 das 32 unidades federativas.

Em dezembro, a Suprema Corte de Justiça da Nação invalidou diversas normas que criminalizavam o aborto e condicionavam o acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva no estado de Tlaxcala.

DIREITOS DAS PESSOAS LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNERO E INTERSEXUAIS

Entre junho e julho, os estados da Baixa Califórnia, Baixa Califórnia Sul, Campeche e Estado do México incluíram o crime de transfeminicídio em seus códigos penais. No final do ano, esse crime era reconhecido em seis das 32 unidades federativas.

O Observatório Nacional de Crimes de Ódio contra Pessoas LGBT registrou ao menos 17 transfeminicídios durante o ano.

Em dezembro, o Congresso de Guanajuato aprovou o casamento igualitário e proibiu as terapias de conversão. No final de 2025, todas as unidades federativas do México haviam legalizado o casamento igualitário.

A Suprema Corte de Justiça da Nação proferiu duas decisões favoráveis à população transgênero. Em fevereiro, determinou a reparação dos danos causados a mulheres trans vítimas de discriminação, por terem sido impedidas de acessar banheiros femininos e obrigadas a apresentar documento oficial sob o pretexto de suposta periculosidade, além de impor sanção à empresa responsável. Em junho, concedeu amparo a uma mulher transgênero refugiada, determinando que o Instituto Nacional de Migração reconhecesse sua identidade de gênero nos documentos migratórios e estabelecesse procedimento simples e acessível para adequação desses documentos e garantia do direito à identidade de gênero.

DIREITO A UM MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL

Em novembro, durante a 30ª Conferência da ONU sobre Mudança do Clima (COP30), o México anunciou novos compromissos para enfrentar a

crise climática, que incluíram pela primeira vez um componente de perdas e danos e incorporaram abordagens sociais tais como justiça climática, perspectiva de gênero e enfoque de direitos humanos. O país também atualizou suas metas de contribuição nacionalmente determinada para 2035 em dois cenários: um condicionado à cooperação internacional, prevendo emissões entre 332 e 363 milhões de toneladas métricas de dióxido de carbono equivalente (MtCO₂e), e outro baseado em esforços próprios, com emissões entre 364 e 404 MtCO₂e.

DIREITOS DAS PESSOAS REFUGIADAS E MIGRANTES

A Comissão Mexicana de Ajuda aos Refugiados recebeu mais de 58.800 pedidos de asilo durante o ano, principalmente de pessoas provenientes de Cuba (mais de 28.700), da Venezuela (mais de 12.100) e do Haiti (mais de 7.000).

Em fevereiro, o México enviou 10.000 agentes da Guarda Nacional para a fronteira com os Estados Unidos. Autoridades mexicanas, integrantes de grupos criminosos ou indivíduos não identificados continuaram obrigando pessoas migrantes e refugiadas que atravessavam o México a realizar pagamentos ilegais em postos de controle migratório instalados nas rodovias de todo o país, além de serem alvo frequente de extorsão e sequestro e enfrentarem dificuldades para acessar serviços de saúde, educação e oportunidades de trabalho.⁶

Organizações da sociedade civil manifestaram preocupação com a não emissão de cartões de visitante por razões humanitárias a pessoas solicitantes de asilo ou vítimas de crimes no México, o que aumentava sua exposição a riscos e dificultava o acesso a seus direitos.

Em setembro, em cumprimento de uma decisão judicial, o diretor do Instituto Nacional de Migração à época do incêndio ocorrido em 27 de março de 2023 no centro de detenção migratória de Ciudad Juárez ofereceu às famílias das vítimas um pedido público de desculpas em caráter pessoal. Contudo, as responsabilidades ainda não haviam sido devidamente apuradas, e tampouco houve reparação integral às vítimas.

DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

De acordo com um relatório publicado em agosto pelo Instituto Nacional de Estatística e Geografia, a pobreza multidimensional atingia 29,6% da população em 2024, representando uma redução de 6,3 pontos percentuais em relação a 2022. O mesmo relatório indicou que a pobreza extrema também havia diminuído de 7,1% para 5,3% no mesmo período. Chiapas, Guerrero e Oaxaca eram os estados com os maiores índices de pobreza.

DESLOCAMENTO FORÇADO

Em junho, o Programa de Direitos Humanos da Universidade Iberoamericana publicou um relatório que apontava um aumento de 129% no número de pessoas em situação de deslocamento forçado interno em 2024, em comparação com 2023 (ao menos 28.900 e 12.623 pessoas, respectivamente). Setenta e nove por cento dos deslocamentos estavam relacionados à violência, enquanto 20% se deviam a causas sociais ou desastres naturais. A maioria ocorreu nos estados de Chiapas, Sinaloa, Michoacán, Chihuahua e Guerrero; somente em Chiapas foram registradas 17.860 pessoas deslocadas.

Em setembro, o estado de Oaxaca aprovou a Lei para Prevenir, Atender e Reparar Integralmente o Deslocamento Forçado Interno, tornando-se o quinto estado a adotar legislação específica sobre o tema.

¹ México: Organización de Derechos Humanos en peligro, 28 de agosto

² Amnistía Internacional llama al Estado mexicano a garantizar el derecho a la manifestación pacífica, 18 de dezembro

³ Desaparecer otra vez: Violencias y afectaciones que enfrentan las mujeres buscadoras en México, 8 de julho

⁴ Informe al Comité para la Eliminación de la Discriminación contra la Mujer, 91º período de sesiones, junio a julio de 2025, 17 de junho

⁵ México: El Senado debe renovar el Consejo Ciudadano, 28 de março

⁶ Vidas en el limbo. Las devastadoras consecuencias de las políticas de Trump sobre migración y asilo, 20 de fevereiro

NICARÁGUA

República da Nicarágua

Continuaram a se consolidar padrões de repressão que incluíam a privação arbitrária da nacionalidade, restrições indevidas à liberdade de circulação, detenções arbitrárias e desaparecimentos forçados de pessoas críticas ao governo, bem como severas limitações à liberdade de expressão e de religião. Persistiu o uso de práticas autoritárias de fechamento do espaço cívico, como o cancelamento da personalidade jurídica e o confisco de bens de organizações sociais.

INFORMAÇÕES GERAIS

As autoridades aprovaram uma reforma constitucional que eliminou a proibição da tortura e restringiu a dupla nacionalidade. Paralelamente, o Estado ampliou seu aparato repressivo por meio da criação de uma “reserva militar patriótica” e da incorporação de milhares de policiais voluntários. A Nicarágua também anunciou sua retirada do Conselho de Direitos Humanos da ONU e suspendeu a cooperação com organismos multilaterais. Ainda assim, a comunidade internacional manteve iniciativas voltadas à prestação de contas, e o Grupo de Especialistas em Direitos Humanos sobre a Nicarágua (GHREN) teve seu mandato renovado por dois anos.

LIBERDADE DE CIRCULAÇÃO

O GHREN documentou 318 proibições de entrada na Nicarágua entre 2018 e 2025 e alertou que o número real poderia ser maior devido ao temor das vítimas de sofrer represálias, como a apropriação de bens. Essas medidas afetavam tanto cidadãos nicaraguenses — impedidos de retornar ao país e, portanto, em situação de exílio — quanto pessoas estrangeiras, entre elas jornalistas e funcionários de organismos internacionais. No primeiro trimestre de 2025, organizações e meios de comunicação locais registraram ao menos 290 casos adicionais de cidadãos nicaraguenses impedidos de entrar no país com base na reforma da Lei de Migração e em mudanças no Código Penal que autorizavam negar a entrada ou expulsar quem fosse considerado uma “ameaça”, um “risco social” ou alguém que pudesse “menosprezar” a soberania nacional. Entre as pessoas afetadas havia profissionais das áreas de saúde, negócios e jornalismo.

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

O uso de práticas e normas restritivas à liberdade de associação continuou sendo uma estratégia central do governo de Daniel Ortega e Rosario Murillo para desarticular o espaço cívico. Além da aplicação contínua da Lei nº 1.115 e de legislação correlata, o Ministério do Interior emitiu, em março, uma normativa que reforçava a supervisão administrativa e financeira das organizações sem fins lucrativos — impondo novas obrigações relacionadas à devida diligência, à apresentação de relatórios e à rastreabilidade de doadores e beneficiários — e ampliava os poderes de inspeção e suspensão por supostos descumprimentos. Na prática, essas disposições facilitavam o cancelamento das personalidades jurídicas e aumentavam o risco de congelamento de contas e cessação imediata das atividades.

De acordo com relatórios de organizações no exílio e veículos de comunicação, durante o ano foram registradas novas ondas de cancelamentos que inabilitaram pelo menos vinte organizações de diferentes tipos. Também continuou o confisco de imóveis e equipamentos de ONGs fechadas, meios de comunicação e pessoas exiladas ou despojadas de nacionalidade, cujos bens passavam para o Estado.

O Mecanismo Especial de Acompanhamento para a Nicarágua da Comissão Interamericana de Direitos Humanos atualizou sua base de dados e informou o cancelamento de milhares de organizações desde 2018, qualificando-o como um ataque sistemático ao espaço cívico.

REPRESSÃO AO DISSENSO

Persistiram as detenções arbitrárias de pessoas opositoras ou percebidas como tal. Organizações locais registraram mais de 50 casos ao longo do ano, e o agrupamento de organizações da sociedade civil Mecanismo para o Reconhecimento de Pessoas Presas Políticas documentou que, em dezembro, pelo menos 60 pessoas permaneciam privadas de liberdade por motivos políticos, várias delas em situação de desaparecimento forçado, devido à ocultação de seu paradeiro e à recusa de visitas. O GHREN advertiu que o ressurgimento dos desaparecimentos forçados constituía um dos fatos mais preocupantes observados desde o início de seu mandato.

A revogação do artigo 36 da Constituição, que proibia expressamente a tortura, implicou o enfraquecimento das salvaguardas existentes e aumentou o risco à integridade física de pessoas privadas de liberdade.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos condenou as mortes sob custódia de Carlos Cárdenas Zepeda e Mauricio Alonso Petri, em 29 e 25 de

agosto, respectivamente, e exigiu investigações imediatas, imparciais e efetivas.

Durante o ano, a Comissão também solicitou à Corte Interamericana de Direitos Humanos a ampliação das medidas provisórias para proteger a vida e a integridade de algumas pessoas detidas. Em 4 de fevereiro, a Corte ordenou a libertação do jornalista Catalino “Leo” Cárcamo ao constatar risco grave de dano irreparável a seus direitos. Em novembro, ele foi libertado e colocado em prisão domiciliar, condição que continuava a restringir seus direitos.

LIBERDADE DE RELIGIÃO E DE CRENÇA

A perseguição religiosa se intensificou. Segundo relatos da imprensa e de organizações nicaraguenses e internacionais, as autoridades expulsaram pelo menos 30 freiras clarissas e desocuparam três de seus mosteiros em Manágua, Matagalpa e Chinandega. Pelo segundo ano consecutivo, algumas celebrações religiosas foram restringidas ou proibidas, com medidas que incluíram a vigilância de paróquias e o congelamento de contas bancárias de integrantes do clero críticos ao governo.

NIGÉRIA

República Federal da Nigéria

Jornalistas e outras pessoas que criticaram as autoridades foram presas, acusadas e detidas arbitrariamente. Agentes de segurança e de aplicação da lei recorreram ao uso excessivo da força para dispersar manifestantes pacíficos, matando várias pessoas e prendendo outras de forma arbitrária. As autoridades não protegeram meninas contra sequestros nem outras pessoas contra assassinatos cometidos por homens armados. Ataques aéreos militares atingiram ilegalmente civis. O grupo armado Boko Haram continuou a matar civis. A insegurança alimentar e nutricional aguda permaneceu elevada

em todo o país. Ocorreram remoções forçadas em vários estados. O Tribunal Superior do Reino Unido confirmou a decisão do Tribunal de Apelação que permitiu às comunidades do estado de Rivers responsabilizar a Shell por danos ambientais.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em 18 de março, foi declarado um estado de emergência por seis meses no estado de Rivers. Durante esse período, as autoridades estaduais eleitas democraticamente foram suspensas, e houve aumento da presença militar no estado, o que resultou em maior marginalização das minorias políticas. O conflito armado entre o Boko Haram e as forças militares persistiu. A incapacidade das autoridades de proteger vidas e propriedades contra os ataques diários de grupos armados e de criminosos custou milhares de vidas e criou o risco de uma crise humanitária em diversos estados do norte.

Em maio, pelo menos 110 pessoas morreram quando as enchentes inundaram e arrastaram mais de 50 casas, juntamente com seus ocupantes, na cidade de Mokwa, no estado de Níger.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Em 18 de março, foi declarado um As autoridades continuaram a prender e deter jornalistas e outras pessoas que expressavam dissenso. Em 27 de janeiro, Omoyele Sowore, editor do site de notícias Sahara Reporters, foi preso e detido pela polícia por publicações na rede X contra o Inspetor-Geral da Polícia, a quem chamou de “IGP ilegal Kayode Egbetokun”. Ele foi acusado com base na Lei de Crimes Cibernéticos de 2024 e libertado sob fiança.

Em 2 de março, Haruna Mohammed, de 19 anos, conhecido como Abale Borno, que fazia postagens críticas nas redes sociais, foi preso e detido após uma publicação viral sobre o estado precário das escolas públicas no estado de

Borno. A polícia o acusou de “difamar e degradar a personalidade do governador”. Um magistrado concedeu-lhe fiança e, embora o caso não tivesse sido formalmente arquivado até o fim do ano, a polícia não deu continuidade à investigação.

Em 7 de março, ocorreram protestos pacíficos na cidade de Port Harcourt, em resposta ao crescente cerceamento do direito à liberdade de expressão por meio da Lei de Crimes Cibernéticos. Durante os protestos, a polícia agrediu os jornalistas Charles Opurum (Channels Television), Allwell Ene (Naija FM), Soibelemari Oruwari (Nigeria-Info), Ikezam Godswill (AIT) e Femi Ogunkhilede (Super FM). A polícia lançou gás lacrimogêneo contra manifestantes pacíficos, confiscou câmaras e obrigou jornalistas, sob a mira de armas de fogo, a apagar as gravações que registravam as ações.

Em 16 de março, Ushie Uguamaye, conhecida como Raye, integrante do serviço nacional obrigatório, recebeu ameaças e intimidações de funcionários do Corpo de Serviço Nacional da Juventude (NYSC) por postar um vídeo no TikTok lamentando o agravamento das dificuldades econômicas no país. Após se recusar a apagar o vídeo, o NYSC reteve seu certificado de conclusão quando ela finalizou o serviço em agosto, prorrogando-o por mais dois meses como medida punitiva.

Em 25 de março, a polícia prendeu Buhari Abba, editor on-line do Kano Times, e Ismail Auwal, jornalista autônomo, por causa de uma reportagem considerada crítica ao comissário de Informação do estado de Kano, Ibrahim Waiya. Ambos foram detidos por várias horas antes de serem liberados, sem registro de qualquer processo judicial em andamento.

Em abril, a Comissão Nacional de Radiodifusão proibiu a música ‘Tell your

papa’, do cantor Eedris Abdulkareem, por críticas ao governo, classificando-a como “não autorizada para transmissão”.¹

Em 23 de setembro, o advogado e ativista Chinedu Agu foi mantido em prisão provisória após ser acusado de difamação criminal por publicar artigos de opinião que criticavam o governador do estado de Imo, Hope Uzodimma. Ele foi libertado após 28 dias de detenção, enquanto aguarda julgamento. Até o fim do ano, o tribunal ainda não havia marcado data para o julgamento.

LIBERDADE DE REUNIÃO PACÍFICA

Em 27 de março, os militares dispararam munição real contra apoiadores do Movimento Islâmico da Nigéria durante um protesto na capital, Abuja, que marcava o fim do jejum do Ramadã. Pelo menos cinco pessoas foram mortas e várias outras sofreram ferimentos com risco de morte.² Treze pessoas, incluindo o ativista pró-democracia Omoyele Sowore e o advogado Aloy Ejimakor, foram detidas em 20 de outubro, em Abuja, por participarem de um protesto pacífico que exigia a libertação de Nnamdi Kanu, líder do Povo Indígena de Biafra. Elas foram acusadas de vários crimes, incluindo conspiração criminosa, desobediência a ordem legal, incitação à perturbação da ordem pública e quebra da paz. Em 24 de outubro, foi-lhes concedida liberdade sob fiança, e o julgamento prosseguia no final do ano.

DIREITO À VIDA

As autoridades não cumpriram suas obrigações de prevenir ataques contra pessoas e comunidades, proteger os direitos à vida e à integridade física e assegurar justiça investigando e processando os responsáveis por atos de violência.³

Em 2 de fevereiro, pastores atacaram Amagu, uma aldeia na área de governo local (LGA) de Ishielu, estado de Ebonyi, matando pelo menos 15 pessoas e destruindo diversas propriedades. Em 27 de março, pelo menos 16 pessoas — caçadores que viajavam do estado de Rivers para a cidade de Kano para celebrar o Eid com suas famílias — tiveram seu veículo interceptado e foram retiradas uma a uma, espancadas e depois queimadas vivas por um grupo local de justiceiros e jovens armados na cidade de Uromi, no estado de Edo.

Entre 27 de março e 2 de abril, pelo menos 60 pessoas foram mortas por homens armados em um ataque coordenado em diversas comunidades — Mangor Tamiso, Daffo, Manguna, Hurti e Tadaí — na LGA de Bokkos, estado de Plateau. Em 4 de março, homens armados sequestraram e mataram Sylvester Okechukwu, um padre que atuava na aldeia de Tachiri, na área de governo local de Kaura, estado de Kaduna. Em 13 de abril, pelo menos 51 pessoas morreram quando homens armados invadiram a aldeia de Zikke, na área de governo local de Bassa, estado de Plateau.⁴ Em 24 de abril, homens armados invadiram a aldeia de Gobirawa Chali, no distrito de Dan Gulbi, área de governo local de Maru, estado de Zamfara, e mataram mais de 20 pessoas.

Em 8 de maio, homens armados mataram pelo menos 30 pessoas e queimaram mais de 20 veículos de transporte coletivo e caminhões ao longo da estrada Okigwe-Owerri, no estado de Imo. Entre 25 de maio e 1º de junho, pelo menos 85 pessoas foram mortas por homens armados na comunidade de Tse Antswam, próxima a Naka, na área de governo local de Gwer West, e na aldeia de Edikwu Ankpali, na área de governo local de Apa, estado de Benue. Em 14 de junho, homens armados atacaram a cidade de Yelewata, estado de Benue, matando mais de 100 pessoas e forçando pelo

menos 3.941 a fugir de suas casas.⁵ Em 20 de junho, pelo menos 12 viajantes da aldeia de Basawa, na área de governo local de Zaria, estado de Kaduna, foram mortos, e 11 pessoas foram feridas por uma multidão na área de governo local de Mangu, estado de Plateau.

Em 15 de julho, homens armados atacaram Bindi-Jebbu, na comunidade Tahoss, na área de governo local (LGA) de Riyom, estado de Plateau, matando pelo menos 27 pessoas; famílias foram trancadas em seus quartos e massacradas uma a uma. Em 19 de agosto, homens armados atacaram uma mesquita e casas próximas, matando pelo menos 50 pessoas e sequestrando outras 60 na comunidade de Unguwan Mantau, na LGA de Malumfashi, estado de Katsina.

Em 18 de novembro, homens armados atacaram fiéis na igreja Christ Apostolic Church Oke-Isegun, na cidade de Eruku, estado de Kwara, matando três pessoas e sequestrando outras 38. As vítimas foram libertadas em 23 de novembro.

ATAQUES E HOMICÍDIOS ILEGAIS

Os militares continuaram a perpetrar ataques indiscriminados ou desproporcionais contra civis. Em 11 de janeiro, um ataque aéreo militar matou pelo menos 20 pessoas na aldeia de Tungar Kara, na LGA de Maradun, estado de Zamfara. Em 15 de fevereiro, um ataque aéreo militar matou pelo menos seis civis na aldeia de Zakka e outros seis civis na comunidade de Yauni, na LGA de Safana, estado de Katsina. Em 31 de maio, ataques aéreos militares mataram 20 pessoas e feriram dezenas nas aldeias de Maraya e Wabi, na LGA de Maru, estado de Zamfara, incluindo integrantes de grupos locais de vigilância que haviam se reunido para enfrentar bandidos que atacaram suas comunidades.

VIOLAÇÕES DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

Segundo a ONU, o Boko Haram continuou a perpetrar ataques indiscriminados e a atingir civis. Em 15 de maio, combatentes do Boko Haram mataram 23 agricultores e pescadores na aldeia de Malam Karanti, estado de Borno. Em setembro, combatentes do Boko Haram mataram pelo menos 60 pessoas em um ataque noturno à aldeia de Darul Jamal, também no estado de Borno, destruindo 20 casas e incendiando 10 ônibus.

DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

O aumento vertiginoso do preço dos alimentos levou milhões de pessoas a uma pobreza ainda mais profunda, e as famílias passaram a ter cada vez mais dificuldade para arcar com os custos de saúde e educação. A nova Lei Tributária de 2025, que introduziu um imposto de 5% sobre produtos derivados de combustíveis fósseis — gasolina e diesel — com entrada em vigor em janeiro de 2026, deveria agravar ainda mais a pobreza. Segundo um relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar da Nigéria, estimava-se que 30,6 milhões de pessoas enfrentassem níveis agudos de insegurança alimentar e nutricional.

Os cortes no financiamento da USAID afetaram programas de saúde, deixando milhares de pessoas que vivem com HIV diante de um futuro incerto.

Ataques de homens armados no estado central de Benue provocaram o deslocamento interno de 500.000 pessoas. Muitas continuaram vivendo em campos precários, com saneamento inadequado, acesso insuficiente a alimentos e serviços de saúde e escassez de água potável.

REMOÇÕES FORÇADAS

Em 3 de fevereiro, pelo menos quatro pessoas foram mortas durante uma remoção forçada violenta realizada pelo governo do estado de Kano em Rimi Auzinawa, bairro localizado na LGA de Ungogo. A remoção ocorreu sem consulta genuína, aviso prévio adequado, oferta de indenização ou provisão de moradia alternativa para as pessoas afetadas.

Em 7 de março, o governo do estado de Lagos realizou uma remoção forçada violenta da comunidade de Ilaje-Otumara, em Lagos, deixando mais de 10.000 pessoas desabrigadas.⁶ Em 25 de outubro, o governo estadual realizou novas remoções forçadas violentas na comunidade de Oworonshoki — demolindo mais de 70 moradias — apesar de uma ordem do Tribunal Superior estadual que proibia a demolição. Algumas casas foram demolidas por tratores com as famílias ainda em seu interior, enquanto agentes de segurança disparavam gás lacrimogêneo, dispersando centenas de famílias.

DIREITO A UM MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL

Falhas na implementação continuaram a comprometer as políticas climáticas da Nigéria no setor não energético. O governo não conseguiu interromper o financiamento de projetos com alta emissão de carbono. O fornecimento de energia do país permaneceu fortemente dependente de combustíveis fósseis, obrigando muitas pessoas a recorrer a geradores movidos a gasolina para obter eletricidade.

Em 20 de junho, o Tribunal Superior do Reino Unido decidiu que a Shell poderia ser responsabilizada por seus derramamentos de petróleo no Delta do Níger.⁷ Um julgamento foi marcado para 2027.

DIREITOS DAS MULHERES E DAS MENINAS

As autoridades não adotaram medidas eficazes para prevenir ataques contra mulheres e meninas em diversas comunidades. Em 27 de fevereiro, homens armados sequestraram quatro alunas em um alojamento estudantil da Universidade J.S. Tarka, na cidade de Makurdi, estado de Benue. Em 15 de abril, agentes da Hisbah (polícia religiosa autorizada pelo governo) agrediram Hauwa'u Lawal Suleiman e suas irmãs no estado de Katsina por supostas "reuniões imorais". As autoridades não investigaram as denúncias de assédio sexual feitas pela senadora Natasha Akpoti-Uduaghan contra o presidente do Senado, Godswill Akpabio.

Em 17 de novembro, homens armados sequestraram 25 estudantes de uma escola na cidade de Maga, estado de Kebbi, e mataram o vice-diretor da escola. As estudantes foram libertadas em 25 de novembro.

Em 21 de novembro, homens armados sequestraram 303 alunas e 12 funcionários de uma escola da comunidade de Papiri, na LGA de Agwara, estado de Níger. Posteriormente, 50 das meninas conseguiram escapar.

¹ "Nigeria: Banning a song for criticizing government is unlawful", 11 de abril

² "Nigeria: Violent crackdown on IMN protests must end", 30 de março

³ Nigeria: *A Decade of Impunity: Attacks and Unlawful Killings in South-East Nigeria*, 13 de agosto

⁴ [Nigeria:] Plateau: Killing of 51 people is an inexcusable security failure", 14 de abril

⁵ "Nigeria: Violence and widespread displacement leave Benue facing a humanitarian disaster", 10 de julho

⁶ "Nigeria: Lagos: Ruthless demolition targeting people in poverty must stop", 10 de março

⁷ "UK: Court ruling on Shell oil spills in Niger Delta an 'important step forward' for devastated communities", 20 de junho

PALESTINA (ESTADO DA)

Estado da Palestina

Em Gaza, grupos armados palestinos mantiveram pessoas reféns e as submeteram a maus-tratos até sua libertação após o cessar-fogo de outubro, além de colocarem civis palestinos em risco ao posicionar objetivos militares em áreas densamente povoadas ou nas proximidades. As autoridades palestinas não realizaram investigações independentes sobre graves violações do direito internacional, incluindo possíveis crimes de guerra e crimes contra a humanidade, nem sobre violações dos direitos humanos da população palestina. Indivíduos palestinos armados mataram civis israelenses, incluindo colonos que viviam ilegalmente na Cisjordânia ocupada. A violência intrapalestina e a desordem pública intensificaram-se em Gaza, impulsionadas pelo genocídio perpetrado por Israel. Forças palestinas sob comando do Hamas executaram civis acusados de colaborar com Israel e aplicaram punições sumárias a outras pessoas acusadas de infrações, inclusive saques. Houve relatos de tortura e outros maus-tratos em centros de detenção e prisões palestinas na Cisjordânia.

INFORMAÇÕES GERAIS

Autoridades palestinas paralelas — o Fatah na Cisjordânia e o Hamas na Faixa de Gaza — continuaram a funcionar em âmbitos administrativos restritos, apesar de Israel ter assassinado grande parte da liderança sênior do Hamas; os que sobreviveram encontravam-se no exílio. As autoridades palestinas não conseguiram pagar os salários integrais do setor público devido ao desvio arbitrário das receitas fiscais palestinas por Israel, o que provocou greves de professores e aumento da pobreza. Dois anos de guerra e genocídio israelenses e 18 anos de cerco arruinaram a economia de Gaza, que encolheu 86% em comparação com 2022, segundo a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

(UNCTAD). As eleições parlamentares palestinas não eram realizadas desde 2006.

Pelo menos quatro novos grupos armados palestinos se formaram no norte e no sul de Gaza, com o apoio de Israel.

Em 13 de outubro, os líderes dos EUA, da Turquia, do Egito e do Catar assinaram no Egito o chamado 'Plano de Paz' do presidente estadunidense Donald Trump. Em 17 de novembro, o Conselho de Segurança da ONU adotou uma resolução pela 'paz' redigida pelos EUA, sem quaisquer disposições sobre a defesa dos direitos humanos dos palestinos ou a garantia de responsabilização por crimes internacionais. O número de Estados-membros da ONU que reconhecem o Estado palestino chegou a 157.

VIOLAÇÕES DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

CONFLITO ARMADO EM GAZ

Grupos armados dispararam foguetes e projéteis de artilharia indiscriminadamente a partir de Gaza, sem causar mortes ou ferimentos entre civis israelenses. Até o acordo de cessar-fogo de outubro, continuaram mantendo reféns e submetendo-os a maus-tratos.¹

Grupos armados palestinos colocaram em risco civis palestinos ao posicionar alvos militares em áreas densamente povoadas ou próximas a elas.

HOMICÍDIOS ILEGAIS CISJORDÂNIA

Indivíduos ou grupos armados palestinos mataram 12 civis israelenses, dos quais sete eram colonos que viviam ilegalmente na Cisjordânia ocupada, segundo o OCHA. Líderes do Hamas elogiaram e justificaram tais ataques.

GAZA

Em meio ao aumento da violência intrapalestina e da desordem pública — provocadas pela imposição, por Israel, de condições de vida que levaram à destruição do tecido social — forças palestinas comandadas pelo Hamas informaram ter executado pelo menos 39 civis acusados de colaborar com Israel e punido sumariamente muitos outros por supostos saques e outras infrações.

Por exemplo, em 11 de junho, canais de notícias do Hamas e testemunhas independentes — que registraram imagens em vídeo — relataram que homens armados afiliados ao Sahim, unidade militarizada criada pelo Hamas, sequestraram, torturaram e assassinaram 12 palestinos acusados de trabalhar para a Fundação Humanitária de Gaza, administrada pelos EUA e por Israel. Em 13 de outubro, homens armados afiliados às Brigadas Al-Qassam, ala armada do Hamas, anunciaram ter executado extrajudicialmente oito homens da família Dughmush, na Cidade de Gaza, acusados de “colaborar com Israel”.

Em dezembro, grupos armados apoiados por Israel mataram sumariamente dois homens em Rafah, no sul de Gaza, alegando que eram membros do Hamas.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE REUNIÃO

CISJORDÂNIA

A Comissão Independente de Direitos Humanos — instituição nacional palestina de direitos humanos — recebeu pelo menos 378 denúncias de detenções arbitrárias realizadas por serviços de segurança palestinos. Em 19 de novembro, o presidente Mahmoud Abbas emitiu um decreto-lei pelo qual o comprometimento com a Organização para a Libertação da Palestina e suas obrigações internacionais passou a ser pré-condição para candidaturas às eleições locais.

De acordo com o Centro Palestino para o Desenvolvimento e as Liberdades de Mídia, 14 jornalistas foram detidos pela polícia palestina por períodos que variaram de duas horas a duas semanas, durante os quais foram interrogados sobre seu trabalho.

GAZA

Forças controladas pelo Hamas agrediram e detiveram brevemente dezenas de manifestantes durante protestos pacíficos em Beit Lahia, cidade no norte de Gaza, em março e abril.²

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

A Comissão Independente de Direitos Humanos recebeu 61 denúncias de tortura e outros maus-tratos em centros de detenção e prisões palestinas na Cisjordânia, principalmente durante interrogatórios. A destruição dos sistemas de justiça e de aplicação da lei em Gaza impediu que a Comissão coletasse denúncias de detenções arbitrárias ou de tortura e outros maus-tratos cometidos por autoridades palestinas contra palestinos em Gaza.

DIREITO À VERDADE, À JUSTIÇA E À REPARAÇÃO

As autoridades palestinas não realizaram investigações independentes sobre graves violações do direito internacional, incluindo possíveis crimes de guerra e crimes contra a humanidade, nem sobre violações de direitos humanos contra palestinos.

Houve cooperação das autoridades palestinas com a Comissão de Inquérito da ONU.

DIREITOS DAS MULHERES E DAS MENINAS

Uma em cada sete famílias em Gaza era chefiada por mulheres, devido à morte e ao encarceramento dos homens, segundo a ONU Mulheres. A dificuldade desproporcional das mulheres em acessar

ajuda humanitária, combinada ao aumento de domicílios chefiados por mulheres, fez com que dezenas de milhares de famílias enfrentassem períodos sem acesso a alimentos, segundo a Women's Refugee Commission, organização de defesa de direitos com sede nos EUA. De acordo com a Classificação Integrada de Fases da Segurança Alimentar, mulheres e meninas esperavam mais tempo que homens nos pontos de distribuição de água e ajuda, onde enfrentavam assédio por gênero, além da insegurança que afetava toda a população. A Oxfam informou que os programas das autoridades palestinas voltados a ampliar a participação das mulheres na tomada de decisões foram prejudicados pela falta de vontade política nesse sentido.

DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

Além dos 49 reféns libertados entre janeiro e outubro, os cidadãos israelenses Avera Mengistu e Hisham al-Sayed foram libertados em um acordo de troca em 22 de fevereiro, após terem sido submetidos a desaparecimento forçado em Gaza desde 2014 e 2015, respectivamente.

¹ *Israel/OPT: Targeting Civilians: Murder, Hostage-Taking and Other Violations by Palestinian Armed Groups in Israel and Gaza*, 11 de dezembro

² "Palestine: Hamas security services must stop targeting protesters in reprisal and respect freedom of peaceful assembly in Gaza", 28 de maio

PARAGUAI

República do Paraguai

A independência judicial foi ameaçada pelos vínculos existentes entre o crime organizado e integrantes do Parlamento e da magistratura. O sistema de saúde enfrentava uma crise permanente devido à falta de investimento público e à corrupção. Foram registradas ameaças contra jornalistas, atos de repressão a protestos sociais e retrocessos em matéria de direitos dos povos indígenas. Os níveis de violência baseada em gênero continuaram alarmantes. A criminalização de pessoas defensoras dos direitos humanos e a discriminação estrutural persistiram.

INFORMAÇÕES GERAIS

Estima-se que 15,67% da população vivia em situação de pobreza multidimensional, o que comprometia o exercício dos direitos ao trabalho, à seguridade social, à moradia adequada, à saúde e à educação. Além disso, 20,1% das pessoas viviam abaixo da linha da pobreza monetária e 4,1% encontravam-se abaixo da linha da pobreza extrema.

O salário-mínimo aumentou 3,6% em julho, percentual distante dos 24% reivindicados pelas centrais sindicais. Foi apresentado um projeto de lei que pretendia fixar o salário-mínimo legal com base na variação do índice de preços ao consumidor dos alimentos. A taxa de informalidade no trabalho ficou em 62,5%.

DIREITO A UM JULGAMENTO JUSTO

Uma investigação jornalística revelou a existência de um sistema de tráfico de influência entre supostos integrantes do crime organizado e membros do Parlamento e da magistratura, o que comprometia a independência judicial.

DIREITO À VIDA

O Comitê dos Direitos da Criança da ONU declarou que o Paraguai não havia cumprido suas obrigações de respeitar e proteger a vida de duas meninas durante uma operação das forças militares realizada em 2 de setembro de 2020 e que não havia investigado adequadamente suas mortes.

DIREITOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

O Paraguai ratificou a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, as pessoas idosas constituíam 13% da população do país – 63,9% delas não possuíam cobertura de seguridade social e 14,4% encontravam-se em situação de pobreza monetária.

DIREITO À SAÚDE

A crise no sistema de saúde persistia devido à insuficiência do investimento público, que se mantinha abaixo do patamar mínimo de 6% do produto interno bruto recomendado pela OMS.

Mortes evitáveis registrados em unidades públicas de saúde provocaram indignação, como no caso de um recém-nascido que faleceu, em março, na unidade de terapia intensiva neonatal do Hospital Regional de Villarrica que, apesar de ter sido oficialmente inaugurada pelo governo nacional poucos dias antes, ainda não estava em funcionamento.

Em março, o Poder Executivo constituiu uma equipe para melhorar o sistema de saúde, com foco exclusivo em infraestrutura, sem enfrentar questões de financiamento nem outras dimensões relativas ao acesso equitativo e não discriminatório.

Em julho, uma auditoria oficial encontrou indícios de corrupção na gestão de medicamentos oncológicos, o que provocou a interrupção de muitos tratamentos. Até o fim do ano, os fatos não haviam sido investigados e as pessoas envolvidas não haviam prestado contas de seus atos.

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

A Lei nº 7.363, de 2024, que estabelecia restrições desproporcionais ao direito de associação, entrou em vigor em outubro após a aprovação de sua regulamentação administrativa.

Uma comissão parlamentar investigou organizações da sociedade civil e veículos de imprensa críticos ao governo, apresentando um relatório com alegações infundadas que vinculavam as entidades a um suposto esquema de lavagem de dinheiro relacionado ao financiamento político. Posteriormente, a comissão moveu ações judiciais contra cinco dessas

organizações, com o objetivo de acessar informações sensíveis sobre suas atividades e o uso de seus recursos financeiros.

LIBERDADE DE REUNIÃO PACÍFICA

A polícia impôs restrições arbitrárias ao direito de reunião de pessoas críticas ao governo, com base em um marco jurídico (Lei nº 1.066, de 1997) que limitava de forma desproporcional o direito à reunião pacífica.

O sistema de justiça criminal foi utilizado para coibir protestos. A absolvição de três ativistas acusados de incêndio criminoso em conexão com um protesto social ocorrido durante a pandemia de COVID-19 foi anulada pelos tribunais, e os três deverão enfrentar um novo julgamento.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Persistiam as ameaças de morte e os atos de hostilidade contra jornalistas. A Mesa de Segurança de Jornalistas do Paraguai registrou 20 casos de agressões e assédio contra profissionais da imprensa.

O jornalista Aníbal Gómez recebeu ameaças de morte após denunciar casos de corrupção na cidade de Pedro Juan Caballero. A Federação Internacional de Jornalistas e o Sindicato dos Jornalistas do Paraguai exigiram medidas urgentes, incluindo a aprovação de uma lei de proteção a jornalistas em situação de risco.

PESSOAS DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS

O defensor dos direitos ambientais Vidal Brítez foi detido em março como represália por seu ativismo contra a poluição causada pela mineração de ouro, após ser acusado de atos de coação grave supostamente relacionados a um incidente do qual não havia participado.¹

DIREITO A UM MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL

Em abril, uma investigação conduzida pela Pastoral Social Nacional e por várias universidades detectou contaminação por cianeto e mercúrio no distrito de Paso Yobái, no centro da Região Oriental, como consequência da mineração de ouro. Apesar dessas evidências, o Congresso rejeitou um projeto de lei que pretendia proibir o uso de cianeto na mineração.

Segundo o Banco Mundial, o Paraguai enfrentava riscos crescentes associados às mudanças climáticas, como secas, inundações e aumento das temperaturas, que afetaram o exercício dos direitos à educação, ao trabalho e à saúde, entre outros.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

O povo indígena Ava Guaraní Paranaense continuava aguardando a restituição de seu território ancestral, do qual havia sido deslocado pela construção da usina hidrelétrica Itaipu Binacional. Embora o Brasil tivesse avançado na negociação de um acordo judicial para a compra e restituição de parte das terras, as comunidades localizadas no Paraguai continuavam aguardando uma resposta da empresa e das autoridades.²

O fechamento da sede do Instituto Paraguaio do Indígena foi qualificado como um retrocesso que evidenciou padrões de discriminação histórica e estrutural.

DIREITOS DAS PESSOAS LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNERO E INTERSEXUAIS

Pessoas trans continuavam enfrentando obstáculos para obter o reconhecimento jurídico de sua identidade de gênero. Duas pessoas trans migrantes tiveram negada a emissão de documentos compatíveis com sua identidade de gênero.

A prefeitura da capital censurou um ato de homenagem a uma defensora dos direitos humanos trans falecida em março de 2025.

DIREITOS DAS CRIANÇAS

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos concedeu medidas cautelares em favor de uma criança vítima de violência vicária.

DIREITOS DAS MULHERES

O Ministério da Mulher registrou 37 feminicídios e 55 tentativas de feminicídio em 2025.

Em abril, foi apresentado um projeto de lei para extinguir o Ministério da Mulher e incorporá-lo ao Ministério da Família, criado pouco tempo antes.

¹ Paraguay: Libertad para defensor de los derechos ambientales, 1º de abril

² Brasil y Paraguay: Itaipú da un paso hacia la restitución territorial del pueblo Ava Guaraní Paranaense pero la reparación integral sigue pendiente, 1º de abril

PERU

República do Peru

As autoridades utilizaram força desnecessária e desproporcional contra manifestantes, e as vítimas dos protestos ocorridos entre 2022 e 2023 continuaram sem obter justiça. Intensificaram-se os ataques contra jornalistas e pessoas defensoras dos direitos humanos. Foi promulgada legislação que afetou o funcionamento de organizações da sociedade civil. Crimes previstos no direito internacional e graves violações de direitos humanos cometidos entre 1980 e 2000 poderiam permanecer impunes após a entrada em vigor da Lei 32.419. A violência contra mulheres e meninas continuou sendo motivo de grande preocupação, assim como o acesso limitado ao aborto e aos kits de atendimento de emergência em casos de violência sexual.

Houve retrocessos no reconhecimento dos direitos das pessoas transgênero. As pessoas de nacionalidade venezuelana continuaram desprotegidas.

INFORMAÇÕES GERAIS

A crise institucional continuou a afetar os direitos humanos. A perda de independência do Ministério Público, do Tribunal Constitucional e da Defensoria do Povo, entre outros órgãos estatais autônomos, ameaçou gravemente o Estado de Direito. O crime organizado aumentou, assim como a percepção de que as autoridades não o combatiam. Em outubro, o Congresso destituiu do cargo a presidenta Dina Boluarte por incapacidade moral. José Jerí Oré assumiu a presidência com mandato de nove meses até as eleições previstas para 2026.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Os jornalistas Gastón Medina e Raúl Celis foram assassinados em janeiro e maio, respectivamente, e Fernando Núñez e Mitzar Castillejos, em dezembro. A

Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos condenou os fatos e apontou como possível motivação o trabalho jornalístico das vítimas.

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

Foi publicada a Lei 32.301, que alterou o marco legal da Agência Peruana de Cooperação Internacional (APCI). A nova norma estabeleceu a obrigatoriedade de registro para o funcionamento das organizações da sociedade civil e a exigência de aprovação prévia do Estado para planos, atividades ou programas, o que enfraqueceu o espaço cívico e expôs o trabalho das organizações a controles arbitrários e desproporcionais e a possível censura prévia. No caso de jornalistas, a supervisão poderia implicar o fornecimento a entidades estatais de informações sobre investigações em curso contra autoridades.

LIBERDADE DE REUNIÃO PACÍFICA

A alteração da lei da APCI colocou em risco o acesso à justiça das vítimas de uso excessivo da força nos protestos ocorridos entre dezembro de 2022 e março de 2023, ao classificar como infração muito grave o uso de recursos da cooperação internacional para “assessorar, assistir ou financiar, de qualquer forma ou modalidade, ações administrativas, judiciais ou de outra natureza, em instâncias nacionais ou internacionais, contra o Estado”. As ações judiciais relativas ao uso excessivo da força nos protestos eram, em sua maioria, movidas por organizações da sociedade civil, que agora podem ser multadas em mais de USD 700.000 caso deem continuidade a esses processos.

Em setembro, foi arquivada a denúncia por infração constitucional apresentada contra a então presidenta e alguns de seus ministros pelas mortes registradas e pelas centenas de pessoas feridas durante os protestos ocorridos entre dezembro de 2022 e março de 2023. Passados três anos, ainda não haviam sido apresentadas acusações formais contra as pessoas presumivelmente responsáveis pelas mortes e lesões, e a maioria das investigações permaneceu na fase preliminar, com avanços limitados. Ao longo do ano, foram realizados cortes de pessoal e alterações na Equipe Especial de Promotores para Casos com Vítimas em Protestos Sociais do Ministério Público, prejudicando o avanço das investigações e minando a confiança das vítimas e de seus familiares.

Em 15 de outubro, a polícia voltou a utilizar força desnecessária e desproporcional contra manifestantes. O Executivo informou que dezenas de pessoas ficaram feridas, incluindo dois adolescentes e uma menina de 11 anos — atingida por uma bomba de gás

lacrimogêneo enquanto transitava pela área —, além da morte do manifestante Eduardo Mauricio Ruiz Sanz por disparo de arma de fogo. A Polícia Nacional do Peru confirmou que, neste último caso, o disparo foi efetuado por um agente em serviço e à paisana, mas insistiu que não se tratava de violação de direitos humanos e que a investigação deveria ser conduzida pela própria instituição. Em dezembro, o Ministério Público confirmou, em uma das investigações sobre os fatos daquele dia, que caberia à própria polícia conduzir as diligências preliminares.

DIREITO À VERDADE, À JUSTIÇA E À REPARAÇÃO

Em agosto entrou em vigor a Lei 32.419, que concedeu anistia a todos os integrantes das forças armadas, da Polícia Nacional e dos comitês de autodefesa investigados, processados, julgados ou condenados por atos que constituem graves violações de direitos humanos, inclusive crimes contra a humanidade, cometidos entre 1980 e 2000.

Pelo menos cinco juízes se recusaram a aplicar a Lei 32.419 e a Lei 32.107 — sobre a prescrição de crimes de guerra e crimes contra a humanidade, promulgada em 2024 — por considerá-las contrárias às obrigações internacionais assumidas pelo Peru.

No âmbito da supervisão do cumprimento das sentenças dos casos Barrios Altos e La Cantuta, a Corte Interamericana de Direitos Humanos determinou, em outubro, que as Leis 32.419 e 32.107 constituíam descumprimento, por parte do Estado peruano, de decisões anteriores da Corte e instou autoridades e Judiciário a se absterem de aplicá-las. Em dezembro, contudo, o Tribunal Constitucional declarou improcedente a ação de inconstitucionalidade contra a Lei 32.107, afirmando que a

imprescritibilidade só se aplicaria a fatos ocorridos a partir de 2002. Isso poderia implicar a impunidade de centenas de casos, além de sanções disciplinares a juízes e promotores que se recusassem a aplicá-la.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

O Ministério da Mulher e Populações Vulneráveis registrou 135 feminicídios e 30.029 casos de violência sexual contra meninas e mulheres em 2025. No entanto, apenas 8,2% das sobreviventes (2.472 casos) receberam kits de atendimento emergencial. No mesmo período, foram registrados 13.096 estupros. Ao longo do ano, a Polícia Nacional reportou o desaparecimento de 12.044 mulheres, meninas e adolescentes, um aumento de 17% em relação ao ano anterior.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Em junho, os fundamentos 13 e 14 do Manual Técnico sobre Procedimentos de Aborto Terapêutico do Instituto Materno Perinatal do Peru foram revogados, contrariando as recomendações do Comitê sobre os Direitos da Criança da ONU a respeito do aborto terapêutico no caso conhecido como "Camila", com impacto negativo sobre todas as mulheres com menos de 18 anos. Esses fundamentos permitiam o acesso ao aborto terapêutico em casos de malformações fetais incompatíveis com a vida e de gestações resultantes de violência sexual contra meninas e adolescentes. A revogação foi precedida por uma campanha pública conduzida por diferentes órgãos estatais, bem como por assédio a profissionais de saúde que defendiam os direitos sexuais e reprodutivos.

Em 2025, 992 meninas com menos de 15 anos foram forçadas a levar a gestação até o fim.

O Congresso aprovou uma nova lei de igualdade de oportunidades que apresentava retrocessos preocupantes: eliminava a perspectiva de gênero e toda menção às obrigações internacionais do Peru; substituía a educação sexual “integral” por uma “com base científica, biológica e ética, e em valores”; reduzia a noção de saúde sexual à maternidade segura e à prevenção da gravidez na adolescência; e proibia que as organizações que litigassem contra o Estado peruano oferecessem capacitações ao funcionalismo público.

DIREITOS DAS PESSOAS LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNER E INTERSEXUAIS

Entrou em vigor a Lei 32.331, que determinou o acesso diferenciado a banheiros públicos de acordo com o “sexo biológico”, sob o pretexto de proteger a “integridade sexual de crianças e adolescentes”, estabelecendo uma associação perigosa — e sem evidências — entre identidade de gênero e risco para pessoas com menos de 18 anos.

PESSOAS DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS

Os defensores ambientais Hipólito Quispe Huamán Conde e Isai Shuk Shawit foram assassinados em julho e novembro, respectivamente. Segundo o Ministério da Justiça, durante o ano foram registradas situações de risco que afetaram ao menos 161 pessoas defensoras do meio ambiente e pessoas indígenas. O Congresso eliminou a Comissão de Povos Andinos, Amazônicos e Afroperuanos, Ambiente e Ecologia dos regimentos internos da Câmara de Deputados e do Senado, extinguindo um espaço técnico e intercultural destinado a tratar de ataques contra pessoas defensoras.

No caso do assédio digital contra a defensora dos direitos humanos Jennie Dador, o Conselho de Supervisão da Meta reconheceu a importância de considerar o contexto na interpretação de ameaças digitais, que poderiam resultar em agressões físicas ou incitar a violência contra pessoas defensoras, e determinou a remoção de uma imagem manipulada.

DIREITOS DAS PESSOAS REFUGIADAS E MIGRANTES

O Procedimento Administrativo Sancionador Especial Excepcional (PASEE) permaneceu em vigor e foi aplicado — sobretudo contra pessoas venezuelanas — sem respeito ao devido processo legal: as sanções de expulsão eram executadas antes da análise dos recursos apresentados, transferindo as pessoas para as fronteiras mais próximas e violando o princípio de não devolução (*non-refoulement*), norma de caráter absoluto no direito internacional.

PORTO RICO

Estado Livre Associado de Porto Rico

Durante operações de controle migratório, organizações de direitos humanos denunciaram detenções arbitrárias e discriminatórias que afetaram pessoas de comunidades negras e em situação de pobreza. A Assembleia Legislativa aprovou projetos de lei que violavam os direitos das pessoas LGBTI. Também foram aprovadas medidas que restringiam os direitos sexuais e reprodutivos e o acesso à informação pública.

INFORMAÇÕES GERAIS

As interrupções no fornecimento de energia elétrica eram frequentes, assim como os apagões em massa, afetando o acesso de milhões de pessoas à saúde e à água. Em novembro, o Departamento de Justiça federal solicitou a pena de morte

contra Edwin Yadiel Flores Tavárez. Embora proibida no âmbito estadual, a pena capital podia ser aplicada em casos sob jurisdição federal.

DIREITOS DAS PESSOAS REFUGIADAS E MIGRANTES

A implementação da política migratória do governo de Donald Trump provocou um aumento das operações de busca e detenção realizadas por agentes do Serviço de Imigração e Controle de Alfândega dos Estados Unidos (ICE, na sigla em inglês), as quais utilizavam práticas de perfilamento racial, com base no sotaque e nas características físicas das pessoas. Até 26 de novembro, 1.431 pessoas migrantes haviam sido detidas, segundo dados publicados nas redes sociais pelo Escritório de Investigações de

Segurança Nacional dos Estados Unidos (HSI) em San Juan. Em alguns casos, essas detenções ocorreram sem ordem judicial, e a entrega de documentos administrativos — como carteiras de habilitação — era utilizada como meio de obter informações de forma enganosa. O governo colaborava com as agências federais dos Estados Unidos fornecendo esse tipo de informação sobre pessoas em situação migratória irregular.

Porto Rico não dispunha de centros de detenção migratória; por isso, as pessoas presas eram levadas a instalações temporárias do ICE na ilha e posteriormente transferidas para fora de Porto Rico. Essa situação dificultava a comunicação com advogados locais e limitava o acesso a uma representação jurídica adequada.

Um projeto de lei apresentado na Câmara dos Representantes a pedido da União Americana pelas Liberdades Civis (ACLU, na sigla em inglês), que buscava estabelecer espaços seguros para comunidades migrantes, permanecia pendente de aprovação ao final do ano.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Em fevereiro, o Senado aprovou o Projeto 297, que exigia autorização por escrito de um dos genitores ou de responsável legal para que meninas menores de 16 anos pudessem acessar serviços de aborto. Esse requisito não se aplicava quando a gravidez fosse consequência de violência sexual perpetrada pelo próprio pai ou tutor legal.

Em junho, a secretária de Justiça anunciou a adoção de medidas para processar clínicas ou pessoas que realizassem abortos fora dos limites permitidos por lei.

Em agosto, a governadora de Porto Rico sancionou o Projeto do Senado 2, que permitia a progenitores e responsáveis legais de estudantes do sistema público de ensino apresentar objeções aos conteúdos curriculares relacionados à sexualidade e à afetividade.

Em dezembro, a governadora também sancionou o Projeto do Senado 504, que reconhecia a condição de pessoa jurídica ao nascituro, apesar de um grupo de médicos e outros profissionais da saúde ter alertado que a proposta apresentava riscos à vida das gestantes e violava sua autonomia.

DIREITOS DAS PESSOAS LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNER E INTERSEXUAIS

Em abril, o governo sancionou a Lei do Direito Fundamental à Liberdade Religiosa, considerada por defensores dos direitos humanos um mecanismo que poderia permitir a discriminação, especialmente contra pessoas LGBTI, sob o pretexto da liberdade religiosa.

Em maio, o Tribunal Federal Distrital de Porto Rico ordenou que o Registro Demográfico incluísse o marcador 'X' como terceira opção de identidade de gênero nas certidões de nascimento. Em junho, a Corte de Apelações dos Estados Unidos para o Primeiro Circuito admitiu um pedido do governo para suspender essa decisão.

Em julho, o governo sancionou a Lei 63-2025, que proibia tratamentos médicos para afirmação de gênero a menores de 21 anos.

Em outubro, a Câmara dos Representantes aprovou o Projeto 165, com o objetivo de proibir banheiros inclusivos em órgãos governamentais, com o argumento — sem respaldo empírico — de prevenir a violência sexual contra as mulheres.

Em outubro, a Câmara dos Representantes aprovou o Projeto 165, com o objetivo de proibir banheiros inclusivos em órgãos governamentais, com o argumento — sem respaldo empírico — de prevenir a violência sexual contra as mulheres.

No final do ano, quatro projetos de lei em análise na Câmara dos Representantes que restringiam direitos da população LGBTI permaneciam pendentes de aprovação.

DIREITOS DAS MULHERES E DAS MENINAS

Segundo o Observatório de Equidade de Gênero, foram registrados 63 feminicídios e suspeitas de feminicídio ao longo do ano. Em outubro, o Tribunal de Apelações de Porto Rico declarou inconstitucional um artigo do Código Penal referente a esse tipo de homicídio, alegando violação do devido processo legal e da presunção de inocência.

De acordo com organizações de direitos humanos, mulheres migrantes estavam mais expostas à violência doméstica, à exploração e aos maus-tratos devido ao temor de denunciar abusos e serem deportadas, em razão das novas políticas migratórias. O ICE se recusou a divulgar dados desagregados por sexo ou identidade de gênero das pessoas detidas, apesar de se tratar de informação pública.

USO EXCESSIVO DA FORÇA

Segundo a organização Kilómetro O, pelo menos 13 pessoas morreram em Porto Rico em consequência de ações policiais. Quatro dessas mortes ocorreram durante intervenções da polícia em situações de crise emocional relacionadas a transtornos de saúde mental. Para determinar se houve uso excessivo da força, o comissário da Polícia ordenou, em março, uma investigação administrativa após um incidente em que uma pistola de descarga elétrica foi utilizada durante a prisão de uma mulher.

DIREITO À INFORMAÇÃO

Em setembro, foi aprovada a Lei 114-2025, que alterou a Lei do Registro Demográfico para restringir o acesso a dados públicos — incluindo certidões de nascimento, casamento e óbito — criando obstáculos adicionais ao direito de acesso à informação, especialmente para a comunidade científica. Organizações de direitos humanos alertaram que a lei dificultava a busca de informações necessárias para pesquisas e para a formulação de políticas públicas.

Em dezembro, a governadora sancionou o Projeto 63, que altera a Lei de Transparência e de Procedimento Acelerado para Acesso à Informação Pública e amplia significativamente os prazos de resposta dos órgãos governamentais, prejudicando a prestação de contas sobre ações e decisões do governo.

PORTUGAL

República Portuguesa

Investigações revelaram novas evidências de maus-tratos nas prisões. Promotores deram seguimento a processos relacionados a denúncias de mortes ilegais de pessoas racializadas pela polícia. As autoridades continuaram a impor restrições ilegais ao direito de reunião pacífica. Houve indícios de aumento dos crimes de ódio. A violência de gênero permaneceu elevada, e as salvaguardas legais mostraram-se insuficientes. O acesso ao aborto continuou inadequado.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em maio, a coalizão governamental de centro-direita foi reeleita. O partido Chega, conhecido por sua retórica e posições antimigrantes e anticiganas, conquistou 60 assentos parlamentares e se tornou a maior legenda de oposição do país.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Em julho, um relatório do Provedor de Justiça revelou evidências de maus-tratos em três das 10 prisões visitadas ao longo de 2024.

O Ministério Público investigou suspeitas de que, em maio, duas pessoas presas nos Açores foram submetidas a maus-tratos.

Em outubro, o Comitê Europeu para a Prevenção da Tortura manifestou preocupação com falhas sistêmicas persistentes na apuração criminal de denúncias de tortura. O órgão também apontou a sobrerrepresentação de pessoas estrangeiras em casos de maus-tratos.

HOMICÍDIOS ILEGAIS

Em julho, dois policiais foram acusados de "sequestro agravado" e "homicídio qualificado", em razão de um ataque contra dois imigrantes marroquinos ocorrido em março de 2024, em Olhão, na região do Algarve. Ambas as vítimas estavam algemadas no momento da agressão, e uma delas morreu em decorrência das lesões sofridas. Os policiais foram suspensos de suas atividades até o julgamento.

Em outubro, teve início, em Sintra, próximo a Lisboa, o julgamento de um policial acusado pelo homicídio, em 2024, do chef negro Odair Moniz, no bairro da Cova da Moura, após uma perseguição policial. Uma segunda investigação foi aberta contra dois policiais por prestarem falso testemunho no caso.

LIBERDADE DE REUNIÃO PACÍFICA

Ativistas relataram ter sido indiciados por descumprir exigências de notificação prévia obrigatória para a realização de manifestações. O governo não adotou medidas para revisar a legislação que regula a liberdade de reunião pacífica — em vigor há décadas e incompatível com as normas internacionais.

Em junho, após diversos recursos, um tribunal confirmou a condenação do ativista Francisco Pedro por "desobediência qualificada" e aplicou-lhe multa de EUR 300 pela não notificação das autoridades acerca de um protesto pacífico contra a construção de um novo aeroporto em Lisboa, em 2019.

DISCRIMINAÇÃO

Em junho, a Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância (ECRI) manifestou preocupação com as lacunas no marco legal de combate aos crimes de ódio e com o baixo número de processos

judiciais instaurados, gerando uma percepção de impunidade. Dados obtidos em julho junto à Procuradoria-Geral da República revelaram que apenas 19 das 1.020 investigações sobre crimes supostamente motivados por ódio entre 2019 e 2024 resultaram em acusações formais.

Em outubro, o Parlamento iniciou a discussão de um projeto de lei para restringir o uso de coberturas faciais em locais públicos, medida que poderia violar os direitos à liberdade de expressão, de religião, de reunião pacífica e à privacidade.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

Em maio, o Grupo de Peritos do Conselho da Europa para o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica (GREVIO) identificou diversos obstáculos à proteção das vítimas, incluindo a leniência das sanções e a ineficácia das medidas protetivas.

Em julho, o Parlamento reclassificou o estupro como crime de ação pública, permitindo que as autoridades investigassem casos mesmo quando as vítimas não tivessem apresentado queixa ou comunicado o caso à polícia.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

O acesso ao aborto permaneceu desigual em todo o país. Muitos profissionais da área médica se recusaram a realizar o procedimento por objeção de consciência, sendo as restrições mais severas enfrentadas por pessoas residentes nas ilhas dos Açores e na região do Alentejo. Dados divulgados em julho pelo Ministério da Saúde da Espanha mostraram que 2.525 pessoas residentes em Portugal buscaram serviços de aborto na Espanha entre 2019 e 2023, frequentemente devido ao limite legal de 10 semanas vigente em Portugal.¹

DIREITOS DAS PESSOAS REFUGIADAS E MIGRANTES

Em setembro, o Parlamento aprovou legislação que restringe o direito à reunificação familiar para pessoas migrantes e solicitantes de asilo.

DIREITO A UM MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL

Em julho e agosto, incêndios florestais devastaram a região centro-norte do país, causando quatro mortes. Portugal registrou a maior porcentagem de "área queimada" entre os países da União Europeia em 2025, com 3,02% do território afetado.

Em agosto, o Comitê da Convenção de Aarhus determinou que Portugal havia violado o direito de acesso à informação de modo "deliberado e infundado" no âmbito do processo de avaliação ambiental da mina de lítio de Barroso, em Boticas, nordeste do país.

DIREITO À MORADIA

Em julho, pelo menos 50 famílias foram removidas à força após demolições em bairros próximos a Lisboa, muitas delas ficando sem moradia.

Em setembro, o governo implementou medidas para enfrentar a escassez de moradias acessíveis. No entanto, a redução de impostos para proprietários que cobrassem aluguéis de até EUR 2.300 por mês suscitou preocupações de que a medida pudesse provocar aumentos nos valores dos aluguéis até esse limite.

TRANSFERÊNCIAS IRRESPONSÁVEIS DE ARMAS

O governo reconheceu que ao menos três caças F-35, vendidos pelos Estados Unidos a Israel, foram autorizados a fazer escala na Base Aérea das Lajes, nos Açores, em abril. A escala facilitou a transferência de armas para Israel, em

violação das obrigações assumidas por Portugal no âmbito do Tratado sobre o Comércio de Armas e do direito internacional humanitário.

¹ *An Option Without Choice: Report on Voluntary Termination of Pregnancy in Portugal, junho*

RÚSSIA

Federação Russa

A Rússia continuou sua guerra de agressão contra a Ucrânia. As restrições aos direitos à liberdade de expressão, de reunião pacífica e de associação se intensificaram. A censura na internet aumentou. Violações do direito à liberdade de religião e de crença continuaram. A legislação foi instrumentalizada para reprimir o dissenso. Detenções arbitrárias baseadas em acusações forjadas, combinadas com a ausência de investigações independentes e imparciais e com julgamentos injustos, permaneceram como marca característica dos sistemas de justiça e de aplicação da lei. A tortura e outros maus-tratos eram endêmicos e perpetrados com quase total impunidade. Pessoas detidas eram mantidas em condições desumanas ou degradantes. Exigências restritivas impediram a maioria das crianças migrantes de se matricular nas escolas. A comunidade LGBTI continuou sendo criminalizada, e a cultura queer, suprimida. A violência doméstica permaneceu ausente da agenda legislativa. Mais autoridades regionais introduziram obstáculos ao aborto. Considerações econômicas prevaleceram sobre as obrigações de adotar ações climáticas.

INFORMAÇÕES GERAIS

A guerra de agressão contra a Ucrânia continuou, com a Rússia ocupando mais territórios ucranianos e cometendo novas violações do direito internacional humanitário, incluindo crimes de guerra e outros crimes previstos no direito internacional (ver seção sobre a Ucrânia).

Em abril, as forças russas retomaram partes da região de Kursk ocupadas pelas forças ucranianas desde agosto de 2024.

A Ucrânia ampliou os ataques contra alvos militares e outros dentro da Rússia, incluindo instalações de produção e exportação de petróleo e gás, provocando escassez local de combustíveis. Vários desses ataques resultaram em vítimas e danos à infraestrutura civil.

O governo aumentou alguns impostos e tomou outras medidas para recompor o orçamento de guerra. O crescimento econômico desacelerou, a inflação permaneceu elevada e o custo de vida continuou a aumentar.

A Rússia manteve sua recusa em cooperar com o mandato da Relatoria Especial da ONU para a Rússia.

VIOLAÇÕES DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

Graves violações de direitos humanos continuaram sendo cometidas contra prisioneiros ucranianos, tanto militares quanto civis, transferidos para a Rússia. Essas violações incluíram desaparecimentos forçados, prisões arbitrárias, detenção incomunicável, tortura e outros maus-tratos, além de julgamentos injustos. Alguns desses atos configuraram crimes de guerra e crimes contra a humanidade.¹

Um relatório da OSCE apresentado em setembro documentou “tortura e maus-tratos generalizados e sistemáticos” contra prisioneiros de guerra ucranianos ao longo de todo o período de cativeiro, além de outras violações de direitos humanos, incluindo execuções extrajudiciais no campo de batalha e em centros de detenção.

Após a intensificação dos ataques russos à infraestrutura energética da Ucrânia, a partir de setembro a Ucrânia lançou ataques contra instalações energéticas russas, causando apagões temporários em diversas regiões (ver seção sobre a Ucrânia).

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

A liberdade de expressão permaneceu severamente restringida. Pessoas que se opunham à guerra contra a Ucrânia, criticavam políticas e autoridades governamentais ou expressavam opiniões divergentes enfrentaram sanções severas em diversos processos administrativos e criminais.

Em março, o Supremo Tribunal manteve a sentença de 12 anos de prisão contra o ativista transgênero Mark Kislitsyn, que havia transferido 865 rublos (aproximadamente USD 10) para uma conta bancária ucraniana como protesto pacífico contra a invasão em larga escala da Ucrânia. As autoridades alegaram que o dinheiro foi enviado “para as necessidades das Forças Armadas ucranianas”.²

Em abril, um tribunal de São Petersburgo condenou a ex-estudante de medicina Daria Kozyreva a 32 meses de prisão por “desacreditar” as Forças Armadas, por ter publicado um blog criticando a guerra, concedido entrevista à organização de notícias RFE/RL e afixado uma citação de um poema do renomado poeta ucraniano Taras Shevchenko em seu monumento na cidade.

Em julho, o Supremo Tribunal classificou o inexistente “Movimento Internacional de Satanistas” como organização “extremista” e o proibiu. A audiência ocorreu a portas fechadas, sem representantes do suposto grupo. Em novembro, um tribunal em São Petersburgo impôs uma sentença de 12 dias de detenção administrativa pela posse de um livro e um copo que supostamente exibiam símbolos associados ao movimento proibido.

A partir de setembro, “procurar deliberadamente na internet por materiais extremistas” e promover o uso de redes privadas virtuais (VPNs) tornou-se uma infração administrativa punível com multa. A primeira penalidade foi aplicada em dezembro.

Em outubro, três integrantes da banda Stoptime foram detidos por suas apresentações nas ruas e condenados a entre 12 e 13 dias de detenção administrativa. Após o término da primeira punição, receberam nova detenção de 13 dias; quando esta terminou, dois integrantes — o vocalista e o guitarrista — foram novamente detidos por mais 13 dias. O vocalista também foi multado por “desacreditar” as Forças Armadas ao interpretar músicas proibidas pelas autoridades. Ao serem finalmente soltos, o vocalista e o guitarrista deixaram o país. Outros músicos de rua que se apresentaram em apoio a eles também foram submetidos à detenção administrativa.

DIREITO À INFORMAÇÃO

A censura permeou a vida pública. Referências a diversos temas proibidos foram banidas, assim como músicas, livros e filmes de autores designados como “agentes estrangeiros” ou arbitrariamente listados como “terroristas e extremistas”.

As autoridades continuaram seus esforços para construir uma “internet soberana”, bloqueando o acesso a sites, plataformas digitais e redes sociais, e reduzindo a velocidade do tráfego de internet.

A partir de agosto, com o argumento de combater a aplicação de golpes, o órgão regulador da mídia, Roskomnadzor, impôs restrições ao WhatsApp e ao Telegram, amplamente utilizados para comunicações confidenciais. Os usuários passaram a ser forçados a migrar para a plataforma russa MAX, gerando preocupações sobre privacidade.

LIBERDADE DE REUNIÃO PACÍFICA

As autoridades continuaram a negar autorização para protestos, dispersando e processando manifestantes pacíficos. Apesar da repressão, os protestos continuaram em toda a Rússia, ainda que em pequena escala e relacionados a questões locais.

Na República de Altai, centenas de pessoas participaram de uma série de protestos pacíficos contra o governador local. Pelo menos oito manifestantes foram submetidos à detenção administrativa.

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

As autoridades continuaram a instrumentalizar a legislação — incluindo leis sobre “agentes estrangeiros” e “organizações indesejáveis” — para reprimir a sociedade civil.

Durante o ano, outras 219 organizações, veículos de comunicação e indivíduos foram designados como “agentes estrangeiros”. As acusações por violações administrativas e criminais por “descumprimento das obrigações de agente estrangeiro” aumentaram, com muitos casos sendo julgados na ausência dos réus.

Emendas legislativas aprovadas em setembro proibiram organizações classificadas como “agentes estrangeiros” de realizar quaisquer atividades educativas ou de ensino, retiraram seu acesso ao apoio municipal e aos benefícios concedidos a “ONGs de orientação social” e estabeleceram regras mais rigorosas.

Emendas ao Código Penal introduzidas em outubro rebaixaram de duas para uma o número de penalidades administrativas necessárias para que as autoridades pudessem instaurar processo criminal por descumprimento da legislação sobre "agentes estrangeiros".

Outras 95 organizações, incluindo a Anistia Internacional e a Human Rights Watch, foram classificadas como "indesejáveis".

Em maio, um tribunal de Moscou condenou Grigory Melkonyants, copresidente do observatório eleitoral Golos, a cinco anos de prisão por "organizar as atividades de uma organização indesejável" e o proibiu de exercer atividades cívicas por nove anos.

LIBERDADE DE RELIGIÃO E DE CRENÇA

As violações do direito à liberdade de religião e crença continuaram.

Testemunhas de Jeová seguiram sendo processadas arbitrariamente sob acusações de "extremismo". Até outubro, pelo menos 157 pessoas estavam presas, incluindo algumas provenientes de territórios ucranianos ocupados pela Rússia.

Até novembro, ao menos 10 comunidades batistas foram proibidas de se reunir sem registro oficial e notificação prévia às autoridades.

REPRESSÃO ÀS DIVERGÊNCIAS

Houve aumento dos processos criminais baseados em acusações politicamente motivadas, incluindo extremismo, terrorismo, traição, espionagem e "cooperação confidencial com um Estado estrangeiro ou com organização estrangeira ou internacional". Medidas repressivas contra políticos opositoristas dentro e fora da Rússia, bem como contra os movimentos que representavam, abriram caminho para a repressão em massa de seus associados.

Em março, um tribunal militar em São Petersburgo condenou Aleksander Skobov a 16 anos de prisão por acusações de terrorismo relacionadas a postagens nas redes sociais e a sua participação em uma conferência organizada pelo Fórum Rússia Livre na Lituânia. A organização, já classificada como "indesejável", foi posteriormente designada como "terrorista" em agosto.

Em outubro, Maksim Kruglov, membro destacado do partido Yabloko, foi detido sob acusação de "divulgar notícias falsas sobre as Forças Armadas" por suas postagens nas redes sociais e incluído no cadastro de "terroristas e extremistas". A investigação ainda estava em andamento no final do ano. Vários outros membros destacados do Yabloko foram arbitrariamente detidos, multados ou condenados.

Também em outubro, o Serviço Federal de Segurança acusou à revelia 23 membros do Comitê contra a Guerra, criado no exílio por personalidades de destaque para se opor à guerra de agressão da Rússia. Eles foram acusados de "organizar uma comunidade terrorista" e planejar a "tomada violenta do poder" — crimes passíveis de prisão perpétua.

Em novembro, o Supremo Tribunal classificou a Fundação Anticorrupção (ACF), registrada nos Estados Unidos e fundada por colegas do falecido prisioneiro de consciência Aleksei Navalny, como "organização terrorista".

DETENÇÕES ARBITRÁRIAS E JULGAMENTOS INJUSTOS

Detenções arbitrárias com base em acusações forjadas continuaram sendo uma marca característica do sistema de aplicação da lei. Investigações foram realizadas com irregularidades processuais, e julgamentos — inclusive em casos politicamente motivados — foram injustos.

Em janeiro, três advogados de Aleksei Navalny — Vadim Kobzev, Aleksei Liptser e Igor Sergunin — foram condenados a penas de até cinco anos e meio de prisão. Eles foram acusados de “participação em uma comunidade extremista” por supostamente ajudarem seu cliente a se comunicar com colegas fora da prisão.

Em março, a jornalista Maria Ponomarenko, que já cumpria pena de seis anos por suas postagens antiguerra nas redes sociais, foi condenada a mais 22 meses de prisão sob novas acusações de “perturbar o funcionamento de uma colônia penal”. Outro processo com a mesma acusação foi instaurado contra ela em agosto.

A perseguição judicial contra apoiadores de Aleksei Navalny se intensificou. Em abril, quatro jornalistas — Antonina Favorskaya, Sergei Karelin, Konstantin Gabov e Artem Krieger — foram condenados a cinco anos de prisão por suposta cooperação com a ACF (ver acima). Até dezembro, mais de 100 processos haviam sido abertos contra pessoas que fizeram doações à ACF.

Em maio, a advogada de direitos humanos Maria Bontsler foi arbitrariamente presa e detida sob acusação de “cooperação confidencial com um Estado estrangeiro”. Em uma audiência judicial em agosto, seu advogado afirmou que o processo havia sido iniciado por um agente do Serviço Federal de Segurança que queria que ela implicasse outro advogado, e que as provas em seu caso haviam sido falsificadas.

Em julho, um tribunal militar em Moscou sentenciou o renomado escritor Boris Akunin, em sua ausência, a 14 anos de prisão por “descumprimento das obrigações de agente estrangeiro” e “terrorismo”, devido ao seu apoio à Ucrânia. Em dezembro, ele foi sentenciado, novamente à revelia, a mais um ano de prisão por não cumprir as exigências de agente estrangeiro.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

A tortura e outros maus-tratos sob custódia permaneceram endêmicos, assim como a impunidade dos responsáveis. Pessoas detidas foram mantidas em condições desumanas ou degradantes e frequentemente privadas de assistência médica e de contato com o mundo exterior.

Em junho, autoridades policiais prenderam dezenas de pessoas de origem étnica azeri em Ecaterimburgo, supostamente no âmbito de uma investigação sobre crimes passados. Um dos detidos descreveu como todos foram espancados e torturados com choques elétricos por cerca de uma hora. Várias pessoas foram hospitalizadas e dois homens morreram sob custódia.

Após ser transferido para uma colônia penal no Território de Altai em julho, o dissidente preso Aleksei Gorinov foi arbitrariamente colocado em cela disciplinar de isolamento (SHIZO), onde permaneceu por mais de dois meses em condições desumanas e degradantes. Em setembro, foi arbitrariamente transferido para uma cela de isolamento de regime rigoroso por dois meses, antes de ser retransferido para a SHIZO em novembro.

A família do defensor dos direitos humanos Bakhrom Khamroev, condenado em 2023 a mais de 13 anos de prisão com base em acusações forjadas de “terrorismo”, informou que ele havia sido arbitrariamente colocado em cela punitiva, maltratado e privado de cuidados médicos adequados. Em agosto, foi transferido para uma colônia penal de segurança máxima no extremo norte do país, a milhares de quilômetros de sua família.

O ativista Mikhail Krieger, cumprindo pena de sete anos por criticar as autoridades nas redes sociais, permaneceu em greve de fome por quase 50 dias em protesto contra maus-tratos, incluindo o confinamento arbitrário em cela de

Em setembro, a Rússia retirou-se oficialmente da Convenção Europeia para a Prevenção da Tortura e das Penas ou Tratamentos Desumanos ou Degradantes.

IMPUNIDADE

Apesar de milhares de apelos públicos, não houve progresso na investigação do sequestro da jovem chechena Seda Suleimanova, ocorrido em 2023, nem de seu suposto assassinato “em nome da honra”. Em vez disso, sua amiga Elena Patyeva, que vinha fazendo campanha por justiça desde o desaparecimento de Seda, foi detida repetidamente ao longo do ano e cumpriu uma pena de 10 dias de detenção administrativa por realizar protestos individuais.

O site de notícias independente Verstka relatou a ocorrência generalizada de extorsão financeira, execuções extrajudiciais, tortura e outros maus-tratos dentro das forças militares russas na Ucrânia, perpetrados com quase total impunidade, principalmente por oficiais superiores.

Em setembro, a ACF alegou que a morte do líder opositor Navalny em 2024 na prisão teria resultado de envenenamento, citando os resultados de exames conduzidos por dois laboratórios forenses estrangeiros não identificados e fotografias de sua cela. As alegações não foram objeto de investigação oficial.

DIREITO À EDUCAÇÃO

Em abril, as autoridades tornaram obrigatórios os testes de língua russa para crianças migrantes e passaram a exigir comprovação de entrada legal no país, tanto delas quanto de suas famílias, como condição para matrícula escolar. Em setembro, o órgão regulador da educação, Rosobrnadzor, informou que mais de 87% das crianças de famílias migrantes não haviam cumprido os requisitos de matrícula.

DIREITOS DAS PESSOAS LGBTI

As autoridades continuaram a criminalizar a expressão da identidade LGBTI e a suprimir a cultura queer. Pessoas foram perseguidas arbitrariamente com base em leis administrativas e penais por acusações de “propaganda LGBT” e “extremismo”. As operações policiais em locais frequentados por pessoas LGBTI continuaram. Livrarias, editoras, meios de comunicação e plataformas de filmes on-line enfrentaram censura e foram obrigados a retirar obras culturais de circulação, censurá-las ou pagar multas.

Em novembro, em um julgamento a portas fechadas, um tribunal de Moscou declarou postumamente Andrey Kotov, proprietário da agência de turismo Men Travel, culpado de participar de uma "organização extremista — movimento LGBT" e de usar pessoas menores de 18 anos para distribuir pornografia. Ele havia sido preso em novembro de 2024 e denunciado ter sofrido tortura e maus-tratos durante sua prisão e detenção. No mês seguinte, seu advogado foi informado de que Andrey Kotov havia tirado a própria vida.

Em maio, três editores de livros foram presos em Moscou e colocados em prisão domiciliar por acusações relacionadas ao extremismo, por suposta "propaganda LGBT" em livros publicados por gráficas afiliadas.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

Embora pesquisas demonstrassem forte apoio público à introdução de legislação para combater a violência doméstica, os legisladores não agiram e deixaram de priorizar até mesmo modestos esforços de reforma.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Autoridades regionais continuaram a introduzir barreiras ao aborto, incluindo incentivos financeiros para medidas contrárias ao aborto. Prestadores de serviços enfrentaram crescente pressão, inclusive com casos de diretrizes informais das autoridades proibindo o procedimento. Mulheres grávidas que buscavam aborto relataram ter sido coagidas a continuar a gestação. Algumas precisaram viajar para clínicas em outras regiões para realizar o procedimento. Até maio, autoridades de pelo menos oito regiões haviam introduzido um pagamento único a adolescentes grávidas, supostamente para atingir metas de natalidade. Cresceram os apelos por uma proibição federal da prática de coagir mulheres a realizar abortos.

DIREITO A UM MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL

Em outubro, a ONG Greenpeace declarou que a Rússia havia se consolidado como uma “economia de guerra, movida a combustíveis fósseis e propaganda”, causando devastação ambiental doméstica e impactando negativamente a sustentabilidade global — resultado, segundo a organização, de “uma dramática escalada da repressão contra a sociedade civil” que “alterou radicalmente o estado do ambientalismo na Rússia”.

A Rússia apresentou sua NDC atualizada em setembro, embora especialistas do Climate Change Performance Index tenham observado que a nova meta de emissões era, na prática, superior aos níveis atuais de emissões. O Climate Action Tracker classificou as políticas, metas e ações climáticas do país como “criticamente insuficientes” para cumprir a meta de 1,5°C do Acordo de Paris.

¹ “Russia/Ukraine: Ill-treatment of Ukrainians in Russian captivity amounts to war crimes and crimes against humanity”, 4 de março

² “Russia: Release transgender activist Mark Kislytsyn”, 29 de agosto

³ “Russia: Authorities step up criminal reprisals against anti-war Yabloko party”, 5 de dezembro

SÍRIA

República Árabe da Síria

O presidente recém-designado formou um governo de transição. As autoridades estabeleceram uma Comissão Nacional de Justiça de Transição e uma Comissão Nacional para Pessoas Desaparecidas e deram início ao julgamento de cinco ex-altos funcionários por crimes cometidos durante a era Assad. A detenção arbitrária continuou a ser utilizada pelo governo e pelas Forças Democráticas Sírias (SDF) no nordeste da Síria. Mais de 30.000 pessoas sob custódia das SDF continuaram a ser submetidas a violações de direitos humanos. Forças governamentais, forças apoiadas pelo governo e membros de milícias mataram ilegalmente pessoas da minoria alauíta e executaram extrajudicialmente integrantes da comunidade drusa. Grupos armados drusos e combatentes tribais beduínos cometeram graves abusos no governadorado de Suwayda, incluindo sequestros, homicídios ilegais e incêndio de casas. As autoridades não investigaram adequadamente os sequestros de mulheres e meninas alauítas nem responsabilizaram os autores. A Síria enfrentou a seca mais severa das últimas décadas, agravando a crise humanitária. Israel continuou a ocupar as Colinas de Golã e deslocou tropas para a zona-tampão desmilitarizada da ONU.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em 29 de janeiro, o Comando de Operações Militares da Síria nomeou Ahmad al-Sharaa para conduzir o país no período de transição após a queda do antigo governo liderado pelo presidente Bashar al-Assad, em 8 de dezembro de 2024. A nova Declaração Constitucional, aprovada em 13 de março pelo Presidente al-Sharaa, estabeleceu um marco para um período transicional de cinco anos. Em 29 de março, o Presidente formou um governo de transição, composto por 23 ministros.

Em 10 de março, o Presidente al-Sharaa e Mazloum Abdi, comandante das Forças Democráticas Sírias (SDF, na sigla em inglês) — braço militar da Administração Autônoma do Norte e Leste da Síria, de liderança curda — assinaram um acordo para integrar as instituições civis e militares do nordeste sírio ao governo central. O acordo não foi implementado.

Em maio, o Ministério da Defesa anunciou a integração de todas as facções armadas às forças militares.

Em 22 de junho, o Ministério da Saúde da Síria informou que pelo menos 25 pessoas morreram e 63 ficaram feridas em um atentado suicida a bomba em uma igreja na capital, Damasco.

A União Europeia, o Reino Unido e os Estados Unidos suspenderam ou flexibilizaram a maior parte de suas sanções contra a Síria.

Em outubro, subcomissões eleitorais elegeram 122 dos 140 deputados. As 18 cadeiras restantes, representando Suwayda, um governado no sul da Síria, e o nordeste do país, permaneceram vagas devido aos desafios políticos e de segurança em curso. O presidente al-Sharaa não nomeou os 70 membros adicionais exigidos pela nova Declaração Constitucional.

A crise humanitária permaneceu grave: 16,7 milhões de pessoas necessitavam de assistência urgente. O plano de resposta humanitária da ONU continuava com apenas 10% do financiamento garantido. Em janeiro, a suspensão repentina de grande parte do financiamento humanitário dos Estados Unidos para a Síria forçou o fechamento de algumas unidades de saúde e organizações de direitos humanos, a interrupção da assistência alimentar e reduções de pessoal e operações de ONGs locais.

Em outubro, o Banco Mundial estimou que o custo da reconstrução da Síria após 13 anos de conflito seria de aproximadamente USD 216 bilhões.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DE ASSOCIAÇÃO E DE REUNIÃO

Ao longo do ano, organizações da sociedade civil síria e meios de comunicação independentes recém-criados registraram-se e abriram escritórios em Damasco e em outras partes do país, após décadas de severas restrições ao espaço cívico sob o antigo governo Assad.

No entanto, legislações repressivas permaneceram em vigor, permitindo a instauração de processos por manifestação de opinião. Por exemplo, em 31 de julho, as autoridades processaram a jornalista Nour Suleiman por expressar sua opinião na internet sobre o sequestro de mulheres e meninas alauítas e outros ataques contra a comunidade alauíta, acusando-a de “divulgar notícias falsas”.

Organizações sírias e internacionais puderam realizar eventos públicos sobre questões de direitos humanos em diferentes regiões do país. Contudo, no final do ano, as autoridades locais passaram a exigir cada vez mais autorização prévia para tais eventos.

DIREITO A UM JULGAMENTO JUSTO

As autoridades adotaram algumas medidas para enfrentar a necessidade urgente de reforma judicial. No entanto, a nomeação de juízes permaneceu firmemente nas mãos do Poder Executivo, a pena de morte não foi abolida e crimes previstos no direito internacional ainda não haviam sido incorporados à legislação nacional.

Em junho, o governo suspendeu o Tribunal Antiterrorismo, utilizado pelo antigo governo Assad para perseguir indivíduos considerados opositores por meio de julgamentos injustos. Em outubro, o Ministério da Justiça anunciou a anulação de pelo menos 287.000 sentenças judiciais proferidas pelos tribunais antiterrorismo e militares do antigo governo Assad, incluindo condenações baseadas em acusações frequentemente

usadas para criminalizar o exercício dos direitos humanos, como insultar o chefe de Estado, insultar o Exército e participar de protestos.

DIREITO À VERDADE, À JUSTIÇA E À REPARAÇÃO

Em maio, o governo estabeleceu a Comissão Nacional para a Justiça de Transição. Embora o decreto de criação determinasse que a comissão deveria tratar das violações cometidas pelo antigo governo Assad, em novembro o órgão informou à Anistia Internacional que trataria dos abusos cometidos por todas as partes do conflito, incluindo o antigo governo Assad e grupos armados de oposição; e que um novo projeto de lei sobre justiça de transição estabeleceria essa previsão.

Em julho, as autoridades prenderam as ex-ministras Kinda Shamat e Rima al-Qadiri, entre outras pessoas, por seu suposto envolvimento no desaparecimento forçado de crianças separadas de seus pais detidos entre 2011 e 2024.

As autoridades também prenderam outros suspeitos de violações de direitos humanos e crimes contra pessoas cometidos na Síria entre 2011 e 2024, incluindo chefes de serviços de inteligência onde pessoas foram torturadas e submetidas a desaparecimento forçado; suspeitos de assassinatos em massa; e outros altos funcionários. Em novembro, o ministro da Justiça confirmou à Anistia Internacional que cinco julgamentos de ex-altos funcionários por crimes da era Assad estavam em andamento, e que dezenas permaneciam detidos sob investigação. Pelo menos duas figuras de destaque do antigo governo aparentemente receberam garantias contra processos judiciais, apesar de informações confiáveis sobre sua responsabilidade por graves violações de direitos humanos.

Em setembro, as autoridades emitiram um mandado de prisão contra o ex-presidente Bashar al-Assad por acusações de homicídio e tortura.

Tribunais na França, na Alemanha e nos Países Baixos continuaram a investigar e processar pessoas suspeitas de cometer crimes previstos no direito internacional na Síria, inclusive com base no princípio da jurisdição universal. Mecanismos internacionais de direitos humanos, incluindo a Instituição Independente da ONU para Pessoas Desaparecidas, receberam acesso à Síria.

DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

Ao longo do ano, familiares de pessoas desaparecidas organizaram manifestações — incluindo vigílias em "tendas da verdade" espalhadas por cidades e vilarejos sírios —,¹ exigindo medidas para esclarecer o destino e o paradeiro de seus familiares, recuperar os restos mortais das pessoas falecidas, responsabilizar os autores e pôr fim aos desaparecimentos forçados. Familiares e sobreviventes de detenção expressaram frustração porque a busca pelos desaparecidos ainda não havia começado de forma efetiva.²

Em maio, as autoridades criaram uma Comissão Nacional para Pessoas Desaparecidas, encarregada de “esclarecer o destino de milhares de pessoas que desapareceram na Síria e garantir justiça às suas famílias”. Estima-se que mais de 100.000 pessoas tenham desaparecido entre 2011 e 2024.

Advogados relataram pelo menos três novos casos de desaparecimento forçado durante o ano.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Governo sírio

Autoridades governamentais prenderam integrantes da comunidade alauíta sem mandados de prisão. Entre eles havia funcionários de baixo escalão do antigo governo Assad. Alguns foram submetidos a desaparecimento forçado por várias semanas ou meses antes de suas famílias poderem vê-los. Durante toda a detenção, não foram informados das acusações

contra eles, foram privados de assistência jurídica e/ou não foram levados à presença de um juiz.

Em 6 de março, pelo menos 25 homens alauítas — incluindo um professor aposentado, um estudante e um mecânico — foram presos em suas casas no bairro de al-Qadam, em Damasco, sem mandados de prisão. Uma testemunha afirmou que seu irmão, que estava entre os detidos, foi preso por agentes da segurança geral e que seu destino e paradeiro permaneciam desconhecidos.

Forças Democráticas Sírias

As SDF foram responsáveis pela violação em larga escala dos direitos de mais de 30.000 pessoas sob sua custódia, detidas por suposta afiliação com o grupo armado Estado Islâmico. As vítimas incluíam crianças, mulheres e homens mantidos em pelo menos 27 centros de detenção e dois campos de detenção — Al-Hol e Roj — no nordeste da Síria. Muitas dessas pessoas estavam detidas desde 2019.

Ativistas relataram que as SDF prenderam arbitrariamente pelo menos cinco pessoas, predominantemente árabes, por expressarem opiniões on-line em apoio ao governo do Presidente al-Sharaa.

HOMICÍDIOS ILEGAIS

Em 6 de março, grupos armados afiliados ao antigo governo lançaram vários ataques coordenados contra instalações de segurança e militares nos governados costeiros predominantemente alauítas de Latakia e Tartous. Em resposta, o governo, apoiado por milícias aliadas, iniciou uma contraofensiva. Isso levou a uma escalada significativa da violência nesses governados, bem como nos governados de Hama e Homs. A Comissão Internacional Independente de Inquérito da ONU sobre a República Árabe Síria (UN Col) afirmou que 1.400 pessoas, em sua maioria civis, foram mortas “nos massacres que se seguiram”.

Em 8 e 9 de março, milícias apoiadas pelo governo mataram mais de 100 pessoas na cidade costeira de Baniyas, no governadorado de Tartous. A Anistia Internacional documentou pelo menos 32 desses assassinatos, que foram deliberados e visaram membros da comunidade alauíta.³ Homens armados perguntavam às pessoas se eram alauítas antes de ameaçá-las ou matá-las, em alguns casos culpando-as por violações cometidas pelo governo Assad.

Em agosto, a UN Col informou ter documentado homicídios, tortura, atos desumanos relacionados ao tratamento dos mortos, saques em larga escala, incêndio de casas e outras graves violações que tiveram como alvo predominante a comunidade alauíta em Latakia, Tartous e Hama, cometidas por integrantes das forças de segurança e militares, bem como por milícias e “particulares” que atuavam junto ou próximos às forças governamentais. A comissão concluiu que grupos armados associados ao antigo governo Assad também cometeram graves abusos.

Em 18 de novembro, teve início um julgamento público de suspeitos acusados de perpetrar os massacres de civis alauítas em Latakia e Tartous. O ministro da Justiça informou à Anistia Internacional que outros 80 suspeitos estavam detidos aguardando julgamento.

Em 22 de julho, o comitê nacional de investigação criado pelo presidente em 9 de março apresentou suas principais conclusões e afirmou ter identificado 298 supostos autores de crimes pertencentes às forças militares e de segurança, bem como a forças afiliadas; e 265 supostos autores pertencentes a grupos armados ligados ao antigo governo Assad. Apesar dos apelos nesse sentido, o governo não publicou o relatório do comitê.

EXEÇÕES EXTRAJUDICIAIS

Em julho, confrontos armados entre combatentes drusos e beduínos eclodiram no sul da Síria. Em resposta, em 15 de julho, forças governamentais entraram na cidade de Suwayda por 48 horas e impuseram um toque de recolher.

A Anistia Internacional documentou que forças governamentais sírias e forças afiliadas assassinaram deliberadamente, a tiros, 44 homens e duas mulheres drusos em uma praça pública, em residências, em uma escola, um hospital e um salão de cerimônias em Suwayda, configurando execuções extrajudiciais.⁴ Homens armados usando uniformes militares filmaram a si próprios matando pelo menos 12 homens a tiros. Imagens de circuito fechado de televisão do Hospital Nacional de Suwayda mostraram um homem armado em uniforme militar, na presença de outros homens armados e de um agente da segurança geral, disparando deliberadamente e matando um profissional de saúde.

Em 31 de julho, o ministro da Justiça criou um comitê investigativo sobre os acontecimentos em Suwayda. No entanto, até o final do ano, seus integrantes ainda não haviam conseguido visitar a cidade. Em 2 de setembro, o Ministério do Interior acolheu o relatório da Anistia Internacional sobre Suwayda e declarou “seu compromisso de proteger todos os sírios, independentemente de sua origem”. Em setembro e novembro, o porta-voz do comitê afirmou que os membros das forças de segurança e os militares suspeitos de abusos em Suwayda haviam sido encaminhados ao sistema judiciário

ABUSOS COMETIDOS POR GRUPOS ARMADOS

Grupos armados drusos e combatentes tribais beduínos também cometeram graves abusos na província de Suwayda, incluindo sequestros, homicídios ilegais e incêndio de casas.

Grupos armados drusos e combatentes tribais beduínos também cometeram graves abusos na província de Suwayda, incluindo sequestros, homicídios ilegais e incêndio de casas.

Em 16 de julho, a organização humanitária de busca e resgate Defesa Civil Síria enviou Hamza al-Amareen, chefe de seu Centro de Resposta a Emergências em Daraa, à cidade de Suwayda em resposta a um pedido de assistência da ONU após confrontos entre forças governamentais sírias e grupos armados drusos ocorridos no dia anterior. Com base em informações confiáveis recebidas por familiares próximos, Hamza al-Amareen foi sequestrado por grupos armados de liderança drusa enquanto viajava em um veículo claramente identificado como ‘Defesa Civil’, acompanhado por civis evacuados. Testemunhas relataram que homens armados levaram Hamza al-Amareen e o veículo, enquanto os demais passageiros foram deixados à beira da estrada. Seu paradeiro e destino permaneciam desconhecidos ao final do ano.⁵

Em 17 de julho, foram retomados os confrontos entre combatentes drusos e beduínos. Em 19 de julho, foi alcançado um acordo de cessar-fogo. Durante os combates, milhares de integrantes das comunidades drusa e beduína foram deslocados de suas casas.

Em 20 de julho, o Crescente Vermelho Árabe Sírio relatou “ataques contra voluntários, disparos contra uma ambulância e o incêndio de um armazém e de vários veículos estacionados” durante confrontos armados em Suwayda.

Em 13 de agosto, vários trabalhadores humanitários foram sequestrados por combatentes tribais beduínos em Daraa enquanto se deslocavam para entregar ajuda em Suwayda. Em 21 de agosto, o Ministério do Interior anunciou ter localizado os trabalhadores sequestrados e garantido sua libertação.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A Anistia Internacional documentou o sequestro de pelo menos 36 mulheres e meninas alauítas, com idades entre três e 40 anos, por homens armados não identificados nos governorados de Latakia, Tartous, Homs e Hama.⁶ Algumas famílias foram contatadas pelos sequestradores por meio de números telefônicos sírios ou estrangeiros, com exigência de pagamento de resgate ou ameaças caso continuassem procurando por seus entes queridos. As exigências de resgate variaram entre USD 10.000 e USD 14.000 e, mesmo quando pagas, as pessoas sequestradas não foram libertadas. Pelo menos duas mulheres, que eram casadas no momento do sequestro, entraram em contato com suas famílias para solicitar o divórcio de seus maridos. Elas informaram que haviam sido, ou seriam, forçadas a se casar com os sequestradores.

Na maioria dos casos, as forças policiais e de segurança não realizaram investigações efetivas. Algumas famílias que denunciaram os sequestros junto às autoridades relataram que suas preocupações foram ignoradas ou que foram responsabilizadas pelos desaparecimentos.

Em 3 de novembro, o porta-voz do ministro do Interior anunciou os resultados de uma investigação interna sobre os sequestros. Ele afirmou que, dos 42 casos relatados, apenas um foi confirmado como sequestro, enquanto os demais envolviam desaparecimentos por diversos motivos, como violência doméstica ou fuga voluntária.

DIREITO A UM MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL

A Síria registrou o menor volume de chuvas em três décadas, o que provocou uma seca severa que reduziu a produção de trigo em 40% e agravou a crise humanitária resultante de 13 anos de

conflito, deixando mais da metade da população em situação de insegurança alimentar.

Agricultores instaram o governo a reabilitar a infraestrutura agrícola em regiões-chave, promover culturas resistentes à seca, migrar para práticas agrícolas menos intensivas no uso de água e investir em uma agricultura sustentável e resiliente ao clima. O governo não pareceu tomar nenhuma medida nesse sentido durante o ano.

COLINAS DE GOLÃ OCUPADAS

As Colinas de Golã permaneceram sob ocupação e anexação ilegal de Israel. Após a derrubada do ex-presidente Assad, as forças militares israelenses construíram pelo menos oito bases militares e deslocaram tropas para a zona-tampão desmilitarizada pela ONU, que separava as Colinas de Golã ocupadas desde 1967 do restante da Síria.

Moradores da zona-tampão desmilitarizada relataram que os militares israelenses deslocaram à força os residentes, demoliram casas, destruíram florestas, impediram o acesso a terras agrícolas e realizaram detenções arbitrárias, algumas das quais resultaram na transferência de residentes para Israel.

¹ "Syria: Torture survivors of Saydnaya and other detention centres grappling with devastating needs and minimal support", 26 de junho

² *Truth Still Buried: The Struggle for Justice of Disappeared People's Families in Syria*, 29 de agosto

³ "Syria: Coastal massacres of Alawite civilians must be investigated as war crimes", 3 de abril

⁴ "Syria: New investigation reveals evidence government and affiliated forces extrajudicially executed dozens of Druze people in Suwayda", 2 de setembro

⁵ "Syria: Druze armed group should immediately release humanitarian worker abducted three months ago", 16 de outubro

⁶ "Syria: Authorities must investigate abductions of Alawite women and girls", 28 de julho

UCRÂNIA

Ucrânia

A Rússia continuou a realizar ataques indiscriminados em áreas densamente povoadas, visando infraestruturas civis críticas e aparentemente atacando civis de forma deliberada. Prisioneiros de guerra e detidos civis ucranianos foram submetidos a tortura, desaparecimento forçado e detenção em regime de incomunicabilidade nos territórios ocupados pela Rússia, onde a repressão a identidades não russas prosseguiu. Jornalistas investigativos relataram ter sido alvo de campanhas coordenadas de difamação. O direito à liberdade de religião foi restringido. Objetores de consciência foram impedidos de prestar serviço alternativo e foram processados judicialmente. Processos por colaboracionismo suscitaram preocupações quanto às garantias de julgamento justo.

INFORMAÇÕES GERAIS

A Rússia continuou a buscar novos ganhos territoriais e aumentou a intensidade e a escala dos ataques de longo alcance em toda a Ucrânia. A guerra de desgaste causou perdas consideráveis a ambos os lados. A Ucrânia desenvolveu, produziu e empregou equipamentos militares e táticas inovadoras e buscou reduzir sua enorme dependência de sistemas de armas e munições fornecidos por países estrangeiros. Seus negociadores resistiram à pressão dos Estados Unidos para fazer concessões territoriais e outras como parte de um acordo de paz com a Rússia.

O número de vítimas civis permaneceu elevado, com um total de 14.999 pessoas mortas e 40.601 feridas entre 24 de fevereiro de 2022 e setembro de 2025. Junho e julho foram os meses mais letais para a população civil da Ucrânia desde abril de 2022.

A economia permaneceu frágil e profundamente dependente de financiamento estrangeiro e de outras formas de ajuda. As autoridades tentaram enfraquecer instituições de combate à

corrupção por meio de uma nova legislação, mas a iniciativa foi frustrada por protestos populares. Em meio ao agravamento de uma severa escassez de energia, o Escritório Nacional Anticorrupção da Ucrânia e uma promotoria especializada descobriram um suposto esquema de propinas no setor energético, levando a prisões e renúncias nos altos escalões. A adesão à UE continuou sendo uma prioridade, enquanto a perspectiva de adesão à OTAN parecia cada vez mais incerta.

VIOLAÇÕES DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

Ataques ilegais

A intensificação dos ataques aéreos russos em toda a Ucrânia incluiu bombardeios indiscriminados em áreas densamente povoadas, ataques contra infraestruturas civis críticas e ataques dirigidos intencionalmente contra a população civil, que configuram crimes de guerra.¹ A Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre a Ucrânia, estabelecida pela ONU, concluiu que ataques com drones russos contra civis na região de Kherson constituíram o crime contra a humanidade de assassinato e crimes de guerra.

A Missão de Monitoramento dos Direitos Humanos da ONU na Ucrânia informou que a maioria das mortes e ferimentos de civis ocorreu próximo à linha de frente. Em dezembro, elas representaram 67% do total, sendo quase 30% causadas por ataques com drones FPV (visão em primeira pessoa). Com a chegada dos meses mais frios, a Rússia passou a atacar infraestruturas energéticas quase diariamente.² Em novembro, dados oficiais indicavam que a geração de energia era menos da metade do nível anterior a fevereiro de 2022. Milhões de pessoas sofreram com a falta de aquecimento e de eletricidade. Enquanto as temperaturas caíam, o fornecimento por vezes era limitado a três horas por dia. Em resposta,

a partir de setembro, a Ucrânia lançou ataques recíprocos contra infraestruturas energéticas dentro da Rússia, causando apagões locais temporários.

Segundo a ONU, 472 civis foram mortos e 1.188 ficaram feridos por minas terrestres ou outros explosivos entre fevereiro de 2022 e dezembro de 2025.

Execuções extrajudiciais

Segundo relatos da imprensa, até 10 de dezembro, o Gabinete do Procurador-Geral da Ucrânia havia documentado 322 casos de execução de prisioneiros de guerra ucranianos por forças russas desde o início da guerra em grande escala. Em agosto, Vladyslav Nahornyí foi capturado perto da cidade de Pokrovsk, na região de Donetsk. Ele relatou à imprensa ucraniana que ele e outros sete prisioneiros de guerra ucranianos haviam sido torturados por forças russas, que posteriormente mataram os demais. Apesar de ter tido a garganta cortada, ele sobreviveu e conseguiu rastejar de volta a uma posição ucraniana.

Tortura e outros maus-tratos

A Rússia continuou a negar o acesso de observadores internacionais a prisioneiros de guerra mantidos na Ucrânia ocupada e em outros locais, submetendo sistematicamente essas pessoas a desaparecimento forçado e detenção em regime de incomunicabilidade (ver seção sobre a Rússia). Prisioneiros libertados por meio de trocas relataram tortura generalizada e outros maus-tratos, incluindo negação de cuidados médicos, desnutrição e mortes frequentes.³ Um prisioneiro que passou 33 meses em cativeiro russo pesava apenas 40 kg quando foi entrevistado pela Anistia Internacional semanas após sua libertação, em janeiro. Outro ex-prisioneiro morreu em novembro, aos 46 anos, em decorrência de problemas de saúde, seis meses após sua libertação.

Prisioneiros de guerra russos mantidos pela Ucrânia e visitados por delegados da

Anistia Internacional em abril e setembro, em dois campos de detenção, relataram incidentes de maus-tratos no momento da captura. Também houve queixas menores sobre o tratamento recebido nos campos onde foram mantidos posteriormente; por exemplo, quanto à variedade limitada de alimentos disponíveis na loja do campo. Cativos não russos relataram insultos racistas por parte de outros prisioneiros e guardas.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

A derrogação da Ucrânia às suas obrigações nos termos do Artigo 10 da Convenção Europeia de Direitos Humanos, relativo à liberdade de expressão, permaneceu em vigor.

Jornalistas investigativos relataram ter sido alvo de campanhas coordenadas de difamação e de ações judiciais estratégicas contra a participação pública (SLAPPs), iniciadas por autoridades e empresários afetados por suas investigações. A jornalista ambiental Olena Mudra foi alvo de uma campanha difamatória, com artigos e imagens manipuladas divulgados em meios digitais, após publicar reportagem sobre um controverso projeto de parque eólico.

O ativista anticorrupção Vitaliy Shabunin passou a ser investigado criminalmente por suspeita de fraude — medida amplamente interpretada como represália por seu histórico de críticas ao Ministério da Defesa e ao Gabinete do Presidente sobre aquisição de armamentos.

LIBERDADE DE REUNIÃO PACÍFICA

Em julho, protestos espontâneos eclodiram na capital, Kiev, e em outras localidades contra uma legislação que enfraquecia instituições-chave de combate à corrupção. Apesar das restrições decorrentes da lei marcial e das preocupações com ataques aéreos russos a aglomerações ao ar livre, centenas de manifestantes permaneceram nas ruas por 10 dias até que suas reivindicações fossem efetivamente atendidas.

LIBERDADE DE RELIGIÃO E DE CRENÇA

Novas medidas foram adotadas com o objetivo de dissolver a Igreja Ortodoxa Ucraniana (IOU). O órgão regulador estatal solicitou que a IOU “rompesse seus laços” com a Igreja Ortodoxa Russa. A IOU recusou, alegando que isso já havia sido feito. Em setembro, seguiu-se um processo judicial envolvendo sua diocese de Kiev, sem decisão proferida até o fim do ano. Em outubro, especialistas da ONU criticaram a legislação que fundamenta esses processos por carecer de segurança jurídica e por “equiparar falsamente a filiação religiosa a ameaças à segurança nacional”. Também alertaram para a “perseguição” contra a IOU, criticaram processos contra clérigos, um jornalista e um advogado de defesa como forma de “punição coletiva” e instaram a Ucrânia a encerrar tais julgamentos e revisar as leis restritivas.

DIREITOS DAS PESSOA OBJETORAS DE CONSCIÊNCIA

Em 1º de maio, o Supremo Tribunal da Ucrânia decidiu que os cidadãos não poderiam se recusar ao serviço militar em tempo de guerra com base em convicções religiosas, e que o serviço alternativo estaria disponível apenas em tempos de paz. O tribunal observou, contudo, que as convicções de objetores de consciência deveriam ser “levadas em consideração” a fim de que pudessem cumprir suas obrigações de recrutamento sem “portar e/ou usar armas”. A decisão manteve a condenação do requerente, uma Testemunha de Jeová, mas substituiu a pena de três anos de prisão por um ano de liberdade condicional.

DIREITOS DAS PESSOAS IDOSAS

As pessoas idosas continuaram a sofrer danos desproporcionais em razão da agressão russa, com índices de mortalidade particularmente elevados

próximo à linha de frente, onde muitas optaram por permanecer devido a preocupações com moradia, acesso a serviços e os riscos de isolamento em caso de deslocamento. Em 9 de setembro, um ataque aéreo russo no vilarejo de Yarova, na região de Donetsk, matou 25 pessoas e feriu 19, a maioria delas aposentados que aguardavam na fila de um veículo dos serviços postais.

Mais da metade das pessoas residentes em abrigos temporários (que acolhiam cerca de 2% da população deslocada) tinha mais de 60 anos. Segundo o ACNUR, o órgão da ONU para os refugiados, até janeiro, 70% dos abrigos não dispunham de instalações sanitárias acessíveis e 65% não possuíam abrigos antibombas acessíveis.⁴

As pensões universais para pessoas em idade de aposentadoria deixavam os idosos abaixo do mínimo real de subsistência de UAH 7.461 (USD 178) por mês, com 62% dos pensionistas recebendo menos de UAH 5.000 (USD 119) mensais.

DIREITOS DAS CRIANÇAS

O número de crianças mortas em ataques russos aumentou mais de 200% entre março e maio em comparação com o trimestre anterior, segundo a ONU.

Crianças teriam sido recrutadas clandestinamente na internet para realizar ataques contra alvos militares, sabotagem ou coleta de informações. Pelo menos dois meninos teriam morrido e um ficou ferido ao executar essas missões. Além disso, segundo a ONU, até maio, 91 meninos e 12 meninas estavam detidos. Quarenta e duas crianças foram condenadas por terrorismo, espionagem e crimes relacionados à sabotagem, resultando na prisão de pelo menos sete delas.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Agentes dos Centros Territoriais de Recrutamento (CTR) continuaram a abordar e deter à força, em espaços públicos, homens em idade de alistamento para o serviço militar obrigatório. Vídeos mostrando a violência por parte dos funcionários dos CTR vieram à tona, acompanhados de relatos de abusos físicos e de outros tipos, inclusive com mortes.

Roman Sopin foi abordado em Kiev em 18 de outubro e levado ao CTR local. No dia seguinte, foi hospitalizado com um grave traumatismo craniano e faleceu em 23 de outubro. O CTR alegou que ele havia sofrido uma queda. A polícia só abriu inquérito criminal seis dias depois, após forte reação pública. Nenhum desfecho havia sido divulgado até o final do ano.

JULGAMENTOS INJUSTOS

Penas privativas e não privativas de liberdade foram impostas a centenas de pessoas condenadas por “atividades colaboracionistas”. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), dezenas foram condenadas “por atos que poderiam ser legalmente impostos pela Potência ocupante”. Monitores de direitos humanos enfatizaram que a prática foi inconsistente e que acusações redigidas de forma vaga foram aplicadas indevidamente, em alguns casos contra pessoas que prestavam serviços essenciais ou adotavam estratégias de sobrevivência sob a ocupação.

Em 8 de outubro, Viktoria Krykunova foi condenada a cinco anos de prisão por ter trabalhado brevemente em um fundo de pensão controlado pela Rússia em 2022, o que ela afirmou ter feito para financiar a mudança de sua família para o território sob controle do governo ucraniano.

DIREITOS DAS PESSOAS LGBTI

Como parte dos planos de adesão à União Europeia aprovados em maio, a Ucrânia comprometeu-se a adotar o projeto de lei de 2023 sobre parcerias civis (incluindo uniões entre pessoas do mesmo sexo), mas não o havia feito até o final do ano. Em junho, em decisão inédita, um tribunal local de Kiev reconheceu um casal do mesmo sexo como uma “família de fato” nos termos da legislação ucraniana.

Em 14 de junho, Kiev sediou uma marcha do Orgulho, com mais de 1.500 participantes. Devido à lei marcial, a participação foi limitada e condicionada a inscrição prévia.

Em junho, uma pesquisa indicou que mais de 50% da população apoiava uniões entre pessoas do mesmo sexo e mais de 70% apoiavam direitos iguais para pessoas LGBTI, refletindo avanços significativos nas atitudes sociais.

DIREITO A UM MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL

Em fevereiro, as emissões relacionadas ao conflito desde o início da invasão em grande escala teriam atingido o equivalente a 230 toneladas métricas de CO₂. A guerra de agressão conduzida pela Rússia continuou a causar graves danos ao meio ambiente e a aumentar o risco de desastres ambientais. Em 14 de fevereiro, autoridades ucranianas informaram que um ataque noturno com drones russos atingiu a estrutura protetora que recobre o reator danificado de Chernobyl, elevando o risco de vazamento radioativo.

Em setembro, a Agência Internacional de Energia Atômica manifestou preocupação com o fato de que seus sete pilares indispensáveis de segurança nuclear estavam sendo comprometidos na usina nuclear de Zaporizhzhia, ocupada pela Rússia.

Segundo relatos da imprensa, em 8 de novembro drones russos destruíram a primeira usina industrial de biomassa da Ucrânia, considerada um símbolo do avanço do país em direção à energia verde.

TERRITÓRIOS OCUPADOS PELA RÚSSIA (GOVERNO DA RÚSSIA)

Liberdade de expressão

A liberdade de expressão permaneceu severamente restringida, com limitações ao acesso de meios de comunicação independentes e à livre circulação de informações. Tentativas de exercer esse direito eram puníveis com prisão e outras penalidades severas nos termos da legislação e das práticas nacionais russas (ver seção sobre a Rússia).

Privação arbitrária de nacionalidade

Em março, a Rússia promulgou legislação que obrigava os cidadãos ucranianos sem direito formal de residência na Federação Russa a deixar o país ou a "regularizar sua situação jurídica" até 10 de setembro. O descumprimento poderia resultar em "remoção forçada". Para residentes dos territórios ocupados, em particular, cumprir a exigência significava obter passaportes russos ou autorizações de residência como "estrangeiros" para evitar deportação.

Direitos das pessoas deslocadas internamente

A Rússia continuou a avançar com uma legislação destinada a privar residentes dos territórios ilegalmente anexados em 2022 de seus bens e de outros direitos caso se recusassem adotar a cidadania russa, em flagrante violação das leis da guerra. Em março, a Rússia atualizou a legislação que proibia cidadãos da Ucrânia e de outros "Estados não amistosos" de "registrar direitos de propriedade sobre imóveis" nesses territórios até 2028.

Em julho, novas leis anularam todos os documentos de propriedade emitidos pela Ucrânia. Para manter seus direitos, os proprietários precisariam de uma validação oficial russa ou, no caso de documentos emitidos após setembro de 2022, de uma autorização especial rigorosa. Uma legislação adotada em dezembro permitiu o confisco e a reatribuição de propriedades ditas "sem dono" — medida que visava explicitamente pessoas deslocadas dos territórios ucranianos ocupados.

Detenções arbitrárias e desaparecimentos forçados

Civis ucranianos foram rotineiramente submetidos a tortura e outros maus-tratos, detenção prolongada em regime de incomunicabilidade, desaparecimento forçado e outras formas de tratamento desumano. Esses abusos continuaram sendo frequentes tanto nos territórios ocupados quanto, no caso de pessoas transferidas, na própria Rússia.

Em março, a Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre a Ucrânia descreveu a prática de desaparecimento forçado e tortura como crimes contra a humanidade, cometidos pelas autoridades russas "como parte de um ataque generalizado e sistemático contra a população civil e em conformidade com uma política estatal coordenada".

Em maio, a Ouvidoria ucraniana informou ter documentado quase 16.000 casos de detenção arbitrária pelas autoridades russas de ocupação desde 2014, com mais de 1.800 pessoas detidas na Rússia naquele momento.

Tortura e outros maus-tratos

Segundo um relatório publicado em setembro pelo ACNUDH, o escritório de direitos humanos da ONU, mais de 92% dos 216 civis libertados entrevistados entre junho de 2023 e setembro de 2025 relataram de forma consistente e

detalhada ter sido submetidos a tortura e outros maus-tratos durante o cativeiro. O relatório observou que 38 civis morreram sob custódia em decorrência de tortura ou outros maus-tratos, condições de detenção precárias ou negação de cuidados médicos necessários.

Direito à educação

As autoridades de ocupação continuaram a restringir ou eliminar o ensino em línguas não russas sob o currículo russo, imposto de forma uniforme em todos os territórios ocupados. Isso sujeitou as crianças à doutrinação e lhes negou uma educação de qualidade. O ensino em ucraniano e em tártaro da Crimeia continuou a diminuir, prejudicado por obstáculos sistêmicos e pelo receio das famílias em buscar ensino nessas línguas. No início do novo ano letivo, em setembro, todas as disciplinas acadêmicas relacionadas ao estudo da “língua nativa (ucraniana)” foram removidas dos programas escolares federais russos. A única opção remanescente era o estudo do ucraniano como atividade extracurricular.

Direito à água

Donetsk, Mariupol, Makiivka e outras cidades ocupadas enfrentaram o agravamento da crise hídrica. A infraestrutura de abastecimento de água anterior à guerra, que atravessava a linha de frente, incluindo o canal Siverskyi Donetsk–Donbas, permaneceu em ruínas; os reservatórios secaram; e as autoridades de ocupação não desenvolveram fontes alternativas de abastecimento confiáveis. No final do ano, o fornecimento de água encanada ocorria por apenas três a quatro horas por dia, e sua baixa qualidade a tornava imprópria para consumo. Soluções improvisadas, como o fornecimento por caminhões-pipa, eram escassas e irregulares, formando longas filas e ocasionando episódios de violência. Observadores descreveram a situação como uma emergência humanitária.

¹ “Ukraine: Civilians killed in indiscriminate strikes on Sumy city as Russian military increase attacks – new research”, 24 de junho

² “Russia/Ukraine: Blackout in Chernihiv exposes Russia's unlawful attacks on civilian infrastructure”, 21 de outubro

³ *Ukraine: A Deafening Silence: Ukrainians Held Incommunicado, Forcibly Disappeared and Tortured in Russian Captivity*, 4 de março

⁴ *‘The Right to Social Protection and the Right to Work of Older Persons’: Submission to the UN Independent Expert on the Enjoyment of All Human Rights by Older Persons*, 10 de março

URUGUAI

República Oriental do Uruguai

As restrições à liberdade de expressão e ao acesso à informação pública continuaram. A superlotação nas prisões frequentemente resultou em condições de reclusão desumanas, e os índices de mortalidade no sistema prisional eram elevados. Integrantes das forças armadas continuaram sendo julgados por crimes contra a humanidade cometidos durante o regime cívico-militar (1973–1985), mas não houve avanços nas investigações sobre os desaparecimentos forçados ocorridos nesse período. Os números de feminicídios e de denúncias de violência contra as mulheres permaneceram altos. Os serviços de saúde mental e a oferta de assistência social eram insuficientes. A gravidez na adolescência continuou sendo motivo de preocupação.

INFORMAÇÕES GERAIS

O sistema uruguaio de garantias de direitos tornava-se cada vez mais debilitado. Durante o debate sobre o orçamento governamental para o período 2025-2029, observou-se uma redução dos recursos destinados ao seu fortalecimento. Os cortes atingiram políticas voltadas ao combate à violência de gênero, à proteção da infância e da adolescência e ao acesso a serviços de saúde mental.

Em setembro, a procuradora-geral interina, Mónica Ferrero, sofreu um atentado em sua residência, fato que causou grande alarme na sociedade.

INFORMAÇÕES GERAIS

O sistema uruguaio de garantias de direitos tornava-se cada vez mais debilitado. Durante o debate sobre o orçamento governamental para o período 2025-2029, observou-se uma redução dos recursos destinados ao seu fortalecimento. Os cortes atingiram políticas voltadas ao combate à violência de gênero, à proteção da infância e da adolescência e ao acesso a serviços de saúde mental.

Em setembro, a procuradora-geral interina, Mónica Ferrero, sofreu um atentado em sua residência, fato que causou grande alarme na sociedade.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Segundo um relatório publicado em maio pelo Centro de Arquivos e Acesso à Informação Pública, entre abril de 2024 e março de 2025 foram registrados 51 casos de ameaças e restrições à liberdade de expressão contra jornalistas no Uruguai. As limitações impostas ao livre exercício do jornalismo continuaram a suscitar preocupação.

Em julho, houve um caso de censura contra a jornalista Fernanda Kosak após ela se manifestar em apoio à Palestina.

DIREITO À INFORMAÇÃO

Mais de 15 anos após a aprovação da Lei do Direito de Acesso à Informação Pública (Lei 18.381), o acesso a essas informações continuava insuficiente. As instituições públicas, sujeitas à lei, não haviam implementado políticas adequadas de transparência e acesso às informações públicas.

Em abril, a procuradora-geral interina proibiu a divulgação de pedidos de formalização de investigações em casos de interesse público, obscurecendo o trabalho da Procuradoria-Geral da Nação e restringindo o acesso à informação.

CONDIÇÕES DE DETENÇÃO DESUMANAS

A superlotação persistia no sistema prisional. Segundo dados do Ministério do Interior, a população carcerária continuou a crescer e, em dezembro, ultrapassou 16.000 — o equivalente a 32 pessoas privadas de liberdade por policial, 63 por trabalhador penitenciário civil e 157 por profissional de saúde —, em contraste com o padrão internacional de três pessoas privadas de liberdade por cada agente prisional de contato direto. Além disso, mais de 10.000 pessoas cumpriam medidas alternativas à prisão, sob supervisão do Ministério do Interior.

Organizações da sociedade civil manifestaram preocupação com a deterioração e a insalubridade das condições de detenção, incluindo a superlotação, e com seu impacto negativo sobre o direito à saúde da população prisional. Em junho, quatro pessoas privadas de liberdade morreram em decorrência de um incêndio ocorrido no módulo 11 da prisão de Santiago Vázquez (antiga COMCAR).

IMPUNIDADE

Em maio, o Ministério do Interior anunciou que reabriria os arquivos da Direção de Informação e Inteligência, os quais contêm informações sobre o período do regime cívico-militar (1973-1985).

Foram proferidas 15 sentenças condenatórias contra militares e policiais, tanto em atividade quanto aposentados, por crimes de tortura, sequestro e assassinato — constitutivos de crimes contra a humanidade — cometidos durante o regime cívico-militar das décadas de 1970 e 1980. Além disso, um ex-militar uruguaio foi condenado na Itália no âmbito das investigações realizadas naquele país sobre o chamado Plano Condor. No entanto, não houve avanços substanciais no esclarecimento do destino das vítimas de desaparecimento forçado nesse período.

DIREITO À SAÚDE

O acesso aos serviços de saúde mental era insuficiente, e a taxa de suicídios gerou preocupação tanto entre autoridades quanto entre organizações da sociedade civil que atuam na área. Segundo o Sindicato da Polícia Nacional, em 2025, 15 policiais tiraram a própria vida, taxa superior à registrada no restante da população. Em julho, o governo informou que, em 2024, ocorreram 764 suicídios, correspondendo a uma taxa de 21,35 casos por 100.000 habitantes.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Segundo o Ministério do Interior, entre janeiro e outubro foram registrados 16 feminicídios e 35.443 denúncias de violência contra mulheres. Os elevados índices de violência de gênero foram atribuídos à implementação insuficiente da Lei 19.580 (Lei sobre Violência contra as Mulheres Baseada em Gênero) e à falta de recursos para a criação de varas especializadas para tratar de todas as questões relacionadas a esse tipo de violência.

Em setembro, um homem suicidou-se após assassinar a filha e o filho, de dois e seis anos, respectivamente, em um caso de violência vicária ocorrido no departamento de Río Negro. Nos três anos anteriores, pelo menos 13 crianças morreram em consequência desse mesmo tipo de violência.

DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL

Em abril, o Ministério de Desenvolvimento Social anunciou que trabalharia na elaboração de um plano nacional de cuidados. Em outubro, o Conselho Nacional de Cuidados apresentou o plano para o período 2026-2030, sem ter convocado as organizações relevantes da sociedade civil durante o processo de elaboração.

Uma década após sua criação pela Lei 19.353, o Sistema Nacional Integrado de

Cuidados ainda não funcionava de forma eficaz, e as pessoas beneficiárias ainda não conseguiam acessar a assistência prevista em lei. As mulheres, que geralmente realizam o trabalho de cuidados não remunerado, devido à persistência da discriminação de gênero, eram as mais prejudicadas.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Ao longo do ano, registraram-se avanços no acesso aos direitos sexuais e reprodutivos, mas os obstáculos à prevenção da gravidez na adolescência persistiram, e a política governamental nessa área continuou inadequada. De acordo com informações previamente divulgadas pelo Ministério da Saúde Pública e pela Administração dos Serviços de Saúde do Estado, entre 2021 e 2024 foram registrados 190 casos de gravidez de meninas menores de 15 anos. Do total de 29.899 nascimentos registrados em 2024, 2.390 ocorreram entre adolescentes de 15 a 18 anos, e 37 entre meninas com menos de 15 anos.

DIREITOS DAS CRIANÇAS

Em junho, uma bebê de três meses sob tutela do Instituto da Criança e do Adolescente do Uruguai (INAU) foi encontrada morta no departamento de Colonia. Em agosto, uma menina de 13 anos, também sob os cuidados do INAU, foi assassinada pelo pai durante uma consulta médica no departamento de Maldonado.

DIREITO A UM MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL

Em julho, o governo decidiu cancelar a implementação do projeto Neptuno, que previa a construção de uma estação de tratamento de água para a região metropolitana da capital, Montevideu, e anunciou a construção de uma nova planta na localidade de Aguas Corrientes (departamento de Canelones), sem apresentar informações substanciais sobre

os impactos para as comunidades próximas.

Persistiram graves restrições ao acesso a informações públicas sobre a implementação de projetos de investimento produtivo e megaprojetos, o que impossibilitou conhecer seus efeitos sobre o meio ambiente, o acesso à água e a qualidade de vida da população.

VENEZUELA

República Bolivariana da Venezuela

Crimes contra a humanidade continuaram sendo cometidos com impunidade. Os poderes do Estado seguiram atuando de forma coordenada para perseguir e punir severamente os opositores — reais ou percebidos — do governo de Nicolás Maduro. Centenas de pessoas foram submetidas a desaparecimento forçado ou detenção arbitrária, bem como à tortura e outras violações de direitos humanos, por se oporem ou criticarem o governo. Os processos penais contra muitas dessas pessoas avançaram sem garantias judiciais, sendo-lhes negado o direito à defesa por advogado de sua escolha, o acesso às informações sobre as acusações apresentadas contra elas ou o direito a comparecer perante um tribunal independente. Pessoas que defendiam os direitos humanos ou que exerciam o jornalismo continuaram sendo alvos centrais da política repressiva do governo. Cerca de 7,9 milhões de pessoas venezuelanas haviam deixado o país desde 2015. A crise humanitária persistia, com quase dois milhões de pessoas dependentes de ajuda internacional. Não houve progressos em relação aos direitos sexuais e reprodutivos. A população LGBTIQ+ e os povos indígenas continuaram sendo discriminados, e não houve avanços legislativos que promovessem seus direitos. A mineração ilegal e a devastação ambiental seguiram sendo motivo de preocupação.

INFORMAÇÕES GERAIS

Persistiram os questionamentos em torno dos resultados das eleições presidenciais de 2024. Em março e julho, foram realizadas eleições parlamentares e regionais, respectivamente, num contexto de repressão semelhante ao das eleições presidenciais.

A partir de 2 de setembro, os Estados Unidos realizaram ataques aéreos no mar do Caribe e no oceano Pacífico contra 34 embarcações que supostamente transportariam drogas da América Latina para aquele país, resultando na execução extrajudicial de ao menos 110 pessoas. O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, tentou justificar os ataques invocando um suposto risco à vida da população de seu país. As tensões entre os dois governos se intensificaram em razão da retórica bélica utilizada e pelo fato de os ataques terem ocorrido próximo à costa venezuelana, na maioria dos casos contra embarcações e tripulações provavelmente venezuelanas.

Em janeiro, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos apresentou um relatório sobre as violações de direitos humanos cometidas durante o período eleitoral de 2024, no qual analisou a estratégia repressiva das autoridades para impedir a participação política da oposição, dificultar a realização de um processo eleitoral livre e disseminar o medo entre a população. Em setembro, a Comissão solicitou autorização para visitar o país a fim de observar a situação dos direitos humanos. Em agosto, a Corte Interamericana de Direitos Humanos reafirmou sua competência sobre a Venezuela. Por sua vez, a Missão Internacional Independente de Determinação dos Fatos sobre a República Bolivariana da Venezuela publicou dois relatórios: o primeiro, em setembro, documentando as violações de direitos humanos ocorridas durante a repressão pós-eleitoral; e o segundo, em dezembro, sobre o papel da Guarda Nacional Bolivariana na prática de crimes contra a humanidade.

Tanto a Procuradoria do Tribunal Penal Internacional (TPI) quanto o Escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos (ACNUDH) anunciaram o fechamento de seus respectivos escritórios no país.

A líder opositora María Corina Machado, que havia sido impedida de participar das eleições presidenciais de 2024 e sofrido perseguição, foi agraciada com o Prêmio Nobel da Paz.

REPRESSÃO AO DISSENSO

A repressão generalizada exercida pelo governo de Nicolás Maduro contra opositores políticos persistiu, resultando em graves violações de direitos humanos e crimes contra a humanidade. As autoridades continuaram utilizando o aparato estatal — incluindo forças de segurança e inteligência, o sistema judicial e leis restritivas —, além de grupos civis armados, para reprimir, silenciar e punir a oposição e a defesa dos direitos humanos.

DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Detenções arbitrárias por motivos políticos continuaram a ser registradas, embora em número menor do que em 2024. Em dezembro, o governo anunciou a libertação de inúmeras pessoas presas, das quais 117 tiveram a soltura verificada pela organização Foro Penal. Das mais de 2.000 pessoas detidas arbitrariamente após as eleições presidenciais de 2024, ao menos 806 continuavam privadas de liberdade de forma ilegal em 31 de dezembro. As pessoas libertadas permaneceram sujeitas a processos penais.

Na maioria dos casos, as pessoas detidas eram acusadas com base em imputações infundadas e vagas, como “terrorismo” ou “traição à pátria”, que acarretavam penas severas. Os processos penais continuaram a carecer das garantias do devido processo legal: designavam-se defensores públicos sem capacidade ou motivação para atuar

de forma efetiva; utilizavam-se tribunais sem independência — como os chamados “tribunais contra o terrorismo” —; e negava-se às pessoas acusadas acesso às acusações e às provas, entre outras violações.

Além do uso das forças de segurança e dos centros de detenção, a instrumentalização do Ministério Público como órgão de perseguição política e do Poder Judiciário como braço executor foi crucial para a implementação da política repressiva do governo contra a oposição política sob o pretexto da “luta contra o terrorismo”. O envolvimento de figuras do mais alto escalão do Estado em práticas de identificação e estigmatização pública das vítimas da repressão constituía um elemento fundamental que demonstrava seu caráter sistemático.

Ao final do ano, centenas de pessoas permaneciam detidas em regime de incomunicabilidade.

DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

O paradeiro de muitas pessoas desaparecidas à força após as eleições de 2024, bem como de outras detidas em 2025, permanecia desconhecido. Segundo a ONG Foro Penal, ao menos 63 pessoas continuavam desaparecidas no fim do ano.

Em geral, os desaparecimentos forçados começavam com uma detenção arbitrária realizada por agentes do Estado, seguida da falta de informação, da recusa em reconhecer a detenção e do ocultamento deliberado do paradeiro e das circunstâncias em que se encontrava a pessoa detida. Frequentemente, passavam-se dias ou meses até que a detenção fosse reconhecida, e então a única certeza das famílias era que a pessoa estava sob custódia do Estado. Também foram registrados casos de desaparecimento forçado durante transferências entre centros de detenção.

Os desaparecimentos forçados resultavam diretamente — embora não exclusivamente — na negação sistemática de garantias judiciais, por meio de simulacros de procedimentos legais, como audiências de custódia realizadas a portas fechadas (que deveriam ocorrer em até 48 horas após a detenção) e a suspensão de fato do habeas corpus, entre outras práticas.

IMPUNIDADE

Persistiu uma impunidade praticamente total por violações de direitos humanos, e houve poucos avanços na investigação conhecida como Venezuela I, aberta perante o Tribunal Penal Internacional.

Em agosto, a Câmara de Apelações do TPI decidiu afastar o procurador Karim Khan da investigação contra a Venezuela, após um pedido de suspeição apresentado um ano antes por uma fundação que alegava possível conflito de interesses em razão do vínculo familiar do procurador com uma advogada integrante da equipe jurídica que representava o Estado venezuelano perante o tribunal. O procurador adjunto Mame Mandiaye Niang assumiu a investigação.

Em dezembro, a Assembleia Nacional aprovou a revogação da adesão da Venezuela ao Estatuto de Roma e sua retirada do Tribunal Penal Internacional.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE ASSOCIAÇÃO

A ONG Espacio Público registrou 217 ataques à liberdade de expressão até outubro. O Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Imprensa denunciou a detenção de pelo menos 23 profissionais do setor, alguns dos quais também haviam sido inicialmente vítimas de desaparecimento forçado. O paradeiro do jornalista Carlos Marcano ficou desconhecido por 13 dias após sua detenção. Em dezembro, o jornalista e cientista político Nicmer Evans ficou desaparecido durante três dias depois que

o Serviço Bolivariano de Inteligência Nacional o levou para uma “entrevista” no centro El Helicoide; no final do ano, ele continuava detido arbitrariamente.

O programa VE sin Filtro, da organização Conexión Segura y Libre, documentou o bloqueio de diversos meios de comunicação independentes e de seus domínios na internet. Segundo informações recebidas, esse bloqueio teria sido executado por ordens da Comissão Nacional de Telecomunicações.

Em fevereiro e maio, respectivamente, venceram os prazos para a obtenção de credenciamento e para o registro das ONGs, de acordo com a Lei de Fiscalização, Regularização, Atuação e Financiamento das Organizações Não Governamentais e Organizações Sociais sem Fins Lucrativos, a qual restringia o espaço cívico. No final do ano, não se sabia o número de organizações que haviam sido registradas de acordo com essa lei.

Em outubro, as autoridades promoveram o uso do aplicativo VenApp para denunciar possíveis opositores. Na prática, o aplicativo havia sido concebido para receber solicitações de benefícios sociais e denúncias sobre deficiências nos serviços públicos, mas estaria sendo utilizado para perseguição política.

O Observatório Venezuelano de Conflitividade Social registrou 2.219 protestos durante o ano, dos quais 1.129 estavam relacionados a direitos trabalhistas e ao direito a uma moradia digna.

PESSOAS DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS

Persistiram as detenções arbitrárias e a perseguição judicial contra pessoas defensoras dos direitos humanos, assim como o uso da incomunicabilidade e de restrições processuais como forma de represália. Javier Tarazona, Rocío San

Miguel, Carlos Julio Rojas e Kennedy Tejada permaneciam arbitrariamente privados de liberdade ao final do ano. Carlos Julio Rojas ficou quase quatro meses detido em regime de incomunicabilidade, sem acesso a visitas familiares nem contato com o exterior.

Em 7 de janeiro, o diretor da ONG Espacio Público e reconhecido defensor dos direitos humanos Carlos Correa foi detido e submetido a desaparecimento forçado, o que gerou preocupação entre organizações nacionais e internacionais. Ele foi libertado oito dias depois.

Eduardo Torres, defensor e integrante da ONG PROVEA, foi detido arbitrariamente em maio. Ele permaneceu desaparecido por cinco dias e, posteriormente, foi mantido em regime de incomunicabilidade, sem acesso a representação legal de sua confiança, entre outras violações do devido processo legal. Em outubro, foi autorizado a realizar uma ligação telefônica para informar que seria transferido do centro El Helicoide para a prisão Yare II.

Da mesma forma, em agosto, a defensora Martha Lía Grajales, do coletivo Surgentes, foi detida após acompanhar, durante um protesto pacífico, um grupo de mães de pessoas presas por motivos políticos. Seu paradeiro também permaneceu desconhecido até sua libertação seis dias depois, mediante a aplicação de medidas alternativas à prisão.

Em setembro, foi detido o defensor dos direitos humanos Pedro Hernández, coordenador da ONG CAMPO. Durante as buscas realizadas pelas autoridades para localizá-lo, alguns de seus familiares também foram arbitrariamente detidos, sendo libertados três dias mais tarde. Pedro Hernández foi libertado em outubro.

O Centro para os Defensores e a Justiça registrou 455 ataques e incidentes contra pessoas defensoras dos direitos humanos,

como constantes restrições à defesa dos direitos humanos, intimidação e criminalização do trabalho humanitário e social.

Diversas organizações alertaram para o clima de intimidação e ameaças gerado em torno da Lei de Fiscalização, Regularização, Atuação e Financiamento das Organizações Não Governamentais e Organizações Sociais sem Fins Lucrativos, que ameaçava a liberdade de associação e o trabalho legítimo das ONGs no país. A detenção arbitrária de ativistas e jornalistas continuou ao longo do ano, obrigando organizações de direitos humanos e pessoas defensoras a atuar do exílio em outros países e solicitar proteção internacional.

DIREITOS DAS PESSOAS REFUGIADAS E MIGRANTES

O ACNUR informou que aproximadamente 7,9 milhões de pessoas haviam deixado o país desde 2015 em busca de proteção internacional.

Em julho, 252 cidadãos venezuelanos foram devolvidos à Venezuela a partir de El Salvador. Todos haviam permanecido por mais de três meses em situação de desaparecimento forçado no Centro de Confinamento do Terrorismo (CECOT), naquele país, para onde haviam sido transferidos dos Estados Unidos.

Durante o ano, centenas de pessoas que buscavam proteção internacional nos Estados Unidos foram expulsas e devolvidas ilegalmente à Venezuela, onde corriam o risco de serem alvo da política de perseguição de seu governo.

DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

Segundo o Centro de Documentação e Análise Social da Federação Venezuelana de Professores, o Fundo Monetário Internacional estimava que a inflação

alcançaria 269,9% ao final do ano. Em abril, o custo da cesta básica de alimentos para uma família de cinco pessoas era de USD 503,73, equivalente a VES 45.335,73, enquanto o salário mínimo mensal permanecia congelado desde 2022 em VES 130. No final de 2025, esse valor em bolívares equivalia a menos de um dólar estadunidense pela taxa de câmbio oficial, evidenciando a contínua erosão do poder de compra da população.

As ações de resposta humanitária foram mantidas e atenderam 1,9 milhão de pessoas até novembro, de acordo com o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA).

Os cortes no fornecimento de água e eletricidade persistiram ao longo do ano, assim como os protestos relacionados aos serviços básicos.

Direitos sexuais e reprodutivos

Não houve avanços em matéria de direitos sexuais e reprodutivos, especialmente no que se refere ao acesso ao aborto e a métodos de planejamento familiar. O Estado não elaborou nem implementou políticas públicas destinadas a prevenir violações desses direitos ou a garantir seu exercício efetivo. Tampouco foram publicados dados oficiais sobre o tema, o que dificultava a formulação e a avaliação de políticas baseadas em evidências. O aborto continuou sendo criminalizado na maioria dos casos.

DIREITOS DAS PESSOAS LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNERO E INTERSEXUAIS

A falta de progresso com relação aos direitos LGBTI persistiu. O ACNUDH informou que pessoas trans estavam sendo mantidas em centros de detenção de acordo com o sexo alcançaria 269,9% ao final do ano. Em abril, o custo da cesta básica de alimentos para uma família de cinco registrado ao nascer, o que as

expunha a maiores riscos durante a custódia. O órgão também denunciou que autoridades estatais utilizaram retórica sexista e hostil às pessoas LGBTQ+ nos meios de comunicação públicos, para desacreditar integrantes e simpatizantes de partidos de oposição. Por sua vez, as organizações de direitos das pessoas LGBTIQ+ continuaram exigindo a aprovação em segundo turno da Lei Orgânica de Equidade e Igualdade de Gênero, que aguarda votação final desde que foi apresentada em 2009.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

A falta de garantias e respeito pelos direitos dos povos indígenas continuou causando preocupação.

Em janeiro, alguns povos indígenas da etnia yekuana denunciaram o surgimento de um conflito decorrente de atividade extrativista ilegal em seus territórios, no estado do Amazonas.

Segundo informações publicadas em outubro por meios digitais de comunicação, um grupo de 14 pessoas sanemá testou positivo para tuberculose. Os casos reforçaram a preocupação de organizações da sociedade civil com a falta de dados sobre morbidade e mortalidade em comunidades indígenas.

DIREITO A UM MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL

Em reunião com o secretário executivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, as autoridades venezuelanas reafirmaram o compromisso do país com a justiça ambiental, com projetos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas e o enfrentamento da crise do clima.

A imprensa continuou alertando sobre os efeitos da mineração ilegal e da devastação ambiental. Um relatório sobre mineração ilegal e direitos humanos, elaborado por diversas ONGs, identificou a falta de dados confiáveis e a ausência de sistemas de monitoramento como entraves à gestão climática, apesar das declarações oficiais sobre o tema.

No primeiro trimestre do ano, a ONG SOS Orinoco registrou 10 acidentes relacionados à mineração, que deixaram 10 pessoas mortas. Em outubro, a imprensa noticiou a morte de 14 mineiros após uma inundação na mina em que trabalhavam, no estado de Bolívar. Surgiram questionamentos sobre se a mina possuía todas as licenças legais necessárias, e as autoridades não prestaram informações sobre o assunto.

A Venezuela permanecia sem assinar o Acordo de Escazú.

O ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS NO MUNDO

ABRIL DE 2026

As violações dos direitos humanos no último ano parecem repetir o que já vimos antes. Práticas autoritárias se intensificaram em todo o mundo. A retórica anti-direitos e a discriminação contra grupos em situação de desvantagem estão em ascensão. Serão as proteções aos direitos humanos cada vez mais relegadas?

A edição de 2026 do relatório anual da Anistia Internacional, O Estado dos Direitos Humanos no Mundo, avalia acontecimentos em âmbito nacional, regional e global, abrangendo um amplo espectro de temas de direitos humanos. A publicação destaca como Estados têm minado a ordem internacional baseada em regras, dificultando a resolução de problemas que afetam a vida de milhões de pessoas. Também identifica tendências relacionadas a conflitos armados, repressão ao dissenso, discriminação, injustiças econômicas e climáticas, interrupção abrupta da ajuda humanitária e uso indevido de tecnologias. Muitas dessas tendências representam retrocessos que correm o risco de se prolongar além de 2026.

O relatório documenta preocupações com os direitos humanos ao longo de 2025 em 144 países, conectando questões globais e regionais e lançando um olhar sobre o futuro. Inclui chamados à ação dirigidos a governos e a outros atores para que melhorem a vida das pessoas. Trata-se de uma leitura essencial para líderes governamentais, formuladores de políticas, defensores, ativistas e qualquer pessoa interessada em direitos humanos.

**ANISTIA
INTERNACIONAL**

